UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

IRENE ROSSETTO GIACCHERINO

Raça e nação em questão na França contemporânea

Versão corrigida

São Paulo

2016

IRENE ROSSETTO GIACCHERINO

Raça e nação em questão na França contemporânea

Versão corrigida

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutora em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Sérgio
Alfredo Guimarães

De acordo: _____
Prof. Dr. Antonio Sérgio Alfredo Guimarães

São Paulo

2016

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

G429r Giaccherino, Irene Rossetto
 Raça e nação em questão na França contemporânea /
 Irene Rossetto Giaccherino ; orientador Antonio
 Sérgio Alfredo Guimarães. - São Paulo, 2016.
 231 f.

 Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras e
 Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
 Departamento de Sociologia. Área de concentração:
 Sociologia.

 1. Relações étnicas e raciais. 2. França . 3.
 Sociologia política. I. Guimarães, Antonio Sérgio
 Alfredo, orient. II. Título.

Nome: GIACCHERINO, Irene Rossetto

Título: Raça e nação em questão na França contemporânea

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Doutora em Sociologia.

Aprovada em: 20 de setembro de 2016

Banca Examinadora

Profª. Dra. Vera da Silva Telles

Instituição: FFLCH - USP

Julgamento: Aprovada

Assinatura:_____

Prof. Dr. Heitor Frúgoli Junior

Instituição: FFLCH - USP

Julgamento: Aprovada

Assinatura:_____

Prof. Dr. Gabriel de Santis Feltran

Instituição: UFSCar

Julgamento: Aprovada

Assinatura:_____

Prof. Dr. Roberto Grun

Instituição: UFSCar

Julgamento: Aprovada

Assinatura:_____

A Emma e Riccardo (*in memoriam*). Mi mancate tanto.

A Serginho e tantas outras estrelas.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela bolsa concedida ao longo dos quatro anos de doutorado e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa de doutorado sanduíche no exterior de três meses em Paris. O apoio das duas instituições foi imprescindível para a realização dessa tese.

Quero também agradecer ao Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas (FFLCH) e à Biblioteca Florestan Fernandes pelo amparo ao longo de todo o período. O carinho e a dedicação dos funcionários, particularmente de Vicente e de Gustavo do Programa de Pós-graduação, foram fundamentais para o desenvolvimento da pesquisa de doutorado.

Agradeço à Universidade de São Paulo (USP) por ter proporcionado as condições necessárias para minha formação. Sou grata ao Programa de Hospedagem Eventual da Superintendência de Assistência Social e ao CRUSP por garantir minha permanência em São Paulo. A Rosângela, a Maristela e às outras assistentes sociais: obrigada por acharem sempre uma vaguinha no quarto 500. Agradeço ao Centro de Práticas Esportivas da Universidade de São Paulo (CEPEUSP) por cuidar de minha saúde física e mental. Em especial, muito obrigada a Marcos e a Vera por suas aulas.

Agradeço ao meu orientador Antônio Sérgio Guimarães por ter aceito me guiar e me acompanhar nessa viagem. Seu incentivo e seus conselhos foram fundamentais para a concepção e para a elaboração dessa tese.

As reuniões de orientação constituíram uma etapa crucial do processo de formulação da tese. Agradeço imensamente aos meus colegas Benno Alves, Matheus Gato de Jesus, Fabio Nogueira, Edilza Sotero, Flavia Rios e Gustavo Rossi pelas dicas, sugestões, críticas e questionamentos.

Agradeço à Profa. Sylvia Garcia e aos colegas da turma de Análise de Projeto pelas sugestões e pelos incentivos para a organização inicial da pesquisa. Foi muito profícuo poder compartilhar com vocês ricos momentos de debate e de reflexão sobre nossos respectivos trabalhos.

Aos professores Fernando Pinheiro, Eleni Varikas, Angela Alonso e, mais uma vez, Antonio Sérgio Guimarães sou grata pelos ensinamentos e pelas trocas intelectuais que proporcionaram em sala de aula. Agradeço também aos professores Angela Alonso, Brasília Sallum e Antonio Sérgio Guimarães pelos encontros do Seminário de Sociologia, Política e História/LAPS. Eles foram um rico momento de debate e de amadurecimento.

Meu agradecimento se estende aos professores que participaram das bancas de avaliação desse trabalho. A Gabriel Feltran e a Roberto Grun pelas recomendações feitas na ocasião da qualificação. Lhes agradeço também por ter aceito compor a banca da defesa, junto com os professores Vera Telles e Heitor Frúgoli. Sou muito grata a todos vocês por terem lido e discutido o trabalho com tanta paixão e interesse. Foi um prazer poder compartilhar com vocês ideias e reflexões sobre um tema tão desafiador.

Igualmente quero agradecer, mesmo que indiretamente, a todas as pessoas que leram e comentaram versões iniciais e parciais desse trabalho. A possibilidade de troca e de diálogo com pesquisadores e militantes de diversos países e com formações diferentes ajudou a desenhar essa pesquisa.

Grande parte desse trabalho foi gestado e escrito em vários cantos do mundo. No Rio de Janeiro quero agradecer à *Médiathèque da Maison de France* pelo auxílio indispensável a essa pesquisa. O rico acervo foi crucial para o desenvolvimento do trabalho.

Na França quero agradecer à Profa. Eleni Varikas por ter me acolhido de braços abertos no *Centre de Recherches Sociologiques et Politiques de Paris* (CRESPPA) e na *Université Paris 8 Vincennes Saint-Denis*. À *Bibliothèque Sainte-Geneviève*, ao *Centre Pompidou* e especialmente à *Bibliothèque nationale de France* (BnF) sou grata pela recepção e por terem se transformado em uma segunda casa durante minha estadia francesa.

Nos Estados Unidos agradeço à *University of Texas at Austin*, ao *Teresa Lozano Long Institute of Latin American Studies* (LLILAS) e à *Perry-Castañeda Library*. A pesquisa de jornais só foi possível graça ao apoio destas instituições, que, igualmente, proporcionaram excelentes condições de trabalho para a redação de boa parte da tese.

A todos os colegas com os quais tive o prazer de dividir momentos ricos de debate e de aprendizagem, mas também de descontração e de amizade, vai meu muito obrigada. As experiências compartilhadas em sala de aula, em congressos, na redação da Revista Plural, nos jantares, nos cafezinhos etc. serão sempre lembradas com muito carinho e saudade. Seria impossível registrar aqui o nome de todos vocês – e já peço desculpa pelo lapso – mas não posso deixar de lembrar Benno, Thiago, Joana, Ana Tercia, Hélio, Lucas, Rafael, Krista, Camila, Carla, Monise, Edilza, Flavia, Matheus, Gustavo, Vanessa, Letícia etc.

Às minhas colegas do *Quarto 500*, Rosane, Flavia, Sirlene, Fernanda, Leila, Andrea e Sandra, obrigada pelas gargalhadas nas frias noites paulistanas.

Um agradecimento especial a Elen Ribera pela revisão desse trabalho.

O tempo da tese é um tempo longo na vida de um doutorando. Aliás, seria melhor dizer que muitas vidas cabem em uma tese. Não apenas temos a possibilidade de nos tornarmos pesquisadores mais atrevidos e críticos, mas nossas vidas se transformam e se deslocam junto com a tese. No meu caso, as metamorfoses foram múltiplas. Nesse processo, infelizmente perdi muitas pessoas. Assim, quero aqui homenagear meus avós Emma e Riccardo, meu tio Guido e meu amigo Serginho.

Agradeço aos muitos amigos espalhados pelo mundo por me apoiarem em todos os momentos da tese, por compreender meus silêncios, por oferecer um abraço nos momentos de desespero e, também, por fazer-me esquecer que havia uma tese! Meu muito obrigado vai a Carmen (amiga, onde vamos nos encontrar novamente?), às amigas de uma vida, Romina e Tiziana, a Veronica e Francesca (os encontros são raros mas sempre festivos), a Dayse, à *comunidade livre do Pereirão*, Julie, Ricardo, Nina, Jess, Valentine, Paul, Leslie e Mytho, a Pauline e Cláudio, a Sue Mara e sua família (obrigada por me apoiar e me receber em um momento tão particular) e a Agnès e Maylis pela extraordinária acolhida em Paris.

Um agradecimento especial vai à equipe do LAESER pelos anos de amizade, aprendizagem e dedicação. Elisa e Elaine, obrigada por serem *penguins* junto comigo. A Hugo, Danielle, Iuri, Daniel, Clésio e todos os outros que participaram desse sonho, muito sucesso em nosso caminho.

Agradeço à minha família pelo apoio incondicional e pela dedicação. *Mamma, papá, Laura e Davide, ho finito un'altra tesi. Questa é davvero l'ultima.* Sou muito grata pelo amor e pelo cuidado que me demonstram a cada momento, mesmo estando longe.

A meu companheiro, obrigada por tudo. “Agora dois é um / Mundo em frente vamos nós”. Marcelo, obrigada por atravessar o mundo ao meu encontro e pelo seu apoio incomensurável nesse processo de tese e em todas as etapas de minha vida.

IN MEMORIA

Si chiamava
Moammed Sceab

Discendente
di emiri di nomadi
suicida
perché non aveva più
Patria

Amò la Francia
e mutò nome

Fu Marcel
ma non era Francese
e non sapeva più
vivere
nella tenda dei suoi
dove si ascolta la cantilena
del Corano
gustando un caffè

E non sapeva
sciogliere
il canto
del suo abbandono

L'ho accompagnato
insieme alla padrona dell'albergo
dove abitavamo
a Parigi
dal numero 5 della rue des Carmes
appassito vicolo in discesa

Riposa
nel camposanto d'Ivry
sobborgo che pare
sempre
in una giornata
di una
decomposta fiera

E forse io solo
so ancora
che visse

Giuseppe Ungaretti, 1916.

RESUMO

GIACCHERINO, I. R. **Raça e nação em questão na França contemporânea**. 2016. 231 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

A presente tese analisa a formação de uma questão racial na França contemporânea. A hipótese do trabalho é que o tema tornou-se um “problema social”, adotando a definição de Lenoir, após os protestos urbanos violentos de jovens em 2005. A partir do estudo da cobertura da imprensa norte-americana e britânica, observou-se que a visibilidade internacional das revoltas, assim como uma leitura dos analistas estrangeiros dos eventos em uma chave racial, impulsionou a emergência da questão no debate público francês. Por outro lado, no trabalho foram também analisados outros fatores internos e externos que levaram à criação na academia francesa de um campo de estudos das relações raciais e à formação de ações coletivas fundamentadas em uma valorização positiva das identidades raciais. Finalmente, a análise do debate midiático, acadêmico, das mobilizações sociais e da controvérsia sobre as “estatísticas étnicas” confirmou o reconhecimento da existência de uma questão racial na França, porém, deixando margens de dúvidas acerca de sua consolidação.

Palavras-chave: Relações étnicas e raciais. França. Sociologia política. Discriminação. Identidades coletivas.

ABSTRACT

GIACCHERINO, I. R. **The debate on race and nation in contemporary France**. 2016. 231 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

This dissertation analyzes the configuration of a racial question in contemporary France, intended as a “social problem” in accordance with Lenoir’s definition. The research stresses the role of violent urban protests in 2005 as a turning point. The investigation of American and British press coverage of the events reveals that the international visibility of the riots and the explanation of those events in terms of race protests spurred the emergence of a racial question in the French public debate. The research also shows the influence of other internal and external factors that led to two developments. First, the creation of an academic area on race relations studies in France. Second, the formation of collective actions and social movements based on racial identities. Finally, the discussion on French “ethnic statistics” suggests the recognition of a racial question in France, even if its consolidation is still not confirmed.

Keywords: Ethnic and racial relations. France. Political sociology. Discrimination. Collective identities.

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 –	O ápice do protesto. Número de veículos incendiados por município. França, de 5 a 9 de novembro de 2005	22
-----------------	--	-----------

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 –	Distribuição das matérias norte-americanas publicadas sobre os protestos franceses de novembro de 2005, de acordo com a fonte de informação	46
Gráfico 2 –	Distribuição das matérias norte-americanas publicadas sobre os protestos franceses de novembro de 2005, de acordo com o dia de divulgação	46
Gráfico 3 –	Distribuição das matérias britânicas publicadas sobre os protestos franceses de novembro de 2005, de acordo com a fonte de informação	54
Gráfico 4 –	Distribuição das matérias britânicas publicadas sobre os protestos franceses de novembro de 2005, de acordo com o dia de divulgação	54

LISTA DE SIGLAS

AFIP	Association pour Favoriser l'Intégration Professionnelle
AFS	Association française de sociologie
AFSP	Association française de science politique
AGEAP	Association Générale des Étudiants Africains de Paris
AIDS	Acquired immune deficiency syndrome
ANR	Agence nationale de la recherche
ARDIS	Alliance de recherche sur les discriminations
BAC	Brigade anti-criminalité
CAS	Centre d'analyse stratégique
CAPDiv	Cercle d'Action pour la Promotion de la diversité
CARSED	Commission alternative de réflexion sur les "statistiques ethniques" et les discriminations
CDRN	Comité de défense de la race nègre
CEDREF	Centre d'Enseignement, de Documentation et de Recherches pour les Études Féministes
CE	Conselho da União Europeia
CEE	Comunidade Econômica Europeia
CÉREQ	Centre d'études et de recherches sur les qualifications
CEVIPOF	Centre de recherches politiques de Sciences Po
CFDT	Confédération française démocratique du travail
CGT	Confédération générale du travail
CIMADE	Comité Inter-Mouvements Auprès Des Évacués
CIRESC	Centre International de Recherche sur les Esclavages
CM98	Comité Marche du 23 Mai 1998
CNIL	Commission Nationale de l'Informatique et des Libertés
CNN	Cable News Network
CNIS	Conseil national de l'information statistique
CNRS	Centre national de la recherche scientifique
COFFAD	Collectif des Filles et Fils d'Africains Déportés
COMEDD	Comité pour la mesure de la diversité et l'évaluation des discriminations
CRAN	Conseil Représentatif des Associations Noires
CRPLC	Centre de Recherche sur les Pouvoirs Locaux dans la Caraïbe
CRIF	Conseil Représentatif des Institutions Juives de France
CRESPPA	Centre de Recherches Sociologiques et Politiques de Paris
EDF	Électricité de France
EEC	Enquête Emploi en continu
EHESS	École des hautes études en sciences sociales
EHF	Étude de l'histoire familiale
ENS	École normale supérieure - Paris
FAS	Fonds d'action sociale
FEANF	Fédération des étudiants d'Afrique noire en France
FFSA	Fédération française des sociétés d'assurances
FN	Front National
FO	Force Ouvrière
FQP	Formation et qualification professionnelle
FUIQP	Front Uni des Immigrations et des Quartiers Populaires
GISTI	Groupe d'information et de soutien des immigrés

HAUTE	Haute Autorité de Lutte contre les Discriminations et pour l'Égalité
IFAR	Intervention Formation Action Recherche
INED	Institut national d'études démographiques
INSEE	Institut national de la statistique et des études économiques
IPAM	Initiatives pour un autre monde
LDH	Ligue des droits de l'Homme
LUDRN	Ligue universelle de défense de la race noire
LICRA	Ligue Internationale Contre le Racisme et l'Antisémitisme
MENS	Minorités étrangères non sédentarisées
MGIS	Mobilité géographique et insertion sociale
MIR	Mouvement International pour les Réparations
MRAP	Mouvement contre le racisme et pour l'amitié entre les peuples
MTA	Mouvement des travailleurs arabes
NAACP	National Association for the Advancement of Colored People
NYU	New York University
OCLDI	Office central de lutte contre la délinquance itinérante
OMC	Organização Mundial do Comércio
OMI	Office des migrations internationales
OS	Ouvrier spécialisé
PCF	Parti communiste français
PS	Parti socialiste
RATP	Régie autonome des transports parisiens
RT	Réseau Thématique
SONACOTRA	Société nationale de construction de logements pour les travailleurs
ST	Session Thématique
TeO	Trajectoires et Origines
UDF	Union pour la démocratie française
UGTSF	Union générale des travailleurs sénégalais en France
UE	União Europeia
UEJF	Union des Étudiants Juifs de France
UIC	Union intercoloniale
UMF	Union des Mauritaniens de France
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
URMIS	Unité de Recherche Migrations et Société
ZEP	Zone d'éducation prioritaire

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

1 Por uma cartografia do campo de estudos das relações raciais na França contemporânea	1
2 Delimitação do problema: questão racial, problema social?	11
3 Metodologia	14
4 Estrutura da tese	16

1 OS VIOLENTOS PROTESTOS DE 2005 E A EMERGÊNCIA DE UMA QUESTÃO RACIAL FRANCESA

1.1 Introdução	18
1.2 França em chamas: reconstruindo os protestos violentos do outono de 2005	20
1.3 A cobertura midiática dos protestos	25
1.4 A imprensa francesa	30
1.5 A imprensa norte-americana	43
1.6 A imprensa britânica	53
1.7 Considerações finais	59

2 DAS INTERPRETAÇÕES DOS PROTESTOS AO ESTUDO DAS RELAÇÕES RACIAIS NA FRANÇA

2.1 Introdução	65
2.2 Sobre a natureza política dos protestos	69
2.3 Em busca das causas dos protestos	73
2.4 Para uma incorporação da questão racial na leitura dos protestos	79
2.5 <i>Banlieue</i> francesa ou <i>ghetto</i> americano?	85
2.6 A construção de uma “questão racial” francesa	92
2.7 Considerações finais	103

3 UM NOVO ASSOCIATIVISMO ANTIRRACISTA: OS “NEGROS DA FRANÇA” E OS “INDIGÈNES DA REPÚBLICA”

3.1 Introdução	105
3.2 O CRAN e a invenção dos “Negros da França”	105
3.3 Os anos 2000 e o surgimento de novas identidades coletivas	113
3.4 A invenção de uma <i>Black France</i> e o movimento negro francês	119
3.5 Continuidades e rupturas no movimento associativo antirracista contemporâneo	130

3.5.1 <u>As Marchas e os sentidos da construção de uma identidade <i>Beur</i></u>	131
3.6 Considerações finais	135
 4 A RAÇA E AS ESTATÍSTICAS: UM DEBATE INACABADO	
4.1 Introdução	138
4.2 As “estatísticas étnicas” na França	142
4.3 Os imigrantes: contar ou não contar?	144
4.3.1 <u>A pesquisa MGIS</u>	145
4.3.2 <u>A “querela dos demógrafos”</u>	149
4.4 Da imigração à discriminação racial	155
4.4.1 <u>Diversidade e discriminação nas empresas</u>	158
4.4.2 <u>A “batalha das estatísticas”</u>	160
4.4.3 <u>Negro, cor da pele e origem</u>	163
4.4.4 <u>COMEDD <i>versus</i> CARSED</u>	166
4.5 Considerações finais	169
 CONCLUSÃO	172
 REFERÊNCIAS	182
APÊNDICE A – Síntese do tratamento dado às “émeutes” de 2005 por 5 diários franceses	202
APÊNDICE B – Cobertura dos jornais norte-americanos sobre as “émeutes” de 2005	204
APÊNDICE C – Cobertura dos jornais britânicos sobre as “émeutes” de 2005	209

INTRODUÇÃO

1 Por uma cartografia do campo de estudos das relações raciais na França contemporânea

Os estudos das relações raciais representam uma das áreas que ajudaram a institucionalizar as ciências sociais no Brasil. Desde o desenvolvimento do projeto UNESCO¹, na década de 1950, surgiram nas principais universidades do país trabalhos regulares sobre o tema, por parte de estudiosos brasileiros e estrangeiros, de diferentes formações teóricas (MAIO, 1997; GUIMARÃES, 2004). As abordagens se diversificaram em torno dos debates relativos ao tema da identidade, da cultura e das desigualdades raciais. Nos últimos anos, ganharam destaque as políticas de ação afirmativa e a *agency* dos negros.

Os Estados Unidos tradicionalmente se colocaram como contraponto paradigmático para pensar e refletir as relações raciais no Brasil. As comparações sobre os modelos vigentes nos dois países incluem desde o clássico debate entre os padrões de colonização inglesa e portuguesa, até a contraposição entre a suposta harmonia da democracia racial brasileira e a segregação, por meio do regime *Jim Crow*, no sul dos Estados Unidos². A influência norte-americana da luta pelos direitos civis e das políticas de ação afirmativa também foram fundamentais para que os militantes negros brasileiros pensassem suas ações de mobilização, a partir dos anos 1970.

Já no caso da França, igualmente a influência da produção intelectual e acadêmica daquele país, no Brasil, possui longa trajetória. Essa passa, por exemplo, pelas reflexões sobre o modelo republicano, o Iluminismo e seus princípios, e as políticas do bem-estar social. Mais recentemente, é possível visualizar pontos de contato entre as posições contrárias à implementação de políticas de ações afirmativas no Brasil e os argumentos provenientes da lógica universalista. Nesse sentido, ressalto a crítica de Bourdieu e Wacquant (2002) ao imperialismo americano em termos culturais e acadêmicos, com especial destaque à forma de entendimento do padrão de relações raciais da sociedade brasileira.

¹ Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

² A respeito dos estudos comparativos sobre as relações raciais no Brasil e nos Estados Unidos, ver, entre outros, Nogueira (1985); Harris (1967); Van der Berghe (1971) e Skidmore (1992).

Guimarães (2002) apontou a importância da matriz francesa para a construção da identidade nacional mestiça no Brasil. No caso, o paradigma francês se fundamentaria na definição de Renan³ da nação enquanto “uma *raça histórica*, construída a partir de memórias coletivas, de experiências históricas e do culto dos ancestrais” (GUIMARÃES, 2002, p. 112, grifo do autor). Recuperando Noiriel (2005), o sociólogo brasileiro apontou para a ambiguidade dessa definição. Por um lado, essa concepção permitiria definir o pertencimento nacional com base na genealogia (*français de souche*) ou na dimensão simbólica (a língua e a civilização francesa). Por outro lado, os dois elementos seriam indissociáveis. Ou seja, memórias comuns e domínio da cultura francesa seriam mobilizados de forma conjunta para a definição da nacionalidade francesa. Voltando às trocas entre Brasil e França, de acordo com Guimarães, essa forma de pensar a nação ou a raça – enquanto critério histórico e linguístico (e não biológico) – teria influenciado a conceitualização da identidade mestiça brasileira.

Mas como evoluiu a relação entre raça e nação na França? Se por um lado a partir da segunda metade do século XIX se afirmou uma noção da raça de tipo biológico⁴, essa ideia conviveu com a da nação francesa enquanto raça histórica.

Essa coexistência foi instrumental, política e moralmente, à Terceira República (1871-1940) para legitimar a expansão colonial na África e na Ásia a partir de 1880. A França era a única república entre as potências coloniais, ou nas palavras de Stovall (2005) “o único império sem imperador”. Era necessário, portanto, construir um aparato teórico capaz de justificar o eventual paradoxo entre o discurso interno dos valores republicanos e o discurso externo de expansão colonial.

³ Em 1882, na conferência “O que é uma nação?”, proferida na Sorbonne, Renan defendeu o conceito de nação enquanto vontade coletiva ou “plebiscito de todos os dias”. Ao criticar a perspectiva do alemão Fichte sobre nação, os interesses do filósofo francês eram voltados à necessidade de justificar a recuperação dos territórios da Alsácia-Lorena, perdidos na guerra franco-prussiana (1870-1871). Dessa maneira, à ideia de bases étnicas explicitamente biológicas, Renan contrapôs a ideia de nação francesa como historicamente construída a partir de ancestrais e heranças comuns (NOIRIEL, 2005).

⁴ Na segunda metade do século XIX, sob a influência do trabalho dos antropólogos, desenvolveu-se um novo paradigma racial, fundamentado em uma interpretação biológica e física dos homens. Nesse novo arcabouço, as raças humanas foram hierarquizadas em função das características morfológicas e pretensamente evolutivas de cada grupo. Na verdade, já havia sido desenvolvido, desde algum tempo, uma tentativa de correlacionar as capacidades intelectuais e determinadas formas físicas dos diferentes grupos humanos. Porém, no século XIX, esse tipo de entendimento passou a reivindicar reconhecimento de rigor científico, por meio da frenologia, da craniometria, das teorias poligenistas e da teoria da degeneração das raças na figura do mestiço. Com o desenvolvimento da teoria da hereditariedade, que prosperou na segunda metade do século XIX, abriu-se espaço para a ideia de que não apenas as características físicas fossem transmitidas ao longo das gerações, mas que a hereditariedade também condicionasse as aptidões morais e intelectuais dos seres humanos. Nasceu, assim, a eugenia, o controle da morbidade e da fecundidade, o estudo clínico da loucura. Em uma chave evolucionista, as sociedades foram classificadas e hierarquizadas, com base na maior ou na menor proximidade com as civilizações europeias, consideradas como as mais avançadas. A superioridade ou a inferioridade das mesmas foram medidas pelo desenvolvimento tecnológico, pelas formas de organização social, pelos estudos linguísticos sobre a complexidade da linguagem, pelas características do sistema de numeração, pela posição social das mulheres, pela beleza etc. (REYNAUD-PALIGOT, 2006).

De um lado, a ideia moderna de raça tinha encontrado seu embasamento na teoria darwinista e nos fundamentos filosóficos iluministas. Ou em outras palavras, o princípio de autodeterminação dos indivíduos permitiu naturalizar as diferenças e as hierarquias entre os seres humanos. Foi possível, assim, justificar o conceito de raça enquanto fonte de ordenamento hierárquico entre os seres humanos (ARENDT, 1989; GUILLAUMIN, 1995; BAUMAN, 1988). De outro lado, a “missão civilizadora francesa” sintetizou a definição de raça de tipo universalista e liberal com a glorificação da herança cultural e histórica francesa.

A Revolução Francesa aparece como o mito fundador e legitimador da pretensão da França à universalidade e, ao mesmo tempo, ao direito à universalização de sua cultura nacional. Tendo a França como cultura nacional uma cultura que se pretende universal, os franceses se sentem autorizados (ao menos até a Segunda Guerra Mundial) a uma forma de imperialismo cultural que toma a aparência de um proselitismo legítimo do universal. Isso é mais visível em seus empreendimentos de colonização: como bem o demonstra a história comparada das estratégias de colonização dos franceses e dos ingleses. A colonização francesa, frequentemente concebida como missão civilizadora e emancipadora, se caracteriza por uma extraordinária certeza de si, fundada na certeza de possuir a particularidade da universalidade (esquece-se hoje em dia de que houve um colonialismo de esquerda, levado a conceber a anexação por assimilação como promoção libertadora para o universal). [...] O imperialismo do universal se percebe como um imperialismo libertador: nada é melhor do que ser colonizado pela França: ‘Que poderia eu fazer de melhor para o colonizado do que fazer dele um *alter ego*, do que dar-lhe acesso ao que eu sou, a esta cultura que é a minha e que, além disso, é universal?’. E eis porque a pretensão ao universal nunca é tão forte como no domínio da cultura. (BOURDIEU, 2003, p. 15, grifo do autor).

Dentro das fronteiras do território francês, a imaginação nacional sobre uma genealogia e uma história comuns foi também recuperada de forma conjunta com as bases do “racismo científico” para justificar o antissemitismo. Se esse já era presente em maior ou menor intensidade desde a época das Cruzadas em território francês, o mesmo se intensificou no fim do século XIX (PEABODY; STOVALL, 2003). Correntes nacionalistas e conservadoras, frustradas por causa da derrota na guerra franco-prussiana, passaram a considerar o judeu como a principal “ameaça de degeneração racial na França”. O Caso Dreyfus⁵ [*Affaire Dreyfus*] pode ser considerado emblemático da campanha propagandística

⁵ Em 1894, o oficial do exército francês, alsaciano de origem judaica, Alfred Dreyfus, foi condenado por alta traição em um processo fraudulento. Após a descoberta da tentativa de acobertamento por parte dos altos escalões do exército, um conflito social e político opôs, entre 1894 e 1906, os defensores *dreyfusards* dos detratores *antidreyfusards*. A célebre defesa de Émile Zola (*J'accuse...*!) tornou-se um modelo de engajamento para os intelectuais antifascistas, nas décadas de 1930 e 1940, para os críticos da Guerra da Argélia e para as

que explorou o mito de uma “França idealizada e homogênea” para alimentar o antissemitismo entre a população francesa.

Após o fim da Segunda Guerra Mundial, as atrocidades cometidas em nome da defesa da pureza da raça geraram na França uma profunda rejeição da visão racista do mundo. Nas ciências sociais francesas (e mais em geral, nas europeias), a deslegitimação dos totalitarismos e dos horrores perpetrados em nome da superioridade racial levou à desqualificação do conceito de raça enquanto categoria descritiva e analítica, retirando-lhe qualquer pretensão explicativa.

A primeira solução proposta para erradicar o racismo pelos cientistas sociais reunidos pela Unesco em 1949, em Paris, foi banir o próprio termo *raça*. O racismo derivaria da crença em raças humanas, que não teria base científica suficientemente sólida para sustentá-la. As ciências, ao se utilizarem do conceito de raça, serviriam apenas para dar legitimidade e força simbólica às relações de poder que subordinavam, oprimiam e exploravam coletivos sociais em todos os continentes. Em nossos termos: as ciências, ao usarem o termo raça, perpetuariam a ideologia que o sustentava, ajudando assim a institucionalizar a racialização. O desdobramento mais importante da *Primeira Declaração sobre Raça* da Unesco foi, entretanto, universalizar a compreensão de que o racismo começa quando se pretende explicar a cultura e a sociedade pela natureza física ou biológica. O racismo seria a redução da sociedade à natureza, a substituição da compreensão das culturas humanas pela explicação naturalista. (GUIMARÃES, 2016, p. 166-167, grifo do autor).

Ou seja, o desmantelamento da ideia da existência de raças enquanto realidade biológica e científica levou a uma renegação absoluta do termo⁶. O conceito de raça passou a ser considerado o resultado de uma errônea hierarquização biológica entre tipos humanos, e foi substituído pelo conceito de cultura ou etnia. Ou seja, foi adotado um relativismo cultural, em que a diversidade cultural seria um “fenômeno natural, resultante das relações diretas ou indiretas entre as sociedades” (LÉVI-STRAUSS, 1970, p. 236).

Contudo, os riscos do racismo não seriam por si só debelados, já que, segundo Leiris (1970, p. 190), “a ideia de sua superioridade congênita está fortemente arraigada na maioria dos homens brancos, mesmo naqueles que nem por isso se consideram racistas”. Desse modo, para o autor, foi no momento em que:

mobilizações contrárias às violências antissemitas e racistas nos anos 1970 e 1980 (CHAPMAN; FRADER, 2004).

⁶ Por outro lado, na academia norte-americana, tal como na brasileira, a antiga concepção racial biologizante foi substituída por novas interpretações fundamentadas em uma chave cultural e sociológica. Como salienta Guimarães (2016), a segunda declaração da UNESCO, de 1951, mostrou que raça era um conceito ainda importante para os cientistas, além de ser “imprescindível para a luta política contra o racismo nos EUA e outras partes do mundo” (GUIMARÃES, 2016, p. 167).

As raças consideradas inferiores provaram que estão aptas a emancipar-se que, com os antagonismos tornando-se mais agudos no momento em que os homens de cor constituem um símbolo de concorrência para os brancos ou vêem reconhecidos um mínimo de direitos políticos, o dogma racial se afirmou com uma energia mais manifesta, ao passo que, paradoxo não menor, é através de argumentos apresentados sobre pretexto da Ciência – esta divindade moderna – e de sua objetividade que se procura justificar racionalmente êsse dogma obscurantista. (LEIRIS, 1970, p. 191).

Além de não ter validade explicativa, o conceito de raça deveria ser abandonado porque nele estaria contido o princípio do racismo. Pelo fato de o “dogma racial” incluir em si mesmo uma hierarquização e subordinação de diferentes seres humanos, o próprio uso dessa terminologia seria, por si só, um comportamento racista.

Essa concepção das ciências sociais francesas orientou as ações coletivas antirracistas desde a Segunda Guerra Mundial até os anos 2000. As principais associações de luta contra o racismo e o antissemitismo⁷ esposaram um repertório de ação voltado para a condenação de qualquer comportamento racista ou de identificação racial.

Ao mesmo tempo, tentativas de construção de identidades positivas com base na dimensão etnicorracial foram vistas como ataques comunitaristas à unidade nacional. Tachadas de importação da ideologia norte-americana, as investidas na criação de uma identidade coletiva com base no pertencimento a uma comunidade diferente da nação (poderia ser o caso dos alsacianos, dos bascos, dos bretões, mas também dos imigrantes) seriam ameaças à identidade francesa⁸. Ou nas palavras de Schnapper (2004), a particularidade do modelo republicano francês repousaria na manutenção na esfera privada destas especificidades:

A sociedade francesa tem uma tradição de integração específica, que repousa na sua própria história nacional. Isto é, o que nós chamamos na vida pública de ‘modelo republicano’. Essa expressão designa um modo de integração a um projeto político nascido dos valores encarnados pela Revolução, fundada sobre os princípios, e até certo ponto, sobre as práticas cidadãos dos indivíduos. A tradição nacional é baseada na integração de indivíduos, e não de grupos ou comunidades. Esta política, que se classificava até uns 20 anos atrás de assimilação, não implicava que fossem suprimidas todas as especificidades das populações progressivamente integradas à nação

⁷ Indicamos, a título de exemplo, duas das organizações francesa de luta contra o racismo, o antissemitismo e os direitos do homem mais reconhecidas: o Movimento contra o Racismo e pela Amizade entre os Povos (MRAP) [*Mouvement contre le racisme et pour l'amitié entre les peuples*] e a Liga Internacional contra o Racismo e o Antissemitismo (LICRA) [*Ligue Internationale Contre le Racisme et l'Antisémitisme*].

⁸ Para uma análise das reflexões político-acadêmicas francesas na metade dos anos 1980 sobre a questão identitária e da “valorização das identidades minoritárias”, ver Safran (1990).

francesa. Ademais, isso não seria nem possível nem desejável. Ela implicava que essas especificidades se mantivessem exclusivamente no plano privado e que os indivíduos se adequassem à lógica da integração ‘à francesa’ na ordem pública. (SCHNAPPER, 2004, p. 177, tradução nossa).

Ou seja, o comunitarismo preocuparia os republicanos porque a integração na sociedade nacional deveria ser feita a partir dos indivíduos e não das comunidades. Diferentemente dos Estados Unidos, na França não existiriam ítalo-franceses ou franco-poloneses, assim como a narrativa nacional seria fundada na ideia de enraizamento, e não da imigração (SCHNAPPER, 2004).

Nos anos 1980, a institucionalização do partido de extrema direita, a Frente Nacional (FN) [*Front National*], e a crescente atenção midiática para o “problema da imigração” reavivou o debate público sobre o tema da identidade nacional⁹ e do racismo. Nesse caso, o conceito de identidade nacional foi usado pelos políticos de extrema direita em uma ótica de segurança pública. Ou seja, assim como um dia teriam sido os judeus¹⁰, os novos fluxos migratórios de origens árabe e africana constituiriam uma ameaça para a integridade nacional francesa.

Nos anos 1960 e 1970, os trabalhadores imigrantes não eram considerados um problema para a cultura dominante, já que se pensava que se integrariam socialmente ou regressariam ao fim de um determinado tempo para seus países de origem (WIEVIORKA, 1995). Os imigrantes do início do século¹¹ tinham sido incorporados à classe trabalhadora, constituindo, em muitos casos, importantes lideranças de luta sindical e política (NOIRIEL, 2005). Ainda nos anos 1970, o processo de assimilação dos recém-chegados na classe trabalhadora parecia seguir funcionando (BEAUD; PIALOUX, 1999).

⁹ De acordo com Noiriel (2007), antes da imposição do tema à opinião pública, nos anos 1980, por parte da Frente Nacional, o conceito “identidade nacional” tinha começado a circular na França nos anos 1970 em consequência das reivindicações identitárias regionalistas (como, por exemplo, os alsacianos).

¹⁰ Ao analisar a formação da “questão judaica” na França nos anos 1930, Noiriel ([1982] 2014) reconstruiu o aparecimento de uma “questão imigratória” no país. De um lado, a exacerbação da xenofobia e do racismo contra os trabalhadores imigrantes durante a Grande Depressão, de outro o antissemitismo da direita republicana da época preocupada com o fluxo de refugiados judeus vindos da Alemanha. Mas também os discursos intelectual, médico e midiático teriam reforçado a construção de um problema judeu enquanto uma questão de segurança nacional.

¹¹ Em 1886, a população estrangeira na França era de aproximadamente 1,1 milhão de pessoas, ou seja, 3% da população total. Até a Segunda Guerra, a maior parte dos estrangeiros que trabalhava nas indústrias de transformação francesas vinha da Bélgica, Itália, Espanha, Alemanha ou Suíça. Sucessivamente, ampliou-se a presença de imigrantes italianos, poloneses e checoslovacos. Após a Segunda Guerra Mundial, foi sancionada a primeira política imigratória nacional, em 2 de novembro de 1945, para garantir a instalação durável a trabalhadores e suas famílias. Diferentemente dos Estados Unidos, não havia a necessidade de promessa ou contrato de trabalho nem mecanismos legais de seleção dos imigrantes, porém, os escritórios franceses de imigração nos países de origem tendiam a influenciar a demanda de trabalhadores estrangeiros. Ou seja, por um lado, foi favorecida a imigração de italianos e portugueses, mas também de marroquinos e tunisianos, enquanto os argelinos eram considerados indesejáveis (WEIL, 2005).

Mas nos anos 1970 as condições socioeconômicas foram se alterando¹². De um lado, os choques do petróleo de 1973 e 1979, o desemprego e a reestruturação do sistema produtivo. Do outro lado, a transformação nos fluxos migratórios: de uma imigração de trabalhadores para uma imigração de famílias inteiras.

De acordo com Noiriel ([1982] 2014), a mobilização do tema da identidade nacional por parte da FN seria uma resposta à politização da identidade operária. Ou seja, a oposição entre direita e esquerda não se estruturaria apenas em torno da clivagem “nação e classe”, mas também estaria baseada em uma ótica de “segurança nacional” de um lado e de “humanitarismo social” de outro¹³.

Nesse contexto, ampliaram-se as análises nas ciências sociais francesas sobre o recrudescimento do racismo e da xenofobia. As explicações se organizaram, geralmente, em torno de três eixos principais.

Em uma primeira linha interpretativa, a crise econômica e do modelo de bem-estar social levaria a uma rejeição dos estrangeiros por causa do aumento da competição dentro da classe trabalhadora. O medo do desemprego ou a necessidade de compartilhamento de serviços públicos (como saúde, educação e previdência) mais escassos e de menor qualidade explicariam o aumento do racismo (WIEVIORKA, 1995). O enfraquecimento da classe trabalhadora e a fragilização de seu sistema de valores explicariam também a difusão dessas práticas. Ou seja, o racismo se explicaria a partir do ressentimento da classe trabalhadora nacional com a deterioração das condições de vida (BEAUD; PIALOUX, 1999)¹⁴.

Uma segunda hipótese interpretativa salientou o deslocamento de animosidades que operavam internamente àquelas sociedades para um ódio comum aos imigrantes não europeus. Essa alteração poderia ser lida como uma defesa de uma identidade nacional¹⁵, de

¹² Até a crise econômica de 1974, registra-se um fenômeno de imigração em massa para a França. Em 1975, 6,2% da população era representada por estrangeiros, entre os quais se destacavam 758 mil portugueses, 710 mil argelinos, 497 mil espanhóis, 462 mil italianos, 260 mil marroquinos, e 139 mil tunisianos. O governo de Valéry Giscard d'Estaing foi o único entre os países europeus a incentivar, entre 1978 e 1980, o retorno voluntário dos trabalhadores estrangeiros. Nesse sentido, implementou tentativas de repatriamento forçado por meio, por exemplo, da perda compulsória da validade do visto regular de norte-africanos, especialmente argelinos. De acordo com Weil (2005, p. 18), essas iniciativas fracassaram por causa da ação da igreja, de associações de trabalhadores estrangeiros, sindicatos, parte da esquerda, mas também pela ação discreta da administração central, do conselho de estado e de governos estrangeiros. Para informações mais detalhadas, ver Weil (2005).

¹³ Para o historiador, esse debate seria uma continuação da denúncia feita antes da Primeira Guerra Mundial no discurso nacional por parte da esquerda radical, enquanto os socialistas propunham a ideia de patriotismo de Jaurès (NOIRIEL, [1982] 2014).

¹⁴ Porém, é interessante salientar que, na própria avaliação de Beaud e Pialoux (1999), nem todos os imigrantes seriam igualmente alvo de exclusão e discriminação. Tal problema afetaria os especialmente “visíveis”, que por sua aparência física e/ou por tradições culturais (por exemplo, na vestimenta), tornariam-se vítimas de racismo.

¹⁵ Contudo, o medo do estrangeiro dificilmente poderia ser compreendido apenas como uma defesa da tradição, dos valores e de antigos estilos de vida. A globalização já tinha alterado e massificado as culturas, especialmente

um “estilo de vida” ameaçado pela entrada de culturas externas em território nacional (BALAKRISHNAN, 2000; HOBSBAWN, 2000; WIEVIORKA, 1995).

Em uma terceira perspectiva, oferecida por Balibar (1991), as interpretações focadas no surgimento de frentes xenófobas como uma consequência da crise econômica, e também política, moral e cultural, não conseguiriam captar a totalidade do fenômeno. O racismo seria radicado nas próprias estruturas da sociedade e faria parte do processo de criação da identidade nacional, podendo assumir formas mais ou mais ocultas¹⁶. Após o processo de descolonização¹⁷, um novo objeto do racismo contemporâneo passaria a ser identificado nos trabalhadores e nas famílias originários das ex-colônias. A crise econômica teria levado o racismo a assumir formas mais manifestas. Nessa nova fase, rotulável segundo o filósofo pelo termo de “neoracismo”, as categorias de “imigrante” e de “cultura” funcionariam como substitutos do termo “raça” (BALIBAR, 1991). Os racistas, preocupados em não cair nas armadilhas de um uso biologizante da raça fortemente banido do contexto europeu pós-guerra, apropriariam-se de novos elementos. Contudo, as diferenças raciais não deixariam de funcionar como marcadores sociais de práticas racistas, mas operariam por meio do uso de substitutos, como as diferenças de origem, culturais, religiosas e linguísticas.

nos países industrializados. Além disso, de acordo com Hobsbawm (2000), os xenófobos seriam normalmente expoentes de uma cultura jovem internacionalizada e não integralistas em defesa de culturas locais. Dessa forma, a xenofobia poderia ser explicada mais precisamente a partir de sintomas de desorientação social, de rupturas de mecanismos internos da sociedade, que gerariam o medo de não mais pertencer a uma comunidade com insígnias visíveis e marcas de reconhecimento. Nas palavras de Hobsbawm, “Mais uma vez, ‘a nação’, ou o grupo étnico, aparece como a garantia última quando a sociedade fracassa. Não se tem que fazer nada para pertencer a ela. Não se pode ser expulso. Nasce-se e se pertence nela.” (HOBSBAWM, 2000, p. 281-282). A xenofobia entraria em atividade como ideologia de massa, quando as relações e os valores humanos estivessem em crise. De acordo com Wieviorka (1995), os fenômenos do racismo e da xenofobia não poderiam apenas ser reconduzidos ao medo do estrangeiro ou de sua assimilação – pela possível perda de sentimentos e laços comunitários nacionais – mas derivariam igualmente de uma dimensão de medo ou de hostilidade frente à modernidade.

¹⁶ Partindo das premissas de que nenhuma nação teria uma base étnica natural, e que o racismo constitui um “sistema histórico de exclusão e dominação”, Balibar afirmou que o racismo mantinha uma “relação de necessidade com o nacionalismo e contribuiu à sua formação, produzindo uma etnicidade fictícia no entorno do qual [o nacionalismo] se organiza” (BALIBAR e WALLERSTEIN, 1991, p. 49, tradução nossa). Logo, o racismo não seria uma simples derivação do nacionalismo, mas existiria uma relação de reciprocidade entre esses dois fenômenos. Tal dialética estaria presente desde a Reconquista espanhola e a colonização do novo mundo até o antisemitismo europeu dos séculos XIX e XX, usado para gerar uma ideia de unidade cultural e política em nações em formação que apresentavam realidades muito heterogêneas, como a Alemanha e a Rússia. Mas a reciprocidade entre nacionalismo e racismo também poderia ser encontrada no segregacionismo norte-americano e nos movimentos nacionalistas em busca da independência dos colonizadores. O nacionalismo e o racismo seriam, então, ambos excludentes e repressivos, e compartilhariam a mesma tensão entre o universalismo e o particularismo. Segundo o autor, seria errado tentar entender o nacionalismo como uma “ideologia” normal, que eventualmente poderia se tornar perversa em situações de racismo anormal, como, por exemplo, é usualmente entendido o nazismo.

¹⁷ Balibar (1991) entende o colonialismo como uma variante da xenofobia unida ao medo e ao desprezo, considera-o a primeira manifestação de “racismo externo”, onde as castas nacionais se fundariam com a crença da superioridade do homem branco.

Aproveitando a análise de Balibar, acho importante apontar para o uso de categorias raciais na França contemporânea. Como vimos, a partir dos anos 1950, o discurso antirracista francês havia abolido o uso do termo *raça*. Sabbagh e Peer (2008) mostraram que, desde aquele período até a metade dos anos 2000, a palavra “*raça*” foi sendo empregada em círculos muito restritos ou entre aspas. Por exemplo, os pesquisadores da história colonial e os juristas empenhados em aplicar uma legislação antidiscriminatória faziam referência à *raça*. Por outro lado, como já visto acima, Balibar (1991) indicou como os racistas utilizavam termos como “imigrante” ou “cultura” em troca de um vocabulário racializado que era proibido na França.

Mas, temos de notar que os “substitutos da *raça*” não se encontram apenas nos discursos racistas, mas permeiam a linguagem francesa, seja no discurso nativo, seja no discurso intelectual.

Apenas para citar alguns exemplos, o programa de “admissão preferencial” do Instituto de Estudos Políticos de Paris (Sciences Po) [*Institut d'études politiques de Paris*], que poderia ser definido como o primeiro programa de ação afirmativa na França, não emprega critérios raciais. A seleção de estudantes provenientes de escolas de ensino médio se baseia em critérios de tipo geográfico, as “zonas de educação prioritárias”¹⁸ (ZEP) [*zones d'éducation prioritaire*].

Desde que um dos principais critérios utilizados para delinear uma ZEP – a taxa de abandono e repetência no ensino médio – é ele mesmo correlacionado com a proporção de crianças cujos pais são estrangeiros, o programa da Sciences Po, embora oficialmente incorporando critérios territoriais e de classe para definição de suas políticas de ação afirmativa, está implicitamente focalizando grupos que, no contexto norte-americano, poderiam ser considerados como ‘étnicos’ ou ‘raciais’, particularmente, imigrantes norte-africanos de segunda geração. (SABBAGH, 2002, p. 56, tradução nossa).

Ou seja, mesmo não fazendo referência explícita a características de tipo etnicorracial, o programa tem por objetivo diversificar e democratizar, inclusive em termos raciais, o acesso a uma das instituições mais prestigiosas da França.

O fato é que vários estudos já confirmaram a existência de dificuldades escolares específicas entre os “descendentes de imigrantes” [*enfants d'immigrés*] (BRINBAUM; KIEFFER, 2009). Do mesmo modo, uma pesquisa realizada a partir dos nomes dos estudantes

¹⁸ As ZEP foram criadas ainda nos anos 1980 para indicar as áreas nas quais se concentrariam um maior número de estabelecimentos do ensino básico com indicadores de abandono e baixo aproveitamento escolar.

matriculados nos estabelecimentos de ensino médio na cidade de Bordeaux apontou para a existência de uma segregação étnica nas escolas francesas (FELOUZIS, 2003).

As ZEPs são um exemplo das políticas públicas francesas desenhadas para combater a desigualdade a partir de uma abordagem territorial. Em geral, a política da cidade (*politique de la ville*) é formada por um conjunto de medidas voltadas para o combate da pobreza e outras vulnerabilidades socioeconômicas nas *banlieues*¹⁹ e nas *cités*²⁰. Contudo, como salientou Sabbagh (2005, p. 148, grifo nosso, tradução nossa):

Os referimentos aos ‘*quartiers*’ remetem implicitamente ao perfil ‘étnico’ dos espaços nos quais são relegadas [as populações oriundas de imigração²¹]. Assim, categorias de tipo territorial (‘jovens de *banlieue*’, ‘estudantes das ZEPs’) são espontaneamente investidas de um conteúdo etnocultural por parte dos agentes sociais e dos atores institucionais locais.

Ou seja, apesar de as políticas públicas francesas serem caracterizadas por seu universalismo, incorporando ao máximo um recorte espacial, na prática, esta tipologia territorial acaba sendo vinculada a usos e interpretações do tipo etnicorracial, seja por parte das populações beneficiadas, ou por parte dos próprios agentes encarregados da implementação das ações.

Desde os termos “segunda geração”, “*beur*”²², “oriundos da imigração”, “*enfants d’immigrés*”²³ para se referir à população imigrante e seus descendentes, passando pela indicação dos “bairros sensíveis” habitados por uma maioria de imigrantes até a comemoração da vitória na Copa do Mundo de 1998 como um resultado da nação *Blacks-Blancs-Beurs*, é usual encontrar na linguagem coloquial o uso de uma terminologia

¹⁹ Tecnicamente o termo *banlieue* qualifica uma área urbana ou um departamento administrativo periférico de uma região metropolitana maior. Desde a metade da década de 1980, a palavra passou a indicar qualquer região ocupada principalmente pela classe trabalhadora, com uma alta densidade demográfica e uma forte presença de imigrantes. São normalmente consideradas características distintivas dessas áreas: paisagem pouco agradável, conjuntos habitacionais e moradias populares em mal estado de conservação, prédios públicos depredados e alta taxa de criminalidade (WACQUANT, 2007).

²⁰ A palavra francesa *cité* indica os conjuntos habitacionais construídos em áreas periféricas para as classes populares. Esse termo, assim como *banlieue* e *quartier*, foi progressivamente indicando áreas urbanas desfavorecidas e empobrecidas, para se referir ao “problema urbano” francês. Por outro lado, os jovens dessas regiões recuperaram os termos para afirmar positivamente a própria identidade. Em minha pesquisa de campo observei que o termo *quartier* é atualmente o preferido no uso de ativistas para se referirem às lutas sociais nessas localidades.

²¹ Em francês, *populations issues del’immigration*.

²² Inicialmente, a palavra *beurs* foi a forma como jovens de origem árabe passaram a se apelidar em resposta à conotação pejorativa que a palavra *árabe* assumiu na sociedade francesa. Na gíria juvenil francesa, o *verlan*, é usual a criação de novas palavras a partir da inversão da posição das sílabas ou das letras na palavra. O termo *beurs* é literalmente a inversão e a contração da palavra *árabe* = “a-ra-beu” → “beu-ra-a” → *beur*. Com o tempo, o termo passou a indicar, na linguagem nativa francesa, o conjunto de jovens de origem árabe. Como veremos, por sua vez, a expressão “geração *beur*” foi usada para indicar as mobilizações daqueles jovens nos anos 1980.

²³ Para uma análise crítica sobre o uso desses termos nas ciências sociais francesas, ver De Rudder (1997).

fundamentada na origem ancestral e na aparência física das pessoas. Da mesma forma, as ciências sociais francesas se apropriaram desses termos nativos e os utilizaram para analisar as relações sociais. Para sintetizar, em uma pluralidade de esferas da vida social francesa, desde a implementação das políticas públicas até a interação cotidiana, observamos o uso de categorias nativas para nomear, descrever e explicar fenômenos e relações sociais que poderíamos nomear de tipo *etnicorracial*.

2 Delimitação do problema: questão racial, problema social?

A década de 2000 foi um momento de ruptura no discurso dominante na luta antirracista *colorblind* e na reflexão teórica sobre o tema do racismo e da questão social. De um lado, novas formas de ação coletiva se organizaram em torno de identidades raciais. De outro lado, constituiu-se na academia francesa um campo de estudos sobre as relações raciais na França. O objetivo deste trabalho é descrever o que poderíamos definir como o surgimento de uma “questão racial francesa contemporânea” e analisar os fatores que poderiam explicar esta emergência.

A delimitação do problema de pesquisa seguiu a formulação dada pelo sociólogo Remi Lenoir, em seu artigo *Objeto sociológico e problema social* (1996). Nesse estudo, o autor aborda o tema da construção do “problema social” e o trabalho de desconstrução que o sociólogo deve operar sobre a realidade pré-construída para desenhar seu objeto de investigação. Assim, de acordo com Lenoir:

Embora um problema social seja, como toda problemática sociológica, o produto de uma construção, acontece que seus princípios são diferentes. Um problema social não é somente o resultado do mal funcionamento da sociedade (o que pode levar a pensar na utilização, por vezes abusiva, de termos como ‘disfunção’, ‘patologia’, ‘transgressão’, ‘desorganização’, etc.), mas pressupõe um verdadeiro ‘trabalho social’ que compreende duas etapas essenciais: o reconhecimento e a legitimação do ‘problema’ como tal. Por um lado, seu ‘reconhecimento’ torna visível uma situação particular, torná-la, como se diz, ‘digna da atenção’, pressupõe a ação de grupos socialmente interessados em produzir uma nova categoria de percepção do mundo social a fim de agirem sobre o mesmo. Por outro lado, sua legitimação: esta não é necessariamente induzida pelo simples reconhecimento público do problema, mas pressupõe uma verdadeira operação de promoção para inseri-lo no campo das preocupações ‘sociais’ do momento. Em suma, a essas transformações objetivas, sem as quais o problema não seria levado em

consideração, acrescenta-se um trabalho específico de enunciação e formulação públicas, ou seja, uma operação de mobilização: as condições sociais de tal mobilização e de seu sucesso constituem um outro aspecto da análise sociológica dos problemas sociais. (LENOIR, 1996, p. 84).

Ou seja, de acordo com o autor, o aparecimento de um problema social seria o resultado de uma luta simbólica para o reconhecimento da existência de um “problema” e sua institucionalização por meio de diferentes formas: no estado de direito, nos equipamentos coletivos, nas categorias de pensamento, nos movimentos sociais etc. O surgimento e o desaparecimento de determinado problema social da agenda sociopolítica dependeria do contexto histórico, social e político e do trabalho de construção social das categorias por parte dos atores sociais. Um tema passaria a ser percebido como um “problema social” no momento em que fosse formulado de forma pública e integrado na problemática política do momento.

De acordo com Lenoir, existem três momentos na gênese de um problema social: a) a mudança estrutural do contexto socioeconômico e político; b) o reconhecimento, ou seja a mobilização para dar nome e tornar público o problema social; e c) a legitimação ou institucionalização do problema social.

O terceiro momento abarca a produção de representações legítimas do problema por parte de especialistas e a introdução da problemática no direito, através da criação de órgãos especializados e da normatização das competências técnicas. Nesse momento, os antagonismos entre os grupos, mais ou menos estabelecidos, esfumam-se em “soluções” ou “acordos”, “sob uma forma jurídica (convenção coletiva), financeira (subvenção) ou política (reconhecimento oficial)” (LENOIR, 1996, p. 102).

No caso desta pesquisa, procurei então desvendar as três etapas da genealogia da questão racial francesa contemporânea.

Em primeiro lugar, estudei as alterações que ocorreram nas esferas econômica, social e política que poderiam ajudar a entender o objeto estudado. Conforme antecipado acima, nos anos 1980 a crise econômica e uma nova configuração do enfrentamento entre as forças políticas de direita e de esquerda tiveram várias repercussões na sociedade francesa. Na investigação procurei elucidar de que forma esses e outros fatores poderiam ter influenciado o surgimento da questão racial na França.

Em segundo lugar, procurei indicar os principais agentes que ativamente trabalharam para a formação de um campo racial na França. Procurei apurar o papel de ativistas e de especialistas na conformação de uma questão racial francesa. No caso do ativismo, me concentrei na análise dos atores coletivos que surgiram na França nos anos 2000. Por

especialistas entendendo os agentes socialmente reconhecidos como competentes por examinar a natureza da questão e por propor soluções. A pesquisa tomou por foco a demarcação dos principais momentos dessa etapa de construção do reconhecimento público do problema.

Em terceiro lugar, no trabalho, são indicadas algumas pistas sobre a legitimização deste campo. Nesse caso, pesquisei a forma pela qual a questão racial foi introduzida nos espaços institucionais, seja através da ação de atores governamentais, de ativistas ou de intelectuais.

Finalmente, quero salientar que esta controvérsia delineada em torno da pertinência e da relevância do uso de marcadores de tipo etnicorracial é ao mesmo tempo uma disputa de caráter analítico e normativo. De um lado, existe uma questão analítica de fundo que perpassa todo o debate das ciências sociais francesas e que diz respeito à possibilidade de se utilizar conceitos raciais para analisar a questão social naquele país. Do outro lado, o que está em jogo é a própria ideia de modelo de integração da República francesa. Quais marcadores identitários podem ser utilizados para pensar a sociedade nacional? Como se imagina e se representa a nação francesa?

Assim como o problema social da velhice estudado por Lenoir não era o resultado mecânico do crescimento do número de “pessoas idosas”, ou seja, não era causado pelo “envelhecimento demográfico”, como sustentavam os demógrafos, o surgimento da questão racial não poderia simplesmente ser explicado, por exemplo, a partir do aumento da população imigrante ou de tentativas de importação de um modelo comunitarista norte-americano para a sociedade francesa.

Quando a questão racial apareceu como problema social na França contemporânea? Quais agentes estiveram envolvidos no processo? Como poderíamos explicar o surgimento dessa forma de “construção social da realidade”?

A hipótese inicial do trabalho é que a questão racial tornou-se um problema social na França após os protestos urbanos violentos de 2005. Ou seja, a cobertura midiática e a repercussão internacional das revoltas dos “jovens das *banlieues*” teriam influenciado a visibilidade da questão racial no debate público francês. Dessa maneira, a partir das leituras oferecidas pela imprensa e pelos intelectuais sobre aqueles eventos, seria possível entendermos o interesse da opinião pública para o tema.

De forma mais geral, ao buscar compreender o processo pelo qual a questão racial se construiu e se institucionalizou nos anos 2000 enquanto problema social na França, avancei

por quatro linhas investigativas. As pistas propostas não são necessariamente excludentes entre si, mas poderiam convergir e se potencializar mutuamente.

1. Uma primeira frente busca investigar os elementos de caráter estrutural que poderiam ajudar a entender o surgimento da questão racial nos anos 2000. Nesse caso, consideram-se primeiramente fatores demográficos e socioeconômicos;
2. Uma segunda vertente procura analisar as influências internacionais para a emergência da questão racial francesa. Por exemplo, já mencionei o papel da imprensa internacional nas revoltas de 2005;
3. Como desdobramento do ponto 2, indaguei especificadamente sobre a influência da academia norte-americana no pensamento social francês. O texto já mencionado de Bourdieu e Wacquant (2002) sobre os dois modelos de imperialismo indica, por exemplo, a importância da contraposição com a realidade dos Estados Unidos; e
4. Uma quarta perspectiva analítica diz respeito à orientação dos partidos políticos em relação à questão racial. Ou seja, qual a influência dos discursos e das ações e iniciativas implementadas pelos governos de diferentes inclinações políticas sobre a questão racial? Qual o peso dessas orientações partidárias para a legitimação do tema na sociedade francesa?

3 Metodologia

O recorte temporal da pesquisa cobre a década de 2000, ou seja, o período no qual, segundo minha hipótese, consolidou-se na França uma “questão racial”. Porém, ao longo do trabalho são feitas regressões no tempo, de forma a situar historicamente o debate, analisar as rupturas e as continuidades com o momento atual e refletir sobre os fatores que poderiam ter influenciado o surgimento daquele tema.

No que tange aos agentes sociais analisados, de acordo com Lenoir,

Delinear a gênese de um problema social pressupõe o estudo desses intermediários, culturalmente favorecidos, e que desempenham a função de porta-vozes. Por esse fato, podem ser considerados como representantes, senão de um grupo social, pelo menos de uma causa implicitamente compartilhada; além disso, contribuem para sua explicitação. Acontece que essa forma de pressão, como é a expressão pública, traz a marca socialmente determinada dos homens e mulheres que têm acesso às diferentes mídias, de

modo que o sociólogo não pode fazer a assimilação dos discursos organizados, quase sistemáticos e coerentes, peculiares a certas categorias sociais, até mesmo a profissionais, com as formas de revolta, sentidas, mas não verbalizadas e tematizadas. (LENOIR, 1996, p. 86).

Logo, neste trabalho são mapeados e estudados os principais atores sociais envolvidos no debate público francês sobre a questão racial. Na análise, foi privilegiada a investigação dos agentes da sociedade civil organizada e da comunidade acadêmica empenhados no trabalho de reconhecimento de um campo das relações raciais. Procurei entender como se organiza a ação coletiva dos agentes e quais foram os argumentos mobilizados.

Nas palavras de Lenoir (1996, p. 87), trata-se de realizar um “trabalho de categorização dos formuladores da demanda identitária dessas ‘novas categorias sociais’, do discurso utilizado para tornar público estas demandas”. Ou seja, procurei entender como os especialistas formularam uma nova definição da questão racial e uma nova identidade coletiva fundamentada na dimensão racial. Procurei também entender o discurso utilizado nas reivindicações que surgiram nos anos 2000, a “representatividade” dos porta-vozes dessas novas demandas e a capacidade de “mobilizar a opinião” e legitimar a questão racial nas instâncias públicas.

A dimensão central do trabalho é representada pela análise dos fatores que estimularam a formulação da questão racial francesa nos anos 2000. Nesse sentido, tentei demarcar as rupturas em termos de mudanças nas formas de mobilização social e de explicações intelectuais que marcaram naquele período a realidade social do país.

Igualmente é importante precisar uma dificuldade metodológica do problema de pesquisa. A análise verte, em grande medida, sobre o discurso dos ativistas e a reflexão teórica realizada pelos especialistas do fenômeno estudado. Esse discurso tende a se apresentar como “especialidade”, como uma “espécie de senso comum erudito” (LENOIR, 1996, p. 98). Desse fato emerge a dificuldade de separação e autonomização conceitual do objeto de estudo, já que o mesmo é “fruto de instituições e agentes que, em luta para imporem uma definição mais conforme a seus interesses, contribuem – com seus discursos e as formas realizadas ou encarnadas desse discurso – para transformar uma ‘representação mental’ da realidade na realidade” (LENOIR, 1996, p. 98). Procurei, ao longo de toda a pesquisa, manter distanciamento e senso crítico, bem sabendo das dificuldades geradas pela empatia com o tema estudado.

Em termos de fontes, o estudo utilizou principalmente a análise documental de materiais escritos. Contudo, durante o período de estágio doutoral (de outubro a novembro de

2015) e em algumas viagens anteriores à França, tive a possibilidade de participar de atividades, reuniões, eventos e passeatas organizadas em Paris pelos movimentos sociais, assim como frequentei seminários e conferências acadêmicas sobre o tema das relações raciais. Igualmente, ao longo dos últimos dois anos, segui as discussões nas redes sociais (Facebook) das principais associações antirracistas francesas para acompanhar as mobilizações ocorridas e a repercussão encontrada. Essas experiências me permitiram uma maior vivência da realidade social que estava estudando e me proporcionaram um melhor entendimento das bandeiras de luta e da linguagem adotada pelos novos ativistas franceses na luta contra o racismo e a discriminação.

Finalmente, uma última indicação metodológica diz respeito ao uso de determinados termos nativos franceses ao longo do texto. Procurei, na medida do possível, me distanciar dos mesmos e adotar traduções fiéis na língua portuguesa. Porém, no caso em que eram analisados os discursos construídos pelos próprios especialistas, preferi manter o termo original na língua francesa para evidenciar o tipo de emprego que era dado àquelas expressões. Por exemplo, quando analisei as interpretações dos cientistas sociais sobre o “problema da *banlieue*” francesa e dos “jovens *beurs*”, preferi deixar as palavras em suas grafias originais, colocando-as em itálico.

4 Estrutura da tese

A tese é composta por Introdução, 4 Capítulos e Conclusão. O objetivo do Capítulo 1 é recuperar a leitura realizada pelas imprensas francesa, norte-americana e britânica sobre os violentos protestos ocorridos na França em novembro de 2005. Desenvolvo a hipótese de que a cobertura da imprensa anglo-saxã foi fundamental para a incorporação de uma leitura dos protestos em torno da dimensão etnicorracial. Assim, sugiro que as revoltas de 2005, e o debate que se originou a partir delas, foram essenciais para a conformação do que chamamos de “questão racial” na opinião pública francesa, tendo desdobramentos para além das interpretações dos eventos do outono daquele ano.

No Capítulo 2 são analisadas as pesquisas acadêmicas realizadas sobre os protestos de 2005. De um lado, procuro mostrar como as investigações e as interpretações fornecidas sobre aqueles eventos foram centrais para introduzir a dimensão racial nos estudos sobre a questão

social na França. Por outro lado, levanto algumas hipóteses sobre os fatores que influenciaram o surgimento de um campo de estudos sobre as relações raciais daquele país.

O Capítulo 3 é dedicado à análise das novas formas de associativismo antirracista francês nos anos 2000. Sugiro que, após os protestos de 2005, desenvolveram-se iniciativas de identidade e ação coletiva que poderíamos definir como experiências de formação racial. Ou seja, mobilizações coletivas que agenciaram positivamente a raça para questionar a tradicional concepção *colorblind* da nação francesa. Igualmente, busco encontrar na história associativa francesa subsídios para explicar os elementos de ruptura das novas formas de mobilização em relação aos movimentos sociais anteriores.

No Capítulo 4 é examinado o debate público sobre as “estatísticas étnicas” na França. Ou seja, sobre a introdução de categorias etnicorraciais nas estatísticas e nas pesquisas sociodemográficas francesas. Procuro analisar como os agentes sociais se mobilizaram e institucionalizaram a questão racial francesa pelo viés da discussão sobre as estatísticas. Nesse momento avanço a ideia de que os protestos de novembro de 2005 e os novos atores sociais, junto com fatores internacionais, foram centrais para entender a transição do debate sobre as “estatísticas étnicas” do tema da “imigração” para o tema da “discriminação etnicorracial”.

Na conclusão da tese, busco realizar uma síntese dos debates realizados ao longo dos quatro capítulos que fizeram parte deste estudo. Indico que, após as revoltas de 2005, existem elementos suficientes para confirmar a existência de uma questão racial na França, aqui mais uma vez me apropriando do conceito de Lenoir a este respeito. Todavia, igualmente aponto para as dúvidas sobre sua institucionalização.

1 OS VIOLENTOS PROTESTOS DE 2005 E A EMERGÊNCIA DE UMA QUESTÃO RACIAL FRANCESA

1.1 Introdução

Os violentos protestos de jovens que abalaram quase 300 cidades francesas no outono de 2005 pegaram a França desprevenida e repercutiram bem além das fronteiras daquele país. Por cerca de três semanas, cenas de carros queimados e prédios vandalizados ocuparam uma posição de destaque nas telas e nos jornais do mundo inteiro. A duração, a capilaridade e a destruição dos eventos surpreenderam a opinião pública nacional e a internacional.

A interpretação das revoltas, ou *émeutes*, em francês, tornou-se um tema central na agenda de investigação e debate de analistas políticos, economistas, sociólogos e antropólogos. Como será visto no Capítulo 2, tais análises concentraram-se na dimensão colérica dos protestos, forjados em resposta às violências impunes da polícia e nas causas estruturais de degradação das condições de vida das camadas populares. Mas esses estudos pouco exploraram outras dimensões do fenômeno, como as conexões com ciclos anteriores de protestos não diretamente enquadráveis como “mal-estar das periferias” ou “criminalidade urbana”.

Analisando as diferenças entre as revoltas de jovens na França e as do outro lado do Canal da Mancha, Kokoreff (2014, p. 734) constatou que: “a dimensão interétnica é essencial no Reino Unido, enquanto na França é absente”. No entanto, desde os primeiros dias das *émeutes* de 2005, o aspecto racial dos protestos foi difusamente enfatizado pela cobertura midiática internacional dos eventos, especialmente pela imprensa britânica e pela norte-americana.

O objetivo deste capítulo é recuperar o tratamento da dimensão racial sobre os protestos de novembro de 2005 na imprensa francesa e na internacional. Por quem, e segundo qual abordagem, foi privilegiada a temática racial na análise dos protestos? Quais reações e propostas interpretativas divergentes foram lançadas em resposta a uma leitura racial dos eventos?

Sugiro aqui a hipótese de que a cobertura da imprensa internacional, especialmente a anglo-saxã, bem como os pontos de vista apresentados pelos colunistas britânicos e pelos

norte-americanos, foi fundamental para a incorporação de uma dimensão etnicorracial em torno da discussão dos protestos por parte da sociedade francesa.

Ademais, sugiro que as revoltas de 2005, e o debate que se originou a partir delas, foram essenciais para a conformação do que chamarei de questão racial na opinião pública francesa, tendo desdobramentos para além das interpretações dos eventos do outono daquele ano.

A pesquisa consistiu no exame da cobertura das violências urbanas de 2005 realizada pela imprensa escrita, francesa e internacional. Nesse último caso, embora tenhamos percorrido jornais de vários países (inclusive o Brasil), a análise se concentra nos Estados Unidos e no Reino Unido. A escolha desses dois países é explicável a partir de dois fatores. Em primeiro lugar, interessa-me averiguar como essas sociedades, nas quais a raça joga um papel central na conformação das identidades e das relações sociais, interpretaram os eventos franceses. Em segundo lugar, gostaria de verificar a forma pela qual essas leituras das revoltas foram recebidas na própria França, considerando a influência que aqueles dois países exercem sobre a opinião pública e a vida política francesa, por causa da relação de competição e complementariedade em termos geopolíticos, econômicos, intelectuais e culturais.

Quanto à escolha do tipo de fonte, mesmo não desconhecendo a importância de outros meios de comunicação como revistas, canais de televisão, websites, blogs etc., por razões operacionais, decidi privilegiar um recorte metodológico que contemplasse apenas os jornais diários. Apesar de reconhecer que esse caminho possa não ter incorporado as nuances de todo o debate, acredito que o método adotado não inviabilizou os objetivos da pesquisa. Isso porque os jornais analisados me deram informações suficientes para fundamentar as análises que objetivava realizar.

Assim, após uma breve contextualização da cobertura oferecida pelos jornais de cada país aos protestos de 2005, são investigados o tratamento e a interpretação dados pelos meios de comunicação às *émeutes* a partir de sua dimensão racial.

Este capítulo está dividido em mais cinco partes, além desta introdução e da conclusão. Com o intuito de fornecer um quadro sintético dos fatos estudados, na próxima seção são apresentados brevemente os eventos que ocorreram no outono de 2005. A terceira parte é dedicada a uma contextualização da cobertura midiática sobre as *émeutes*. Nesse momento é realizada uma breve análise da cobertura dada pela mídia brasileira ao episódio. Na quarta parte é estudada a cobertura dos protestos realizada pela imprensa escrita francesa.

Na quinta seção analiso o tratamento dado aos acontecimentos pelos jornais dos Estados Unidos, ao passo em que a sexta parte é reservada aos diários britânicos.

1.2 França em chamas: reconstruindo os protestos violentos do outono de 2005

No fim da tarde do dia 27 de outubro de 2005, durante as férias escolares, um grupo de adolescentes, moradores da pequena cidade de Clichy-sous-Bois, na periferia nordeste de Paris, estava voltando para casa após de um jogo de futebol, quando ouviu o barulho de sirenes e percebeu que a polícia estava se aproximando²⁴. Querendo escapar ao controle dos agentes, os jovens correram e se dispersaram. Na fuga, alguns foram detidos, enquanto outros três esconderam-se dentro de uma central elétrica para tentar fugir dos policiais²⁵. Por 11 minutos, Bouna Traoré (15 anos), Zyed Benna (17 anos) e Muhittin Altun (17 anos) ficaram procurando outra saída, até serem eletrocutados.

Bouna e Zyad morreram na hora. Muhittin sofreu ferimentos graves, mas conseguiu pular o muro de volta e pedir socorro. Porém, naquele momento, nenhum dos 14 policiais que participavam da ação estava mais em busca do paradeiro dos jovens. Mais tarde, transcrições dos rádios dos agentes, divulgadas pelo serviço investigativo da polícia, mostraram que um deles avisara o capitão sobre a localização dos garotos. Mas nem a companhia elétrica nem os bombeiros foram notificados para ajudar os três jovens²⁶.

Naquela mesma noite, o então ministro do Interior, Nicolas Sarkozy, corroborou a versão fornecida pelos policiais de que os jovens estariam envolvidos em algum furto. Ao

²⁴ Há várias hipóteses sobre as causas que levaram à perseguição policial. A primeira opção relata que havia outro grupo de jovens que estava fugindo de um agente à paisana da Brigada Anticriminalidade (BAC) [*Brigade anti-criminalité*] que investigava o furto de um automóvel na região. A segunda possibilidade aventada é que a polícia foi acionada por um segurança de um canteiro de obras por onde os jovens resolveram pegar um atalho. Outros indicam que o funcionário de uma funerária, próxima do canteiro, chamou a polícia, achando que os jovens iam tentar roubar um barracão no terreno.

²⁵ A BAC é uma força especial da polícia francesa, criada em 1994, para atuar em bairros considerados difíceis, e que foi gradualmente reproduzida em todo o território nacional, até em pequenas cidades do interior. Para uma análise da atuação desta divisão policial em bairros sensíveis e a hostilidade que rege a relação entre esta estrutura e os moradores destas áreas, ver Mohammed; Mucchielli (2007), Mucchielli; Aït-Omar (2007) e Fassin (2011).

²⁶ Após um longo processo judicial, nenhum policial foi condenado pela morte dos jovens. Em 18 de maio de 2015, o Tribunal de Rennes exonerou dois policiais, Sébastien Gaillemain e Stéphanie Klein, sem mais possibilidades de recurso, da acusação de “omissão de socorro a pessoa em risco”. Em relação à gravação de rádio em que um dos dois réus falava: “se entram no terreno da EDF [*Électricité de France*, companhia elétrica francesa], não lhes dou muitas chances”, os juízes afirmaram que eles não poderiam “ter uma compreensão clara da existência de um perigo grave e iminente”.

descartar o erro policial, o ministro acrescentou que nenhuma investigação seria necessária. Amigos, parentes, colegas e outros moradores de Clichy-sous-Bois, revoltados, desceram às ruas para protestar, incendiando alguns carros e participando de alguns confrontos com a polícia e com o corpo de bombeiros.

Em um primeiro momento, as mortes – e a tentativa de acobertamento da má conduta dos agentes públicos – levaram a incidentes localizados e circunscritos, que prosseguiram durante os cinco dias subsequentes. Nessa primeira fase dos protestos, identificada por Mucchielli e Aït-Omar (2007) como uma revolta local (*émeute locale*), os enfrentamentos ficaram restritos à região do incidente inicial: a cidade de Clichy-sous-Bois e a vizinha Montfermeil.

Na noite do dia 30 de outubro, alguns jovens perseguidos pela polícia esconderam-se em uma mesquita de Clichy-sous-Bois. Ao serem impedidos de entrar no local, os policiais dispararam gaz lacrimogêneo dentro do edifício, gerando pânico e asfixiando centenas de famílias que estavam reunidas em um momento de oração. Interpelado por um dos responsáveis do centro de culto que demandava formalmente uma investigação e um pedido de desculpa oficial, o ministro Sarkozy defendeu novamente a atuação da polícia, reconhecendo o acontecimento, mas classificando-o como um mero erro.

Esse segundo incidente foi o estopim para uma rápida escalada dos protestos a outras regiões francesas. Entre 31 de outubro e 3 de novembro daquele ano, período que Mucchielli e Aït-Omar (2007) definiram como a segunda fase dos protestos, as revoltas se estenderam às cidades vizinhas na mesma região de Seine-Saint-Denis e, progressivamente, para outras áreas da região metropolitana de Paris (Île-de-France). No total, cerca de 80 municípios localizados nos arredores da capital francesa foram afetados pelos confrontos.

Sucessivamente, na terceira e última fase dos protestos (MUCCHIELLI; AÏT-OMAR, 2007), as violências afetaram todo o território nacional, atingindo uma capilaridade nunca vista no ciclo recente de protestos urbanos violentos franceses. A partir da madrugada do dia 3 de novembro, os confrontos incluíram algumas das principais cidades daquele país como: Lille, Toulouse, Estrasburgo, Rennes, Bordeaux e Lyon. Entre os dias 6 e 8 de novembro, o protesto alcançou seu ápice: cerca de 1.500 carros foram queimados e 274 municípios registraram episódios de violência.

Em geral, o governo mostrou limitada capacidade de diálogo com os manifestantes. Em resposta aos primeiros comentários televisivos que identificaram o agravamento do quadro macroeconômico e os cortes de fundos para a assistência social como causas das

revoltas, Sarkozy replicou, chamando os jovens de “escombros” e “bandidos”. O ministro afirmou também que as causas da violência nos subúrbios não seriam a discriminação ou a falência do sistema educacional, mas o comércio de drogas e o banditismo.

Mapa 1 – O ápice do protesto. Número de veículos incendiados por município.
França, de 5 a 9 de novembro de 2005

Fonte: Cazelles; Morel; Roché (2007, p. 10). Tabulação INSEE.

No dia 8 de novembro, o governo decretou “estado de emergência”, recorrendo a uma lei de 3 de abril de 1955, implementada durante a Guerra da Argélia²⁷. Após sua aplicação foi

²⁷ Na França, o estado de emergência é previsto para casos de “atentados graves à ordem pública” ou em ocasião de calamidades naturais. Pode ser decretado pelo Conselho dos Ministros por um período máximo de 12 dias. Após este prazo, para ser estendido, o instrumento necessita de uma lei ordinária. Entre as medidas cabíveis, destacam-se: interdição de circulação de pessoas e veículos; criação de áreas de segurança com um acesso restrito aos indivíduos; prisão domiciliar; proibição de manifestação; e o fechamento de lugares de reunião. O uso do estado de emergência era raro na história francesa. Desde 1961 não vinha sendo aplicado na França continental, ou melhor, no território metropolitano - como é definido pelos franceses para distingui-lo das ex-colônias, chamadas de territórios ultramarinos. Na segunda metade dos anos 1980, foi empregado algumas vezes para sanar sublevações nos antigos territórios coloniais, todos localizados no Oceano Pacífico: Nova Caledônia

possível instaurar o toque de recolher, realizar buscas domiciliares sem mandado judicial e fechar locais públicos. Provavelmente essa medida foi a responsável pelo refluxo gradual dos protestos a partir do dia 10 de novembro. O “retorno à calma” foi decretado pelas autoridades governamentais apenas no dia 17 desse mesmo mês, quando em todo o território nacional o número de carros incendiados por noite baixou para menos de 100 veículos.

Ao final, após três semanas de violentos protestos, entre 27 de outubro e 17 de novembro de 2005, as manifestações se espalharam para quase 300 cidades francesas. A maioria dos episódios ocorreu em cidades grandes ou médio-grandes. A região metropolitana de Paris foi a região mais afetada pelas revoltas, concentrando 2/3 dos incêndios de veículos. O departamento de Seine-Saint-Denis, sozinho, representou 29% do total de casos de carros queimados²⁸. Com exclusão da área metropolitana de Paris, os municípios mais afetados foram, em ordem decrescente: Toulouse, Lille e Estrasburgo, cada um com mais de 200 carros incendiados (CAZELLES; MOREL; ROCHÉ, 2007).

De acordo com registros do Ministério do Interior, várias centenas de prédios públicos (escolas, prefeituras, centros esportivos, delegacias etc.) foram incendiadas ou vandalizadas. Cerca de 100 edifícios particulares foram atacados, e mais de 10 mil carros e 30 mil lixeiras foram queimados. A Empresa Pública Autônoma dos Transportes Parisienses (RATP) [*Régie autonome des transports parisiens*] estimou que cerca de 140 ônibus foram apedrejados e algumas dezenas incendiados. Vários danos foram também computados pela companhia dos correios, pelos bombeiros e pelas forças policiais (MUCCHIELLI; AÏT-OMAR, 2007, p.14).

No fim de novembro, a Federação Francesa das Companhias de Seguro (FFSA) [*Fédération française des sociétés d'assurances*] contabilizou um prejuízo de cerca 200 milhões de euros, em sua maioria contra o patrimônio público (cerca 80% do valor total dos sinistros). Aproximadamente 5.200 pessoas foram presas durante as manifestações, 4.500

(1985); Ilhas Wallis e Futuna (1986); e Polinésia Francesa (1987) (FRANÇA, 2016, p. 65). No caso das revoltas de 2005, uma lei votada em 18 de novembro prolongou o estado de emergência até 4 de janeiro de 2006. No caso, 7 departamentos (divisões administrativas francesas) aplicaram-no para conter as revoltas (MUCCHIELLI; AÏT-OMAR, 2007, p.15). Sucessivamente, o instrumento foi novamente utilizado em novembro de 2015, após os recentes ataques terroristas a Paris. No momento em que encerramos este trabalho, o estado de emergência encontrava-se ainda em vigor, e o Parlamento francês estava apreciando um projeto de revisão constitucional “de proteção da nação” que visava inscrever o estado de emergência na Constituição e ampliar os poderes do governo em caso de atentados terroristas. Entre as medidas polêmicas em discussão na Assembleia Legislativa estava a privação da nacionalidade francesa em caso de crimes considerados particularmente graves (FRANÇA, 2016, p. 2).

²⁸ Do montante total de danos contabilizados pelas companhias de seguro, essa região foi responsável por 12,8% dos sinistros contra veículos e por 42,8% do total de outros tipos de danos contra o patrimônio. Aulnay-sous-Bois foi o município da região com maior número de registros de sinistro (98 casos), totalizando danos de 21 milhões de euros. Ao final, o valor médio do prejuízo calculado pelas seguradoras em Seine-Saint-Denis foi de € 33,44 por habitante. Na segunda região mais atingida, Saône-et-Loire, o valor médio do prejuízo por habitante correspondeu a € 13,70 (CAZELLES; MOREL; ROCHÉ, 2007).

tiveram prisão preventiva decretada, e entre 600 e 800 indivíduos foram condenados à prisão; destes, cerca de 50 eram menores de 18 anos (MUCCHIELLI; AÏT-OMAR, 2007, p. 14; JOBARD, 2015, p. 79)²⁹.

Para além dos comentários do governo, os políticos franceses se manifestaram pouco sobre os eventos. O Partido Socialista (PS) criticou as afirmações do ministro Sarkozy, enquanto o Partido Comunista Francês (PCF) apenas se manifestou negativamente no momento em que foi instaurado o “estado de emergência”. Do outro lado do prisma partidário, a Frente Nacional, uma das forças políticas que solicitou a adoção da medida, fez poucas declarações públicas, tendendo a concordar com a ação governamental. Outra agremiação da extrema direita francesa, o Movimento pela França [*Mouvement pour la France*], foi mais incisiva em suas críticas à “imigração inundante” e à “islamização da sociedade”.

No que tange ao perfil dos manifestantes, foram coletadas apenas informações parciais. A partir dos arquivos judiciais da Seinte-Saint-Denis (ou seja, considerando apenas os indivíduos que tiveram de responder perante a lei por sua participação nas violências), é desenhado o seguinte retrato dos revoltosos: jovens; na faixa entre 16 e 21 anos; na sua maioria de cidadania francesa; nascidos na França; e originários de famílias de imigrantes, sendo mais da metade proveniente do Norte de África. O maior número de manifestantes estaria frequentando a escola, mas em cursos de menor prestígio (como os técnicos), e encontrando-se em situação de defasagem escolar. Quase todos seriam solteiros e morariam com os pais. Em sua maioria, os núcleos familiares eram compostos por casais com filhos, porém, coabitando em condições socioeconômicas precárias. As famílias poligâmicas, acusadas de serem uma das fontes dos protestos, representavam somente uma exceção na amostra analisada. Entre os interpelados pela justiça, apenas 3 dos 115 com mais de 18 anos viviam nesse tipo de arranjo familiar. Entre os 86 menores de idade foi observado apenas um caso (MUCCHIELLI; AÏT-OMAR, 2007, p. 22).

²⁹ De acordo com Jobard (2015, p. 79), a taxa de absolvição dos revoltosos foi particularmente elevada, mostrando um uso extensivo da prisão como forma de controle por parte da polícia no momento mais agudo dos protestos. Cerca de 1/3 dos jovens foram absolvidos, em comparação a uma taxa média geral de 5%.

1.3 A cobertura midiática dos protestos

Durante as três semanas de confrontos, as páginas dos principais jornais e as pautas dos canais de televisão da França e do mundo foram ocupadas por imagens, artigos, editoriais, entrevistas e comentários sobre os eventos. As *émeutes* suscitaram interesse e cobertura sem precedentes, de forma que por três semanas “foi o conjunto da sociedade francesa que viveu os eventos – por meio da televisão ou da imprensa escrita – ao ritmo do balanço de carros queimados e de edifícios públicos e privados vandalizados, oferecendo, fora da França, a imagem surreal de um país ‘à beira da guerra civil’” (KOKOREFF; BARRON; STEINAUER, 2006, p. 71, tradução nossa).

Na interpretação do sociólogo Gérard Mauger (2006), paralelamente aos confrontos e às violências nas ruas, originou-se uma verdadeira *émeute de papier* (revolta de papel, em tradução livre) midiático. Ou seja, uma disputa simbólica por meio dos veículos de comunicação, na tentativa de impor uma “interpretação legítima dos protestos e de seus manifestantes”.

Em um debate midiático caracterizado pela quase total ausência das vozes dos manifestantes, a discussão foi polarizada: de um lado, pelos defensores dos manifestantes; do outro lado, pelos seus detratores. Os primeiros explicaram a revolta a partir da precarização das condições sociais nas periferias urbanas marginalizadas e do sentimento de injustiça e exclusão experimentado pelos jovens revoltosos. Já os críticos desqualificaram os confrontos jurídica, moral e culturalmente. Os eventos foram definindo por esses últimos como episódios de “delinquência arbitrária”, “violência gratuita” ou como “comportamentos puramente imitativos e gregários”. As razões da violência foram imputadas à decadência moral dos jovens, à delinquência, à imigração, às famílias fragilizadas, à poligamia e ao radicalismo islâmico.

Concomitantemente à cobertura da imprensa francesa, os protestos de 2005 foram seguidos atentamente pela mídia internacional, que concedeu uma visibilidade sem precedentes às “violências urbanas” recentes na França.

As imagens das periferias francesas incendiadas foram destaque nas principais emissoras do mundo. As cenas de carros queimados e de batalhas noturnas dos jovens manifestantes foram sistematicamente reproduzidas pelas televisões internacionais. Na CNN, longas sequências de carros em chamas, à noite, eram retransmitidas sob o título “Paris em

chamas”. Os jornalistas da emissora Fox News atualizavam a situação dos confrontos tendo como tela de fundo uma bandeira azul, branca e vermelha tremulando por trás do título “*Muslim Riot*” (Tumultos islâmicos), em letras vermelhas.

No que tange à cobertura europeia, o conjunto de jornalistas que acompanhou as revoltas deu amplo espaço à análise social da situação francesa, trazendo um diagnóstico muito severo sobre as condições das *banlieues*. O jornal alemão *Die Welt* as apelidou de “úlceras cancerígenas que não param de se espalhar”, de espaços onde “os policiais não mais se aventuram e os grupos de criminosos ditam as próprias regras”.

Os editoriais de vários jornais europeus se perguntaram sobre as falhas e a capacidade de resiliência dos modelos de integração de imigrantes. Muitos analistas daqueles periódicos consideraram o modelo de integração francês colapsado. O jornal alemão *Neues Deutschland* descreveu os subúrbios pobres franceses como terras minadas por “um apartheid social e étnico, bem no meio da Europa. Essas cidades são grandes bolsões da miséria à margem da sociedade. Sem trabalho. Sem valores. Sem confiança. Sem esperança. Ninguém sai”. O jornal *Süddeutsche Zeitung*, mais uma vez da Alemanha, titulava “Paris está em chamas” enquanto o *Frankfurter Allgemeine Zeitung* destacava as palavras de um morador de Clichy-sous-Bois sobre a mais recente noite de confronto: “Na noite passada, aqui era um pouco como em Bagdá”. As referências à Guerra do Iraque eram especialmente comuns nas televisões russas e norte-americanas. No caso das emissoras de Moscou, foram também recorrentes as analogias com o terrorismo checheno.

No que tange à imprensa brasileira, a cobertura dos protestos foi bastante ampla, especialmente considerando a distância geográfica do local dos eventos³⁰. Mas nesse sentido, não deveríamos ficar surpresos. Em comparação com a atenção reservada a outras regiões do mundo, a mídia brasileira sempre cobriu com bastante interesse a realidade europeia (especialmente a francesa)³¹.

Na busca por notícias sobre os protestos nos jornais brasileiros, encontrei 213 matérias assim distribuídas: Folha de S. Paulo (95 matérias), O Globo (91 matérias), Gazeta Mercantil (13 matérias), Jornal do Commercio (12 matérias), e Valor Econômico (2 matérias)³².

³⁰ Em minha pesquisa não encontrei referências à cobertura da mídia brasileira aos eventos de 2005 nos jornais franceses, norte-americanos ou ingleses.

³¹ Em comparação ao momento em que foram noticiadas pelos jornais norte-americanos e britânicos, a mídia brasileira pautou os protestos um pouco mais tarde. Não obstante, nos dias de cobertura mais intensa, entre 7 e 14 de novembro de 2005, a média de textos publicados na mídia brasileira sobre os protestos foi equivalente à dos outros dois países (com uma média de 16 matérias por dia).

³² Utilizando o banco de dados ProQuest Latin American Newsstand, investiguei a cobertura dos eventos franceses de novembro de 2005 em cinco grandes jornais diários brasileiros: O Globo, Folha de S. Paulo, Jornal

Destaca-se, neste sentido, a quase total concentração das notícias nos dois primeiros diários³³. O dia 13 de novembro foi o de maior número de notícias publicadas.

Ao cobrirem os eventos franceses, os jornais brasileiros utilizaram, em grande medida, fontes provenientes de agências internacionais e traduções de matérias publicadas na França e nos Estados Unidos. Igualmente, os diários recorreram largamente às opiniões de comentaristas estrangeiros em suas análises dos protestos.

No caso da Folha de S. Paulo, a partir do dia 8 de novembro, um grupo de jornalistas se deslocou para Paris e começou a produzir reportagens *in loco*, passando então a oferecer uma cobertura mais detalhada dos eventos.

As primeiras duas notas sobre as *émeutes* foram publicadas no jornal O Globo, ainda no fim de outubro de 2005³⁴, e deram especial ênfase ao pertencimento religioso dos manifestantes. Cabe destacar que esse periódico também relatou uma afirmação de um agente policial francês que declarava existir uma “guerra civil em andamento”. Ou seja, desde o início, ao usar uma linguagem bélica, O Globo acentuou a dimensão conflituosa e violenta dos eventos. A título de exemplo, no dia 1º de novembro o jornal intitulou uma matéria de “Guerrilha urbana na periferia de Paris”. Em numerosas passagens encontra-se também o uso de expressões como “gângues de jovens” ou “revolta da periferia”³⁵.

Na abordagem da violência foi recorrente a comparação da realidade urbana francesa com o cenário vigente nas grandes cidades brasileiras, especialmente no Rio de Janeiro e em São Paulo. Assim, por exemplo, Bento Prado Jr. falou em universalização das favelas (Folha de S. Paulo, de 12/11/2005, A França e a “brasilianização” do mundo). Clóvis Rossi traçou um paralelo entre a violência do tráfico de drogas no Brasil e os grupos islâmicos radicais na França.

do Commercio, Valor Econômico e Gazeta Mercantil. Na verdade, devido a limitações operacionais referentes à base de dados utilizada, não consegui alcançar um maior leque de jornais, ficando de fora importantes publicações como, por exemplo, O Jornal do Brasil, O Estado de S. Paulo e Correio Braziliense. O período temporal coberto pela pesquisa foi o mesmo utilizado para os estudos de caso britânico e norte-americano: de 25 de outubro de 2005 a 10 de janeiro de 2006. As palavras-chave utilizadas foram formadas por uma combinação de dois conjuntos de termos. No primeiro incluímos: França e Paris. O segundo grupo foi formado pelas palavras: revolta, violência, imigrante, periferia, árabe(s), negro(s), africano(s), pobre(s), muçulmano(s), islâmico(s), distúrbios, confronto, *riot*, discriminação, segregação, racismo, raça e racial.

³³ Provavelmente a centralização possa ser explicada a partir do viés da amostra pesquisada que incluiu três jornais de cunho mais econômico e financeiro, mas exclui outros diários de grande circulação e com uma pauta mais generalista e diversificada.

³⁴ O Globo, de 29/10/2005 – Morte de jovens deflagra revolta perto de Paris. O Globo, de 30/10/2005 – Madrugada violenta perto de Paris.

³⁵ Ambos os termos foram utilizados na matéria “A periferia no caminho de Sarkozy” do jornal O Globo, publicada em 02/11/2005.

O que está acontecendo em Paris e em outras cidades francesas parece a repetição, sem o morro, da situação das favelas do Rio de Janeiro ou de outras regiões do Brasil em que o Estado já não controla nem tem, como seria de rigor, o monopólio no uso das armas.... Porque, como no Brasil, tornaram-se recrutas da violência dos ‘caids’, os chefes da droga. E/ou de líderes islamistas radicais. É um problema social, mas é também um problema policial. Não dá para confundir as coisas e alegrar-se, como certos setores da esquerda idiotizada, com o ataque a símbolos do capitalismo. Essa meninada não está procurando ‘liberdade/igualdade/fraternidade’ nem nos subúrbios de Paris nem nos morros do Rio. (Folha de S. Paulo, de 8/11/2005 – Quantas missas vale Paris?).

Para além da dimensão violenta dos protestos, a imprensa brasileira concedeu especial atenção a outros dois aspectos dos eventos. De um lado, às condições sociais nas “periferias” e “subúrbios” franceses. De outro lado, ao problema de integração dos imigrantes.

No primeiro caso, foram acentuadas as condições de vida nas “periferias”, o desemprego, mas também os programas sociais franceses. Quando eram analisadas as causas das revoltas a comparação com a realidade brasileira esteve sempre evidente. Em algumas dessas matérias, a situação das *banlieues* francesas foi explicitamente comparada às favelas e aos subúrbios brasileiros.

O epicentro dos distúrbios na região metropolitana de Paris são as ‘*cités*’, conjuntos habitacionais populares que se assemelham às COHABs brasileiras. Aulnay-sous-Bois, visitada ontem pela Folha, é uma grande COHAB. Mas, comparada às periferias pobres brasileiras, parece um oásis de organização e limpeza. (Folha de S. Paulo, de 8/11/2005 – Moradores negam que estejam em guerra civil).

Ao mesmo tempo, as condições materiais de vida, bem como as políticas do bem-estar social francesas, não pareciam aos olhos brasileiros – acostumando com outras mazelas – razão suficiente para motivar a raiva dos manifestantes.

É certo que os jovens, em sua maioria franceses descendentes de imigrantes do Norte da África, exigem a melhoria das condições econômicas em que vivem. Esse parece ser um ingrediente necessário para a revolta, porém insuficiente para explicá-la. Afinal, embora ocupem a base da escala social francesa, vivem nas condições relativamente boas proporcionadas pelo ‘welfare state’ local. Têm direito a educação e saúde gratuitas, salário desemprego e outras formas de amparo. (Folha de S. Paulo, de 8/11/2005 – Revolta na França).

No que diz respeito ao tema da imigração, os jornalistas insistiram na presença de um forte racismo entre os franceses contra os imigrantes árabes. Por exemplo, um editorial da

Folha afirmou: “a França tradicional dá repetidas mostras de que não gosta dos ‘árabes’, no que muitas vezes é correspondida pelas comunidades de imigrantes” (Folha de S. Paulo, de 13/11/2005 – Rebelião francesa).

Em algumas outras matérias as causas dos protestos foram imputadas ao “problema de identidade” dos manifestantes, espremidos entre as “culturas de origem” e a difícil integração “pelos valores republicanos”.

Ao mesmo tempo em que se orgulham da cultura de seus pais e avós, os jovens a renegam na tentativa de se enquadrar no país em que vivem. Apesar de nascidos na França, são tratados como ‘os árabes’. Os negros são chamados de ‘africanos’. Mas quando visitam a família em seus países de origem são ‘os europeus’ ou ‘os franceses’, que podem até transmitir uma imagem de sucesso. É quase esquizofrênico. (Folha de S. Paulo, de 13/11/2005 – No subúrbio, ar pacífico esconde tensão constante).

Em outras matérias, a rejeição aos valores republicanos seria voluntária e determinada por fatores religiosos. Na coluna dedicada aos protestos assinada por Nelson Ascher (Folha de S. Paulo, em 7/11/2005 – A Intifada europeia), as condições socioeconômicas não seriam os fatores causadores da revolta. Assim, o jornalista afirmou: “eles não só têm pão de sobra, teto, mesada e acesso tranquilo a drogas recreativas, como nem sequer precisam, para tanto, trabalhar”; ou seja, condições de vida “bem acima do de 2/3 dos brasileiros, para nem falar dos africanos, inclusive os que seguem vivendo nas terras natais dos rebeldes ou de suas famílias”. Para o colunista, as causas dos protestos deveriam ser reportadas ao perfil dos manifestantes: jovens, do sexo masculino e muçulmanos. Ainda de acordo com Ascher, essas populações “não vêm se mostrando excepcionalmente dispostas a se assimilar ou adotar costumes e práticas locais que consideram decadentes, quando não antagônicas a suas próprias tradições recém-redescobertas”.

O medo do terrorismo islâmico e do fanatismo religioso foi também mobilizado nos jornais brasileiros para salientar uma relação entre a religião muçulmana e o racismo francês:

O quadro piorou após o 11 de Setembro. Embora a França tenha se posicionado contra a Guerra do Iraque, é certo que aumentou a desconfiança em relação aos árabes, não apenas a do francês ‘comum’ mas também a da polícia, que, aliás, já dispensava tratamento ‘especial’ a esses jovens. Se havia um vetor racista em cena, ele se acentuou. (Folha de S. Paulo, de 13/11/2005 – Rebelião francesa).

Em síntese, ao comparar a realidade nacional com a da França, os jornais brasileiros enfatizaram em suas análises a dimensão social e os problemas de integração dos imigrantes à sociedade francesa. No que tange à dimensão racial dos protestos, esta apareceu no uso de marcadores raciais, como “jovens manifestantes árabes e negros”. Ao tratar do problema do racismo, da intifada, e do modelo de integração nacional, a imprensa do Brasil incorporou em sua pauta o problema das relações de raça e classe na França, mesmo sem explicitar abertamente as conexões entre a “questão da imigração” e a “questão racial”.

1.4 A imprensa francesa

No caso da imprensa francesa, a pesquisa se beneficiou inicialmente de fontes secundárias já disponíveis. A primeira foi a dissertação de mestrado de Méliissa Depeyre (2008), na qual foi analisado o discurso produzido por cinco dos principais jornais diários franceses: *Le Monde*, *Le Figaro*, *Libération*, *L'Humanité* e *Le Progrès*³⁶. Também usei como fonte a rica análise dos editoriais dos principais jornais franceses realizada por Mauger (2006) e o compêndio sobre as manifestações públicas de atores sociais e intelectuais, publicado ainda em dezembro de 2005 pela rede Iniciativas Por um Outro Mundo (IPAM) [*Initiatives pour un autre monde*]³⁷. A partir desses trabalhos, foi possível acessar editoriais, entrevistas e matérias nos quais era destacada a dimensão etnicorracial dos protestos franceses.

A respeito da orientação dos principais órgãos da imprensa escrita francesa, Depeyre (2008) constatou que em todos os diários os termos encontrados sistematicamente para definir os protestos foram “violências” e “violências urbanas”, estas representando cerca de 60% a 75% do total de vocábulos utilizados³⁸. Ou seja, a escolha terminológica indicaria a

³⁶ Através da técnica de análise de discurso e entrevistas com jornalistas das redações dos jornais pesquisados, a autora investigou 889 matérias publicadas pelos cinco diários entre 27 de outubro e 30 de novembro de 2005. A distribuição de artigos entre os jornais foi a seguinte: *Libération*, 227 matérias; *Le Monde*, 201 matérias; *Le Figaro*, 202 matérias; *L'Humanité*, 129 matérias; e *Le Progrès*, 130 matérias. A autora selecionou as matérias de jornalistas que continham as seguintes palavras-chave: *banlieues*, *émeutes*, *violences urbaines*. Os editoriais e as entrevistas não foram incluídos no estudo (DEPEYRE, 2008).

³⁷ Finalizado ainda em dezembro de 2015, o Dossiê IPAM contém os comunicados à imprensa, as cartas abertas, os artigos e as análises redigidas entre novembro e dezembro de 2005 por atores sociais e intelectuais, sendo a maioria entre eles alinhada às posições do “movimento social altermundialista francês” (IPAM, 2005, p. 9, tradução nossa).

³⁸ Em segundo lugar, vinha a palavra *émeute*, aparecendo em 149 casos no *Le Figaro* (36%), em 105 casos no jornal *Libération* (30,5%), em 79 casos no *Le Monde* (19%), em 38 casos no diário *Le Progrès* (20%) e em 37 casos no *L'Humanité* (14%). O termo “revolta” aparecia apenas em cerca de 5% dos casos nos jornais pesquisados, enquanto “insurreição” ou “sedição” foram encontrados em apenas 1% das matérias selecionadas.

construção de uma imagem despolitizada dos protestos, em que a dimensão impulsiva, violenta e criminal dos acontecimentos teria prevalecido sobre o elemento contestatório das manifestações (DEPEYRE, 2008).

Ainda sobre o discurso jornalístico e a construção social dos eventos por parte dos cinco diários franceses³⁹, a autora organizou as publicações de acordo com três tipologias:

- a. Os jornais com um discurso prevalentemente político (*Le Monde* e *Le Figaro*), nos quais foi concedida maior atenção à resposta do governo e à dos atores institucionais;
- b. Os jornais com uma predominância dos temas sociais e dos relatos de vida cotidiana nas periferias (*Libération* e *L'Humanité*); e
- c. Uma leitura factual dos eventos (*Le Progrès*).

Ademais, na cobertura dos eventos pelos quatro diários nacionais emergiria uma “orientação editorial explícita”. *Le Monde* buscava explicar os eventos a partir das posições dos atores políticos institucionais, mantendo, assim, seu status de “jornal de referência dos dirigentes” franceses. Já nas páginas do *Le Figaro* era dado destaque ao tema da segurança pública e das reações do governo, refletindo o gosto do leitor daquele diário, tendencialmente alinhado com o eleitorado de direita. De outro lado, o *Libération* parecia descrever os fatos orientado pelos interesses da esquerda e dos ecologistas. A mesma orientação partidária poderia ser identificada no jornal *L'Humanité*, que devido à sua proximidade com o PCF, daria maior ênfase às causas sociais dos eventos (DEPEYRE, 2008).

Contudo, para além do que a autora identificou como linhas editoriais dos diferentes diários, procurei entender o enquadramento dado por cada jornal à dimensão racial dos protestos.

De acordo com os achados de Depeyre (2008) sobre a presença da temática racial na cobertura dos protestos, esperava encontrar uma relativa convergência na linha editorial daqueles meios de informação mencionados. Ou seja, apoiando-me na autora, presumia que todos eles dariam pouca atenção à temática ou tentariam desqualificar tal abordagem. Entretanto, uma análise mais detida mostrou um quadro mais diversificado.

Segundo Depeyre, nas páginas de *L'Humanité* a cobertura dos protestos se concentraria nas causas ou nas condições de vida cotidiana nas *banlieues* francesas. Ao enfatizar o sentimento de revolta desses jovens em cólera por causa da discriminação sofrida, o jornal identificaria como causas do mal-estar a segregação espacial e de classe. A

³⁹ No Apêndice A pode ser encontrada uma síntese que fiz do tratamento dado às *émeutes* de 2005 pelos 5 diários franceses, de acordo com informações contidas na dissertação de mestrado de Depeyre (2008).

discriminação racial não foi apresentada como possível motivação dos eventos. Assim, o jornalista de *L'Humanité*, Laurent Mouloud, quando perguntado por Depeyre sobre uma leitura em termos étnicos dos problemas das “periferias” francesas, respondeu:

Nós, por exemplo, não fizemos nada disso. O lado dos árabes [*rebeus*], dos negros, os problemas étnicos nas ‘*banlieues*’, os subúrbios... os outros se ocuparam disso. Pensamos que esse não era o nosso problema. Porque ao final, política e filosoficamente, não é algo que... Não acho que seja um problema a ser apontado. Não temos esse tipo de visão das ‘*banlieues*’. (DEPEYRE, 2008, p. 132. Entrevista com Laurent Mouloud, realizada em 09/07/2008, tradução nossa).

Ou seja, de um lado, o jornalista reconheceu a existência de uma identificação de determinados atores sociais de acordo com categorias raciais, como “árabe” ou “negro”. Por outro lado, o entrevistado justificou a ausência de uma leitura racial dos protestos por esta não se enquadrar na linha editorial do jornal. Ligado aos ambientes da esquerda francesa, o jornal teria escolhido não salientar a dimensão etnicorracial, já que falar em “raça” e “etnia” levaria a uma essencialização perigosa das identidades (DEPEYRE, 2008).

Contudo, é possível observar que, mesmo não tendo adotado uma leitura racial dos eventos, a raça apareceu nas páginas do *L'Humanité* a partir da cobertura dos eventos dada pela imprensa estrangeira.

A primeira menção pode ser encontrada em um artigo do dia 9 de novembro de 2005 (*Réactions vue d'Europe*), momento em que foi relatada a cobertura dos protestos feita pela mídia europeia. Entre as matérias que salientavam o medo de uma nova “intifada” e de uma propagação dos protestos para bairros de outras cidades europeias, *L'Humanité* deu uma atenção especial aos comentários dos jornais britânicos.

Todavia, uma parte da imprensa britânica está convencida da superioridade do modelo nacional de acolhimento dos imigrantes, em relação àquele francês. Assim o *Independent* enaltece o multiculturalismo, estimando que a expressão das ‘identidades raciais’ é ‘um enriquecimento’. O *Financial Times* faz abertamente a conexão entre os atos de violências e o modelo social francês, e conclui que ‘o melhor meio de enfrentar o desemprego dos jovens e das minorias étnicas seria reduzir o salário mínimo e os encargos’. E isso, sem nenhum recuo crítico sobre essas políticas no próprio Reino Unido, onde violências interétnicas explodem regularmente, e, tampouco, sem falar do crescimento dos integralismos religiosos nas comunidades desfavorecidas e excluídas do resto da sociedade. (*L'Humanité*, de 9/11/2005 – *Réactions vue d'Europe*, tradução nossa).

Assim, a partir daquele momento, mesmo sem aderir a uma visão etnicorracial da sociedade francesa, o *L'Humanité* se abriu ao tema por meio de cartas de opiniões e entrevistas de expertos. Estes últimos se manifestaram, de forma favorável ou contrária, sobre os temas da discriminação com base na cor da pele⁴⁰, das heranças do sistema colonial⁴¹, das políticas de ação afirmativa⁴², do racismo⁴³ e da discriminação no acesso ao trabalho⁴⁴.

Depeyre (2008) encontrou um padrão similar em *Le Monde*. Assim, de acordo com a autora, o jornal teria tratado dos temas da imigração, do modelo republicano francês e da identidade nacional, através de entrevistas com estrangeiros e relatos de notícias veiculadas internacionalmente.

De fato, é do dia 5 de novembro de 2005 a primeira matéria realizada pelo jornal *Le Monde* sobre a cobertura internacional dos protestos⁴⁵. Em artigo intitulado “A imprensa estrangeira critica a atitude de Nicolas Sarkozy”⁴⁶, esse periódico sintetizou as opiniões negativas da mídia internacional, tanto sobre a gestão dos protestos por parte do governo francês, como sobre a crise do modelo de integração. De forma similar a *L'Humanité*, o diário referiu que “os jornais europeus e anglo-saxão são ainda mais severos sobre ‘a incapacidade da França de integrar seus imigrantes’, de acordo com o correspondente do *New York Times*, a Paris.” E continuou: “O *Frankfurter Allgemeine Zeitung* considera que ‘o modelo francês de integração entrou na última fase de sua existência’. ‘O país que tinha concebido de forma mais minuciosa a sociedade multicultural (...) perdeu o contato com a realidade’, retruca o diário alemão”.

No dia seguinte, por meio de editorial, o periódico *Le Monde* reconheceu a existência de um “problema da imigração” pelo menos desde os anos 1990, mas ponderou: “a França

⁴⁰ *L'Humanité*, de 12/11/2005 – *Témoignage ‘Tu vas voir, sale nègre!’*. *L'Humanité*, de 17/11/2005 – *L'invitée de la semaine Annick Madec*.

⁴¹ *L'Humanité*, de 16/11/2005 – *Nous voulons dire ici notre indignation et notre inquiétude*.

⁴² *L'Humanité*, de 16/11/2005 – *La chronique Banlieuephobie*. *L'Humanité*, de 17/11/2005 – *Discriminations. Les responsabilités de l'État*.

⁴³ *L'Humanité*, de 14/11/2005 – *Ici, il y a des gars qui ont des choses à dire*. *L'Humanité*, de 14/11/2005 – *C'est la question sociale qui est primordiale*. *L'Humanité*, de 22/11/2005 – *Le mot intégration a une dimension humiliante*. *L'Humanité*, de 26/11/2005 – *Les ségrégations sont du racisme en actes*. *L'Humanité*, de 26/11/2005 – *La xénophobie pas si rampante*.

⁴⁴ *L'Humanité*, de 14/11/2005 – *Justice: vers la dépénalisation de la discrimination*. *L'Humanité*, de 26/11/2005 – *Discriminations*. *L'Humanité*, de 26/11/2005 – *Les procès peuvent faire évoluer les pratiques des employeurs*. *L'Humanité*, de 28/11/2005 – *Discriminations*.

⁴⁵ Encontramos pelo menos outras 4 matérias em *Le Monde* sobre a cobertura internacional dos protestos: *Le Royaume-Uni et l'Espagne s'interrogent sur leurs modèles après les violences en France*, de 12 novembro de 2005; *Confrontée à une immigration massive, l'Espagne veut tirer parti des “erreurs” commises ailleurs*, de 12 novembro de 2005; *Les ‘immigrés’ français font peur à Moscou*, de 17 novembro de 2005; e *Les correspondants étrangers à Paris estiment ne pas avoir de leçons à recevoir*, de 17 novembro de 2005.

⁴⁶ *Le Monde*, de 5/11/2005 – *La presse étrangère critique l'attitude de Nicolas Sarkozy*.

não é, de longe, o único país ocidental confrontado com ‘*banlieues*’ transformadas em guetos étnicos”. Em seguida, o jornal afirmou:

O país que se enxerga como a pátria dos direitos do homem e o santuário de um modelo social generoso se mostra, aos olhos de todos, incapaz de assegurar condições de vida dignas aos jovens franceses, cujos avós imigrantes contribuíram com os ‘Trinta Gloriosos’ [1945-1975], mas que não tem no horizonte nada além de desemprego, regressão tribal e racismo. (*Le Monde*, de 6/11/2005 – *Modestie et ambition*, tradução nossa).

Dois elementos se destacam nesse trecho. Em primeiro lugar, um certo ressentimento pela contradição entre a imagem veiculada pela França internacionalmente e a efetivamente percebida mundo afora. Entre o melindre e a autocrítica, *Le Monde* confessou a incapacidade do modelo de integração francês de incorporar plenamente as populações de origem estrangeira. Em segundo lugar, é interessante notar a associação feita pelo jornal entre desemprego, comunitarismo (ou regressão tribal, assim como definida no texto) e racismo. Ou seja, fica sugerida uma conexão entre a precarização das condições sociais e o fechamento de determinadas pessoas em grupos comunitários segundo linhas étnicas. Como consequência deste último registrar-se-ia um aumento do racismo.

Na resposta de um jornalista do diário *Le Monde* a Depeyre (2008) sobre a leitura étnica dos protestos por parte da imprensa estrangeira encontramos outros elementos para pensarmos a tensão existente entre “visibilidade – invisibilidade” da questão racial.

Sobre a segregação étnica no país, são coisas que não enxergamos mais. Quando você é jornalista em Paris, acostuma-se a ter bairros onde vivem quase unicamente brancos e bairros onde vivem quase unicamente negros e árabes. Isso literalmente salta aos olhos dos jornalistas estrangeiros que chegam. A mesma coisa sobre a composição social e étnica das empresas. [...] Não vemos isso na França. É verdade que sabemos... sabemos bem o que é isso como jornalistas, sabemos bem como cidadãos... Primeiro temos medo de usar certas palavras, medo de usar as palavras ‘brancos’, ‘negros’, por exemplo. E depois passamos a acreditar que faz parte... de uma coisa óbvia, então, que não necessariamente se diz. (DEPEYRE, 2008, p. 67. Entrevista com Luc Bronner, realizada em 08/07/2008, tradução nossa).

De um lado, o jornalista reconheceu a existência de uma separação da sociedade francesa ao longo de linhas raciais. Porém, a divisão em bairros brancos, negros e árabes não seria comentada pelo jornal *Le Monde* por dois motivos: a) porque seria politicamente incorreta no contexto francês, em que os termos raciais são considerados inapropriados. Ou ainda, a simples manifestação pública em termos raciais seria por si só um comportamento

racista; b) porque tal separação seria algo notório e evidente, portanto, não haveria a necessidade de se comentar esta realidade. Já os jornalistas estrangeiros não partilhariam o mesmo entendimento. Talvez seja possível supor que eles não esperariam encontrar a presença da segregação racial na sociedade francesa. Ou talvez, já acostumados com a racialização de suas próprias sociedades, na emergência de uma situação de conflito que poderia ser entendido como racial, os jornalistas britânicos e norte-americanos seriam imediatamente atraídos por este tema.

A contratação pelo periódico *Le Monde* de um jornalista independente de origem árabe nos elucida mais um pouco sobre a forma pela qual é pensada e operada a identificação racial na redação deste jornal. Assim, Mustapha Kessous explicou sua participação na cobertura dos protestos:

Le Monde, para o qual havia trabalhado com um contrato temporário no verão de 2004, ligou quinta-feira – 3 de novembro. O jornal estava procurando alguém para fazer a cobertura do lado dos manifestantes. (...) Não tenho absolutamente nenhum complexo por minha origem árabe. É uma chance de ter uma dupla cultura – franco-argelina. Porém, ainda assim, eu não tenho a senha de acesso à *banlieue*. Você é jovem, você se parece com eles, você está vestido como eles, você entende a língua deles, isso torna as coisas mais fáceis. Mas eu também fui apedrejado. Por mais que você seja árabe, eles são desconfiados: você não é daqui. (*Le Monde*, de 13/11/2005 – *À la rédaction du 'monde'*, tradução nossa).

Ou seja, *Le Monde* escolheu um jornalista de origem árabe, que tinha precedentemente trabalhado na redação do jornal, para acompanhar os protestos nos subúrbios. De modo geral, a imprensa francesa foi mal recebida pelos manifestantes e teve muita dificuldade em cobrir os fatos diretamente em campo. Assim, provavelmente foi essa a razão que levou o jornal a contratar “um jovem”, que falava a “língua deles” e “se vestia como eles”. Isto é, alguém que pelo fenótipo e pelos modos se “parecesse com eles”.

A tensão sobre a possível existência de uma questão racial na França pode ser encontrada em numerosas páginas do jornal *Le Monde*. Como último exemplo apresento o editorial do 8 de novembro: “França, Estados Unidos, modelos em causa” [*France, Etats-Units, modèles contestes*], no qual os modelos de imperialismo e universalismo dos dois países são comparados e criticados. Em um trecho sobre o modelo francês, o jornal afirmou:

Mas imaginemos que um emissário de nosso governo viaje pelo mundo afora ao encontro das opiniões públicas estrangeiras. Sem dúvida é isto o que ele escutaria: como um país tão paladino da diversidade cultural, ao ponto de conduzir grandes batalhas internacionais para se impor à UNESCO e à

OMC, pode se recusar a pautar a diversidade de gênero, étnica e religiosa na formação e composição de sua própria elite?

[...]

Como um país cujo lema comporta a palavra ‘fraternidade’ pode assistir aos incêndios sucessivos de inúmeros imóveis insalubres de imigrantes sem associá-los à questão das políticas domésticas para aquelas populações? Como um país pode se prontificar a denunciar o racismo no exterior recusando-se a enfrentá-lo no coração da própria sociedade? Como os dirigentes de um país cujo lema abriga também a palavra ‘igualdade’ continuam a usar o princípio abstrato, ‘republicano’, para se recusar a estudar seriamente os meios concretos de remediar as desigualdades mais que flagrantes?

[...]

Poderia recusar, sob o pretexto do horror anglo-saxão, todos os outros modelos sociais que não o seu, ainda que a taxa de desemprego e de doenças nas *banlieues* inflja um desmentido espetacular do sucesso do modelo francês? (*Le Monde*, de 8/11/2005 – *France, Etats-Unis, modèles contestes*, tradução nossa).

Através da leitura dessa matéria, mais uma vez é explicitada a incompatibilidade entre a visão no exterior sobre a crise do modelo de integração francesa e a imagem promovida internacionalmente pela França como uma nação vanguardista na luta contra o racismo e na defesa da diversidade. A divulgação no exterior, durante os protestos, do “mal-estar” de suas “periferias” acabou sendo pouco compatível com a exaltação francesa do próprio modelo de integração nacional. Igualmente, o reconhecimento público das fragilidades da política de assimilação enfraqueceu as críticas endereçadas ao multiculturalismo anglo-saxão.

De qualquer forma, a constatação da existência de uma questão racial não impediu que o jornal *Le Monde* respaldasse uma abordagem principalmente baseada na dimensão social do fenômeno e na defesa do modelo de integração francês. Pelas entrevistas de Depeyre (2008) vê-se que a classe social – ou mais especificamente o empobrecimento da classe trabalhadora – foi o centro das análises das causas dos protestos. Igualmente, ao propor recomendações para resolver o “mal-estar das periferias”, a abordagem territorial, defendida pelo governo, foi a estratégia privilegiada pelos comentaristas nas páginas de *Le Monde*.

Uma entrevista em particular, publicada no dia 13 de novembro de 2005, com o historiador e demógrafo francês Emmanuel Todd, teve muita repercussão na opinião pública francesa, chegando a ser adotada publicamente pelo presidente Chirac. Neste texto Todd avançou no argumento de que nada separaria os “filhos da imigração” do resto da sociedade francesa.

Nada disso aconteceria se esses filhos de imigrantes não houvessem internalizado alguns dos valores fundamentais da sociedade francesa, incluindo, por exemplo, o binômio liberdade-igualdade.

Exatamente. Eu li essas revoltas como uma aspiração à igualdade. A sociedade francesa está sob o efeito da ascensão de valores desiguais, o que afeta o conjunto do mundo desenvolvido. Razoavelmente bem-aceito nos EUA, onde seu único efeito político é o sucesso do neoconservadorismo, esse impulso de desigualdade planetária dá errado na França.

[...]

No que diz respeito às crianças dos subúrbios de origem africana ou árabe, elas não estão de jeito nenhum na mesma situação dos paquistaneses na Inglaterra ou dos turcos na Alemanha. Aqui, as taxas de casamentos mistos no início de 1990 chegaram a cerca de 25% entre as jovens argelinas, enquanto era de cerca 1% para as garotas turcas e quase nula para as paquistanesas. A simples mistura étnica das gangues de jovens na França é impossível de ser concebida nos países anglo-saxões. (*Le Monde*, de 13/11/2005 – *France, Etats-Unis, modèles contestes*, tradução nossa).

Novamente podemos observar a comparação com o modelo norte-americano e com o multiculturalismo europeu. É também interessante notar como nessa interpretação os protestos não constituiriam um símbolo do fracasso do modelo republicano. Ao contrário, a adesão desses jovens aos valores republicanos e a recusa em aceitar uma posição às margens da sociedade francesa seriam as causas das revoltas. Todavia, se o jornal *Le Monde* se alinhou com essa posição, a mesma não foi unânime entre as redações francesas.

Le Figaro defendeu em vários momentos a derrota do modelo de integração nacional. No artigo intitulado “*Rébellion contre le ‘modele français’*”, do dia 11 de novembro de 2005, em uma severa crítica à suposta convivência da esquerda e da classe intelectual com a violência dos protestos, o jornal apontou como causas das revoltas o comunitarismo étnico, a ascensão do fundamentalismo religioso islâmico e o tráfico das drogas. Nessa avaliação, *Le Figaro* concluiu que:

Desta vez, o pacto nacional está abalado. As rebeliões das *cités* revelaram a gravidade da fratura identitária, nascida do comunitarismo étnico. O modelo francês de integração tem sido alvo de uma tentativa de subversão, por meio do uso de técnicas clássicas de desestabilização.

[...]

Os filhos perdidos, deixados sem educação outra que aquela da rua, muitas vezes tornaram-se os instrumentos de vendedores de droga ou fundamentalistas. Assim não lhes é de nenhuma ajuda esconder as manipulações que podem sofrer. Muitos desses jovens franceses nunca irão se reconciliar com a nação se ninguém os ajuda a despertar e a sair da doutrinação poderosa de uma leitura sectária do Corão, que chama para a luta e a submissão de judeus e cristãos.

[...]

O modelo de integração pode ser salvo? A assimilação total parece ter se tornado uma meta irreal. Mas o risco de ruptura do país pode ser evitado, se

os recém-chegados reencontrarem a vontade de se identificar com a França. O que já não é mais sempre o caso, tanto é verdade que um país que não sabe se fazer respeitar é um país que não é mais respeitável. A decisão de Nicolas Sarkozy, na quarta-feira, de expulsar os manifestantes estrangeiros significa colocar em prática uma maior exigência do Estado. Mas esse pode ser apenas o primeiro passo. Finalmente, resta também aos políticos considerar a imigração pelo que ela se tornou: um problema para a identidade do País. Quando o ministro do Interior enviou recentemente uma circular aos comissários de polícia afirmando que ‘o processo de reagrupamento familiar deve permanecer a regra’ é precisamente esta filosofia de acolhimento imposta que deveria ser colocada em discussão. (*Le Figaro*, de 11/11/2005 – *Rébellion contre le modèle français*, tradução nossa).

Portanto, na opinião do jornal de tendência conservadora, os protestos representariam o fracasso do modelo de identidade nacional francês e a falência da capacidade de incorporação de imigrantes pouco facilmente assimiláveis. Esse foi o *leitmotiv* adotado por *Le Figaro* em sua cobertura dos protestos: condenação das políticas imigratórias, elogio à expulsão dos estrangeiros, responsabilização do islã, e crítica às forças políticas de esquerda pela “saturação dos mecanismos de integração” franceses.

Em uma matéria em que é traçado o perfil dos manifestantes, encontramos também uma original contraposição entre árabes e negros. O título “Maioria de negros entre os manifestantes” [*Davantage de Noirs chez les émeutiers*] (11/11/2005) já nos deixa antever o teor do artigo:

‘São as gangues de negros que fazem tudo isso’, assegurava Fatima, 43 anos, após a primeira noite de violência a Aulnay-sous-Bois (Seine-Saint-Denis). ‘Eles saem o tempo todo e seus pais não se importam’, nervosa, ansiosa por marcar a diferença com as famílias árabes instaladas há muito tempo na *cité* 3.000.

Além das rivalidades entre essas diferentes ondas de imigração que se culpam mutuamente para a degradação de seus bairros, a polícia e os assistentes sociais têm repetidamente apontado, sem serem capazes de quantificar, o aumento da delinquência juvenil de origem africana. Durante as últimas noites de revolta, ‘havia mais negros que árabes’, confirmou a polícia de Seine-Saint-Denis. ‘Isso reflete a situação demográfica em certas *cités*: Noisy-le-Grand, Aulnay, La Courneuve são largamente habitadas por famílias da África Subsaariana.’

Nos últimos 20 anos, mais de 250 mil africanos chegaram à França, sem mencionar os ilegais. Muitos se estabeleceram em Île-de-France e especialmente nos conjuntos habitacionais mais degradados, já que essas famílias são, em média, duas vezes maiores do que as outras e têm dificuldades para encontrar casa em outros lugares. As mulheres, nascidas na África em sua maioria, conservaram os hábitos do país de origem e muitas vezes são mães de 5 ou 6 crianças. Nas famílias polígamas, estimadas em 12 mil, em média, há 12 pessoas. Em poucos anos, o número de jovens negros, portanto, aumentou significativamente, chegando a representar 17% de todos

os franceses de origens africana, árabe e turca, de acordo com dados do censo de 1999, analisado especialmente por dois pesquisadores do CEVIPOF [*Centre de recherches politiques de Sciences Po*].

[...]

Deixados a si mesmos, sem dinheiro, alguns com 12-13 anos começam a roubar, aproveitando-se por andar em bandos para impressionar suas vítimas. ‘Muitas vezes, suas famílias vivem na pobreza e sobrevivem com auxílios públicos. Eles fecham os olhos sobre esses roubos’, diz um comissário de Saint-Denis, que lamenta que grupos inteiros de irmãos tenham repetidas passagens nos tribunais. (*Le Figaro*, de 11/11/2005 – *Davantage de noirs chez les émeutiers*, tradução nossa).

O jornal buscou criar uma relação direta entre o perfil negro de manifestantes recém-imigrados na França e a explosão da violência. Porém, tal retrato acabou sendo desmentido sucessivamente pelos registros judiciais e por artigos acadêmicos⁴⁷. Uma jornalista do próprio jornal contradizia essa contraposição entre manifestantes árabes e negros em uma entrevista com Depeyre (2008):

Podia-se ver bem que [a imprensa estrangeira] tentava muitas vezes levar você a uma questão étnica e de estrangeiros. Mas não era exatamente esse o caso. Eles eram franceses. Afinal, havia uma parte de estrangeiros... imigrantes recentes. Mas $\frac{3}{4}$ dos jovens, se eram apenas jovens, eram de franceses. [...] Bem, havia [uma leitura étnica em *Le Figaro*], mas não completamente. Porque não era isso. Era também uma questão de habitação, social, de drogas, de gangues, de autoridade, tudo o que quiser. Mas não era apenas sobre a imigração. A prova, eu acho, que, dos dois jovens, apenas um era estrangeiro, não é? Me parece de lembrar assim, certo? Parece-me que havia apenas um que era imigrante francês, mas em último caso, eles eram todos franceses. (DEPEYRE, 2008, p. 130. Entrevista com Claire Bommelaer, realizada em 08/07/2008, tradução nossa).

No trecho acima, a entrevistada citou as reportagens realizadas por jornalistas de outros países e o destaque conferido à questão étnica. Assim, como no caso dos outros diários analisados, *Le Figaro* também se preocupou desde cedo com a imagem veiculada internacionalmente. Nesse caso, a primeira matéria, datada de 7 de novembro de 2005, mencionou, com linguagem apreensiva e irônica, os comentários no exterior sobre o colapso do modelo francês, concentrando-se especialmente nas críticas da imprensa norte-americana e no medo de “contágio” da imprensa europeia⁴⁸.

⁴⁷ Para uma análise desse tema, ver Jobard (2009a).

⁴⁸ No dia 10 de novembro foi publicado outro artigo intitulado “*De Los Angeles à New York, comment l'Amérique s'est attaquée aux violences urbaines*”, por *Le Figaro*, sobre as políticas implementadas nos Estados Unidos após os protestos raciais.

No jornal *Libération*, o tema do racismo e da discriminação racial, vivida pelas populações das periferias das grandes cidades francesas, recebeu maior destaque em relação aos outros diários.

À diferença dos outros meios de comunicação analisados, a primeira vez que a componente racial dos protestos apareceu nas páginas do *Libération* foi em 31 de outubro de 2005, em um editorial intitulado “*Ghetto*”, falando da cólera dos jovens contra os agentes públicos franceses (não apenas os policiais, mas também bombeiros e empregados dos correios), o jornal afirmou:

Cada função do Estado, mesmo que reconhecidamente útil, torna-se um pretexto para consumir um conflito com um de seus representantes, por mais humilde que seja este. Essa é uma reação típica dos guetos étnicos e nos obriga a fazer esta pergunta: quantos são os bombeiros *blacks*, e quantos os funcionários do correio *beurs*? Sarkozy apoia – corajosamente, dado seu círculo político – as propostas de ação afirmativa a favor dos meios sociais deficitários (e debilitantes). Tal como está, isso parece servir apenas como decoração a um excesso de discriminações negativas. (*Libération*, de 31/10/2005 – *Ghetto*, tradução nossa).

Assim, diferentemente do que vimos em relação aos outros diários, o tema etnicorracial não foi introduzido pela primeira vez no *Libération* através dos comentários da imprensa estrangeira. Ao contrário, constituiu uma temática de interesse desde o início da cobertura dos protestos. Ao criticar o ministro Sarkozy, o *Libération* alertou sobre a necessidade de inclusão de “*blacks*” e “*beurs*” entre os funcionários públicos e apelou para o combate à discriminação.

A primeira menção da cobertura internacional dos protestos é do dia 4 de novembro. Na verdade, o *Libération* foi o primeiro dos jornais estudados a mencionar a repercussão dos eventos no exterior, mas o conteúdo da matéria⁴⁹ foi semelhante ao encontrado anteriormente. Assim, o jornal relatou o medo dos outros países europeus em relação a um “efeito contágio da guerrilha urbana”, ou “intifada das *banlieues*”, ou “insurreição dos imigrantes”. No texto não há referência à ênfase dada pela imprensa britânica ou pela norte-americana à dimensão racial do fenômeno. Esse tema apareceu no dia 19 de novembro de 2005, em um artigo sobre as políticas adotadas na Grã-Bretanha:

A leitura de imprensa britânica que busca relatar as violências nos subúrbios franceses ilustra a diferença de concepção entre a França e o Reino Unido: enquanto em Paris falávamos de jovens e bairros inflamados, a imprensa do

⁴⁹ *Libération*, de 4/11/2005 – *L'Europe alarmée par la “guérilla urbaine”*.

outro lado do Canal falava de jovens negros, jovens árabes, levantando rapidamente o problema das minorias. Sem complexo. O estudo estatístico dos diferentes grupos populacionais permite, por exemplo, ao Ministério da Educação observar cuidadosamente o progresso de paquistaneses, bangladeshianos, indianos, negros africanos etc., na conclusão do equivalente britânico ao ensino médio. Observando há alguns meses que o desempenho daqueles grupos melhorou, o Ministério teve a oportunidade de felicitar-se de ter conseguido o objetivo, por meio de medidas adequadas, para algumas dessas minorias. (*Libération*, de 19/11/2005 – *Les Britanniques décomplexés sur les origines*, tradução nossa).

O artigo, portanto, citou também as estatísticas raciais britânicas enquanto modelo para avaliar a discriminação contra minorias e promover políticas públicas de inclusão. Na mesma matéria é destacada a diferença de tratamento dos manifestantes nos dois países. Na França seria salientada apenas a dimensão juvenil e de revolta. No Reino Unido falar-se-ia abertamente em “negros”, “árabes” e “minorias”.

O texto era parte de um dossiê especial, de várias páginas, publicado no dia 19 de novembro de 2005, com o título: “Discriminação. A boca do não emprego” [*Discrimination. La gueule du nonemploi*], dedicado ao tema da marginalização de minorias étnicas no mercado de trabalho. Encontravam-se nele matérias sobre o preterimento na seleção profissional, as estatísticas étnicas e as políticas afirmativas para as minorias na Grã-Bretanha. Em um editorial publicado no mesmo dia, Gérard Dupuy voltou a defender abertamente o uso de estatísticas etnicorraciais como instrumento para conhecer e combater as discriminações.

É necessário encontrar meios de neutralizar esta ‘penalidade étnica’ interposta ao mundo do emprego. Na ausência de um senso de justiça, o da ordem pública pode levar a inventá-los: é a questão explícita da ‘discriminação positiva’.

É possível mudar para o bem o que nós conhecemos tão mal? A sociologia dos preconceitos étnicos é pouco desenvolvida na França, por causa do medo que as categorias raciais reifiquem e emprisoneem aqueles que são o objeto de seus estudos. Isso é louvável, mas em nome da gloriosa universalidade do cidadão, chegamos assim ao mesmo resultado e a uma negação de que as últimas semanas têm mostrado o custo. (*Libération*, de 19/11/2005 – *Discrimination. La gueule du nonemploi*, tradução nossa).

De forma geral, encontramos no *Libération* um número considerável de matérias dedicadas à discussão da questão racial. Às vezes, através da opinião de expertos e convidados estrangeiros. Às vezes, por meio das vozes e dos rostos das “periferias”. Às vezes, através do retrato de personalidades negras. Porém, as interpretações não foram sempre unânimes.

Em uma matéria publicada no dia 2 de novembro de 2005, podia-se ler nas páginas do *Libération*: “a espiral da guetização piora, sob o efeito do desemprego em massa e do fechamento identitário no território, na religião e na origem étnica”. Nesse caso, o comunitarismo e os comportamentos criminais da juventude daqueles bairros foram apresentados como mecanismos de fechamento “sem propósito ou meta, a não ser o desejo de excluir qualquer coisa que não faça parte do ‘seu’ mundo”.

Nas páginas do jornal apareceu também a disputa para a primazia entre a “questão social” e a “questão racial” nas explicações dos protestos. Se de um lado encontramos muitos defensores de uma análise de classe da sociedade francesa, por outro lado, o número de apoiadores de uma leitura racial da sociedade francesa foi superior nas páginas do *Libération* em comparação com os outros jornais estudados.

Assim, por exemplo, no artigo “A diversidade étnica, uma riqueza a ser explorada” [*La diversité ethnique, une richesse à exploiter*] (28/11/2005), do economista Pierre-Yves Geoffard⁵⁰, a adoção de estatísticas etnicorraciais foi defendida com ardor. Os protestos teriam demonstrado que não seria mais possível esconder a “questão étnica” francesa, e seria, então, necessário medir e entender a discriminação no país.

Seja anárquica, islâmica, ou niilista, seja um resultado de escórias, de gangues organizadas ou de jovens desesperados, o fato é que a explosão da violência em alguns subúrbios franceses tem pelo menos um mérito: nos lembrar de que, na França, há uma questão étnica. As origens, a cor da pele, o som dos nomes, o endereço: todos estes critérios condicionam hoje os direitos, assim como os deveres, de acesso ao emprego ou de entrada em discoteca. Claro, a definição de ‘grupos étnicos’ coloca sérios problemas, ao ponto de as estatísticas públicas francesas proibirem nas pesquisas questões que permitiriam compreender este fato social. (*Libération*, de 28/11/2005 – *La diversité ethnique, une richesse à exploiter*, tradução nossa).

Apesar do *Libération* ter consagrado um maior espaço ao tema e aos apoiadores de uma leitura racial dos eventos, um jornalista daquela redação, em uma entrevista com Depeyre, apontou para as dificuldades experimentadas pela imprensa francesa em tratar da questão etnicorracial:

⁵⁰ Mas poderia ser citado também o editorial “Diversidade” [Diversité], de 26/11/2005, assinado por Patrick Sabatier. Ao enunciar as dificuldades encontradas na sociedade francesa para garantir condições iguais de liberdade, fraternidade e igualdade para toda a população, o jornalista afirmou: “A França é uma nação multiracial”. Em outra matéria “À esquerda, o impensado da raça” (30/11/2005), o americanista Andrew Diamond e um professor americano da Universidade Paris II, Jonathan Magidoff, tendo como referência as políticas de ação afirmativas adotadas nos EUA, nos anos 1960, criticaram o pouco espaço concedido ao enfrentamento das desigualdades raciais ou étnicas nas explicações dos protestos.

Eu acho que não nos sentimos confortáveis com todas essas questões. A sociedade francesa e a mídia em geral. Porque eu acho que ainda não abandonamos nossos velhos demônios associados às guerras coloniais e, ao mesmo tempo, esses velhos demônios fazem com que a sociedade francesa continue sendo aprisionada em tudo isso, e é difícil formular e dizer as coisas. [...] Eu acho que vivemos em uma sociedade que também tem medo desses bairros. E como ela tem medo desses bairros, ela não sabe como nomeá-los, como falar deles. Você estava falando antes comigo, eu lhe falava da confiança, eu acho que é o enorme problema de mídia. Se temos dificuldade para colocar em palavras tudo isso, é porque estamos com medo. (DEPEYRE, 2008, p. 131. Entrevista com Jacky Durand, realizada em 08/07/2008, tradução nossa).

As palavras do jornalista ecoam na interpretação de Depeyre (2008). Para a pesquisadora, o pouco espaço consagrado pela mídia francesa a uma leitura em chave etnicorracial dos protestos teria sido causada por uma rejeição deste tipo de interpretação por parte de alguns, pelo medo e pela pouca capacidade de manuseio das categorias etnicorraciais por parte de outros.

A falta de conforto e a incapacidade em “nomear as coisas” expressa pelo jornalista me parece compatível com a dificuldade da sociedade francesa em adotar uma terminologia explicitamente racial. A estratégia oficial de recusa de um vocabulário racial é o resultado da adoção de uma ideologia universalista *colorblind* e de uma luta contra o racismo de tipo aracialista. Por outro lado, a repercussão dos protestos de 2005 para fora das fronteiras nacionais francesas impossibilitou uma completa ocultação do discurso racial. Ao cobrirem a divulgação dos protestos no exterior, os meios de comunicação daquele país acabaram desenvolvendo, em suas próprias pautas, uma análise da dimensão racial dos protestos.

1.5 A imprensa norte-americana

Uma vez, no fim dos anos 1970, o escritor James Baldwin explicou a um amigo árabe que queria voltar aos Estados Unidos após muitos anos na França. ‘Os EUA encontraram uma fórmula para lidar com o demônio racial’, disse. Na França e no resto da Europa, as pessoas fingem que esse problema não existe, alegou, mas ‘um dia isso vai explodir’. (O Globo, de 11/11/2005 – Por que a França está ardendo. Tradução do artigo originalmente publicado em *The Washington Post*, em 9/11/2005 – *Why France is burning*).

O artigo, assinado pelo colunista David Ignatius, inicialmente publicado em *The Washington Post*, em 9 de novembro de 2005, prosseguia concordando com Baldwin. Enquanto nos anos 1960 os Estados Unidos teriam acabado com os protestos urbanos violentos por meio da adoção de ações afirmativas em favor da população negra, a França, “incapaz de promover a integração racial, agora observa as chamas tomarem os subúrbios pobres de Paris que abrigam muitos de seus imigrantes negros e mestiços”⁵¹. O fato é que já nos anos 1970, Baldwin havia frisado a invisibilidade da questão racial na França. Tal argumento foi retomado por boa parte da imprensa norte-americana ao explicar as razões dos protestos violentos franceses de 2005. Nesse sentido, as falhas do modelo republicano francês foram amplamente acentuadas, como se pode ver, por exemplo, na continuação do artigo do jornal *The Washington Post*:

O ponto de partida é romper o estado de negação dos franceses, que acreditam que as tradições de liberdade, igualdade e fraternidade do país se estendem a todos. O sistema de meritocracia educacional, na verdade, é um jogo de cartas marcadas pela elite, que assegura os melhores lugares para seus filhos. A França tem uma ação afirmativa ao contrário – um sistema de suposta igualdade que garante resultados desiguais. É surpreendente a incapacidade francesa para lidar com desigualdades raciais: não há negros ou mestiços em posições proeminentes. Os analistas há décadas advertem sobre os perigos de amontoar os imigrantes árabes e africanos nos subúrbios, mas os franceses se recusam a adotar programas agressivos de ação afirmativa que poderiam modificar a situação. O país estava tão preocupado com os extremistas islâmicos que ignorou os problemas mais imediatos dos subúrbios que agora se revoltam. ‘Não haverá água’, disse Baldwin, ‘quando o fogo vier de novo’. (O Globo, de 11/11/2005 – Por que a França está ardendo. Tradução do artigo originalmente publicado no *The Washington Post*, em 9/11/2005 – *Why France is burning*).

De certa forma, esse editorial exemplifica a maneira pela qual foram tratados os protestos violentos de 2005 pelos meios de informação norte-americanos. De qualquer modo, examinei com mais detalhes a cobertura daqueles eventos feita pelos jornalistas dos Estados Unidos.

Minha pesquisa se concentrou nos cinco principais jornais norte-americanos, mensurados de acordo com o tamanho de sua circulação⁵² em 31 de março de 2005 (BURRELLESLUCE, s.d.). Em ordem decrescente, foram eles: *USA Today*, *The Wall Street Journal*, *The New York Times*, *Los Angeles Times* e *The Washington Post*. A estes, decidi

⁵¹ Embora esse não seja o meu foco de análise, os protestos de Ferguson, no Estado de Missouri, em 2014, após o assassinato do jovem negro Michael Brown por um policial branco, mostrariam que também os Estados Unidos estariam longe do quadro tão positivamente sugerido na matéria.

⁵² Calculada a partir dos números pagos de jornais em circulação.

adicionar *The International Herald Tribune* (atualmente chamado de *International New York Times*), parte do grupo editorial *The New York Times Company* mas com sede em Paris.

Para a pesquisa das matérias sobre as *émeutes* foram utilizados os motores de busca dos bancos de dados Factiva e LexisNexis; com exceção do jornal *Los Angeles Times*, para o qual foi empregado o banco de dados ProQuest.

Para todos os jornais, o período de análise foi de 25/10/2005 a 10/01/2006. Ou seja, a partir dos dias imediatamente anteriores à morte dos dois jovens em Clichy-sous-Bois até o início de 2006. Resolvi estender a busca para além das semanas dos protestos para tentar recuperar os comentários e avaliações posteriores aos próprios eventos, assim como as retrospectivas do ano recém-concluído que costumam ser realizadas entre o fim de dezembro e o início de janeiro.

Foi adotado como mecanismo de pesquisa uma combinação de palavras-chave, contendo dois grupos de termos. O primeiro foi escolhido para limitar geograficamente a pesquisa, e abarcou as palavras: *France*, *French* e *Paris*. No segundo grupo inclui termos relacionados aos protestos e aos manifestantes: *riot*, *unrest*, *immigration*, *civil disruption*, *vandalism*, *race*, *immigrants*, *muslims*, *black* e *Africans*.

Após uma primeira seleção, os resultados obtidos foram refinados⁵³, considerando apenas as matérias publicadas nos jornais impressos e excluindo aquelas publicadas unicamente nos portais eletrônicos dos diários⁵⁴. Foram também eliminadas as redundâncias, como, por exemplo, duas matérias com igual conteúdo publicadas em dois dias consecutivos⁵⁵ ou as repetidas em diários diferentes⁵⁶.

Ao fim do levantamento foi encontrado um total de 281 matérias. *The International Herald Tribune* liderou a cobertura dos protestos, com 87 textos relacionados aos eventos de 2005. A seguir, vieram *The Wall Street Journal* e *The New York Times*, ambos com 56 artigos. Esse último foi o primeiro a publicar pequenas notas sobre os protestos, ainda no fim de outubro. *The Washington Post*, que publicou um total de 43 matérias sobre os protestos, foi o quarto jornal no ranking. Por outro lado, esse diário foi também o primeiro a trazer notícias completas sobre os eventos.

⁵³ Uma lista completa de todas as matérias pode ser encontrada no Apêndice B.

⁵⁴ Quando havia mais de uma edição do mesmo jornal, considerei apenas as norte-americana, internacional e europeia. Por exemplo, não utilizei as matérias publicadas em *The Wall Street Journal Asia*.

⁵⁵ Isso aconteceu numerosas vezes em *The International Herald Tribune*. Nesse caso, ficamos com a última matéria publicada.

⁵⁶ Por exemplo, se a mesma matéria aparecia em *The Wall Street Journal* e em *The Wall Street Journal Europe Edition*, mantive o texto publicado na edição norte-americana. No caso de repetição de matérias entre *The International Herald Tribune* e *The New York Times*, decidi escolher a primeira versão publicada.

Gráfico 1 – Distribuição das matérias norte-americanas publicadas sobre os protestos franceses de novembro de 2005, de acordo com a fonte de informação

Fonte: Elaboração própria.

USA Today foi o último jornal a se dedicar à cobertura dos eventos franceses. Aliás, foi o que deu a menor cobertura aos mesmos. No total do período estudado, foram apenas 8 matérias relacionadas aos protestos franceses de 2005. Acredito que isso possa ser explicado a partir do próprio formato do diário, já que ele não dispõe de uma seção internacional, nem costuma consagrar um amplo espaço às notícias provenientes do exterior.

Gráfico 2 – Distribuição das matérias norte-americanas publicadas sobre os protestos franceses de novembro de 2005, de acordo com o dia de divulgação

Fonte: Elaboração própria.

Brevemente, foi também verificado que o dia com o maior número de notícias sobre as revoltas foi o dia 9 de novembro de 2005, com um total de 26 matérias. É importante lembrar que o período entre os dias 6 e 8 de novembro representou o ápice das violências e dos incêndios na França.

De forma geral, entre os dias 7 e 15 de novembro de 2005, os protestos foram o centro da atenção do público norte-americano, com uma média de 16 matérias publicadas por dia. Sucessivamente, à medida em que a violência foi recuando, também diminuiu a atenção dos jornais norte-americanos para os acontecimentos.

No que tange ao conteúdo das peças publicadas, todos os jornais deram bastante atenção à descrição dos fatos, à violência e às reações políticas quanto aos episódios. O espaço consagrado aos jovens manifestantes e aos habitantes foi maior nos meios de comunicação norte-americanos do que nos franceses. Provavelmente, tal fato esteja associado às dificuldades relatadas pelos jornalistas franceses para se deslocarem para o local dos conflitos, bem como à recepção nem sempre amigável por parte dos manifestantes das *banlieues*. Mas o fato é que nos jornais dos Estados Unidos foi concedida ampla cobertura sobre os dois jovens mortos eletrocutados, incluindo entrevistas realizadas diretamente com suas respectivas famílias. Igualmente registravam-se artigos sobre as tentativas de contenção da violência por parte das associações muçulmanas e de textos descrevendo as opiniões da sociedade civil sobre os protestos.

Os meios norte-americanos não dispensaram também a ironia na cobertura das *émeutes* francesas. Assim, *The Wall Street Journal*⁵⁷ ironizou o grande interesse concedido pelo francês *L'Humanité* aos protestos dos estagiários parisienses por melhores condições trabalhistas, enquanto nas periferias se conflagrava a 9ª noite de violência. Mas também os manifestantes não foram preservados:

Quando se trata de protestos, não se aplica a semana de 35 horas na França. Pode ser difícil nos dias de hoje convencer os habitantes do Hexágono, assim como os franceses chamam seu país, a trabalhar nas tardes de sexta-feira, mas não os revoltosos, dos bairros 'sensíveis' que cercam a maioria das cidades. A produtividade dos manifestantes aumentou rapidamente nos últimos tempos, e parece que a França quebrará seu recorde de carros incendiados. (*The Wall Street Journal*, de 7/11/2005 – *Bonfire of the vanities*, tradução nossa).

O primeiro editorial sobre os protestos “Paris em chamas” [*Paris is burning*], de 3 de novembro, foi publicado em *The Wall Street Journal*. Além de duras críticas às falhas do governo francês no enfrentamento dos protestos, o texto reproduzia fundamentalmente os principais argumentos que foram mobilizados pela imprensa norte-americana nas avaliações dos eventos franceses.

⁵⁷ *The Wall Street Journal*, de 4/11/2005 – *Revolt of the interns*.

Em primeiro lugar, como já visto no texto de abertura desta seção, foi dado amplo destaque às críticas ao modelo de integração dos imigrantes e de seus descendentes:

Todas as noites da semana passada, os subúrbios de Paris foram a vitrine da falência da capacidade europeia em integrar os imigrantes. A maioria dos jovens manifestantes dos conjuntos habitacionais de Seine-Saint-Denis nasceu na França, de pais africanos e norte-africanos, e falam francês. Mesmo assim, estes imigrantes de segunda geração sentem pouco apego à França, e muito menos veem neste país um futuro brilhante, e aí reside o problema. (*The Wall Street Journal*, de 3/11/2005 – *Paris is burning*, tradução nossa).

A seguir, o jornal criticava a discriminação contra essas populações, apresentadas não apenas como de origem imigrante, mas mais especificadamente como árabes ou negros. “A discriminação institucionalizada é um problema. Nenhum franco-muçulmano ou negro africano subiu na escala política ou econômica nacional”. As medidas citadas pelo ministro Sarkozy naqueles idos à imprensa – ações afirmativas e voto para os imigrantes com pelo menos 10 anos de residência em território francês – foram saudadas positivamente, como um ponto de partida. Contudo o texto prosseguia:

Estas são todas ideias sérias. Entretanto, mais deve ser feito para trazer os imigrantes europeus para o *mainstream*, e fora das mãos da Irmandade Muçulmana e outros grupos extremistas. Mas é um começo. Infelizmente, a solução mais óbvia, provavelmente a mais fácil, é um tabu. O sistema de estado social europeu torna difícil, especialmente para os trabalhadores de baixa qualificação e baixos salários, encontrar trabalho. Em um sistema que protege as pessoas já empregadas e mantém o desemprego em um nível estacionário de 10% (quase o triplo para os jovens), não é de se admirar que as *banlieues* estejam em chamas. A ausência de oportunidades econômicas é a verdadeira raiz do problema para a *underclass*, seja na Europa ou na América. Não existe nenhuma forma melhor de fazer alguém sentir-se parte de uma sociedade do que dar-lhe um emprego. (*The Wall Street Journal*, de 3/11/2005 – *Paris is burning*, tradução nossa).

Ou seja, a crítica ao modelo de integração foi acompanhada pela desaprovação em relação ao modelo econômico e de bem-estar social europeu. O sistema de proteção social impediria as classes populares de encontrar trabalho e se integrar. Ainda de acordo com o jornal, a insatisfação com a falta de oportunidades seria um perigoso combustível para o aumento da doutrinação terrorista.

Finalmente, o editorial de *Wall Street Journal* concluía afirmando que:

Entre os países europeus, a França é um dos mais bem-sucedidos em assimilar os recém-chegados. Poloneses, armênios, judeus e outros tornaram-se franceses. Os muçulmanos representam um desafio sem precedentes. Mas a experiência dos EUA mostra que todos os imigrantes, independentemente de raça ou credo, em última instância, respondem aos mesmos incentivos para abraçar sua nova casa. Não é plausível que seja diferente para as pessoas de Clichy-sous-Bois. (*The Wall Street Journal*, de 3/11/2005 – *Paris is burning*, tradução nossa).

Ao reconhecer o sucesso do modelo de assimilação dos primeiros imigrantes na França, o texto também destacou a singularidade da experiência de imigração dos recém-chegados. Os fluxos formados, em sua maioria por muçulmanos provenientes das ex-colônias africanas, colocariam novos desafios ao sistema de integração nacional. Ou seja, a diversidade em termos raciais e religiosos seria mais dificilmente incorporável pela nação francesa. Mas, segundo o editorial, o modelo americano era o que melhor serviria para inspirar uma integração exitosa dessas populações.

Em síntese, no editorial de *The Wall Street Journal*, encontramos os principais temas que foram mobilizados pelos jornais norte-americanos no tratamento dos protestos franceses: a) a crítica ao modelo de integração dos imigrantes; b) mas, também, de forma mais geral, ao modelo social francês; c) a comparação com a realidade norte-americana; d) a referência a termos como “underclass” e “guetos” franceses; e) o problema da discriminação etnicorracial; f) as medidas de ação afirmativa; e, finalmente g) a dimensão religiosa em conexão com o medo do terrorismo islâmico.

Conforme visto, o problema da integração dos imigrantes foi um dos temas mais evocados nos jornais dos Estados Unidos durante os protestos de 2005. E este foi associado fortemente às falhas do modelo socioeconômico e de bem-estar social típico do modelo francês. Por exemplo, uma matéria do jornal *USA Today* vinculou a incapacidade de integração da população francesa de origem muçulmana proveniente dos antigos territórios coloniais ao fracasso do modelo republicano daquele país.

Os franceses rapidamente apontaram para a pobreza, a desigualdade e a incompetência burocrática dos EUA expostas pelo furacão Katrina. Agora, eles enfrentam um grito de alerta semelhante em seu próprio quintal. [...] Choques nacionais podem acordar países para realidades escabrosas e complicadas. Os manifestantes franceses apenas expuseram como muitos muçulmanos – especialmente os imigrantes de segunda e terceira geração das ex-colônias – se sentem uma subclasse, não importa o quanto lhes seja ensinado na escola que o orgulhoso lema francês ‘*liberté, égalité, fraternité*’ (liberdade, igualdade e fraternidade) os inclui. (*USA Today*, de 7/11/2005 – *France's shattered image*, tradução nossa).

A referência ao furacão Katrina que abre o trecho acima merece um breve destaque. O paralelo com o desastre que poucos meses antes tinha devastado a cidade de Nova Orleans e a região sul dos Estados Unidos foi recorrente nos jornais norte-americanos. O fato é que naquela ocasião a imprensa francesa tinha explorando amplamente as sequelas do desastre natural para chamar à atenção para as desigualdades e a segregação em terras norte-americanas. Assim, não se pode deixar de considerar que as *émeutes* francesas foram também uma ocasião para os periódicos norte-americanos replicarem às críticas de poucos meses antes.

No que tange ao ensino dos valores republicanos de “Liberdade, Igualdade, Fraternidade”, tão celebrados na França ao ponto de serem esculpidos nos portões de cada escola daquele país, a imprensa dos Estados Unidos frequentemente destacou a incapacidade daquele mote se traduzir em oportunidades reais para os recém-chegados. Nas páginas de *The International Herald Tribune* encontramos mais uma vez a conexão entre o fracasso do modelo de integração e as falhas do modelo econômico francês. Tal como pode ser visto abaixo:

Por um lado, há a arrogância francesa, e sua incorporação gratuitamente insultante dos imigrantes franceses como parceiros em fórmulas nacionais surradas de grandeza, igualdade e universalidade.

Por outro, há a eterna dependência francesa do Estado, a fidelidade ao modelo francês, que não foi capaz de fornecer empregos, educação, habitação ou respeito adequado para integrar os muçulmanos árabes e africanos em um país rico em recursos [...] Esses dois elementos correm juntos, e é no ponto em que se cruzam que a realidade francesa implodiu: a interseção da falsidade de um sentimento nacional francês [*Frenchness*] modelo único, com a defesa incessante de um modelo social que rigidamente recusa reformas econômicas, abertura do mercado de trabalho ou ações afirmativas. (*The International Herald Tribune*, de 10/11/2005 – *Frenchness: one size doesn't fit all*, tradução nossa).

Ou seja, de um lado, a caducidade do modelo republicano impossibilitaria uma plena incorporação dos imigrantes para além de um respeito formal do mote nacional de “Liberdade, Igualdade e Fraternidade”. De outro lado, os limites impostos por um modelo socioeconômico fechado e demasiadamente centrado no papel do Estado bloquearia uma integração plena e igualitária dessas “minorias”.

De qualquer forma, isso não significa que todos os analistas tenham traçado uma associação unívoca e unilateral entre os problemas de discriminação no mercado de trabalho

francês e os protestos de 2005. Por exemplo, o artigo de *The Wall Street Journal*, mesmo destacando as falhas do modelo social francês, concluiu que as manifestações públicas violentas não poderiam ser unicamente reconduzidas a problemas econômicos.

Mercados de trabalho rígidos não são a única causa da exclusão de minorias étnicas da economia nacional, e certamente não são uma pré-condição para a violência racial. Protestos raciais abalaram de forma recorrente as cidades dos EUA, e a Grã-Bretanha sofreu uma onda de protestos envolvendo os jovens descendentes de paquistaneses em 2001. Um relatório do governo britânico concluiu que um profundo sentimento de alienação em relação à maioria branca alimentou os protestos. (*The Wall Street Journal*, de 9/11/2005 – *French labor model fuels riots*, tradução nossa).

Isto é, comparando o caso francês com a realidade britânica, para entender as razões dos manifestantes, a matéria destacou a importância da dimensão identitária e simbólica como variáveis geradoras dos conflitos. Dessa forma, a experiência inglesa teria mostrado que o sentimento de alienação dos jovens de famílias do Paquistão em relação à maioria branca da população teria sido um fator importante para compreender o surgimento das revoltas raciais.

Mas quem seriam os manifestantes segundo os jornais norte-americanos? Conforme vimos, principalmente “franco-muçulmanos”, “muçulmanos”, “africanos negros”, “árabes”. Ou de acordo com a matéria de *The International Herald Tribune*:

‘Nós somos franceses, mas nos sentimos também estrangeiros se comparados aos verdadeiros franceses’ disse Mamadou, cujo pai veio do Mali para a França décadas atrás e que se casou com sua mãe, uma mulher francesa. Quem, de acordo com ele, são os franceses ‘verdadeiros’? A resposta vem sem hesitação e vigorosamente pelo aceno de cabeça de um grupo de amigos seus: ‘aqueles com pele branca e olhos azuis’. (*The International Herald Tribune*, de 05/11/2005 – *We're French, but not 'real' French*, tradução nossa).

De acordo com aquela leitura, mestiços, imigrantes, filhos ou netos de imigrantes, estes jovens não se enquadrariam no que era definido como “condição francesa” (*Frenchness*) original. Tal como nas palavras espontâneas, mas pungentes, do jovem entrevistado por *The International Herald Tribune*: “aqueles com olhos azuis e pele branca”. Ou dito de outra forma, os manifestantes seriam aqueles que dificilmente poderiam ser enquadrados no modelo de identidade nacional francesa. De acordo com *The Washington Post*, tanto a imagem da nação francesa quanto a da norte-americana seriam fundadas no princípio iluminista de uma comunidade de indivíduos.

O exemplo francês apresenta um laboratório ideal. A França, tal como os Estados Unidos, fundamenta seu senso de nacionalidade em um conjunto de ideias iluministas sobre os direitos dos indivíduos em uma sociedade. A França, muito mais do que os Estados Unidos, também constrói sua identidade na língua e na herança cultural dos antepassados.

Mas então os imigrantes começaram a chegar – a maioria de antigas colônias do Norte e do Oeste da África, pessoas de pele mais escura e de diferentes heranças culturais e religiosas. A França fundamentalmente disse aos imigrantes: ‘Vejam, estes são os nossos ideais – liberdade, igualdade, fraternidade. Nós não vamos adicionar diversidade a essa lista’. (*The Washington Post*, de 11/11/2005 – *Accepting diversity is hard but necessary*, tradução nossa).

Contudo, na opinião de *The Washington Post*, recuperando a ideia de Renan sobre nação, a imaginação nacional francesa seria mais diretamente ancorada em uma língua e em uma cultura comuns. Os novos imigrantes, por causa de diferenças culturais e religiosas, mas também por causa da cor de pele, seriam mais dificilmente assimiláveis. Isso porque, a concepção de nação na França não permitiria reconhecer aquelas diferenças.

A presença de muitos muçulmanos entre os manifestantes – assim como, em geral, no seio da população francesa – despertou um amplo interesse nos meios de comunicação norte-americanos. De um lado, isso é imputável ao medo do terrorismo islâmico nos Estados Unidos após os atentados do 11 de Setembro. De outro lado, a alusão à dimensão religiosa seria também uma forma de caracterizar etnicamente e racialmente os “imigrantes muçulmanos”.

Em síntese, a cobertura dos protestos de 2005 por parte da imprensa norte-americana destacou as falhas do modelo francês de bem-estar social e de integração nacional. A comparação com o sistema econômico e social dos Estados Unidos esteve no cerne das análises sobre as causas das revoltas na França. Além de destacar a rigidez do mercado de trabalho daquele país, os meios de comunicação norte-americanos igualmente frsaram a dimensão racial do problema. Assim, um editorial em *The International Herald Tribune*, intitulado “A doença no coração francês” [*The sickness in France's heart*], afirmou que “a violência tem exposto a França por seus equívocos sobre raça e pobreza, por suas longas décadas de falhas de todos os governos, de esquerda e de direita, em compreender a integração com mais vigor do que uma mera hipocrisia”. Ou seja, as frustradas tentativas dos governos franceses em integrar os imigrantes e seus descendentes teriam exposto ao mundo as fraturas de classe e de raça na sociedade daquele país.

1.6 A imprensa britânica

A análise da cobertura dos eventos por parte da imprensa britânica seguiu, *grosso modo*, o mesmo método adotado no caso norte-americano. Foram pesquisados cinco dos principais diários britânicos, por número de cópias vendidas. Foram eles: *The Times* (incluindo sua edição dominical: *The Sunday Times*), *Financial Times*, *The Guardian*, *The Observer* e *The Independent*.

O período coberto foi o mesmo aplicado ao caso norte-americano, ou seja, de 25 de outubro de 2005 a 10 de janeiro de 2006. Para a busca foi mais uma vez utilizado o banco de dados LexisNexis. A pesquisa foi realizada a partir de uma combinação de palavras-chave. Um primeiro conjunto de termos incluiu atributos geográficos: *France*, *French* e *Paris*. O segundo grupo foi composto pelas expressões: *riot*, *unrest*, *assimilation*, *muslim*, *race*, *suburb*, *minorities*, *racism* e *protest*.

Após uma primeira busca, os resultados foram depurados, eliminando repetições e redundâncias. Quando um artigo se encontrava reproduzido em mais de uma edição, mantive apenas a versão publicada em Londres⁵⁸, assim como desconsidere os textos publicados unicamente nos portais eletrônicos dos jornais⁵⁹. Da mesma forma, quando localizei mais de uma versão do mesmo texto (referentes à primeira, segunda ou última edição da mesma notícia), mantive a última⁶⁰.

No total, foram selecionados 330 artigos ou editoriais sobre os protestos franceses de 2005⁶¹. Ao contrário do caso norte-americano, a distribuição de notícias entre os principais jornais britânicos foi mais uniforme. O *Financial Times* publicou 87 matérias, ou seja, pouco mais de 1/4 do total de artigos jornalísticos. A seguir, vieram *The Independent* (77 matérias), *The Guardian* (75 matérias) e *The Times* (71 matérias). Bem atrás dos demais diários, com apenas 20 matérias, *The Observer* apareceu em último lugar na cobertura dos protestos franceses de 2005.

⁵⁸ No caso do *Financial Times*, consideramos apenas as edições inglesa, europeia e norte-americana (e não a edição asiática).

⁵⁹ Foi o caso, por exemplo, das matérias publicadas exclusivamente no site *Guardian.com*.

⁶⁰ Nas páginas de *The Independent* ocorreram várias repetições em edições subsequentes da mesma matéria.

⁶¹ A lista de todas as matérias encontradas está disponível no Apêndice C.

Gráfico 3 – Distribuição das matérias britânicas publicadas sobre os protestos franceses de novembro de 2005, de acordo com a fonte de informação

Fonte: Elaboração própria.

Do mesmo modo que o ocorrido entre os jornais norte-americanos, também na imprensa britânica o dia 9 de novembro de 2005, o dia seguinte após as noites de confrontos mais intensos, foi o de maior número de matérias publicadas.

Gráfico 4 – Distribuição das matérias britânicas publicadas sobre os protestos franceses de novembro de 2005 de acordo com o dia de divulgação

Fonte: Elaboração própria.

Entre os dias 6 e 15 de novembro, período no qual os conflitos atingiram seu ápice, a média de notícias foi levemente superior a 16 textos por dia. Diferentemente da imprensa dos Estados Unidos, registrei no período pós-protestos um maior número de textos, refletindo sobre a sociedade francesa e sobre as interpretações dos confrontos naquele país. Ou seja,

após o fim das violências, a cobertura da mídia britânica foi mais expressiva que a norte-americana.

Já em 29 de outubro de 2005, *The Independent* e *The Times* foram os primeiros jornais britânicos a cobrir as notícias dos protestos nas periferias de Paris. *The Observer* publicou, no dia 30 de outubro de 2005, uma matéria intitulada: “*Fires of ‘civil war’ break out in Paris*” [Fogos de “guerra civil” explodem em Paris]. O *Financial Times*, ao contrário, decidiu abrir sua cobertura dos eventos publicando um artigo no dia 31 de outubro de 2005, destacando o apoio do ministro Sarkozy às ações afirmativas e ao voto para os imigrantes radicados na França há mais de uma década⁶². Finalmente, *The Guardian*, último entre os jornais estudados a começar a cobrir os protestos, publicou em 1º de novembro de 2005 um artigo em que destacou a política “linha-dura” do ministro Sarkozy em matéria de segurança pública⁶³.

A cobertura do *Financial Times*, além de seguir o desenrolar dos eventos, destacou as reações e os comentários da classe política francesa. A queda do euro, as implicações para o bloco dos países da União Europeia e as consequências econômicas dos protestos encontraram também um papel de relevo no maior jornal financeiro da Europa.

Na cobertura dos eventos, o jornal de centroesquerda, *The Guardian*, concentrou sua análise nas condições de vida nas *banlieues* francesas e nos condicionantes econômicos das revoltas. O crescimento da extrema-direita e o aumento do racismo não apenas na França, mas em todos os países do continente europeu, foram também debatidos nas páginas do diário⁶⁴.

A cobertura do jornal *The Independent* privilegiou a narração dos protestos em relação à análise das repercussões políticas. O perfil dos manifestantes e suas falas também foram tópicos muito explorados pelo periódico. Já o diário de tendência conservadora, *The Times*, além de narrar os episódios de violência e destruição, destacou as repercussões políticas dos protestos, salientando as posições da classe política francesa. Mesmo sem apoiar ou defender o modelo britânico, o jornal salientou os erros políticos franceses e as causas econômicas das revoltas. *The Observer* se limitou a uma cobertura factual dos eventos.

No que tange às razões dos manifestantes, os jornais apresentaram um grande pluralismo de posições. Das explicações mais conservadoras que imputavam as causas dos protestos à poligamia e às frágeis famílias dos imigrantes, até entrevistas com moradores dos bairros, com imames e outros líderes religiosos.

⁶² *Financial Times*, de 31/10/2005 – *Sarkozy supports giving immigrants a vote in city polls*.

⁶³ *The Guardian*, de 1/11/2005 – *Sarkozy pledges police crackdown after riots in Paris*.

⁶⁴ *The Guardian*, de 9/11/2005 – *World briefing: Europe faces ‘fear of all things foreign’*.

A identidade dos manifestantes foi precisada pelos jornais britânicos através do uso explícito de marcadores raciais. Os manifestantes foram definidos como “jovens imigrantes argelinos ou negros africanos” pelo *Financial Times*, ou como “jovens negros e da África do Norte” por *The Times*.

Em sua coluna, na seção internacional do *Financial Times*, o editor Quentin Peel, em 10 de novembro de 2005, ao enquadrar os fatos como um problema social, utilizou amplas referências à raça e às classificações raciais.

Nem a louvável ideia republicana francesa de igualdade nem a invisibilização oficial sobre as origens raciais trouxeram [aos franceses] alguma tranquilidade. A lei pode não reconhecer nenhuma classificação racial, mas a realidade social é que aqueles que têm nomes árabes ou africanos enfrentam problemas quase insuperáveis para encontrar emprego ou para sair de seus guetos. [...] Aparentemente não existiram motivações religiosas para aqueles distúrbios, nem mesmo de fundamentalistas mulçumanos. Aquilo foi uma explosão social, e não racial ou religiosa. Seus alvos foram carros – símbolos da sociedade que os exclui – e as instituições do Estado. O que os protestos demonstram inequivocamente é a falha do modelo *colorblind* francês na integração racial. Na verdade, também seria totalmente equivocado para alguém mais na Europa olhar para esses eventos com autossatisfação. (*Financial Times*, de 9/11/2005 – *The alienated must be drawn in from the margins*, tradução nossa).

Assim, se de um lado os protestos ecoariam a raiva juvenil por causa da exclusão da sociedade de consumo, por outro lado o autor reconheceu o fracasso do modelo universalista *colorblind* e a existência de discriminação racial na sociedade francesa.

Dessa forma, pode-se ver que mesmo entre os defensores das explicações em chave social foi comum o uso de categorias raciais. Outro notável exemplo nesse terreno foi David Aaronovitch, em *The Times*. Assim, o jornalista interpretou que as causas econômicas (no caso o desemprego) foram responsáveis pela violência nos *suburbs* franceses. Contudo, o autor reconheceu a existência de uma questão racial naquela sociedade:

A própria recusa em discutir e admitir a existência de minorias, a separação física de raças e crenças e a determinação em falar da França e do sentimento nacional francês [*Frenchness*] como uma proposta defensiva e exclusiva parecem lançar as pessoas para fora da sociedade mais do que permitir a estas de se integrar. É o medo francês do bombeiro hidráulico polonês mais uma vez. Quando existe a escolha entre o aberto e o fechado, a preferência francesa tem sido pelo fechado. Desse modo, o absurdo banimento do véu, por qualquer boa razão secular que tenha levado a sua introdução, somente poderia ser entendido por muitos mulçumanos como um ato de rejeição. (*The Times*, de 8/11/2005 – *C'est l'economie, stupide - the real reason why the cars of Paris burn*, tradução nossa).

Ou seja, segundo o colunista britânico, a defesa de um modelo nacional centrado em um sentimento de pertencimento identitário baseado unicamente nos indivíduos impediria a França de reconhecer a existência de “minorias”, de abrir-se para diferenças culturais, religiosas e etnicorraciais.

Em uma das primeiras matérias sobre os protestos, o jornal *The Guardian*, de 3 de novembro de 2005, em uma matéria intitulada “Paris: uma cidade de combates” [*Paris: city of fights*], afirmou que as revoltas seriam “uma tóxica, embora moderna, combinação de jovens alienados de minorias étnicas com a mão pesada das forças de segurança”. Já, para *The Independent* não seria possível aplicar o conceito de “*race riot*” à realidade francesa. Assim, de acordo com o jornal, apesar de os jovens revoltosos terem expressado um sentimento de exclusão em relação à sociedade branca dominante, a mistura social nas *banlieues* não permitiria definir aquelas áreas como guetos.

O primeiro ponto que deveria ser colocado é que estes não são, em sentido clássico, motins raciais. Quase não existem guetos monorraciais na França. O ataque de gangues à polícia e às propriedades de seus vizinhos está relacionado a um sentimento de exclusão da sociedade branca e rica. Mas eles refletem a bizarra mistura étnica das ‘*banlieues*’. Talvez 50% sejam de origem árabe ou africana e 30% sejam negros, com uma pitada de crianças francesas e descendentes de imigrantes europeus. (*The Independent*, de 5/11/2005 – *Paris on fire: poverty and exclusion blamed for gang-related rioting*, tradução nossa).

A edição do jornal *The Independent* de 7/11/2005, em coluna intitulada “Tumultos franceses: as complicadas questões por trás da queda da França no caos” [*French Riots: the troubling questions behind France's descent into chaos*], também se manifestou contrária às interpretações que responsabilizariam a religião pelos protestos. “Falar em intifada é um equívoco absurdo. Primeiramente, os participantes dos motins estavam longe de ser todos muçumanos (embora mais da metade tenha origens islâmicas). Ademais, eles não têm identidade política ou religiosa e, tampouco, demandas políticas”. Ou seja, segundo o periódico, a falta de reivindicações políticas e a mescla etnicorracial e religiosa dos manifestantes seriam elementos suficientes para descartar esse tipo de interpretação como causa das revoltas.

Se a dimensão religiosa dos conflitos acabou sendo raramente comentada nos jornais britânicos, por outro lado encontramos numerosas referências à Guerra da Argélia e à reatualização daqueles eventos nos protestos de “jovens do Norte da África”. A edição do *Financial Times* de 2/12/2005 chamou a atenção para o fato de que as revoltas nas periferias

seriam finalmente a ocasião para a França prestar conta de sua história colonial⁶⁵. Os jornais britânicos foram também unânimes ao definir a instauração do “estado de emergência” por parte do presidente Chirac como uma triste memória do passado colonial francês.

A comparação entre os modelos de integração britânico e francês encontrou espaço de destaque nos meios de comunicação britânicos. O jornal *The Guardian* destacou as lições que a França poderia aprender com o multiculturalismo britânico. Os resultados dos relatórios das comissões governamentais elaborados após os *race riot* ocorridos na Grã-Bretanha foram destacados, enquanto foram criticados o modelo *colorblind* francês e a falta de políticas públicas para combater a discriminação racial contra as “comunidades africana e árabe”.

Ao exaltar o sucesso do modelo inglês, *The Independent* sugeriu um conjunto de políticas públicas que poderiam ser adotadas pelos franceses para resolver as falhas do sistema de integração nacional: da comemoração do 40º aniversário da Lei sobre Relações Raciais [*Race Relations Act*], promulgada na Grã-Bretanha em 1965, ao sucesso do recrutamento étnico e dos processos formativos da polícia daquele país; do reconhecimento oficial da comunidade negra aos resultados positivos obtidos pelas escolas religiosas (entre as quais as para muçulmanos). Todos esses exemplos foram destacados pelo periódico como aspectos positivos do modelo multiculturalista britânico que poderiam ser seguidos pelos franceses.

Uma mensagem publicada na seção “cartas dos leitores” exemplifica bem a contraposição desenhada entre os dois modelos nacionais. A carta, enviada por uma jovem negra francesa moradora de Londres explicava por que era melhor ser jovem e negro na Grã-Bretanha do que na França:

Na França eu era encorajada a acreditar que como uma cidadã francesa eu era igual a todos os outros dentro da República. Devia absorver a cultura e os hábitos da sociedade francesa e renegar a cultura dos meus pais africanos e de nossos antepassados. A realidade era bastante diferente. Eu nunca me senti como pertencendo à França; ser branco parecia o aspecto mais importante de ser francês. Não existiam modelos de pessoas negras a serem imitados, nenhum negro na Assembleia Nacional, nenhum rosto negro na TV e nada que desse um senso de autorrespeito e de autoconfiança para uma adolescente negra. Nós éramos conscientes que enfrentávamos discriminação racial, preconceito e desvantagem para o resto de nossas vidas.

Na Grã-Bretanha nós também enfrentamos racismo e desvantagens, mas aqui somos conscientes de que existe há anos uma legislação sobre relações

⁶⁵ *Financial Times*, de 2/12/2005 – *France strives to recast its role in Africa as the past comes calling. Suburban riots and a migrant housing crisis spur Paris to look beyond neo-colonial paternalism and military intervention.* Artigo escrito por David White.

raciais à qual podemos recorrer para remediar a discriminação que nós enfrentamos. Vemos muitos negros e asiáticos em todos os níveis na TV e alguns negros e asiáticos são membros do Parlamento. Mais importante, eu posso me expressar usando a cultura negra sem ser vista como não britânica. Eu não preciso fingir ser uma pessoa branca para ser aceita pela maioria da sociedade branca britânica.

Eu acredito que o modelo multicultural é preferível para boas relações raciais ao modelo de assimilação francês. Dentro da União Europeia todos os Estados membros guardam zelosamente por sua cultura, sua história e suas tradições, então por que as pessoas supõem que os negros, os árabes e os asiáticos queiram abandonar as suas? (*The Independent*, de 22/11/2005 – *Why it is better to be young and black in Britain than in France*, tradução nossa).

No texto encontramos os elementos centrais da comparação avançada pela mídia britânica. Ou seja, apesar de existir racismo e tensões raciais em ambos os países, o reconhecimento e a legitimidade conferidos à existência de comunidades culturais, étnicas, raciais e religiosas pelo multiculturalismo britânico permitiria aos grupos minoritários uma melhor integração na sociedade nacional. A maior “diversidade” da elite local estimularia a confiança entre as minorias, enquanto a maior aceitação pela sociedade destas formas identitárias facilitaria o diálogo institucional e a resolução de conflitos.

Em síntese, a partir das revoltas ocorridas do outro lado do Canal da Mancha, os principais periódicos britânicos fizeram questão de enfatizar a comparação entre o bem-sucedido multiculturalismo inglês e o questionado assimilacionismo francês no que tange à integração dos imigrantes provenientes das respectivas ex-colônias.

Malgrado as diferenças entre as linhas editoriais dos jornais analisados, a imprensa britânica, acostumada a tratar o tema da integração dos fluxos migratórios como uma questão etnicorracial, traçou explicitamente os contornos do debate sobre os protestos franceses de 2005 justamente a partir desta dimensão.

1.7 Considerações finais

Conforme visto ao longo deste capítulo, as interpretações dos jornalistas estrangeiros sobre as revoltas dos “jovens das *banlieues*” em 2005 não foram bem recebidas pelo mundo editorial e pelo Estado francês. Além das respostas veiculadas pelos próprios meios de comunicação, o governo gestou também algumas investidas na tentativa de responder ao

quadro de profunda fratura racial tal como apresentado internacionalmente, buscando, assim, recuperar o prestígio nacional no cenário mundial.

No dia 14 de novembro de 2005, durante um discurso televisivo, em cadeia nacional, o presidente francês protestou contra a imagem do país veiculada pelos jornalistas estrangeiros. Jacques Chirac manifestou também a intenção de organizar um encontro com os responsáveis das grandes emissoras de televisão, pois em sua opinião eles não estariam refletindo adequadamente a “realidade” da crise das “*cités*” e das “*banlieues*”. Em seu primeiro discurso oficial após o começo dos protestos, o líder francês falou em eventos “graves” e em “dramas humanos e em perdas materiais consideráveis”. Chirac definiu as mobilizações como uma “crise de sentido e de referências” e afirmou que a resposta seria firme, justa e “leal aos valores republicanos”. Ao tentar retirar uma conotação fortemente negativa dos eventos, o presidente francês acrescentou: “Quero dizer diretamente aos jovens dos ‘bairros difíceis’, não importam suas origens, vocês são todos filhos e filhas da República”. Recuperando as palavras de Emmanuel Todd, o presidente Chirac buscou nos valores republicanos uma explicação para os protestos. Ou seja, as revoltas não seriam um símbolo do repúdio à República, mas representariam um pedido de plena incorporação aos valores e direitos da nação francesa.

Alguns ministros e representantes do governo tentaram também minimizar a situação. O ministro das Relações Exteriores, Philippe Douste-Blazy, convidou cerca de 40 correspondentes estrangeiros para um café da manhã com o intuito de lhes mostrar os sucessos alcançados pelos franceses no campo da diversidade e do respeito às minorias. Segundo o jornal *Libération*, 200 representações diplomáticas teriam sido instruídas para divulgar a “verdade sobre os fatos”.

Já o porta-voz do governo, Jean-François Copé, afirmou em uma coletiva de imprensa: “A França não está em chamas, os turistas entenderam a situação: não há nenhuma dificuldade no castelo de Versailles ou na torre Eiffel”. Perguntado por um jornalista libanês sobre o fracasso do modelo de integração, o mesmo respondeu: “Não podemos generalizar. Existem exemplos individuais de sucesso”. Em resposta a um questionamento de um jornalista do periódico *The New York Times* sobre as ações afirmativas, Copé disse: “Não é uma questão de origem, apenas do lugar onde se nasce” (*Libération*, de 15/11/2005 – *La France veut rassurer le monde*).

Após o fim dos protestos, no dia 28 de novembro, em uma entrevista em inglês para a emissora *CNN International*, o primeiro-ministro francês tentou também melhorar a imagem

mediática da França no exterior⁶⁶. Villepin afirmou que o termo “graves problemas sociais” seria mais indicado, em relação à palavra “*riot*”, para descrever os eventos que tinham abalado o País:

Não tenho certeza de que possamos falar em ‘*riot*’. Nossa situação é muito diferente da situação que vocês conheceram em 1992, em Los Angeles, por exemplo. Vocês tiveram na época 54 mortos e 2 mil feridos. Na França, durante essas duas semanas de problemas, ninguém morreu⁶⁷. Portanto, não acredito que possamos comparar estas duas semanas de problemas sociais a qualquer tumulto que seja. Se 9 mil carros foram queimados, 130 policiais feridos e cerca de 100 prédios públicos danificados, por outro lado não havia armas nas ruas, nenhum adulto participou, a maioria era de jovens entre 12 e 20 anos. Assim, é um movimento muito específico. (ATTAL, 2005; MYTF1 NEWS, 2005, tradução nossa).

O primeiro-ministro procurou afastar a comparação com as revoltas norte-americanas insistindo sobre duas diferenças: a) o número de fatalidades e b) o uso de armas de fogo por parte dos manifestantes. Na entrevista, Villepin também criticou o recurso à palavra “racismo” por parte da entrevistadora. Em sua opinião, seria mais correto falar em um “sentimento de discriminação” que proliferaria entre os jovens manifestantes. A crise de identidade desses últimos seria motivada pela posição indeterminada entre a cultura do país de origem dos pais e os valores republicanos franceses.

Não há nenhuma dimensão étnica ou religiosa na crise das ‘*banlieues*’. Muitas vezes trata-se de jovens da segunda geração de imigração que não conhecem seu país de origem. Eles não têm o mesmo laço com a França que os pais deles têm, que escolheram vir trabalhar aqui. Como disse o presidente Jacques Chirac, há entre esses jovens certa falta de identidade. (ATTAL, 2005; MYTF1 NEWS, 2005, tradução nossa).

Ilustrando as políticas emergenciais que o governo pretendia implementar, o primeiro-ministro se demonstrou contrário às políticas de ação afirmativa “cujo objetivo seria levar em conta a raça ou a religião”. E reafirmou:

Não há uma dimensão étnica ou religiosa nesta crise, contrariamente ao que temos em outras partes do mundo. O fato interessante é que a maioria desses jovens quer ser 100% francês. Pedem uma igualdade de condições. Nosso objetivo é, portanto, responder às exigências deles, e temos como prioridade

⁶⁶ A transcrição da entrevista do primeiro-ministro francês à *CNN International* pode ser encontrada em Attal (2005); MYTF1 News (2005).

⁶⁷ Na verdade houve duas fatalidades durante os protestos: um homem que tentou, sem sucesso, apagar um incêndio, e uma mulher com necessidades especiais que não conseguiu fugir a tempo de um ônibus em chamas.

a habitação, a educação e o emprego. (ATTAL, 2005; MYTF1 NEWS, 2005, tradução nossa).

Aos olhos de Villepin o sentimento de discriminação expresso pelos jovens “da segunda geração de imigração” não seria suficiente para falar em questão étnica ou racial. Seguindo a linha argumentativa do presidente Chirac, o primeiro-ministro afirmou que os protestos seriam um pedido de inclusão ao estilo republicano.

Mas o investimento do governo francês em uma revisão de sua imagem internacional surtiu poucos efeitos. Recuperando passagens de matérias publicadas em jornais britânicos, parece crível afirmar que já havia se cristalizado uma visão da sociedade francesa, tanto caracterizada por uma profunda fratura racial, como pelo fracasso do modelo de integração dos imigrantes.

Como vimos, nos Estados Unidos a imprensa seguiu enfatizando a contraposição entre os modelos norte-americano e francês. Assim, tanto o paradigma de integração dos imigrantes quanto o sistema econômico e social foram observados. As críticas à realidade social francesa foram organizadas a partir de um referencial tipicamente norte-americano, fortemente centrado na dimensão racial das relações sociais. Ou seja, a partir de um enquadramento das “*émeutes*” na categoria de protestos raciais e de uma leitura racializada da posição dos imigrantes na sociedade francesa, os norte-americanos introduziram a raça em suas interpretações dos eventos. Dessa forma, categorias normalmente aplicadas à realidade norte-americana, como *underclass*, *ghetto*, minorias, ações afirmativas etc. foram utilizadas para explicar a realidade social francesa.

No caso britânico, a articulação entre raça e imigração apareceu ainda mais nitidamente. Isso pode ser parcialmente explicado pelo fato de que na Grã-Bretanha a inclusão da problemática racial no processo de imaginação nacional se originou a partir da descolonização e da sucessiva imigração de trabalhadores provenientes de suas antigas colônias.

Em síntese, a cobertura midiática da imprensa anglo-saxã também frisou a componente racial dos protestos de 2005. Ao explorar as conexões entre esses eventos e a tradição de *race riot* inglesa ou norte-americana, foi se desenhando uma representação racializada da sociedade francesa.

Provavelmente, isso pode ser parcialmente explicado pela consolidada linha de estudos e reflexões sobre o problema dos *race riots*, tanto no Reino Unido como nos Estados

Unidos⁶⁸. Nesses países uma reflexão sobre os “conflitos raciais” já estaria incorporada à linguagem política e midiática, além de existir na academia um campo de estudos consolidado sobre a temática.

Ao se analisar a imprensa francesa, foi constatado que o espaço consagrado a uma leitura em chave etnicorracial dos protestos não foi muito amplo. Especialmente se comparado com os jornais dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha. Um certo desconforto e pouca capacidade de manuseio das categorias etnicorraciais por parte dos jornalistas franceses teria dificultado o tratamento da dimensão racial. Do mesmo modo, não podemos descartar o papel do discurso oficial *colorblind* da República francesa sobre os meios de comunicação daquele país.

Por outro lado, também vimos como os ecos dos protestos de 2005 impossibilitaram uma completa ocultação do discurso racial. A visibilidade internacional dos protestos e os argumentos avançados pelos comentaristas estrangeiros, especialmente norte-americanos e britânicos, tiveram o papel de estimular um debate na França sobre a existência de linhas de raça e classe.

A análise dos periódicos franceses salientou a existência de modulações nos discursos adotados por cada diário. *Grosso modo*, cada jornal seguiu a própria tendência político-editorial ao tratar da dimensão etnicorracial. Assim, por exemplo, *Le Figaro* responsabilizou os imigrantes recém-chegados e a religião islâmica pelas violências, enquanto *L'Humanité* preferiu uma abordagem centrada na classe social. *Le Monde* e *Libération* tentaram mostrar uma maior diversidade de posições sobre a tensão existente entre o reconhecimento de uma realidade racial na sociedade francesa e a priorização da questão de classe.

Finalmente é preciso destacar mais um elemento que reforça o papel da mídia internacional em introduzir o debate racial na sociedade francesa. Em praticamente todos os casos estudados, com exceção do jornal *Libération*, foi observado que a dimensão racial dos protestos emergiu pela primeira vez através da cobertura internacional. Ou seja, o tema emergiu por meio de artigos que comentavam as notícias divulgadas em outros países. Portanto, pode-se concluir que foi a partir dessa realidade que a mídia francesa passou a tratar da discriminação contra os imigrantes, as falhas do modelo de integração social e a necessidade de adotar políticas públicas específicas em resposta às interpretações estrangeiras.

⁶⁸ Para uma revisão dos protestos raciais urbanos nos Estados Unidos no século XX, ver Upton (1984). Para uma análise comparativa da história dos *race riots* na França e nos Estados Unidos, ver Schneider (2014).

No próximo capítulo será visto que, para além da cobertura jornalística dos protestos, a partir das *émeutes* de 2005 viria se abrir no meio acadêmico francês um novo campo de reflexão e debate sobre a incorporação de algum critério racial nas análises e explicações da sociedade francesa.

2 DAS INTERPRETAÇÕES DOS PROTESTOS AO ESTUDO DAS RELAÇÕES RACIAIS NA FRANÇA

2.1 Introdução

Na França existe uma rica produção intelectual que se debruça sobre as manifestações violentas de jovens de “bairros sensíveis”. De acordo com esse tipo de trabalho, os protestos de 2005 remontariam a uma tradição de “violência urbana”, desencadeada por parte da juventude “de origem imigrante” em confronto com as forças policiais, em bairros periféricos e desprivilegiados das grandes cidades francesas.

Apesar de ter sido publicado em 1992, 13 anos antes dos protestos violentos de 2005, o texto do sociólogo francês Wieviorka é extremamente pertinente para entendermos como aqueles eventos foram enquadrados por uma tradição de estudos franceses sobre violência urbana. O editorial, publicado na abertura do dossiê da revista “*Cultures & Conflit*”, traz alguns elementos-chave a respeito das interpretações produzidas na academia francesa sobre as revoltas juvenis nas *banlieues* daquele país.

Nos dias atuais, as violências urbanas dificilmente parecem se inscrever em uma continuidade histórica que as assemelharia aos levantes revolucionários ou às greves insurrecionais do passado; elas não parecem encarnar o sonho ou as utopias de um novo modelo de sociedade, mesmo que talvez clamem pela gestação de um mundo mais justo. Destruidoras, aquelas contêm geralmente uma carga de autodestruição em que se anulam indivíduos excluídos ou à margem do emprego, mas também do consumo assim como promovido, orientado e praticado pelas classes médias. (WIEVIORKA, 1992, p. 2, tradução nossa).

De acordo com o raciocínio de Wieviorka, por causa do caráter destruidor e da falta de um projeto político explícito, esses protestos não se incluíam em uma tradição revolucionária e insurrecional francesa, mas poderiam ser compreendidos como um conjunto de práticas violentas de externalização de raiva contra a exclusão da sociedade de consumo e a falta de empregabilidade. Para o autor, estaríamos longe dos protestos políticos ou das greves de jovens e sindicatos que caracterizam o fulcro das mobilizações sociais francesas contemporâneas.

Se de um lado os jornais britânicos traçaram – certamente não sem um pouco de ironia – uma história dos protestos que remontaria à Revolução de 1789, passando pela Comuna de Paris e pelo Maio de 1968, os principais sociólogos franceses preferiram encaixar esses eventos em um ciclo de confrontos urbanos violentos que iniciaria no fim da década de 1970.

Segundo essa linha interpretativa, os registros dos primeiros incidentes violentos seriam de 1971, no conjunto habitacional Grappinière, em Vaulx-en-Velin, na região metropolitana de Lyon. Já em 1979, alguns carros haviam sido queimados em novos confrontos naquela mesma cidade⁶⁹ (ZANCARINI-FOURNEL, 2004). Em 1983, a periferia de Lyon foi ainda palco do “verão quente das corridas” de Les Minguettes, conjunto habitacional na cidade de Vénissieux, ao sul da capital lionesa. Naquela tórrida temporada, jovens da região organizaram corridas (*rodéos*) com veículos roubados, e queimados logo em seguida. Pela primeira vez, os incêndios de quase 200 carros⁷⁰, ocorridos após a intervenção policial, foram cobertos pela imprensa francesa.

Nos anos 1990, a França vivenciou mais uma onda de episódios urbanos violentos, na maioria das vezes ocasionados pela vitimização de algum jovem durante uma determinada ação policial, ou por algum boato sobre o ocorrido. Demonstrações conflituosas verificaram-se novamente na cidade de Vaulx-en-Velin, em 1990, quando a morte de um motociclista de 16 anos durante uma perseguição policial gerou confrontos de manifestantes com a polícia, incêndios e o saque de um centro comercial. Nos meses sucessivos, novos protestos foram registrados nas cidades da região metropolitana parisiense (Argenteuil, Sartrouville e Montfermeil) e na cidade de Grenoble. Em maio de 1991, ainda na periferia de Paris, protestos no conjunto habitacional Val Fourré, na cidade de Mantes-la-Jolie, foram provocados pela morte de um rapaz durante sua prisão.

Sempre de acordo com esse tipo de estudos, ao longo dos anos 1990, os confrontos violentos passaram a ocorrer com certa regularidade, durando, em média, dois ou três dias e tendo caráter localizado, com prejuízos materiais limitados e uma escassa repercussão midiática⁷¹ (JOBARD, 2009).

⁶⁹ Nos arquivos judiciários da cidade encontra-se a menção a *rodéos* (no caso, significando corridas com carros roubados), *escarmouches* (escaramuça), *effervescences* (efervescências), *incidentes* (incidentes) (ZANCARINI-FOURNEL, 2004).

⁷⁰ Aquelas manifestações foram um dos fatores que originaram a *Marche pour l'égalité et contre le racisme* [Marcha pela Igualdade e contra o Racismo], uma longa marcha que tocou as principais cidades da França para protestar contra o racismo e que culminou em uma manifestação, em Paris, com mais de 100 mil pessoas.

⁷¹ Em 1993, houve protestos em Paris, no *XVIII^e Arrondissement* (Região Administrativa, em tradução livre); em 1995, no conjunto habitacional Fontenelles, em Nanterre; em 1996, no bairro Saint-Jean, em Chateauroux. Uma onda de *émeutes* também ocorreu no final de 1997 em La Duchère, Lyon, em novembro, após 4 pessoas terem sido encontradas mortas. A Dammaris-les-Lys, no município de Seine-et-Marne, na região metropolitana de

Na opinião de muitos analistas, a grande novidade das *émeutes* de 2005 seria que, de forma inédita, os protestos teriam se espalhado por todo o território nacional, durando várias semanas, causando elevados danos materiais, e obtendo uma imensa repercussão midiática e acadêmica⁷².

Desde o início, a produção intelectual sobre as revoltas de 2005 foi extensa e variada, englobando numerosos estudos, artigos acadêmicos e livros de autores franceses e estrangeiros. Atualmente, uma década após os fatos, o outono incendiário de 2005 continua ainda a atrair o interesse da imprensa, de políticos e de intelectuais. Em 2015, no aniversário de 10 anos dos protestos, vários colóquios e seminários foram organizados para discutir as causas e consequências daqueles eventos na sociedade francesa. Igualmente, dossiês, publicações e reportagens jornalísticas refletiram sobre os legados dos protestos.

Além da narrativa produzida sobre a tradição contemporânea de confrontos entre os jovens e a polícia, as interpretações dos protestos cobriram um horizonte temático bastante amplo e variado.

As comparações com fenômenos semelhantes ocorridos nos Estados Unidos e em outros países europeus foram bastante numerosos (WADDINGTON; JOBARD; KING, 2009; WADDINGTON, 2012; LOCH, 2009; KOFF, 2006; MORAN, M. WADDINGTON, 2015). Já as pesquisas etnográficas sobre os manifestantes e os habitantes das *banlieues* não foram muito abundantes⁷³. Isso foi em parte motivado pela dificuldade dos estudiosos em obter

Paris, uma semana de protestos foi registrada após o motorista de um carro ser morto com um tiro na cabeça por não parar em um controle policial. Em Estrasburgo, nos bairros de Neuhof e de Hautepierre, vários carros foram incendiados no final de 1997. Na noite do *Réveillon* desse último ano, 53 veículos foram queimados. Novos protestos ocorreram em 1998, no conjunto habitacional Mirail, em Toulouse, após a morte de um jovem por parte da polícia durante um flagrante de roubo. Em 1999, um incidente semelhante ocorreu em Vauvert dans le Gard. Em 2000, episódios com o mesmo teor se repetiram em Grigny (bairro Grande Borne), em Corbeil Essonne (no bairro Tarterêts), em Lille, e em Montbéliard. Em julho de 2001 foi a vez de Metz (no bairro Borny), e, em dezembro, de Vitry-sur-Seine. Em janeiro de 2002, em Mureaux e em Yvelines. Em outubro de 2002, em Estrasburgo (no bairro Hautepierre). Em dezembro de 2003 ocorreram distúrbios em Avignon e Nîmes (LAPEYRONNIE, 2006; MUCCHIELLI; AÏT-OMAR, 2007). Os pesquisadores não incorporaram nessa lista de violências urbanas ocorridas nos anos 1990 os saques no centro de Paris durante manifestações dos liceus e saques de centros comerciais no coração de Montparnasse.

⁷² De acordo com Kokoreff (2014), as *émeutes* não pararam depois de 2005, mas tomaram uma dimensão de “microprotesto”: Grigny, em maio de 2007; Saint-Dizier, em outubro de 2007; Vitry-le-François e Romans-sur-Isère, respectivamente, em junho e outubro de 2008. No caso dos protestos em 2007, a Villiers-le-Bel, 18 km ao norte de Paris, pela primeira vez, vários policiais foram feridos por tiros de armas de fogo disparados pelos revoltosos.

⁷³ As pesquisas realizadas por Galland (2006) e Kokoreff (2006) em duas cidades da região metropolitana de Paris, Aulnay-sous-Bois e Saint-Denis, encontraram um grau de participação diferenciado nos protestos. A partir das entrevistas com jovens manifestantes, com moradores da cidade e com agentes institucionais e associativos, Galland propôs uma classificação de jovens segundo quatro graus de envolvimento: o jovem não engajado indiferente ou crítico aos protestos; o espectador passivo, observador e comentador dos eventos; o espectador ativo na rua no momento do protesto (gritando ofensas aos policiais e aplaudindo os manifestantes); e finalmente o jovem engajado que participou fisicamente dos protestos (através de confrontos com a polícia e destruição de bens materiais). Nas falas dos manifestantes, os motivos mais apontados pela participação nos protestos foram: a

condições logísticas para realizarem pesquisas em locais muito heterogêneos e distantes entre si. A desconfiança dos manifestantes, com medo de se autoprejudicar em processos judiciais em andamento, foi outro motivo que restringiu o acesso direto dos pesquisadores aos jovens envolvidos nos protestos (MUCCHIELLI; AÏT-OMAR, 2007).

Outro tema que acabou sendo pouco explorado pelos estudiosos foi o da repercussão dos protestos entre os políticos. O único trabalho que consegui localizar foi o de Véronique Le Goaziou (2006). A socióloga mostrou que ocorreram dois tipos de consensos na classe política francesa. O primeiro, que a autora chamou de “consenso republicano contra a violência”, dizia respeito à convergência das reações políticas na condenação dos protestos⁷⁴. O segundo abrangeu as forças policiais. Todas as declarações políticas, com exceção das dos ecologistas, enfatizaram o papel da polícia como a principal encarregada na resolução dos conflitos. Nem o governo nem a maioria das forças de oposição avançaram uma estratégia de diálogo e mediação. Ao contrário, o entendimento comum corroborou a necessidade da intervenção policial para restabelecer a ordem social.

Neste capítulo apresento brevemente o conjunto de pesquisas acadêmicas elaboradas sobre as revoltas de 2005, organizando-as em dois grandes grupos temáticos: a) as que debateram a natureza política dos protestos; e b) as que enfatizaram as causas das violências.

Como veremos, especialmente no caso do segundo grupo de análises, os pesquisadores destacaram a precarização das condições materiais nas áreas marginalizadas e a falta de oportunidades de ascensão social para os jovens franceses das classes baixas. Contudo, alguns analistas introduziram a raça como elemento interpretativo para entender as causas dos eventos.

Assim, o objetivo deste capítulo é mostrar como, a partir da análise dos protestos de 2005, foi se desenvolvendo nos últimos 10 anos na França o que poderíamos chamar de um

vontade de se expressar no espaço público, a indignação com a morte dos dois adolescentes, o ataque à mesquita e a vontade de contraposição às forças policiais e ao ministro Sarkozy. De acordo com o pesquisador, os incêndios nas escolas seriam também uma ação simbólica de recusa aos sistemas escolar e de recrutamento para o emprego francês. Ou seja, essas vozes expressariam a frustração e as dificuldades de mobilidade social. Em outro estudo, Mucchielli e Aït-Omar (2007) entrevistaram alguns jovens de um bairro de uma “zona urbana sensível” do departamento Hauts-de-Seine. De forma análoga aos trabalhos de Galland (2006) e Kokoreff (2006), os autores constataram que nas palavras dos manifestantes se expressava o sentimento de injustiça, de raiva e o desejo de vingança por causa das humilhações vividas no cotidiano escolar e na relação com a polícia.

⁷⁴ Em geral, representantes de direita e de esquerda salientaram a dimensão inaceitavelmente violenta dos confrontos com a polícia. Se a tese da delinquência era mais expressiva entre os políticos de direita, os expoentes de todos os partidos políticos igualmente tenderam a se manifestar nesta direção de forma ora mais explícita, ora implicitamente. Na oposição, alguns políticos criticaram o governo pelos cortes nos subsídios das políticas para o território e pelo dismantelamento do sistema de bem-estar social. Mas pouca atenção foi dada às causas das violências e às situações de exclusão social vivida pelos manifestantes e por outros habitantes das áreas carentes em revolta.

novo campo de estudos sobre as relações raciais francesas. Para além das leituras dos confrontos de 2005, procuro também apresentar outros fatores que teriam estimulado esse debate.

Na próxima seção é apresentada uma síntese das principais abordagens que discutiram a natureza política dos eventos. Na terceira seção são abordados sinteticamente os trabalhos que analisaram as causas sociais dos protestos. A quarta seção é dedicada aos estudos que introduziram a raça em suas análises sobre as razões das *émeutes*. A quinta seção trata dos estudos comparativos entre as periferias empobrecidas francesas e os guetos norte-americanos. Finalmente, na última seção, é apresentado um breve quadro do que atualmente pode ser caracterizado como um campo de estudos sobre as relações raciais na França. Nesse caso, aponto para alguns dos fatores que possivelmente impactaram sua formação.

2.2 Sobre a natureza política dos protestos

Entre as interpretações que refletiram sobre a natureza política das revoltas de 2005 é possível reconhecer três tendências principais: a) um primeiro grupo frisou a “irracionalidade” dos manifestantes; b) um segundo grupo qualificou os protestos como uma “revolta protopolítica”; c) um terceiro conjunto de pesquisadores considerou aqueles eventos como manifestações e formas de organização política.

No que tange ao primeiro grupo, de forma análoga ao que foi observado entre alguns jornalistas e políticos franceses e estrangeiros, foi recorrente o uso de expressões como “sociedade quebrada”, “comunidades doentes”, e “colapso moral”. Nessas interpretações foi negado o reconhecimento de qualquer sentido político aos gestos dos manifestantes, acoimando-os como puros atos irracionais (ROCHÉ, 2006).

No mesmo rumo, dessa vez seguindo uma leitura de verniz psicológico, os protestos foram considerados mecanismos instintivos de expressão involuntária de sentimentos. Ou seja, uma simples repetição de comportamentos violentos gratuitos, sem haver a preocupação em compreender os motivos das revoltas (GROSS, 2011). Já a difusão em escala nacional dos eventos foi explicada por meio de uma linguagem paramédica, a partir de coletivas práticas de infecção e de contágio emocional involuntário (KOFF, 2009).

Não podemos deixar de notar a afinidade entre alguns dos argumentos propostos acima e os utilizados pela teoria de desmobilização política, em voga entre os anos 1930 e 1960. Essa última entendia a mobilização coletiva “apenas como irracionalidade ou, conforme Smelser, como explosão reativa de frustrações individuais, que as instituições momentaneamente não lograriam canalizar” (ALONSO, 2009, p. 50).

Já a expressão “revolta protopolítica”, utilizada para identificar o segundo conjunto de estudos, foi adotada pelo sociólogo Gérard Mauger (2006) em sua análise dos eventos do outono francês de 2005. Para o autor, as *émeutes* não poderiam ser consideradas eventos políticos plenos, porque faltariam aos manifestantes reivindicações e orientações claras, bem como uma consciência plena sobre as causas sociais e políticas de sua revolta. Porém, de acordo com Mauger (2006, p. 145, tradução nossa), estaríamos olhando para uma revolta não somente “suscetível de ser ‘politizada’ (tanto à esquerda como à direita), mas também de ser convertida em um movimento religioso, ou ainda, despolitizada”. Por essa razão, o caráter “protopolítico” dos protestos. Utilizando as categorias bourdieusianas, Mauger comparou os manifestantes a uma “classe-objeto” ou “classe-para-outros”, incapaz de compreender plenamente seus interesses. Isto é, por causa da incapacidade de expressar publicamente as razões da própria revolta, os jovens manifestantes seriam uma classe caracterizada por outros – os detentores do capital cultural –, assim se vendo impossibilitados de se identificarem ou de se apropriarem das representações propostas por eles mesmos⁷⁵.

Todavia, nem todos os autores que salientaram a falta de organização político-operária nas *banlieues* resolveram seguir a mesma linha interpretativa de Mauger. Por exemplo, Lapeyronnie (2006) definiu os eventos como uma “ação coletiva não convencional”, ou seja, fora dos mecanismos institucionais legítimos (como as greves ou as manifestações). Nesse argumento, por não terem encontrado nos canais tradicionais formas de ecoarem suas próprias reivindicações, os manifestantes teriam adotado a *émeute* como forma política de protesto⁷⁶. Essas revoltas seriam consideradas, então, como eventos “infrapolíticos” ou “suprapolíticos”.

⁷⁵ Como veremos mais detidamente na seção sobre as causas dos protestos, essas dificuldades seriam imputáveis ao fato de essas populações serem órfãs do movimento operário e das formas de organização e representação outrora típicas das “*banlieues rouges*” (DUBET; LAPEYRONNIE, 1992; BEAUX; PIALOUX, 2003); ou ainda derivariam da fratura entre as classes médias precárias e as classes populares excluídas (MAUGER, 2006). O termo “*banlieues rouges*” corresponde às cidades da periferia de Paris governadas pela esquerda (especialmente pelo Partido Comunista Francês). Em uma acepção mais ampla, engloba áreas habitadas por operários sindicalizados.

⁷⁶ Traçando uma história social longa das *émeutes*, Lapeyronnie (2006) insere os protestos dos jovens das periferias francesas em 2005 em uma tradição de protestos violentos, que demonstraram ser uma forma eficaz de negociação coletiva das populações pobres e sem acesso aos mecanismos institucionais. Como, por exemplo, no caso dos trabalhadores antes da criação dos sindicatos, ou dos movimentos comunitários nos países em desenvolvimento, ou ainda na França do século XVIII, no caso de arresto de mendigos.

Isto é, violências originadas por populações vítimas de mecanismos sociais de estigma e exclusão. Contudo, malgrado essa realidade, os protestos violentos ainda pertenceriam ao repertório normal da ação política. Segundo o autor, mesmo que distantes do sistema político tradicional, os manifestantes defenderiam valores políticos já consagrados na sociedade e na vida institucional, tais como o direito fundamental à vida, contra o abuso de poder da polícia e contra a exclusão social (LAPEYRONNIE, 2006).

Entre os que reconheceram um significado político pleno aos manifestantes, encontra-se também a socióloga franco-brasileira, Angelina Peralva. A partir de pesquisas empíricas, a autora identificou alguns traços específicos da realidade francesa que se repetiriam desde os confrontos dos anos 1990 e que lhe permitiriam identificar um repertório recorrente (PERALVA, 2006). De acordo com a autora, o termo “*émeute*” não seria o mais apropriado para descrever os acontecimentos de 2005. Isso porque tal palavra seria indissociável da ideia de emoção e de irracionalidade⁷⁷. Os “levantes da morte”, assim como Peralva os classificou, seriam protestos violentos de jovens moradores das periferias urbanas em resposta à morte violenta de um deles.

A partir de alguns elementos característicos dos protestos⁷⁸, Peralva (2006) identificou a existência de uma estrutura sociopolítica altamente repressora em relação aos jovens. Por

⁷⁷ Essa forma interpretativa dos confrontos violentos pode ser remetida à Teoria do Processo Político. De acordo com a interpretação de McAdam, Tarrow e Tilly (2001; 2009), os confrontos violentos do outono francês poderiam ser pensados como ações coletivas de tipo “contencioso”. De acordo com Tilly (2003), que não utiliza o termo “tumulto” na sua classificação dos protestos violentos, essa expressão estaria embebida de um julgamento de tipo moral e explícitas conotações políticas. Algumas ações seriam classificadas como tumultos por parte das autoridades e dos observadores com o intuito de as desqualificarem, enquanto outras, com o mesmo teor, seriam classificadas como demonstração, protesto, resistência, retaliação etc. No livro “*The Politics of Collective Violence*”, Tilly definiu os atos de violência coletiva como uma interação social episódica que: i) inflige imediato prejuízo físico a pessoas ou objetos, ii) é cometida por mais de dois atores, e iii) resulta, ao menos em parte, da coordenação entre as pessoas envolvidas no protesto (2003, p. 3). Dessa forma, ficariam excluídas ações individuais, indiretas ou de longo prazo, violências não materiais e acidentais. Tilly, a partir de um quadro bidimensional onde em um eixo é medida a duração das interações violentas e no outro o grau de coordenação entre os atores, propôs uma classificação dos tipos de violência interpessoal. As tipologias retratadas foram: rituais violentos, destruição coordenada, oportunismo, brigas, agressões individuais, ataques dispersos e negociações falidas. As fronteiras entre esses eventos não seriam precisas – graficamente se sobreporiam no quadro – mostrando que os confrontos violentos poderiam evoluir entre uma tipologia e outra ao longo da ação. Os episódios franceses, mesmo transitando entre algumas das formas categorizadas por Tilly, poderiam ser mais precisamente encaixados na categoria de ataques dispersos, sendo esta tipologia mais indicada do que a de violência ritual ou de destruição coordenada.

⁷⁸ Em todos esses casos, haveria a concomitância de alguns fatores: a) o envolvimento da polícia nos episódios que desencadearam os protestos, b) o bairro de residência da vítima era o local de origem dos protestos, mesmo quando a morte violenta havia ocorrido em outro lugar e c) a presença de “quebradores” - muitas vezes ligados a grupos anarquistas - e de jovens descendentes de imigrantes provenientes das periferias urbanas. Peralva (2006) também traçou um quadro temporal, em três atos, de desenvolvimento do confronto. Em um primeiro momento, o protesto seria limitado ao bairro de residência da vítima. Sucessivamente, a violência se elevaria e se espalharia para o centro ou em direção às cidades próximas por meio da ação dos “quebradores”. Na última fase, haveria um recuo dos protestos violentos e uma manifestação pacífica seria organizada na tentativa de transformar a ação coletiva em um protesto político.

causa desses fatores, os manifestantes, para expressar suas insatisfações, utilizariam um repertório de confronto violento e pouco organizado.

Igualmente, segundo Jobard (2008; 2009), as ações organizadas de forma localizada, por pequenos grupos com alta mobilidade no território, utilizando técnicas de guerrilha (em vez de confrontações diretas com os policiais), seriam o repertório mais eficaz para difundir os protestos no tempo e no espaço e retrucar às formas de contenção adotadas pela polícia.

De acordo com Kokoreff (2006, 2014), apesar de não enquadrar-se em uma tipologia tradicional de mobilização coletiva, “a ‘*émeute*’ constituiria o repertório de ação coletiva dos que não têm mais nada a perder” (KOKOREFF, 2014, p. 742, tradução nossa). Portanto, a forma violenta de protesto teria em si uma dimensão política fundamental. Ou seja, a capacidade de impactar vigorosamente outras formas tradicionais de mobilização, estimulando a formação de associações, de listas políticas independentes ou até de partidos autônomos⁷⁹.

Contudo, no que tange especificamente aos protestos de 2005, nem todos os autores compartilharam do otimismo de Kokoreff quanto à repercussão social e política dos eventos. Waddington (2012) insistiu especialmente na falta de instituições certificadoras capazes de apoiarem os manifestantes. Ou seja, diferentemente de alguns dos mais importantes protestos anteriores, os eventos de 2005 não contaram com o suporte de organizações políticas, sociais e sindicais tradicionais. Assim, com exceção das tentativas de apaziguamento por parte das comunidades religiosas, em especial a islâmica, nenhuma força política ou social se prontificou para intervir. Da mesma maneira, poucas lideranças tradicionalmente reconhecidas tentaram interceder para justificar as motivações dos manifestantes ou para restabelecer uma situação de normalidade.

Em segundo lugar, também de forma diferente do que tinha acontecido no passado, os protestos violentos tiveram uma menor capacidade de interferir na ação política nacional. Em 1983, os episódios de violência coletiva nos subúrbios de Lyon levaram às Marchas pela Igualdade e contra o Racismo ou à criação de organizações como *SOS Racisme* (JOBARD, 2009; PERALVA, 2006). Já os eventos de 2005, pelo contrário, aparentemente tiveram um pequeno impacto político e não conseguiram se transformar em um processo de mobilização e organização de mais longo prazo. Segundo Jobard (2009), se de um lado a memória dos protestos permaneceu extremamente viva no imaginário coletivo, por outro as estruturas

⁷⁹ Esse seria o caso, por exemplo, do *Mouvement des indigènes de la République*, criado em 2005, que no ano de 2010 se transformou em um partido político, *Parti des Indigènes de la République* (P.I.R.). Apresentarei em mais detalhe esse movimento no Capítulo 3.

políticas criadas após os confrontos foram muito restritas. Elas se limitaram à criação de algumas associações locais ou fóruns sociais nas áreas urbanas carentes, e à tentativa de implantação de mecanismos de comunicação entre as forças policiais e os moradores.

Finalmente, de acordo com Mucchielli e Le Goaziou (2006), as pesquisas empíricas conduzidas em campo após os protestos tiveram o benefício de mostrar que as revoltas urbanas poderiam ser entendidas como uma “forma elementar de contestação política”⁸⁰. As *émeutes* seriam o fruto da indignação coletiva e da necessidade de expressar demandas de justiça, reconhecimento e cidadania. O fato de os manifestantes não utilizarem o repertório clássico de mobilização política (como petições, bandeiras, passeatas etc.) não retiraria o sentido político dos protestos. Mas expressaria a “privação do acesso a formas convencionais de ação política”, sendo um sinal do afastamento desses jovens da cultura política institucionalizada e do mundo político e sindical.

2.3 Em busca das causas dos protestos

Como já foi visto no Capítulo 1, entender as causas dos violentos protestos urbanos na França de 2005 foi um dos tópicos mais debatidos nas páginas dos jornais do mundo inteiro. Tal questão também foi colocada em pauta por muitos intelectuais que consagraram seus estudos ao tema.

É possível sistematizar a produção acadêmica sobre o assunto em três grandes grupos. No primeiro, que corresponderia em linhas gerais aos que definiram as revoltas como fenômenos irracionais, encontram-se explicações que remetem à sociologia do desvio e a interpretações de cunho funcionalista.

De acordo com esse enfoque, existiria uma relação entre as *émeutes* e as práticas de delinquência geralmente observadas entre alguns jovens das *cités* (ROCHÉ, 2006). A socialização dessa juventude por meio de práticas truculentas e criminais desenvolveria entre eles um “gosto pela violência”. Por essa razão, os protestos seriam uma “extensão natural da vida daqueles jovens, para os quais a polícia é o inimigo, a escola uma fonte de frustrações e a família um quadro debilitado” (ROCHÉ, 2006, p.126).

⁸⁰ Galland (2006) e Kokoreff (2006), por exemplo, demonstraram que os jovens manifestantes franceses discutiram coletivamente a escolha de participar (ou não) nos eventos e não agiram apenas de acordo com alguma forma de imitação gregária ou contágio.

Um segundo conjunto teórico de estudos é formado por um amplo leque de investigações que priorizaram investigar as causas estruturais dos confrontos. Assim, mesmo existindo entre esses pesquisadores um certo grau de variabilidade no que diz respeito aos enfoques privilegiados, eles convergiram ao considerar o sistema socioeconômico, e não um traço da personalidade dos manifestantes, a principal fonte dos violentos protestos de 2005.

A questão socioeconômica foi o principal fator mobilizado para explicar as razões das revoltas. Porém, os estudiosos apontaram também para outras dinâmicas, tais como as dimensões territoriais e raciais⁸¹.

No que tange ao fator territorial, foram numerosas as menções à “fratura urbana” da sociedade francesa e à existência de problemas específicos relacionados às *banlieues* e às *cités*. Alguns autores exploraram as conexões entre a “questão territorial” e a “questão social”. Outros se dedicaram especificamente a entender as causas da segregação urbana e os efeitos das políticas públicas para saná-las. Já alguns estudiosos analisaram os processos pelos quais as políticas urbanas francesas contribuíram para reforçar os estigmas dos “bairros sensíveis”⁸². Esses últimos, a partir dos anos 1980, passaram a ser considerados lugares de concentração da exclusão, da marginalidade e da violência, assim como seus jovens moradores foram tachados de “classe perigosa”.

De acordo com Cortéséro e Marlière (2015), a influência de uma tradição anglo-saxã de pesquisas sobre o território também influenciou na França uma nova visão do espaço urbano. Segundo tal abordagem, esse seria o lugar de manifestação e de regulação da crise derivada da superprodução do modelo de desenvolvimento capitalista. Ou seja, os bairros segregados e pauperizados seriam funcionais ao novo capitalismo, operando como depósito de exércitos industriais de reserva. Ou, de acordo com uma variante mais pessimista, aquelas populações, sem mais utilidade econômica para o sistema capitalista, seriam aí mantidas por meio de uma gestão policial de caráter primordialmente repressivo (BERTHO, 2009)⁸³. Na visão de Wallerstein (2005), os protestos franceses seriam “uma revolta espontânea de classe”, uma manifestação típica do racismo e da pobreza das “periferias da economia-mundo”, ou ainda o resultado da polarização social crescente causada pelo capitalismo.

⁸¹ Uma inteira seção foi dedicada às interpretações que privilegiaram a dimensão racial. Por isso, deixei sua análise para mais adiante.

⁸² Para aprofundar a análise das políticas urbanas francesas (ou *politique de la ville*) e suas relações com as *émeutes*, ver Linhart (1992); Blanc (2007); Bacqué e Denjea (2006).

⁸³ Nesse sentido, seguindo David Harvey (2011), os movimentos sociais atuais, nos quais se inseririam as *émeutes*, poderiam ser considerados como uma ação de resistência mesmo que não organizada. Faltaria, nesse caso, uma percepção mais clara da centralidade da questão do “direito à cidade” para efetivar uma resistência contra o capitalismo.

De qualquer maneira, se o tema do território foi amplamente repercutido após os protestos de 2005, a questão social foi certamente a que recebeu maior atenção e interesse por parte dos pesquisadores.

Essa linha de estudos se inseriu em uma tradição francesa de investigação sobre a desestruturação e a degradação das classes populares e sobre o perigo de uma implosão social. Ao analisar as desigualdades socioeconômicas, mas também geográficas, vividas pelos “jovens das *cités*”, estas interpretações salientariam a piora da questão social na França. A minguada formação escolar, as altas taxas de abandono, a baixa qualificação, as escassas possibilidades de empregabilidade, a discriminação nos processos de seleção e contratação, a precarização das relações de trabalho, o alto desemprego, o agravamento da segregação urbana, o empobrecimento e a desestruturação das famílias das classes populares foram alguns dos fatores estruturais citados de forma mais recorrente (BEAUD; PIALOUX, 2003; KOKOREFF, 2006; BEAUD; MASCLET, 2006; CASTEL, 2006; WACQUANT, 2006; WADDINGTON, 2012).

De acordo com Wacquant (2006), esses jovens, filhos de operários e de imigrantes, sem representação política, seriam os primeiros a sofrer os efeitos do racismo e da discriminação e a serem excluídos do mundo do trabalho, tornando-se “párias urbanos”. Para Beaud e Pialoux (2003), eles seriam também os que mais sofreriam as relações de dominação e alienação de classe, por causa da falta de capacidade coletiva de resistência, tanto no local de trabalho como nos “bairros”, onde a vida associativa e militante teria se tornado “anêmica”. Segundo Castel (2006), a precarização das relações de trabalho e o desemprego afetaram mais intensamente as populações mais frágeis das *cités*. Como consequência, esses locais teriam se transformado em espaços de relegação dos segmentos mais empobrecidos e excluídos da sociedade.

No que diz respeito especificamente aos protestos de 2005, apoiando-se em análises anteriores⁸⁴, Stéphane Beaud e Olivier Masclet (2006) analisaram as diferenças entre os manifestantes de 2005, que chamaram de “geração *cités*”, e as mobilizações dos jovens imigrantes das periferias francesas dos anos 1980, identificados como “geração *beur*”⁸⁵.

⁸⁴ Analiticamente seria importante não isolar e autonomizar o tema dos “protestos urbanos”, mas inseri-lo em uma história longa da transformação das relações sociais e econômicas, em nível local e nacional. Ou seja, seria necessário analisar como as novas configurações socioespaciais e as relações de força se configurariam nos bairros populares, para não relegar as violências urbanas a um tema moral (BEAUD; PIALOUX, 2002).

⁸⁵ Os pesquisadores querem compreender as diferenças entre os “jovens das *cités*” de origem árabe de ontem e os de hoje. O trabalho se concentrou apenas na juventude de origem árabe, porque ela representava a maioria demográfica e simbolicamente nas *cités* de Sochaux-Montbéliard e de Gennevilliers, objeto do estudo dos dois pesquisadores (BEAUD; PIALOUX, 1999, 2002).

As conclusões dos pesquisadores são aquém de otimistas. Haveria um afastamento intransponível entre a nova geração e seus “irmãos mais velhos”, ainda socializados política e simbolicamente em um contexto mais favorável. Nos anos 1980, os filhos de “trabalhadores imigrantes” árabes ainda teriam chances de lutar por um reconhecimento por parte da sociedade francesa. Já nos anos 2000, a situação teria se alterado irremediavelmente.

As Marchas pela Igualdade e contra o Racismo dos anos 1980, a militância marxista e sindical, os novos movimentos sociais (feminismo, ecologista, terceiro-mundismo) dos anos 1970, e também as associações de bairro e as organizações dos trabalhadores imigrantes teriam moldado a ação de resistência da “geração *beur*”. Ou seja, naquele momento, jovens e adultos, homens e mulheres, estudantes e trabalhadores teriam lutado, por meio da ação sindical, política e associativa, por uma plena incorporação dos imigrantes na sociedade francesa.

Já a “geração *cités*” herdaria condições diametralmente diferentes das experimentadas pela geração anterior. De um lado, a crise econômica e a precarização do mercado de trabalho teriam levado a profundas dificuldades de inserção profissional e social. Para os jovens das áreas pobres e marginalizadas isso significaria a exclusão permanente do mercado do trabalho e a relegação em empregos precários⁸⁶. De outro lado, a exclusão urbana mais pungente⁸⁷, caracterizada por uma intensa pauperização e guetização dos bairros populares, teria sido igualmente acompanhada por uma condição de abandono político.

Segundo Beaud e Masclet (2006), tal abandono se traduziria em abstencionismo eleitoral, distanciamento da esquerda e ausência de representação política. Essa situação seria uma consequência do desencontro (ou do *rendez-vous manqué*) entre os jovens *beurs* e a esquerda francesa. Nos anos 1990, essa última se demonstrou incapaz de incorporar, em suas bandeiras de luta e em seus quadros, aqueles jovens militantes. Para agravar a já difícil experiência social das *cités*, a relação conflituosa com as instituições (sejam elas a polícia, a justiça, a administração pública), consideradas racistas, teria comprometido ainda mais a socialização desses jovens.

⁸⁶ Na França existe a categoria de “emprego subsidiado” [*Emploi aidé*] para indicar os contratos temporários pelos quais o empregador recebe uma ajuda financeira por parte do Estado para subsidiar a contratação de pessoas em busca do primeiro emprego.

⁸⁷ De acordo com a pesquisa dos autores, os bairros populares dos anos 1970 seriam ainda lugares integrados, nos quais se podiam encontrar representantes da classe trabalhadora e de uma pequena classe média. Mesmo que a análise possa estar distorcida por certo romantismo que acompanharia as lembranças da infância, de acordo com os autores, os testemunhos recorrentes dos entrevistados – que ao lembrar da integração entre os moradores dos bairros populares naquela época afirmavam: “erávamos todos misturados” – pareciam coerentes com o ambiente social dos anos 1960-1970, bem mais heterogêneo em termos sociais do que o dos anos 1990-2000.

Aqueles dois autores também salientaram a imposição do “problema da imigração” das populações árabes – especialmente das “oriundas da imigração pós-colonial” – no debate público nacional. Essa campanha perpetrada pela Frente Nacional teria transformado esses jovens em “suspeitos crônicos”. Ou dito de outra maneira, em “corpos estranhos” ao tecido nacional.

Como se a cada momento se tratasse de verificar a legitimidade dos jovens descendentes dos imigrantes em quererem entrar para o ‘Clube França’, posto não ser mais possível acolher um certo número de indesejáveis. Para dizer a verdade esses jovens imigrantes, em sua maioria nascidos em solo francês, não são percebidos e tratados como ‘franceses como os demais’, salvo no estrito plano do direito, o que explica que muitos deles, depois de adultos, declarem ser apenas ‘franceses de papel’, frente ao termo ‘*Français de souche*’. (BEAUD; MASCLET, 2006, p. 827, tradução nossa).

Apesar de serem cidadãos franceses nascidos na França, esses jovens nunca seriam considerados plenamente franceses, ou “franceses como os outros”. Por causa dessa suspeita recorrente de alienação em relação à nação, a “geração *citée*” seria levada a internalizar um sentimento e uma sensação de estranhamento.

Além disso, a desindustrialização, a precarização do mercado de trabalho e a desestruturação econômica e simbólica do universo operário teriam tido também outra consequência, levando a uma interrupção da transferência da memória operária de uma geração para a outra e ao desenvolvimento de uma “memória imigrante” [*mémoire immigrée*].

No contexto do fim dos anos 1990, incentivados pelos estudos universitários e discursos intelectualizados, para um certo número de jovens da *citée* parece ter se tornado prioritária a apropriação de uma “memória histórica” da Argélia e de outros países colonizados pela França. (BEAUD; MASCLET, 2006, p. 835, tradução nossa).

Em síntese, de acordo com Beaud e Masclet (2006), o objetivo dos jovens participantes dos protestos de 2005 teria sido o de manifestar sua presença pública, de reafirmar seus direitos de serem franceses. Privados de seus sonhos pela falta de reconhecimento e integração, os jovens exigiriam por meio dos protestos conflituosos seu direito a uma plena fruição dos direitos sociais e econômicos oferecidos ao restante da nação francesa.

Esse diagnóstico sobre a precarização das áreas urbanas periféricas foi compartilhado por muitos pesquisadores. Como veremos, ele nos elucida alguns pontos da transição para

novas formas de identidades e ações coletivas nos anos 2000. Porém, nem todos reconheceram este como o único ou principal fator para entender os protestos.

Estudo conduzido por Lagrange (2006) em 200 cidades da região metropolitana de Paris mostrou que não haveria uma correlação unívoca entre o estágio da degradação urbana e as cidades envolvidas nos protestos. Assim, por exemplo, o trabalho do sociólogo apontou para uma sobre-representação dos locais que tinham sido objeto de requalificação urbana entre os alvos das violências. Portanto, de acordo com esse autor, para entender “a geografia dos protestos” seria mais adequado apontar para o sentimento de injustiça causado pelas experiências vividas e compartilhadas de racismo, discriminação e conflito com as forças policiais.

Uma terceira vertente dos estudos sobre as causas dos protestos se debruçou mais especificadamente sobre os sentimentos e as motivações dos jovens. Essa corrente de estudos enfatizou a subjetividade dos manifestantes, colocando em segundo plano as condições materiais de desvantagem social.

Em consonância com os estudos sobre movimentos sociais que investigam as emoções que levariam os ativistas a se engajar na ação coletiva (MELUCCI, 1988), esses trabalhos destacaram a emoção, o sentimento de revolta e a indignação dos manifestantes em relação à condição de “cidadão de segunda classe” na sociedade francesa.

Se obviamente as razões da cólera envolveriam muitas das situações tangíveis de degradação socioeconômica que descrevemos acima, em muitas pesquisas etnográficas emergiu também um sentimento de injustiça e de inconformidade com a morte ilógica dos dois jovens. Assim, as revoltas teriam sido ocasionadas pela exasperação com a deterioração das relações sociais nos bairros populares (KOKOREFF, 2008). As motivações dos jovens poderiam também ser explicadas a partir dos obstáculos materiais e simbólicos que os condenariam à segregação nas *cités* (KOKOREFF; LAPEYRONNIE, 2013). Outras causas seriam a difícil relação desses garotos com a polícia (KOKOREFF, 2008), com o sistema judiciário (JOBARD, 2008), e, em geral, com as instituições (MUCCHIELLI; AIT-OMAR, 2007).

2.4 Para uma incorporação da questão racial na leitura dos protestos

De acordo com uma revisão dos escritos franceses sobre os protestos de 2005 elaborada por Cortéséro e Marlière (2015), todas as análises acadêmicas dos eventos teriam em comum a preocupação com os retrocessos da capacidade de representação simbólica e política da classe trabalhadora.

Quaisquer que sejam as ‘escolas’, as correntes e os autores, a ‘sombra’ da classe operária e de seu sistema político e social parece pairar sobre as análises sociológicas: seu desaparecimento, seja como ‘movimento social’, seja como ‘ator histórico’, paira como uma falta ou, ainda mais, como uma ausência para a capacidade de resistência das classes populares urbanas, em particular as das últimas gerações. Se o ‘jovem da *cité*’ aparece como um deserdado do mundo operário, os sociólogos franceses (salvo uma ou outra exceção) se mostram ‘órfãos’ quanto à designação de um novo sujeito histórico, ou melhor, de um movimento social digno deste nome. Portanto, eles buscam desesperadamente algum traço nesse sentido através da problemática das ‘*émeutes*’. (CORTÉSÉRO; MARLIÈRE, 2015, p. 57-58, tradução nossa).

Para os pessimistas, os protestos seriam uma marca da crise da classe trabalhadora. Para os mais otimistas, poder-se-ia esperar uma recomposição das classes populares por meio da resistência desses jovens. De qualquer forma, ainda de acordo com os dois autores, as classes populares não seriam os únicos órfãos da classe operária, também os sociólogos sentiriam a falta “de um grande ator popular (TOURAINÉ, 1965; DUBET, LAPEYRONNIE, 1992) ou de um grupo social, que apesar de dominado, fosse dono da capacidade de organização e resistência (BOURDIEU, 1980; GRIGNON; PASSERON, 1989; MERKLEN, 2009)” (CORTÉSÉRO; MARLIÈRE, 2015, p. 73, tradução nossa).

Podemos supor que esse vazio deixado nas ciências sociais francesas, tal como identificado por esses autores, foi um dos elementos que favoreceram a introdução da raça em algumas explicações sobre os protestos de 2005.

Outro fator que poderia nos ajudar a entender a mobilização da dimensão racial dos protestos foi apresentado por Beaud e Pialoux (1999, 2002 e 2003) e Beaud e Masclet (2006). Nesse caso, a crise do mundo operário teria inviabilizado a incorporação e a solução das especificidades da condição imigrante dentro da própria questão social. Dessa forma, as análises fundamentadas na classe social não mais funcionariam plenamente nas interpretações sobre os jovens de origem imigrante.

Em terceiro lugar, assim como exposto no Capítulo 1, a atenção internacional, especialmente dos países anglo-saxões, voltada para os protestos – e suas leituras dos eventos em termos raciais – teria forçado os intelectuais franceses a refletirem sobre o tema, passando a incorporar a dimensão racial em suas análises.

Ao analisarmos os estudos produzidos sobre esse tema, podemos identificar um primeiro grupo de pesquisas que salientou as discriminações na escola, no emprego, na moradia e no tratamento policial como fatores de mobilização dos jovens manifestantes. Nesse sentido, a falta de um sistema estatístico etnicorracial na França foi fortemente criticado por dificultar, ou até impossibilitar, análises amparadas em dados mais precisos sobre tais discriminações (SIMON, 2006, 2015; JOBARD, 2009).

Um segundo grupo de pesquisas que apontou para a dimensão racial dos protestos foi o de estudos etnográficos. Os trabalhos realizados por Galland (2006), Kokoreff (2006), e Moran (2012) mostraram que episódios de racismo e discriminação foram citados por jovens manifestantes para justificar a escolha de determinados alvos de destruição. Na cidade de Saint Denis, região metropolitana setentrional de Paris, a única escola atingida foi selecionada por causa do presumível comportamento racista do diretor daquele estabelecimento, que teria expulsado injustamente um estudante. Na mesma cidade, alguns jovens entrevistados admitiram terem queimado um carro por causa de acusações de racismo movidas contra seu proprietário (KOKOREFF, 2006). Já a pesquisa de Sauvadet (2011) mostrou que os “jovens das *banlieues*” utilizavam de forma constante referências a uma identidade racializada em suas interações sociais. “Branços”, “Árabes” e “Negros” seriam os termos usados correntemente pela juventude das periferias urbanas empobrecidas para se classificarem. De acordo com o autor, essas identidades seriam construídas a partir da raça (cor da pele), mas também a partir de outros elementos, como a linguagem corporal e as roupas.

No mesmo sentido, Jobard (2009) indicou que se nas revoltas de Los Angeles (Estados Unidos), em 1992, e Bradford (Inglaterra), em 1995, a dimensão racial seria explícita, o mesmo não poderia ser apontado de forma unívoca no caso francês. Isso porque em suas manifestações públicas, como nas entrevistas com os jornalistas, os manifestantes falariam de um genérico “nós”, entendido como um conjunto de pessoas que compartilhariam elementos sociais, raciais, étnicos e territoriais. Segundo o autor,

É autoevidente iniciar com o fato de que os condicionantes raciais tiveram um papel central no desencadeamento das revoltas, mas esta dimensão é mais bem entendida como uma propriedade dos caminhos migratórios, em oposição a um apelo direto à igualdade racial. Os confrontos com a polícia

constituíram o estopim das revoltas, mas fatores migratórios, urbanos e sociais, juntamente com enredos locais, se não paroquiais, todos tiveram uma contribuição decisiva. (JOBARD, 2009, p. 242, tradução nossa).

Ou seja, apesar de marcadores etnicorraciais serem presentes de forma bastante clara nos protestos de 2005, os mesmos seriam mais uma manifestação do passado imigratório francês do que uma reivindicação abertamente racial dos eventos por parte dos jovens. Por essa razão, não seria possível enquadrar esses eventos como “protestos raciais”.

Ao contrário, na interpretação da academia norte-americana, os protestos franceses de 2005 foram lidos a partir do entendimento de que se trataria de uma forma de “*race riot*” (SCHNEIDER, 2008, 2014; TSHIMANGA; GONDOLA; BLOOM, 2009; BEAMAN, 2015; LÉONARD, 2015). De acordo com Schneider (2014), as revoltas de negros e árabes nas periferias francesas teriam sido provocadas pela longa e tensa relação das pessoas deste grupo com a polícia daquele país. A atitude racista e discriminadora dos agentes franceses seria equiparável ao comportamento da polícia dos Estados Unidos com a população afro-americana. Assim, a semelhança no tratamento das minorias entre as forças policiais dos Estados Unidos e da França levaria Schneider a identificar os eventos franceses como “protestos raciais”.

No caso francês, além de Jobard, outros autores, como Lagrange e Oberti (2006) e Wieviorka (2005) descartaram a identificação das *émeutes* com os *race riots* norte-americanos. Nesse caso, os autores apontaram para o fato de que a revolta dos jovens franceses, diferentemente das violências raciais nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha, não seria uma explosão de tensões entre etnias ou comunidades.

Contudo, devemos lembrar que se é verdade que os jovens não expressaram de forma articulada esse apelo à dimensão racial, por outro lado, seguindo autores como Mauger (2006), pode ser objetado que dificilmente os manifestantes conseguiram sistematizar de forma estruturada quaisquer outras reivindicações ou bandeiras de luta.

Além disso, de acordo com Balibar (1991), nas sociedades europeias contemporâneas, a categoria “imigrante” funcionaria como um substituto da “raça”. Dessa maneira, o apelo do “nós” daqueles jovens à condição imigratória de seus pais e avós não seria desvinculado da dimensão racial, mas seria um explícito recurso à mesma. Assim, como lembrou Balibar (2006), em uma conferência na Universidade de Chicago sobre os protestos, os manifestantes – ou mais em geral, os “jovens das *banlieues*” – seriam “estrangeiros em seu próprio país”, porque seriam filhos de pais imigrantes, mas nascidos na França. Confinados em uma “condição hereditária de imigração: ‘imigrantes uma vez, imigrantes para sempre’, de geração

em geração, independente da nacionalidade” (p. 38, tradução nossa), as pessoas associadas a esta condição portariam sobre si os estigmas indelévels de sua origem (cor, modos, aptidões e religião).

Assim, esses jovens viveriam a dupla discriminação de raça (a origem “imigrante”) e de classe (viver em áreas em fase de desindustrialização e com altas taxas de desemprego), o que reforçaria uma redobrada exclusão, transformando-se em uma espiral infinita de estigmas e desvantagens sociais. Em outras palavras, os descendentes dos imigrantes viveriam o lugar dos “eternamente deslocados, excluídos a partir de dentro, ‘párias’ (...) das sociedades ocidentais modernas” (BALIBAR, 2006, p. 77, tradução nossa).

Outros autores também sublinharam a dupla discriminação de raça e classe vivida pelos “jovens das *banlieues*”. Para Castel (2006), um fator etnicorracial reforçaria a miséria social e a discriminação negativa.

Assim a reação dos ‘jovens das *cités*’ poderia ser compreendida, ao menos parcialmente, como uma revolta cívica diante do déficit de cidadania vivido por eles. Tudo se passa como se esses ‘filhos de imigrantes’ – mesmo que tenham se tornado franceses –, nunca tenham conseguido apagar a mácula portada por seus pais, produto de uma imigração de trabalho, pensada e produzida de forma alheia ao paradigma de cidadania do Estado-Nação (CASTEL, 2006, p. 790, tradução nossa).

Para Castel, as *banlieues* não seriam propriamente territórios étnicos, mas haveria o permanente risco de etnicização destes locais. Ou seja, o tratamento étnico dado pela sociedade francesa aos problemas sociais das minorias étnicas, poderia levar esses jovens a responderem às discriminações negativas, afirmando sua própria etnicidade. Nas palavras do autor, tal realidade poderia conduzir à “tentação das populações estigmatizadas de responderem ao estigma, afirmando-se como negros ou árabes” (CASTEL, 2006, p. 798, tradução nossa).

Na interpretação das manifestações proposta por Lagrange e Oberti (2006), a importância de fatores estruturais e de classe seria indiscutível, mas deveria ser associada ao estudo de outros elementos, como a segregação etnicorracial. Para os dois autores, os eventos “seriam a expressão da exclusão e de um profundo ressentimento que colocaria em jogo simultaneamente a dimensão social (origem popular), territorial (*cités* degradadas e estigmatizadas com um alto nível de segregação), e etnicorracial (jovens de origem africana diretamente afetados pela discriminação e pelo racismo)” (LAGRANGE; OBERTI, 2006, p. 14, tradução nossa).

A pesquisa desses dois autores reconstruiu o mapa das cidades envolvidas nos protestos e apontou para dois resultados interessantes: a) os centros das revoltas seriam também os centros onde a extrema-direita teria conseguido uma maior votação em comparação à média nacional; e b) adicionalmente essas cidades seriam os lugares onde se encontraria a segregação étnica mais elevada. Como corolário, os bairros mais afetados teriam uma maior concentração de trabalhadores precários, uma menor presença da classe média, e um maior número de imigrantes (especialmente árabes e africanos) entre os moradores dos conjuntos habitacionais.

De acordo com Lagrange e Oberti (2006), os protestos de novembro de 2005 teriam exposto a dificuldade da sociedade francesa em encontrar uma resposta aos questionamentos dos jovens manifestantes das *banlieues*. A ausência de diálogo por parte das instituições não seria causada pela natureza violenta das mobilizações, mas por outros dois fatores. De um lado, a incapacidade de interagir no espaço público com minorias não representadas por atores coletivos. De outro, a relutância em articular as dimensões “sociais e etnoculturais” por parte do Estado francês⁸⁸. Esse último teria se demonstrado historicamente reticente a responder a reivindicações de tipo étnico ou cultural, isto é, a aceitar características prescritas diferentes do sexo e da idade.

Na França, os motins urbanos de novembro de 2005 revelaram certos limites de um modelo de integração de tendência universalista, fundado sobre uma comunidade de cidadãos formalmente iguais, porém, submetidos a tratamentos desiguais na realidade, notadamente sobre a base de uma lógica de segregação urbana e de discriminação que misturam características sociais e etnicorraciais. (LAGRANGE; OBERTI, 2006, p. 33, tradução nossa).

Os mesmos autores salientaram que a coesão social francesa repousaria em uma concepção nacional de cidadania fundada sobre indivíduos unidos em torno de uma nação, uma língua, um Estado e regras de direitos e deveres universais. Aceitar ser francês significaria aceitar fazer parte da “comunidade nacional de cidadãos”, deixando para a esfera privada outras dimensões identitária de tipo social, religiosa, etnicorracial e territorial.

Esta cegueira não colocou maiores problemas em França, após a Segunda Guerra Mundial, quando as questões étnicas eram dissolvidas ou ao menos

⁸⁸ Sobre esse último ponto, a partir de comparação com os modelos de integração adotados por outros países europeus (Alemanha, Espanha, Itália e Inglaterra) e a análise das resistências francesas em receber as diretivas europeias em matéria de luta contra a discriminação, os mesmos autores afirmaram que a dificuldade das instituições francesas residiria na própria história nacional e colonial francesa.

englobadas na questão social. Depois do fim do século XX, com o fim do ciclo de integração política sob a égide do movimento operário, não podemos mais colocar o problema das minorias nos mesmos termos. (LAGRANGE; OBERTI, 2006, p. 206, tradução nossa).

Em conclusão, os protestos se nutririam da insatisfação e das frustrações dessas populações residentes nas *cités* e *banlieues*. As violências não seriam o resultado de um posicionamento comunitarista ou de um egoísmo de massa, mas encarnariam a polarização social e étnica na base da pirâmide social e a falta de reconhecimento de uma realidade multicultural na França. Contudo, para Lagrange e Oberti (2006) seria perigoso interpretar os protestos de 2005 como uma consequência exclusiva da fragmentação da sociedade francesa ao longo de linhas étnicas ou raciais. Diferentemente das violências raciais nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha, a revolta dos jovens franceses seria um pedido de inclusão ao Estado francês, e não a resposta de um grupo segregado que desejaria se manter enquanto tal.

As análises de pesquisadores estrangeiros, como Murray (2006), Waddington (2012) e Moran e Waddington (2015), mobilizaram também o racismo da sociedade francesa e as falhas do modelo de integração nacional. Nessas explicações a “questão racial” foi também apresentada como concomitante à “questão social” – ou a ela subordinada.

Houve, contudo, outro conjunto de estudos que ao analisar a dimensão racial dos protestos de 2005 privilegiou uma leitura pós-colonial dos eventos. Assim, se Castel (2006) tinha apontado para os perigos de etnicização da sociedade francesa, para Lapeyronnie (1992), desde muito tempo os “jovens das *banlieues*” já estariam adotando identidades etnicizadas em resposta à racialização operada pela sociedade francesa. Para autores como Mbembe (2005), o recurso a uma lei colonial para combater os manifestantes (o estado de emergência) deveria ser considerado um indício incontestável da adoção no território francês de práticas coloniais. A ação cotidiana da polícia nas periferias seria mais um indicativo da adoção de formas contemporâneas do *code de l'indigénat*⁸⁹ e do racismo de Estado por parte da República francesa.

Silverstein e Tetreault (2006) definiram o conjunto de políticas públicas praticadas nas “zonas sensíveis” como uma “missão integradora” francesa e traçaram um paralelo entre esta e a “missão civilizadora” da época colonial. Finalmente, de acordo com Mansouri (2013), a matriz colonial estaria presente na forma pela qual os “jovens das *banlieues*” imaginariam sua própria identidade. O abandono da linguagem política dominante e a ausência de reivindicações articuladas seriam uma resposta à lógica colonial que ainda dominaria a

⁸⁹ Voltarei ao termo *code de l'indigénat* no Capítulo 3.

sociedade francesa e levaria a uma invisibilização pública dos “descendentes da imigração pós-colonial”.

2.5 *Banlieue* francesa ou *ghetto* americano?

As explicações em termos raciais dos protestos de 2005 e as numerosas comparações da realidade francesa com a norte-americana (assim como vimos no Capítulo 1) geraram vigorosas críticas no mundo acadêmico francês. Os argumentos dos que se opuseram a essa leitura são aqui sintetizados, seguindo a interpretação dada pelo sociólogo francês radicado nos Estados Unidos, Loïc Wacquant.

Em uma entrevista publicada no fim de 2005, quando perguntado sobre as possíveis comparações que poderiam ser tecidas entre os protestos franceses daquele outono e os protestos raciais norte-americanos, o autor desqualificou qualquer possível analogia. Afirmou que a “invocação selvagem dos EUA e da temática sensacionalista do ‘gueto’ não passa[ria] de uma estratégia de venda de jornais” (WACQUANT, 2005/2006, p. 18). Na entrevista, o sociólogo criticou também a menção do governo francês a uma “crise identitária nas *banlieues*”.

Os habitantes dos bairros ‘sensíveis’ (problemáticos) não reivindicam de nenhuma forma o reconhecimento de qualquer alteridade cultural: eles demandam que lhes sejam dados todos os direitos enquanto cidadãos e cidadã franceses. Aqui não há nenhuma ‘crise de identidade’, bem pelo contrário! Mas os dirigentes políticos – e os sociólogos de plantão – amam o discurso culturalista da etnicidade e do ‘gueto’, ideal para ocultar a nova questão social da insegurança social generalizada e do crescimento rápido das desigualdades. Podemos invocar a torto e a direito os ‘imigrantes de segunda geração’, que por sinal nem são imigrantes, para melhor ocultar a ‘terceira geração’ do desemprego em massa e da precariedade salarial organizada. (WACQUANT, 2005/2006, p. 18, tradução nossa).

Segundo o autor, a própria nacionalidade francesa dos manifestantes tolheria a capacidade explicativa do argumento racial. Assim, o que estaria em jogo não seria a racialização da sociedade francesa, mas uma demanda por plena incorporação ou integração na sociedade daquele país. As causas das revoltas deveriam ser procuradas em fatores socioeconômicos, e não em uma dimensão cultural e identitária ligada à alteridade dos manifestantes.

Em seu livro *Parias urbains*, Wacquant (2006) afirmou que as violências urbanas e os problemas sociais que assolaram os bairros pobres franceses a partir dos anos 1980 foram erroneamente comparados à realidade norte-americana. O crescimento da Frente Nacional bem como incidentes mais ou menos sérios em bairros periféricos (brigas entre jovens, tensões nos conjuntos habitacionais entre famílias de diferentes nacionalidades, escaramuças e confrontos abertos com a polícia etc.) teriam atraído a atenção pública para territórios esquecidos e à margem da sociedade. Ou seja, as *banlieues* teriam gerado um interesse crescente da mídia, dos políticos e dos especialistas em planejamento urbano. Nesse novo cenário, teria se imposto um discurso de “guetização das *banlieues*”, emprestado da academia norte-americana.

Porém, na leitura de Wacquant, as semelhanças entre a realidade francesa e a norte-americana seriam apenas superficiais. Em primeiro lugar, a piora das condições socioeconômicas das áreas periféricas pobres de ambos os países repousaria no processo global de desindustrialização, que acarretaria altas taxas de desemprego, diminuição dos rendimentos, aumento da pobreza e da marginalização social. Como consequência, os habitantes desses territórios compartilhariam um forte estigma social, que os induziria tanto a esconder o lugar de residência do resto da sociedade quanto a não cultivar laços sociais com os vizinhos.

Por outro lado, as diferenças entre *banlieue* e *ghetto* seriam bem mais expressivas e poderiam ser organizadas em cinco ordens de fatores. Primeiro, a diferença na “ecologia organizacional” dos dois territórios. Ou seja, a escala dessas áreas e a organização espacial desses lugares seriam muito diferentes. De um lado, os amplos *ghettos* norte-americanos seriam planejados para isolar seus moradores da cidade em volta. Do outro lado, as *banlieues* francesas seriam concebidas como bairros de dimensões mais reduzidas, com finalidade apenas residencial.

Em segundo lugar, o fechamento e a uniformidade racial dos territórios norte-americanos seriam bem diferentes da dispersão e da heterogeneidade étnica das áreas francesas.

As *cités* populares nas periferias das cidades francesas nunca tiveram, nem têm hoje, a tarefa de conter um grupo específico considerado indesejável, ao contrário do *Black Belt* das metrópoles norte-americanas, que sempre foram uma espécie de repositório urbano reservado a uma categoria desprezada. Ao contrário, serviram como reservatório de força trabalho e como ‘caçamba para detritos sociais’ (depois que o trabalho não qualificado tornou-se dispensável). (WACQUANT, 2007, p. 31, tradução nossa).

Assim, Wacquant definiu o *ghetto* norte-americano como um local totalmente fechado e homogêneo de um ponto de vista racial que funcionaria como mecanismo de confinamento e controle racial de uma minoria estigmatizada. A homogeneidade seria uma consequência das políticas segregacionistas e da rígida endogamia matrimonial da comunidade afro-americana. Já a população das *banlieues* seria pluriétnica, formada por uma multiplicidade de nacionalidades e também de classes sociais. O estereótipo “*black, blanc, beur*” (negro, branco, árabe), com o qual seriam conhecidos os subúrbios franceses, seria um indicativo da heterogeneidade dessas áreas⁹⁰.

Em terceiro lugar, o grau de intensidade da pobreza e do desemprego seria mais elevado nos Estados Unidos por causa da segregação racial e da exiguidade do sistema de bem-estar social norte-americano. A quarta diferença se encontraria no nível de criminalidade e de periculosidade, sendo os *ghettos* americanos mais violentos.

Finalmente, as políticas urbanas seriam o último fator de contraste. Nos Estados Unidos, uma carência crônica de ações de intervenção governamental seria suprida pelo trabalho de instituições religiosas, filantrópicas e associativas negras. Historicamente, igrejas, veículos de imprensa, associações locais, escolas, dedicaram-se ao fornecimento de apoio e serviços aos moradores dos guetos. Na França, ao contrário, seria registrada uma longa história de ações do Estado nessas áreas, sem a presença de um associativismo local forte.

A partir das especificidades salientadas, Wacquant (2007) chegaria à conclusão que a ideia de um “*French Ghetto*” seria um “absurdo sociológico”⁹¹. Não seria possível comparar a realidade de segregação racial dos guetos norte-americanos com a pluralidade de situações demográficas encontradas no território francês. A diferença etnicorracial não se anteporia à questão de classe, que seria o fator mais importante para pensar as situações de marginalidade e precariedade nas *banlieues* francesas e europeias.

Dessa forma, não existe um ‘gueto de imigrantes’ ou ‘árabes’ na França – assim como não existe um gueto de antilhanos na Inglaterra, um gueto surinamês nos Países Baixos, ou um gueto turco na Alemanha. De um lado, o afastamento territorial no velho continente opera prioritariamente na base da posição de classe, reforçada, depois, pela pertença etnicorracial ou étnico-

⁹⁰ A *cité des 4000*, no bairro La Courneuve, em Seine-Saint-Denis, por exemplo, em 1993, era formada por 40% de moradores estrangeiros, provenientes de 20 países diferentes. Essa configuração especial seria explicada a partir de: i) políticas habitacionais que sempre tentaram evitar a criação de “guetos étnicos” e ii) a mobilidade espacial para bairros de classe média das famílias em ascensão social (WACQUANT, 2007).

⁹¹ A importação das categorias nativas americanas e a tentativa de imposição do particularismo daquele país através de uma “globalização e universalização” do conceito americano de “raça” já foi discutido por Bourdieu e Wacquant anteriormente, em um artigo sobre o caso brasileiro (BOURDIEU; WACQUANT, 2002).

-nacional. Por outro lado, os bairros carentes são intrinsecamente heterogêneos no plano demográfico e no cultural – normalmente contêm 40 nacionalidades – de forma que não produzem uma identidade coletiva unificada ou uma rede paralela de instituições capazes de sanar as necessidades de seus habitantes. (WACQUANT, 2006a, p. 30, tradução nossa).

O autor reconheceu que os jovens das classes baixas, especialmente os “descendentes da imigração pós-colonial” seriam os mais afetados por altas taxas de desemprego e subemprego⁹². Mas a alta concentração de imigrantes seria o fruto de fatores de classe, redobrados pela origem étnica, mas atenuados pela ação reguladora das instituições públicas.

Finalmente, independentemente da sua origem, e apesar da discriminação com base no sobrenome e na cor da pele, os moradores das cidades carentes fogem delas assim que acumulam capital econômico e cultural necessários para subir na escala de classes, como testemunha a ausência de bairros de (pequena) burguesia com tonalidade árabe ou negra na França. (WACQUANT, 2006a, p. 30, tradução nossa).

Wacquant reconheceu a existência de discriminação de tipo etnicorracial no acesso ao emprego e à moradia. Mas os mecanismos de mobilidade social ascendente, pela via do aumento do capital econômico e cultural, tornariam as fronteiras das *banlieues* porosas pelas “famílias de cor” em ascensão. Mais uma vez, a realidade francesa não teria os traços essenciais do gueto: a homogeneidade racial e o fechamento espacial.

Finalmente, a discriminação baseada em fatores etnicorraciais não seria suficiente para falar em uma questão racial francesa. As tensões sociais e a hostilidade xenófoba dentro e ao redor da *banlieue* seriam um efeito do encontro de uma classe trabalhadora “nacional” desamparada com um emergente grupo de “jovens militantes descendentes da imigração pós-colonial que recusariam ser enclausurados em uma definição de cidadão de segunda classe”.

Isso ocorre porque os imigrantes se aproximaram social, cultural e espacialmente dos cidadãos nas posições baixas da estrutura de classe que se tornaram alvo de reações agressivas. Com isso, o tema da imigração tem invadido o espaço público. [...] Longe de revelar a cristalização de divisões étnicas nas cidades francesas, a animosidade e os conflitos aparentemente ‘raciais’ que abalam os subúrbios pobres há duas décadas são a expressão de uma crise social provocada pelo desemprego de longo prazo e o persistente subemprego, bem como a conjugação espacial de exclusão educacional,

⁹² Por exemplo, entre 1990 e 1999, o desemprego dos jovens entre 15 e 24 anos passou de 20% para 26%, em nível nacional. No mesmo período, entre os jovens das 750 *zones urbaines sensibles* [zonas urbanas sensíveis], assim como foram identificadas as áreas pobres no pacto de requalificação urbana de 1996, esse percentual passou de 28% para 40% (WACQUANT, 2006b).

favelização urbana e pobreza em áreas estigmatizadas, onde famílias nativas e imigrantes são concorrentes para o acesso aos recursos coletivos que vão se reduzindo, tudo tendo como pano de fundo a falha dos mecanismos que uma vez convertiam esses conflitos em reivindicações de classe. (WACQUANT, 2006b, p. 64, tradução nossa).

Ou seja, para o autor, mais uma vez as causas dos confrontos deveriam ser buscadas em fatores socioeconômicos, mais especificamente na política econômica dos governos de direita e de esquerda nos últimos 20 anos. Para Wacquant, os episódios de racismo seriam causados pelo afastamento da classe média empobrecida das camadas populares.

De um lado, essa interpretação encontraria apoio nos trabalhos de alguns autores, como Mauger (2006) e Castel (2006). O primeiro defendeu uma posição próxima ao Wacquant para explicar o recrudescimento do racismo. Na opinião do segundo, a heterogeneidade étnica dos bairros periféricos franceses não justificaria um enquadramento dos “jovens das *cités*” na categoria de párias sociais. Ao serem beneficiados por vários direitos sociais⁹³ (como o acesso à saúde e à previdência social), eles se encontrariam em uma situação bem diferente das populações pobres da miséria africana, das favelas brasileiras ou dos guetos americanos. Ao mesmo tempo, esses jovens compartilhariam os valores e as aspirações do mundo global, especialmente o gosto pelo consumo, pelos símbolos de riqueza e pelo dinheiro. Ainda segundo Castel (2006, p. 787, tradução nossa), os descendentes dos imigrantes “aspirariam a uma vida ‘banal’ ou ‘normal’, congruente com os valores das classes médias: criar uma família, ter filhos e uma vida confortável”. Assim, pelo autor, as *banlieues* não teriam nada de exótico, e tampouco poderiam ser comparadas a guetos.

Por outro lado, assim como apontado por Kokoreff (2009), a falta de um extenso trabalho de campo e o uso de dados estatísticos defasados (relativos à década de 1990) poderiam comprometer a leitura de Wacquant. O diagnóstico oferecido por sociólogos como Lagrange e Oberti (2006), Beaud e Pialoux (2003), e Beaud e Masclet (2006) mostrou, por exemplo, uma crescente homogeneização das *banlieues* francesas, contrariando, assim, o argumento de Wacquant.

Em segundo lugar, ao apresentar uma tese forte sobre o processo de guetização das periferias pobres francesas, o livro *Ghetto urbain. Ségrégation, violence, pauvreté en France aujourd'hui* do sociólogo francês Lapeyronnie (2008) ofereceu uma visão alternativa à interpretação de Wacquant.

⁹³ A focalização das políticas públicas nos “bairros sensíveis”, como a criação das “zonas de educação prioritária” (ZEPs) em detrimento de zonas rurais mostraria o interesse especial do Estado naquelas regiões (CASTEL, 2006).

De acordo com esse último, a partir dos anos 1980, a crescente exclusão social e a estigmatização territorial impostas sobre as *cités* teriam levado a um processo de isolamento e fechamento dos moradores destas regiões. Os mecanismos e os determinantes sociais seriam similares ao que levantamos até agora sobre a crise social e urbana francesa. Mas o que distingue o estudo de Lapeyronnie é a capacidade de mostrar o processo interno de guetização. Ou seja, de apresentar o processo pelo qual os habitantes dessas áreas teriam interiorizado a “experiência de gueto”, a partir da imposição externa de uma imagem negativa e pejorativa das *cités*.

Por meio de uma extensa pesquisa de campo⁹⁴, Lapeyronnie e sua equipe descreveram uma realidade social marcada por discriminação, racismo, isolamento social e moral, precariedade material e falência social. Nesse sistema, os marcadores raciais seriam extremamente relevantes.

A cor da pele e o estatuto de um habitante de uma *cit* se misturam naquilo que indissociavelmente vivido como uma rejeio racial e social. O racismo e a discriminao suportados por uma parte da populao, francamente majoritria no gueto, marcam, de alguma forma, toda a vida social da *cit*. Viver em um gueto no simplesmente o produto de uma forma de preterimento social. As dimenses raciais esto fortemente presentes e embebem toda a vida social. Na Frana, essas realidades so frequentemente negadas por grupos dirigentes e ideologias republicanas e conservadoras, pelas quais o ‘modelo nacional francs’ bastante diferente do mundo americano. (LAPEYRONNIE, 2008, p. 334, traduo nossa).

A classe e a raa se misturariam indelevelmente no cotidiano da populao da *banlieue*, apesar do discurso dominante de negao desta realidade, tal como realizado pelas instituies republicanas.

Nesse contexto, o racismo operaria segundo duas formas de atribuio racial. A primeira seria informada pela aparncia fsica das pessoas. De acordo com Lapeyronnie, a cor da pele seria o elemento mais importante, mas outras caractersticas, como a linguagem e as vestimentas tambm participariam do processo de heteroidentificao racial. A segunda forma de racializao foi definida pelo autor como “suposta atribuio racial”. Nesse caso, ao confundir algumas caractersticas pessoais com um pertencimento etnicorracial, a heteroatribuio estaria funcionando como uma “falsa atribuio”. Isso teria ocorrido, por exemplo, com Pedro (23 anos, desempregado). Por seu fentipo, o jovem de origem portuguesa seria constantemente confundido com um rabe e parado por controles policiais.

⁹⁴ A pesquisa utilizou grupos focais, entrevistas semiestruturadas, histrias de vida e etnografia.

‘Eles me tomam por um árabe? Eu nunca faria algo errado, eu não sou um árabe, então por que eles me param?’

Sua mãe (48 anos, empregada doméstica) explica a situação: ‘eles o pararam porque ele tem a aparência de um árabe. É verdade que com seus cabelos crespos e sua tez escura ele tem as feições de um árabe. Mas ele seria incapaz de fazer mal a uma mosca. Seu pai era trigueiro e seus cabelos eram crespos. Ele pode ter a aparência de um árabe. Mas, na verdade, ele é português’. (LAPEYRONNIE, 2008, p. 336, tradução nossa).

Dessa maneira, de acordo com Lapeyronnie, assim como para Frantz Fanon, segundo o qual a partir do olhar dos brancos o negro se descobriria negro, a partir do cotidiano no espaço público os moradores das *cités* descobririam-se diferentes dos demais moradores da cidade. E o repertório racial se imporia na organização do espaço social, ou nas palavras de Lapeyronnie, na experiência cotidiana do gueto.

Quando designam os grupos sociais de sua *cit* ou de sua cidade, os habitantes utilizam prioritariamente categorias tnicas ou raciais. Eles praticamente no recorrem a uma representao em termos de classe. Essa linguagem serve primeiramente para se situar em relao aos outros. Designa as categorias s quais no pertencem. Ela essencialmente um marcador de distncia. (LAPEYRONNIE, 2008, p. 335, traduo nossa).

Ou seja, a partir da distncia verbalizada com o “branco” ou com o “outro”, os moradores das reas urbanas pobres francesas marcariam sua distncia social enquanto “no-brancos”: negros, rabes, imigrantes, magrebinos, africanos, estrangeiros (LAPEYRONNIE, 2008).

Em sntese, se por um lado Wacquant insistiu nas dimenses macrosociolgicas ou estruturais da excluso urbana para explicar as diferenas entre as *banlieues* francesas e os *ghettos* americanos, por outro lado, Lapeyronnie salientou a dimenso subjetiva do agente na experincia do gueto. A partir da interiorizao do sentimento de excluso e de estigmatizao social, os jovens dessas regies passariam a se isolar dentro de suas comunidades. Alm disso, eles desenvolveriam identidades sociais racializadas, a partir das experincias de discriminao e de racismo vividas na escola, na busca por emprego e na relao com as instituies e os agentes pblicos.

2.6 A construção de uma “questão racial” francesa

Entre os colóquios, jornadas de estudo e livros escritos na esteira dos protestos de 2005, a publicação organizada pelos irmãos Fassin (2006), *De la question social à la question raciale?*, acabou ganhando centralidade e relevância para pensar as relações entre a questão social e a questão racial francesa.

O projeto inicial da obra consistia em uma síntese de duas jornadas de estudo organizadas pela Escola Normal Superior (ENS) [*École normale supérieure*] e pela Escola de Estudos Avançados em Ciências Sociais (EHESS) [*École des hautes études en sciences sociales*] em Paris, nos meses de fevereiro e outubro de 2005. De acordo com os organizadores do livro, o objetivo dos encontros teria sido refletir sobre dois temas que estavam entrando no debate acadêmico francês: a “linha de cor” e as “discriminações raciais”.

Contudo, os protestos de 2005 acabaram alterando os intentos do livro. Na introdução, os organizadores afirmaram que em 2006, quando estavam escolhendo o formato final da publicação, ficou claro que seria impossível fugir de uma reflexão sobre os últimos eventos que “havia transformado de forma duradoura a sociedade francesa”:

Se considerarmos o evento que marcou de forma mais decisiva o início do século XXI na França, ou seja, as *émeutes* urbanas do outono de 2005, fica claro que a questão social e a questão racial se encontraram intimamente misturadas. Os territórios onde ocorreram as violências estão cada vez mais perpassados por desigualdades socioeconômicas mais profundas (taxa de desemprego, proporção de famílias beneficiadas por programas de assistência social, percentual de adolescentes em situação de abandono escolar etc.) e por segregação sociorracial mais intensa (proporção de pessoas estrangeiras ou imigrantes de origem extraeuropeia, para nos ater aos únicos dados oficiais). (FASSIN; FASSIN, 2006, p. 254, tradução nossa).

Os autores reconheceram que os protestos de 2005 serviram para revelar à sociedade francesa, e ao mundo, o fato de que haveria dois processos em ato. De um lado, o agravamento de desigualdades socioeconômicas. De outro, a atuação dessas desigualdades ao longo de linhas de classe e de raça. Se o primeiro fator seria amplamente reconhecido na academia francesa, o segundo seria invisibilizado. O não reconhecimento da duplicidade do problema poderia ser imputado, de acordo com os irmãos Fassin, ao fato de que as ciências sociais francesas ainda seriam dominadas por duas tradições de pensamento: a republicana e a marxista. Para a primeira, a única distinção que poderia ser operada nas análises seria entre

franceses e estrangeiros. Já para a segunda, a leitura dos eventos sociais se daria apenas por meio do conceito de classe social. Ambas as interpretações descartariam a questão racial, considerando o tema um assunto de menor peso. Porém, para alguns outros, a colocação em cena dessa última problemática, seria até um perigo para a união da nação ou da classe trabalhadora.

O livro *La condition noire: Essai sur une minorité française* de Pap Ndiaye (2008), tornou-se outro marco dos estudos sobre as relações raciais no período pós-protestos, ao apresentar uma análise sócio-histórica da população negra e de sua invisibilidade na sociedade francesa.

De acordo com Gueye (2013), esses dois livros foram fundamentais para a legitimação de um campo de análise sobre os estudos negros (*black studies*) na academia francesa. O autor dividiu em três momentos o debate intelectual sobre a população negra. Após o que identificou como um primeiro estágio de negação absoluta da especificidade de uma identidade negra (*Blackness*) na França, Gueye apontou para uma mudança a partir do fim dos anos 1990. O sucesso editorial de livros como *Je suis noir et je n'aime pas le manioc* (2003), de Gaston Kelman⁹⁵, a aparição de agentes negros no cenário político nacional, a cobertura midiática extensiva dos protestos de 2005 e um novo associativismo com base racial teriam legitimado este novo campo de reflexão. O terceiro momento seria caracterizado pelo fato de que falar de identidades negras não seria mais um tabu na academia francesa. Ou seja, nesse último instante, emergiriam pontos de vista divergentes e conflitantes⁹⁶ que substituiriam uma abordagem monolítica do tema dos estudos negros.

Tal como Gueye, nos últimos 10 anos outros pesquisadores norte-americanos passaram a se dedicar com crescente interesse ao tema da *French Blackness* [negritude francesa], da *black identity* [identidade negra], ou, mais em geral, ao estudo das relações raciais e da diáspora negra na França (HARGREAVES, 2007; TSHIMANGA, GONDOLA, BLOOM, 2009; GUEYE, 2010; THOMAS, RICHARD, 2013).

Se os historiadores norte-americanos haviam sido os primeiros a se dedicarem ao tema da escravidão e da colonização no império francês, recentemente o interesse sobre a França

⁹⁵ O escritor francês, originário de Camarões, descreveu no livro, de forma contundente, os preconceitos dos brancos sobre os negros.

⁹⁶ Por exemplo, o cientista político Fred Constant (2012), através de entrevistas com negros de origem caribenhas, mostrou que haveria diferenças nas opiniões da população negra francesa sobre os temas do prejuízo racial, as ações afirmativas e as estatísticas étnicas. As divergências de opiniões se dariam por causa de fatores como educação, idade e classe dos entrevistados.

por parte de pesquisadores de outras áreas – como a sociologia, a antropologia e os estudos culturais – cresceu significativamente.

Nesse sentido, acredito que os protestos de 2005 e a descoberta de um paralelismo entre a violência policial contra os negros norte-americanos e a violência vivenciada pelos jovens franceses “de origem pós-colonial” estimularam a produção norte-americana sobre a realidade francesa – especialmente a partir da inserção deste tema na corrente de estudos sobre as diásporas negras globais.

Mas, voltando à França, na década de 2000, e especialmente após as revoltas de 2005, assistimos à consolidação do que poderia ser definido como um campo de estudo sobre as relações raciais francesas.

Nesse sentido, é ilustrativo o aparecimento de novas sessões de trabalho nos principais congressos das ciências sociais francesas. Por exemplo, em 2013, o 12º Congresso da Associação francesa de ciência política (AFSP) [*Association française de science politique*] organizou uma sessão temática (ST) sobre as estatísticas etnicorraciais⁹⁷. No caso da Associação Francesa de Sociologia (AFS) [*Association française de sociologie*], pelo menos desde 2009, foi estabelecido um Grupo de Trabalho (RT) [*Réseau Thématique*] permanente sobre a articulação das relações sociais a partir do gênero, da classe e do sexo⁹⁸.

No Congresso de 2013, o RT 24 da AFS apresentou uma sessão especial sobre a racialização das relações sociais dentro dos espaços universitários, na qual os expositores – em sua maioria doutorandos e jovens pesquisadores franceses de origem imigrante – relataram, a partir de testemunhos pessoais, as dificuldades encontradas na academia francesa para realizar suas investigações. Os obstáculos para propor pesquisas centradas na dimensão racial dos fenômenos sociais foi o fulcro de todos os depoimentos, que salientaram a resistência por parte de professores e acadêmicos reconhecidos em receber este novo tipo de investigações.

O financiamento de pesquisas e centros de estudos é outro elemento que reforça esse argumento. Para citarmos apenas alguns, em 2008 foi fundado o Centro internacional de pesquisa sobre a escravidão (CIRES) [*Centre international de recherche sur les esclavages*], diretamente ligado ao Centro nacional de pesquisa científica (CNRS) [*Centre national de la*

⁹⁷ Session Thématique (ST) 11 – *Regards croisés sur les catégorisations ethnoraciales: action publique et mobilisations en contextes nationaux*.

⁹⁸ Réseau Thématique (RT) 24 – *Genre, Classe, Race. Rapports sociaux et construction de l'altérité da Association Française de Sociologie*. O grupo, dirigido por Armelle Testenoire e Artemisa Flores Espínola, cuja presidente de honra é Danièle Kergoat, reúne-se de forma regular, propondo sessões temáticas nos congressos bianuais da AFS e organizando seminários específicos entre seus membros sobre o tema da interseção de gênero, raça e classe.

recherche scientifique]. Já a Aliança de pesquisa sobre as discriminações (ARDIS) [*Alliance de recherche sur les discrimination*] é uma rede de 8 grupos de pesquisa franceses voltada ao estudo da discriminação, financia bolsas de doutorado e pós-doutorado, além de organizar conferências e encontros sobre o tema. Em 2006, os irmãos Fassin receberam um financiamento da Agência Nacional de Pesquisa (ANR) [*Agence nationale de la recherche*] para uma pesquisa de 4 anos, com mais de 40 investigadores envolvidos, sobre as fronteiras internas (*boundary*) e externas (*border*) da nação francesa, e sua comparação com a experiência norte-americana⁹⁹.

Em síntese, o surgimento desses espaços de investigação é um reflexo da emergência de novas discussões sobre a temática racial no debate público francês e da formação de um campo de estudos interessados nas relações raciais na França.

Mas como poderíamos explicar o surgimento desse novo campo de estudos? De acordo com muitos críticos, a afirmação da temática racial seria uma imposição do mundo norte-americano, ou seja, uma tentativa de divisão da sociedade francesa a partir do incitamento ao comunitarismo em estilo próximo ao praticado nos Estados Unidos.

Os organizadores do seminário *France Noire – Black France: The History, Poetics, and Politics of Blackness*, na Columbia University, em 2008, discordaram dessa interpretação, afirmando que o recente interesse para os estudos raciais na França não seria uma importação americana, mas o resultado de uma história francesa, e mais em geral europeia. Assim, “não deveria ser negligenciado que a resignificação do epíteto ‘nègre’ – a ‘palavra N na França’ – por Aimé Césaire, tanto se fundiria como refletiria a história francesa de fabricação da raça [*race-making*], inseparável da escravidão e do colonialismo” (KEATON; SHARPLEY-WHITING; STOVALL, 2012, p. 5, tradução nossa).

Contudo, para Giraud (2012), o que estaria ocorrendo é que um grupo elitista formado por jovens pesquisadores e ativistas de associações das assimchamadas “minorias visíveis”, como forma de conseguir uma mobilidade social ascendente, estaria tentando impor uma concepção “neorracialista” na sociedade francesa. A denúncia da ausência da “questão racial” nas ciências sociais francesas e a investida para a imposição do emblema “*black is beautiful*” seriam apenas uma instrumentalização política voltada à mistificação do passado.

⁹⁹ Os principais resultados do programa As novas fronteiras da sociedade francesa [*Les nouvelles frontières de la société française*], financiado pela Agência Nacional de Pesquisa [*Agence nationale de la recherche*] foram publicados em um livro com o mesmo título, e organizado por Didier Fassin (2012). Os resultados foram também objeto de um ciclo de conferências, organizado em conjunto com o Centro de Estudos de Etnicidade e Raça [*Centre for the Study of Ethnicity and Race*] da *Columbia University*. Os eventos foram realizados em Nova Iorque (maio de 2009) e em Paris (outubro de 2009).

Dentro de um esforço de síntese dessa controvérsia, em minha opinião, a formação de um campo de estudos francês sobre as relações raciais poderia ser explicada a partir de um conjunto de fatores descritos abaixo.

Em primeiro lugar, como já indicado anteriormente, o aparecimento de um campo de estudos interessado na temática racial na França teria sido influenciado pela crise do mundo operário e pela inviabilização de uma plena incorporação dos imigrantes na classe trabalhadora (BEAUD, PIALOUX, 1999). Esse descolamento entre a dimensão social e a dimensão racial, portanto, teria favorecido o surgimento de estudos sobre as discriminações étnicas e raciais na sociedade francesa (FASSIN; FASSIN, 2006).

Em segundo lugar, a visibilidade midiática das revoltas de 2005 teria despertado um renovado interesse sobre a “questão francesa”. Tal atração se deu não somente por parte da mídia dos Estados Unidos, mas também por seus acadêmicos e intelectuais. Como visto acima, a comparação da *banlieue* francesa com o *ghetto* norte-americano instigou sociólogos franceses a refletirem sobre o tema. Ou, dito de outra maneira, a abertura de uma nova área de interesse para o tema das relações raciais na França teria estimulado a própria reflexão francesa sobre o assunto. A esse respeito também pode ser sugerido como elemento adicional de motivação a competição acadêmica (nos planos nacional e internacional) e o desejo de afirmação intelectual dos pesquisadores franceses envolvidos com essa temática.

Em terceiro lugar, tal como será visto no próximo capítulo, os protestos de 2005 também fomentaram o surgimento de novos atores associativos que se apropriaram dos elementos negativos da racialização francesa para propor uma agenda positiva de luta e de afirmação identitária. Essas mobilizações sociais acabaram provocando novos estudos e reflexões entre os pesquisadores.

Em quarto lugar, acredito que a afirmação de um campo de estudos sobre as relações raciais na França foi também impulsionado pela recepção, por parte das ciências sociais francesas, de novas abordagens teóricas vindas do exterior. Os estudos do feminismo negro e interseccional, a agenda pós-colonial e *queer* foram alguns dos fatores que influenciaram uma renovação na academia francesa.

Um quinto e último fator diz respeito à uma mudança geracional na academia francesa. Ou seja, a chegada de uma nova leva de estudantes e pesquisadores, descendentes de imigrantes e em muitos casos originários das “periferias”, teria trazido outras leituras e agendas sobre a realidade social francesa.

As trajetórias dos irmãos Fassin e de Pap Ndiaye podem oferecer algumas pistas de análise sobre a influência de uma nova agenda de pesquisa nos estudos franceses.

A seguinte chamada abre uma entrevista do jornal francês *Le Nouvel Observateur* com os irmãos Fassin: “Um escreve sobre a polícia e as ações humanitárias, o outro sobre a política dos sexos e a raça. Originários da *banlieue*, com passagem pelos Estados Unidos, estes dois irmãos incarnam a renovação da sociologia”. Netos de italianos, filhos de um eletricitista e de uma datilógrafa, os dois irmãos passaram parte da juventude em um conjunto habitacional de Viry-Châtillon, na periferia sul de Paris, até a mudança para uma casa independente na mesma cidade, após uma promoção paterna (LE NOUVEL OBSERVATEUR, 1/12/2011).

Didier Fassin foi docente da EHESS até 2009, transferindo-se posteriormente para a *Princeton University* (EUA), onde foi nomeado *James D. Wolfensohn Professor* do *Institute for Advanced Study*. Antropólogo, sua formação inicial se deu em medicina. Após trabalhar algum tempo como médico na Índia, no Peru e na Tunísia, fez mestrado em saúde pública e doutorado em ciências sociais. Sua primeira aproximação aos estudos raciais ocorreu durante a condução de uma pesquisa quinquenal junto a pacientes afetados pela AIDS¹⁰⁰ nas *townships* da África do Sul¹⁰¹. No trabalho, Didier Fassin analisou a instrumentalização da questão racial no embate, entre o governo sul-africano e a sociedade civil, sobre as estratégias de combate à epidemia da AIDS (JAIME; LIMA, 2011). Suas primeiras análises sobre a questão racial francesa foram praticamente concomitantes, no fim dos anos 1990, e verteram sobre a aparição no debate público francês do tema das discriminações raciais¹⁰².

Éric Fassin, irmão mais novo de Didier, foi estudante da prestigiosa ENS, especializando-se em inglês. Posteriormente viveu 7 anos nos Estados Unidos, trabalhando na *New York University* e participando do programa de estágio *Young Leaders* organizado pela *French-American Foundation* em 1995 (LE NOUVEL OBSERVATEUR, 1/12/2011). Após ser professor da ENS, atualmente leciona na *Université Paris 8 Vincennes - Saint-Denis*. Suas primeiras publicações se dedicaram à apresentação dos estudos de gênero realizados nos Estados Unidos ao público francês. Por exemplo, foi ele que introduziu a obra da célebre Judith Butler na França. Publicamente engajado no debate sobre o casamento homoafetivo, suas pesquisas se concentram na análise da temática de gênero e raça, especialmente na comparação da realidade francesa e norte-americana.

¹⁰⁰ Acquired Immune Deficiency Syndrome.

¹⁰¹ Didier Fassin, *Quand les corps se souviennent. Expérience et politique du sida après l'apartheid*, 2006.

¹⁰² Didier Fassin, *L'invention française de la discrimination*, 2002.

Pap Ndiaye, filho de pai senegalês e mãe francesa, é historiador especializado na história norte-americana. Criado pela mãe, junto com a irmã Marie (hoje uma reconhecida romancista francesa), passou a infância entre a periferia parisiense e o meio rural francês, na casa dos avós maternos. Aluno da ENS, com especialização em história, foi professor da EHESS até 2013. Atualmente é professor a *Sciences-Po Paris*.

Em uma entrevista ao jornal *Libération* (24/02/2007), o historiador narrou como teria sido sua aproximação com a questão racial. Crescido na tradição republicana e universalista, após os estudos na ENS, viajou para os Estados Unidos para preparar uma tese sobre a história da sociedade petroquímica DuPont de Nemours, fundada por um francês, no início do século XIX. Pap Ndiaye afirmou que ficou chocado com o convite recebido por uma fraternidade negra, a *Black Student Alliance*, para integrar o grupo durante a temporada na *University of Virginia*. De acordo com o historiador, a temporada americana foi o início de seu processo de conscientização racial, que prosseguiu através de sua carreira acadêmica e de uma ativa participação na criação de um associativismo negro francês¹⁰³.

Através dessas breves notas biográficas podemos atentar para o fio condutor que unifica as trajetórias desses três intelectuais. Para além de elementos de origem social em comum, a passagem por países com uma identidade nacional fortemente racializada (Estados Unidos e África do Sul) marcou suas transições para os estudos da questão racial francesa. Outros fatores que influenciaram esse processo foram a vida associativa, no caso de Ndiaye, e o estudo de novas problemáticas (os estudos raciais e de gênero), no caso dos irmãos Fassin.

Ampliando um pouco o escopo de análise, pode-se observar que os estudos norte-americanos sobre interseccionalidade ou as influências do feminismo negro foram fundamentais para a introdução de um novo paradigma analítico nas ciências sociais francesas.

Se é verdade que nos anos 1980 já se encontravam na França os trabalhos pioneiros de Danièle Kergoat (sobre as “relações sociais de sexo” e a divisão sexual do trabalho), de Colette Guillaumin (sobre a construção ideológica da naturalização do sexo e da raça) e de Tassadit Yacine (sobre a teoria da dominação); como aponta Kergoat (2010), naquele momento, esse tipo de estudos ainda correspondia a uma corrente minoritária no interior das ciências sociais francesas.

¹⁰³ Pap Ndiaye participou da fundação de duas organizações negras francesas: o Conselho Representativo das Associações Negras (CRAN) [*Conseil Representatif des Associations Noires*] e o Círculo de Ação para a Promoção da Diversidade na França (CAPDiv) [*Cercle d'action pour la promotion de la diversité en France*]. No Capítulo 3 essas associações serão analisadas mais detalhadamente.

De acordo com Falquet e Kian (2015), a falta de contato direto com as fontes e os debates anglo-saxões teria retardado a recepção do conceito de interseccionalidade na academia francesa. Segundo as autoras, “a interseccionalidade se encontra[ria] ainda percebida por muitos como uma espécie de moda importada do outro lado do Atlântico, que não diria respeito à França, historicamente tão diferente do multiculturalismo anglo-saxão” (FALQUET; KIAN, 2015, s.i., tradução nossa).

Segundo Hirata (2009), a tradução para o francês de autoras como Judith Butler e Teresa de Laurentis, nos anos 2000, foi fundamental para o desenvolvimento na França de um paradigma de estudos na área do feminismo negro, *queer* e pós-colonial.

Os trabalhos desenvolvidos pelo Centro de Pesquisas Sociológicas e Políticas de Paris (CRESPPA) [*Centre de Recherches Sociologiques et Politiques de Paris*], da *Université Paris 8 Vincennes - Saint-Denis* e da *Université Paris Ouest-Nanterre*, e pelo Centro de Ensino, Documentação e Pesquisas para os Estudos Feministas (CEDREF) [*Centre d'Enseignement, de Documentation et de Recherches pour les Études Féministes*] da *Université Paris 7 Diderot* são exemplares para mostrar o estabelecimento de um campo de pesquisas que combinam as análises pós-coloniais com a interseção das relações sociais de classe, raça e sexo.

No que diz respeito aos estudos pós-coloniais, existe o representativo exemplo dos trabalhos de Abdelmalek Sayad. Baseado em pesquisas de campo na Argélia, as contribuições desse sociólogo argelino, e antigo assistente de Pierre Bourdieu, são por muitos consideradas uma *avant-première* dos estudos franceses com aquele enfoque. Suas análises baseadas no duplo prisma da relação emigrante-imigrante tiveram o mérito de mostrar o sofrimento individual nos processos migratórios e de procurar humanizar o olhar sobre os imigrantes nas análises do fenômeno. Além disso, sua obra mostrou a importância dos processos de dominação colonial exercidos pelo Estado francês na estruturação da experiência e da representação nacional dos imigrantes.

Mas, de qualquer forma, assim como no caso do feminismo negro e interseccional, também no caso dos estudos culturais e pós-coloniais registra-se um retardo de quase 20 anos em termos de sua penetração na academia francesa. Apenas a título de exemplo, a primeira tradução de Stuart Hall para o francês foi a publicação da antologia de escritos do autor em 2007¹⁰⁴.

¹⁰⁴ A antologia da obra de Stuart Hall, publicada em dois volumes, teve a edição de Maxime Cervulle. Os livros foram lançados na França com os títulos *Identités et cultures: politiques des cultural studies*. Paris: Éd. Amsterdam, 2007, e *Identités et cultures: politiques des différences*. Paris: Éd. Amsterdam, 2013.

Contudo, se a introdução dos temas pós-coloniais na antropologia francesa foi bastante tímida, no primeiro dossiê de apresentação na revista *L'Homme* de outubro-dezembro de 2000, era mencionado expressamente que existiria uma grande profusão de artigos nos jornais especializados franceses sobre as novas formas identitárias das *banlieues*, o problema da dominação nas relações sociais e a reinterpretação da história colonial francesa.

Na verdade, não será possível recuperar aqui os detalhes desse processo de entrada dos estudos pós-coloniais na França contemporânea. Todavia, gostaria de destacar apenas um livro organizado pelos historiadores Nicolas Bancel, Pascal Blanchard e Sandrine Lemaire (2005), intitulado *La fracture coloniale*. Essa publicação mostrou a permanência da herança colonial na vida social e política francesa. Da reprodução do discurso racializado sobre os colonizados à perpetuação da mesma lógica de inferiorização no caso dos imigrantes atuais. Da valorização positiva da memória do colonialismo, ao ocultamento da memória da escravidão e do antissemitismo. Essas práticas representariam apenas alguns exemplos das fraturas históricas existentes no interior da sociedade republicana francesa.

Finalmente, temos de lembrar os estudos quantitativos e estatísticos franceses sobre grupos demográficos desagregados por etnias. O Capítulo 4 da tese é dedicado a esse tema. De qualquer forma, é importante acentuar neste momento a norma da União Europeia em matéria de discriminação no trabalho. Esse dispositivo legal comunitário é considerado basilar pela maioria dos pesquisadores franceses para entender a recente constituição dos estudos sobre as discriminações etnicorraciais na França.

No campo dos estudos migratórios sobre o tema da integração e das condições de vida dos imigrantes, destaco especificamente os trabalhos da socióloga Véronique De Rudder e do demógrafo Patrick Simon. Em ambos os casos são debatidas as categorias mais pertinentes para se estudar as desigualdades sociais na França. Ademais, essas contribuições apontaram o caminho para as análises quantitativas das “relações interétnicas” e das práticas de discriminação dentro da sociologia francesa. A centralidade da dimensão racial nos estudos atualmente desenvolvidos pela Unidade de Pesquisa de Migrações e Sociedade (URMIS) [*Unité de Recherche Migrations et Société*] testemunham a evolução ocorrida neste campo de pesquisa.

Gostaria ainda de tecer alguns breves comentários sobre a chegada de uma nova geração de pesquisadores nas universidades francesas. Ao adotarem uma abordagem de tipo pós-colonial, os intelectuais que se autoidentificam como “oriundos da imigração pós-

colonial” criticam o universalismo republicano como uma forma de dominação da população das “periferias” e de invisibilização da questão racial.

Saïd Bouamama, por exemplo, de nacionalidade argelina, nasceu de uma família de operários imigrantes, no norte da França. Por meio de sua intensa atividade militante¹⁰⁵, mas também de seus escritos, o autor denuncia as discriminações raciais e de gênero e a história oficial sobre a imigração pós-guerra e sobre a militância nas *banlieues* (OUARDI; SIMON, 2015).

Já os trabalhos de Nacira Guénif-Souilamas contestam as imposições identitárias sobre a classe popular¹⁰⁶. Filha de pais argelinos e nascida na periferia setentrional de Paris, os estudos desta socióloga e antropóloga discutem os temas da etnicidade e da raça a partir de um pluralismo definido como “feminismos coloridos, minoritários ou *indigènes*”¹⁰⁷, (GUÉNIF-SOUILAMAS, 2014).

Desde suas primeiras pesquisas, nos anos 1990, relacionadas aos estereótipos sobre as “*beurettes*” – jovens mulheres manifestantes de origem árabe, envolvidas nas mobilizações das periferias dos anos 1980 – a socióloga investiga as tensões e os paradoxos presentes no feminismo oficial, que ela expressamente classifica como “dominante, branco, heteronormativo”.

O feminismo anti-árabe e anti-negro, operando rapidamente a síntese ‘islamofóbica’, é branco. Não porque suas promotoras sejam de pele branca, mas porque elas se posicionam, à frente das mulheres, em continuidade à superioridade branca. Depois do desmantelamento dos impérios, encontra no espaço nacional um novo ímpeto civilizatório. (GUÉNIF-SOUILAMAS, 2014, p. 160, tradução nossa).

Em suas análises sobre o debate público em torno do uso do véu no espaço público, a autora pondera sobre a articulação do universalismo republicano e o movimento feminista oficial, especialmente no que tange ao tema da laicidade.

Já os trabalhos de Abdellali Hajjat se concentram na análise da construção de um “problema muçulmano” na França e em uma releitura da história da imigração francesa e dos

¹⁰⁵ Said Bouamama é sociólogo e coordenador da associação Intervenção, Formação, Ação e Pesquisa [Intervention Formation Action Recherche] (IFAR), em Lille. Foi entre os primeiros signatários do Apelo, distanciando-se em seguida do movimento. Com uma longa tradição de militância desde os anos 1980 (das Marchas dos *Beurs*, a *Convergence 84*, *Divergence 85*, *Mémoire fertile*), atualmente é coordenador da Frente Unida dos Imigrantes e dos Bairros Populares (FUIQP) [Front Uni des Immigrations et des Quartiers Populaires], membro da Confederação Geral do Trabalho (CGT), e também membro da Coordenação comunista [Coordination communiste].

¹⁰⁶ Professora na *Université Paris 8 Vincennes Saint-Denis*, Nacira Guénif-Souilamas obteve seu doutorado na EHESS com uma pesquisa sobre os descendentes de origem norte-africana na França.

¹⁰⁷ No Capítulo 3 é descrito o significado da acepção política do termo “*Indigène*”.

movimentos sociais das *banlieues*. Professor de ciência política, desde 2010, na *Université de Paris-Ouest Nanterre*, esse sociólogo se doutorou na EHESS, sob orientação de Stéphane Beaud, com uma tese sobre a história dos procedimentos de naturalização e a estratégia de assimilação do Estado francês. Em uma entrevista, publicada no site da revista *Contretemps*, o sociólogo explicou as razões pessoais que motivaram sua escolha:

A primeira vez em que eu me vi diante do termo ‘assimilação’, em associação com a administração de estrangeiros e da nacionalidade, foi através de uma experiência pessoal. Eu era beneficiário do direito do solo, e aos 16 anos fiz a ‘declaração de nacionalidade’. Na ocasião, o agente do tribunal me perguntou se eu queria mudar de nome ou de sobrenome. Essa demanda de afrancesamento faz parte de uma rotina administrativa: o agente nunca teve consciência da violência simbólica dessa pergunta. Essa experiência vivida ainda tão jovem foi verdadeiramente um choque para mim na medida em que foi uma maneira de me inscrever em uma identidade outra que não era a francesa. Eu suspeitava que individualmente eu não era um ‘francês por inteiro’ e que havia uma diferença entre a ‘identidade legal’ e a ‘identidade real’, devido à experiência compartilhada por todos os ‘filhos de imigrantes’ das classes populares, aos relatos de conflitos com a polícia e a instituição escolar etc. Porém, naquele local, naquele momento paradigmático da inclusão na ‘comunidade nacional’, o Estado me devolveu uma descrição identitária de Outro. (HAJJAT, 2012, s.i., tradução nossa)¹⁰⁸.

O trecho acima nos sugere a importância da experiência pessoal na trajetória desses novos intelectuais e na escolha de seus temas de investigações. Eles, na verdade, não são mais do que alguns poucos exemplos da mudança geracional nas ciências sociais francesas. A partir da própria experiência de vida, da militância associativa e política e da alteridade em relação ao mundo universitário dominante, essa nova geração de pesquisadores passou a questionar os mecanismos de funcionamento do sistema de produção e reprodução da dominação.

Pode-se notar que, apesar das dificuldades relatadas pelos participantes do Congresso de 2012 da AFS, novos pesquisadores estão operando uma mudança nas ciências sociais francesas. Ao propor novas agendas de pesquisa sobre as relações de raça, sexo e classe e ao questionar a dominação da ideologia republicana universalista e *colorblind*, esses pesquisadores adotaram e vem avançando novos paradigmas interpretativos sobre os processos de racialização e dominação na sociedade francesa.

¹⁰⁸ A entrevista está disponível em: <<http://www.contretemps.eu/interventions/%C2%AB-racisme-besoin-dune-b%C3%A9quille-que-lui-fournit-principe-s%C3%A9paration-nationale%C3%A9tranger-%C2%BB->>>.

2.7 Considerações finais

As análises das revoltas urbanas violentas de 2005 mostraram que as ações coletivas dos jovens moradores das periferias desfavorecidas francesas operavam fora dos mecanismos legítimos e formais das mobilizações daquele país. Ou seja, elas não poderiam ser reduzidas às formas institucionalizadas de protesto, como as greves sindicais, as passeatas estudantis ou as marchas da “geração *beur*” dos anos 1980.

Tanto as interpretações que destacaram a incapacidade desses jovens articularem demandas reivindicatórias quanto as leituras que reputaram as revoltas, o único repertório de luta possível, dada a estrutura de oportunidade política repressora, enfatizaram o afastamento dos manifestantes da cultura política institucionalizada.

As mudanças macroestruturais ocorridas a partir dos anos 1980 teriam afetado tanto a capacidade de representação operária quanto o processo de inclusão dos trabalhadores imigrantes. De um lado, a integração desses últimos na classe trabalhadora teria sido interrompida pela instabilidade econômica. De outro, a crise de legitimidade do movimento sindical e dos partidos de esquerda teria afastado as novas gerações da vida política institucional.

O distanciamento dessa juventude das ações coletivas organizadas e a adoção de um repertório violento e destruidor teriam motivado a catalogação das *émeutes*, que se sucederam desde os anos 1980, como um ciclo de violências urbanas, separado das outras formas de mobilização. Ou dito de outra maneira, a sociedade francesa passou a considerar esses episódios como um problema de “controle social” de áreas marginalizadas e empobrecidas.

Contudo, a intensidade dos protestos de 2005 chamou a atenção internacional para as condições de vida nas *banlieues*. Conforme visto no Capítulo 1, a imprensa britânica e a norte-americana, ao destacar a dimensão racial dos eventos, frisou as falhas no modelo de integração nacional e as fraturas etnicorraciais na sociedade francesa.

A visibilidade midiática das revoltas ativou a necessidade de estudos aptos a entender aqueles fenômenos. Ao lado de interpretações voltadas para a análise de classe e do território se multiplicavam estudos que mobilizavam a dimensão racial dos protestos. Mas, ao mesmo tempo, a comparação da realidade francesa com os guetos e os protestos raciais dos Estados Unidos aparentava ser uma imposição externa do imperialismo norte-americano.

Entretanto, se os trabalhos de Wacquant mostraram as diferenças macroestruturais entre as duas sociedades, os estudos etnográficos de Lapeyronnie (2008) e Sauvadet (2011) identificaram a efetiva existência de mecanismos identitários racializados entre os jovens das *banlieues* francesas.

O fato é que após os protestos de 2005 consolidou-se na França um campo de estudos sobre as relações raciais, abrangendo desde pesquisas sobre as discriminações etnicorraciais até questionamentos do sistema republicano francês, a partir de uma leitura pós-colonial.

No trabalho sugiro a existência de pelo menos cinco fatores para pensarmos a formação desse novo campo de reflexão. Primeiro, o descolamento entre a questão social e a questão racial na sociedade francesa e a perda de capacidade explicativa das análises focadas na classe social. Segundo, as investidas da academia norte-americana (assim como já haviam sido as da imprensa) para tentar explicar os protestos de 2005 com base no paradigma racial. Terceiro, o surgimento, após as *émeutes*, de novos atores coletivos que operaram a partir de um repertório racial. Quarto, a recepção pelas ciências sociais francesas de novas abordagens teóricas, como o feminismo interseccional e os estudos culturais e pós-coloniais. Quinto, a chegada de uma nova geração de pesquisadores, que, a partir da experiência pessoal da alteridade, introduziu na academia francesa uma nova agenda de estudos.

3 UM NOVO ASSOCIATIVISMO ANTIRRACISTA: OS “NEGROS DA FRANÇA” E OS “*INDIGÈNES* DA REPÚBLICA”

3.1 Introdução

No Capítulo 1 foi visto como os protestos violentos de 2005 capturaram a atenção francesa e a internacional para a crise do modelo de integração social e nacional francês. No Capítulo 2 foram explorados os fatores que permitiram a formação de um novo campo de reflexões sobre a “questão racial” francesa. Mas quais foram as repercussões desse novo cenário para o movimento associativo francês de luta contra o racismo?

Neste capítulo tentarei mostrar as características das formas de mobilização política que surgiram na França a partir dos anos 2000. O objetivo é tentar evidenciar as similitudes e as diferenças em relação às mobilizações anteriores, para tentar avançar algumas hipóteses sobre o que se configura como um novo movimento associativo centrado em identidades de tipo racial.

Nas próximas duas seções, serão apresentadas as principais novidades no mundo associativo antirracista francês da década de 2000. Na quarta seção, o movimento negro contemporâneo será analisado historicamente, a partir de sua comparação com as mobilizações negras na história francesa. Finalmente, na última seção tentarei apresentar algumas hipóteses para entender a mudança representada por essa nova forma de associativismo.

3.2 O CRAN e a invenção dos “Negros da França”

A tradição política francesa de invisibilidade racial (*colour-blindness*) está enfrentando um desafio inédito depois do lançamento neste fim de semana do primeiro movimento de consciência negra.

O Conselho Representativo das Associações Negras (CRAN) realizou o encontro inaugural na Assembleia Nacional. Ele almeja quebrar o tabu da invisibilização do problema da raça na vida pública francesa. ‘Nós queremos ter certeza que a questão negra não poderá mais ser ignorada’, afirmou

Louis-Georges Tin, membro fundador. (*The Times*, de 28/11/2005 – *Now blacks rally to end colour-blind race model*, tradução nossa).

A França é uma nação multirracial. Sua república assegura a todos os seus cidadãos a *Liberdade*. Porém, ela tem dificuldade em prevenir que certos indivíduos sejam mais iguais do que outros na busca da promessa de *Igualdade* por causa de suas origens. E a *Fraternidade* que a França exalta se rompe contra a muralha da cor da pele. É preciso portanto aplaudir o civismo dos franceses negros que trazem ao centro do debate político ‘a questão negra’. O primeiro passo para responder a essa questão é reconhecer que ela existe. (*Libération*, de 26/11/2005 – *Diversité*, tradução nossa, grifo nosso).

Os trechos acima representam apenas duas das numerosas notícias publicadas no fim de novembro de 2005, na imprensa francesa e estrangeira, sobre a criação do Conselho Representativo das Associações Negras (CRAN) [*Conseil Représentatif des Associations Noires*], poucos dias após o fim das *émeutes*.

Em 26 de novembro, em uma cerimônia ocorrida num salão da Assembleia Nacional, cerca de 50 associações negras francesas¹⁰⁹ e várias lideranças e intelectuais, entre as quais se destacam alguns membros da Associação Nacional para o Progresso de Pessoas de Cor (NAACP) [*National Association for the Advancement of Colored People*] dos Estados Unidos e do Conselho Representativo de Instituições Judaicas de França (CRIF) [*Conseil Représentatif des Institutions Juives de France*], fizeram o lançamento de uma associação que se tornaria um dos principais interlocutores públicos para a defesa dos direitos dos negros franceses.

A escolha do local de fundação e a lista de convidados oferecem pistas sobre as aspirações do CRAN. Em primeiro lugar, a associação se colocou, desde o início, como uma organização de lobby política, muito atenta à capacidade de como obter visibilidade midiática. Em segundo lugar, a definição da sede do legislativo francês como espaço de lançamento do CRAN manifesta a vontade de seus criadores de se colocarem como atores na arena política para dialogar com as instituições republicanas. Finalmente, tanto a luta dos direitos civis norte-americanos (NCAAP) como as atividades do principal representante dos interesses da comunidade judaica francesa (CRIF) serviram de modelo para a criação do CRAN, que

¹⁰⁹ A maioria delas é de associações engajadas na discussão sobre a memória da colonização e da escravidão e na luta contra a discriminação. Algumas delas representam associações de originários de países africanos, outros reagrupam descendentes de antilhanos.

manteve laços estreitos com ambas as organizações no desenvolvimento de suas atividades iniciais¹¹⁰.

As bases de fundação do CRAN¹¹¹ tinham sido plantadas ainda no início de 2005, em um seminário organizado no dia 19 de fevereiro, na Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais (EHESS), [*École des hautes études en sciences sociales*], em Paris. O evento foi promovido pela associação Círculo de Ação para a Promoção da Diversidade na França (CAPDiv) [*Cercle d'action pour la promotion de la diversité en France*]¹¹², intitulado “Os negros de França: anatomia de um grupo invisível”¹¹³.

Naquela ocasião, seus fundadores planejaram criar uma federação das associações negras, antilhanas e africanas no ano de 2006. O processo foi acelerado após as *émeutes* de 2005, tendo em vista a expressa necessidade, revelada por seus fundadores, de se dar uma pronta e visível resposta àqueles eventos. Certamente, as revoltas de novembro haviam criado um contexto favorável à recepção de novos atores sociais capazes de proporem ideias inovadoras, e, assim, canalizar o sentimento de injustiça e exclusão expresso pelos jovens manifestantes. No texto abaixo, o próprio presidente do CRAN, Patrick Lozès¹¹⁴, ao apelidar

¹¹⁰ Criticando as invectivas públicas do ator e ativista negro Dieudonné contra os judeus, Patrick Lozès destacou as muitas atividades conjuntas realizadas entre as organizações negras e as organizações judias. Por exemplo, a União de Estudantes Judeus de França (UEJF) [*Union des Étudiants Juifs de France*] e a Liga dos Direitos do Homem (LDH) [*Ligue des Droits de l'Homme*]. Assim, aquele afirmou: “para que os Negros se tornem um grupo ativo no debate público francês e sejam reconhecidos como tal, faltava-lhes uma organização, uma estratégia. Nesse sentido, os judeus franceses nos mostraram um caminho. Às populações negras, para que se organizem, militem, façam-se entender, façam respeitar seus direitos, precisam se estruturar ao redor de líderes e instituições representativas em nível nacional. Precisamos de reivindicações claras, coerentes, reconhecidas, carregadas por interlocutores identificáveis” (LOZÈS, 2007, p. 157, tradução nossa).

¹¹¹ Os relatos autobiográficos de dois fundadores do CRAN, Patrick Lozès (2007) e Lucien Pambou (2011), oferecem ulteriores detalhes dos bastidores do processo de criação do Conselho.

¹¹² A associação foi criada em 2004 para lutar contra todas as discriminações e os preconceitos, promover a diversidade nacional, favorecer a integração e o debate sobre a cidadania (<http://www.capdiv.org/>, último acesso em 17/10/2013).

¹¹³ De acordo com Lozès (2007), participaram do seminário mais de 200 pessoas, entre artistas, militantes, intelectuais, estudantes e políticos, sendo a maioria negra. A finalidade daquele encontro era refletir sobre a invisibilidade da população negra na sociedade e na história francesa, com o intuito de repensar a memória colonial e lutar para uma melhor integração da população negra na França.

¹¹⁴ Patrick Lozès nasceu na República do Daomé (antiga colônia francesa e atual Benim), em 1965, de pai médico e mãe parteira. Sua mãe pertencia a uma família burguesa mestiça. Já seu pai, de família mais modesta, estudou medicina em Dakar e participou da Segunda Guerra Mundial no regimento dos “atiradores” [*tirailleurs*] senegaleses. Após a guerra, Patrick Lozès entrou na vida pública, sendo senador da V República e tendo cargos ministeriais na República do Daomé. A família Lozès se mudou para a França em 1979, quando Patrick tinha apenas 14 anos. Formado em ciências farmacêuticas, operou no setor privado por alguns anos. Em 1988 entrou para a política, afiliando-se ao partido de centrodireita União pela Democracia Francesa (UDF) [*Union pour la démocratie française*]. Em 2002, chegou em quarto lugar nas eleições legislativas como candidato da 1ª circunscrição de Paris (LOZÈS, 2007; 2012). Lozès foi presidente do CRAN entre 2007 e 2011, saindo após um escândalo de desvio de recursos e problemas internos de liderança. Em 2012 lançou uma campanha presidencial com o mote “Em 2012, não vote em branco”, buscando os votos dos negros e de outras “minorias”, fazendo um apelo contra o abstencionismo (especialmente entre os moradores das áreas pobres e marginalizadas).

os eventos de 2005 de “protestos raciais”, quis salientar a importância daqueles protestos para desvendar o racismo e as desigualdades presentes na sociedade francesa.

As revoltas do fim de 2005 mostraram à França que os protestos raciais a que estamos acostumados a ver nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha ocorrem também aqui. As razões que levaram aos confrontos estão ainda presentes: desemprego mais elevado se você é negro ou árabe, em vez que branco; dificuldades enormes nas condições de moradia, no acesso ao lazer, humilhações diárias, controles injustificados, além da recusa de levar em consideração este tipo de desigualdades no debate público. (LOZÈS, 2007, p. 124, tradução nossa).

Entre os objetivos propostos pelo CRAN, seu presidente destacou a luta às discriminações indiretas, ou ao teto de vidro, “uma fronteira implícita que [os negros] não estão autorizados a atravessar” (LOZÈS, 2007, p. 35, tradução nossa).

Mas o que se pode entender por “negro francês”? De acordo com a formulação teórica adotada pelo CRAN, e elaborada pelo historiador Pap Ndiaye, existiria uma “condição negra” francesa, ou seja, uma “experiência social de longa duração de minoria” (2008, p. 29).

É uma situação social que não é comparável àquela de uma classe, um status, uma casta ou uma comunidade, mas é a experiência de uma minoria, ou seja, de um grupo de pessoas que compartilham, *nolens volens*, esta experiência social de ser geralmente considerados como negros. (NDIAYE, 2001, p. 24, tradução nossa).

Em outras palavras, falar em “Negros” significaria referir-se a uma “categoria imaginada, a pessoas cuja *aparência* é de uma pessoa negra, e não cuja *essência* seja negra” (2008, p. 44, *itálico do autor*, tradução nossa). Ou seja, a partir da distinção inicialmente operada pelo sociólogo americano Tommie Shelby (2005), Ndiaye distinguiu uma identidade negra densa (*identité noire épaisse* ou *thick blackness*) e uma identidade negra fina (*identité noire fine* ou *thin blackness*). A primeira expressão remeteria a uma identidade fundada em uma história e uma cultura partilhadas. Já a segunda seria ativada a partir da experiência comum de dominação, que levaria os negros franceses a compartilhar “uma experiência social de serem considerados negros”.

[Os indivíduos] não têm a escolha de ser ou não ser assim como os vemos. Mas, ao contrário, têm a escolha de assumir sua identidade racializada ou de rejeitá-la como inadequada ao seu ser interior. Essa escolha não é capaz de modificar radicalmente a prescrição racial. Parafraseando Sartre sobre os

Judeus, um Negro é um homem que os outros consideram como negro. (NDIAYE, 2008, p. 57, tradução nossa).

Os “Negros da França” seriam, então, um grupo de pessoas unidas por sua condição prescrita e pela consciência desta condição. Ou nas palavras de Wieviorka, que assim como Ndiaye compunha o primeiro Comitê Científico do CRAN: “Ser ‘negro’ é antes de tudo ser vítima, ser definido por um passado feito de destruição, opressão, dominação, recusa e desprezo” (WIEVIORKA, 2005, s.i., tradução nossa).

Com base nessa ideia de identidade negra fina, o CRAN se definiu representante dos “Negros da França” e passou a atuar na arena pública para afirmar a categoria “Negro” [*Noir*] como uma condição social e política. Ou seja, a partir da experiência comum de discriminação sofrida pelas populações negras por causa da cor de sua pele seria possível encontrar um denominador comum entre essas populações (não com base em referências culturais e étnicas, antilhana ou africana) para justificar a ação do CRAN.

Nesse sentido, inspirando-se na prática norte-americana de *advocacy*, a associação passou a atuar publicamente para combater as discriminações no acesso ao emprego, à habitação, aos serviços de uma minoria negra francesa.

Entre suas primeiras ações, o CRAN convocou, em abril de 2006, os Estados Gerais das Populações Negras [*États généraux des populations noires*], dos quais participaram políticos de várias correntes. Em setembro do mesmo ano, a organização entrou com uma ação judicial contra os verbetes “colonização” e “colonizar” do dicionário *Le Petit Robert* (LIBÉRATION, 2006).

Uma das iniciativas de maior impacto foi a organização de uma grande campanha em apoio à introdução das estatísticas étnicas na França. Como será visto no Capítulo 4, o CRAN foi o promotor da pesquisa *Observatório das Discriminações*, lançada em janeiro de 2007, para mensurar o tamanho da população negra na França. Pela primeira vez na história estatística francesa, foi realizado um *survey* para contar e descrever as condições de vida e as experiências pessoais de discriminação da população negra francesa.

Em sua luta em prol das “estatísticas étnicas”, o CRAN defendeu o uso da categoria “negro” para medir a discriminação específica contra esta população. Na opinião da associação, as categorias “origem”, “lugar de residência”, “nacionalidade” e os patrônimos não seriam adequados. No próximo capítulo será observado como aquelas categorias eram utilizadas naquele momento para medir a dimensão etnicorracial nas estatísticas francesas.

Neste paradigma as categorias não constituem uma opção. Elas são indispensáveis. Portanto, é muito importante que a categoria ‘negra’ exista para mensurar a discriminação praticada contra os ‘negros’. Origem, local de residência, nacionalidade ou sobrenome não são suficientemente explicativos de por que, por exemplo, foi negado o emprego a uma mulher francesa negra, chamada Marie Dupont, cuja família é francesa há séculos. Esse é um problema frequentemente observado na França porque ‘os clientes preferem não ser servidos por uma mulher negra’ (Marie Dupont é um nome hipotético para designar qualquer mulher negra francesa). (LOZÈS, 2012, p. 106-107, tradução nossa).

Assim, de acordo com o presidente do CRAN, a luta no campo das “estatísticas étnicas” seria central para combater as múltiplas invisibilidades da população negra.

Todas as pessoas que lutaram por igualdade de direitos dentro da República francesa, não apenas na teoria mas também na prática, precisaram enfrentar lutas árduas para o reconhecimento de seu direito de falar, coletivamente, na esfera pública: mulheres, gays, lésbicas, transgêneros, judeus e agora negros. Esse reconhecimento ainda está por ser realizado. (LOZÈS, 2012, p. 104, tradução nossa).

Inspirando-se na luta social de outras “minorias”, o CRAN defendeu como sua principal bandeira de atuação a necessidade do reconhecimento da população negra, com a finalidade de obter uma plena participação na comunidade política francesa.

Ao longo dos anos, o tema das “estatísticas étnicas” se manteve central na agenda de ação da associação, assim como outros temas, como a defesa de uma memória da escravidão e da colonização, e a visibilização da população negra em posições de prestígio na vida social, política e econômica francesas¹¹⁵. Seu sucesso, medido em termos de visibilidade na imprensa e na repercussão em estudos acadêmicos, em grande medida pode ser imputado à estratégia voltada para a publicidade midiática e para as alianças políticas.

Entre as críticas que foram movidas contra o CRAN está o fato de este não se aproximar da “população de *banlieue*”, especialmente dos jovens residentes em áreas carentes e marginalizadas. Daí se aventa a hipótese de que essa tenha sido uma das principais causas da dificuldade do CRAN em conseguir mobilizar amplos conjuntos da população francesa.

Em outro plano, o CRAN recebeu numerosas acusações de promover o comunitarismo e de constituir um potencial perigo para a integridade da República francesa. Por exemplo, o

¹¹⁵ Em 2008, por exemplo, o CRAN convidou os candidatos presidenciais a responder à seguinte pergunta: “O que o candidato pensa da diversidade?”.

professor Michel Giraud¹¹⁶ criticou a mobilização em torno da “questão negra”, julgada deveras presente na grande mídia. Em sua opinião, esse tema estaria promovendo um “neoracialismo” na sociedade francesa:

A tendência – que alguns chamam de racialização – em transformar algumas desigualdades sociais em oposições de raça, e, portanto, em transformar lutas sociais em enfrentamentos raciais, leva várias pessoas ‘racializadas’ [*racisées*] a responder ao racismo com um fechamento em si mesmas ou com uma exaltação da identidade específica. Essa última que lhes foi inicialmente imposta como um estigma é agora escolhida como resposta positiva a tal estigma. (GIRAUD, 2012, p. 680, tradução nossa).

De acordo com esse autor, uma elite negra, aliada a uma elite branca intelectual, estaria tentando fomentar a institucionalização de um grupo de “negros de França” como mecanismo de promoção pessoal. Essas ações seriam perigosas porque levariam a uma reificação das diferenças e a uma essencialização das identidades. Como consequência dessa nova forma de racialização, a sociedade francesa correria o risco tanto de se ver dividida racialmente como de experimentar o crescimento do racismo.

De forma similar, outro crítico do CRAN, o antropólogo Jean-Loup Amselle¹¹⁷ avançou a hipótese de que a associação estaria tirando proveito de uma “etnicização da sociedade francesa”. Na verdade, o CRAN não seria mais do que uma das engrenagens de uma investida maior por parte dos Estados Unidos com o objetivo de influenciar uma fragmentação da nação francesa ao longo de linhas étnicas. Assim, na opinião de Amselle, o País estaria fomentado ações em vários planos. De um lado, o gosto dos estudos culturais e pós-coloniais para a *créolité*, vista como uma forma de corromper a “língua de Molière”; de outro, a inspiração do NAACP para a ação e a organização do CRAN. Ou ainda, o apoio concedido pela embaixada norte-americana à criação de líderes entre os negros e os árabes dos “bairros sensíveis”.

De modo que essas noções de negritude, ‘*créolisation*’, ‘*créolité*’ e mesmo da ‘condição negra’ constituiriam questões [*enjeux*] ou estratégias identitárias para colocar em destaque grandes grupos da população, usados como massa de manobra por parte dessas elites comunitaristas. (AMSELLE, 2011, p. 109-110, tradução nossa).

¹¹⁶ Pesquisador em sociologia do Centro Nacional de Pesquisa Científica (CNRS) [*Centre national de la recherche scientifique*], membro do Centro de Pesquisa sobre os Poderes Locais no Caribe (CRPLC) [*Centre de Recherche sur les Pouvoirs Locaux dans la Caraïbe*] da *Université des Antilles-Guyane*, na Martinica. Trabalha sobre o tema das identidades das populações antilhanas, na França e no Caribe.

¹¹⁷ Jean-Loup Amselle é um antropólogo francês, professor da EHESS. Editor-geral da revista *Cahiers d’études africaines*.

Em sua defesa, o CRAN sempre se distanciou de qualquer identificação com o comunitarismo. De acordo com Lozès (2007, p. 39, tradução nossa), “como para Jaurès defender os trabalhadores era defender o universal, também para o CRAN defender os negros é igualmente defender o universal”.

Assim, a associação não estaria promovendo uma divisão da população francesa em comunidades étnicas ou raciais, mas tentaria combater as desigualdades na sociedade francesa, por meio da luta contra a discriminação ordinária, cotidiana e contínua enfrentada pela população negra na França.

É preciso entender a mensagem do CRAN não quanto uma proclamação de uma identidade negra, mas, como diz o politólogo Fred Constant, quanto ‘uma construção étnica de uma demanda igualitária de participação formulada em nome da diferença’. (LOZÈS, 2007, p. 56, tradução nossa).

Ou seja, para o CRAN seria necessário recriar um novo universal através do reconhecimento das diferenças. A falta de reconhecimento na esfera pública de identidades étnicas, raciais ou religiosas levaria as “minorias visíveis” a conviver com uma suspeita onipresente de não pertencimento à nação francesa. Ou dito de outra maneira, de forma análoga ao que aconteceu com o capitão Dreyfus, no início do século XIX, acusado de traição porque dificilmente um judeu naquele tempo seria visto como um “verdadeiro francês”, no momento atual as “minorias visíveis” experimentariam a mesma desconfiança.

Facilmente se vê a natureza do problema que é colocado para pessoas cuja cor é lida como um indício de alteridade (...) No coração do problema, a situação das minorias visíveis é similar à do Capitão Dreyfus, que foi suspeito de vazamento de informações secretas ao inimigo porque como era judeu, no começo do século XX, não poderia ser considerado realmente francês.

O objetivo do CRAN é tornar os valores da França verdadeiramente universais, ou em outras palavras, assegurar que estes sejam aplicados às pessoas negras francesas e, mais geralmente, a todas as minorias visíveis. Nós não queremos ‘essencializar’ a noção de ‘Negro’, mas não queremos também que a nação o esqueça. O objetivo é que os ‘Negros da França’ passem de uma invisibilidade negativa para uma invisibilidade positiva. O dia em que as crianças negras puderem ter os mesmos sonhos que as crianças brancas será o dia em que a França poderá falar a linguagem da invisibilidade racial. (LOZÈS, 2012, p. 108-109, tradução nossa).

Para além das acusações de comunitarismo que vêm se colocando desde o início de sua atuação, o CRAN se envolveu também em polêmicas com algumas associações

antilhanas¹¹⁸. Nesse caso, o embate não se deu apenas no campo das “estatísticas étnicas” e no de promoção de uma “identidade negra”, mas estruturou-se em torno de uma competição no campo da questão da memória da escravidão.

Sobre essas críticas, que poderiam ser definidas como internas ao próprio movimento negro francês, quero apenas destacar dois aspectos. Em primeiro lugar, seja através da observação participante, seja através dos relatos escritos, posso afirmar que no CRAN trabalharam, e ainda trabalham juntos, antilhanos, africanos e mestiços originários de um ou outro grupo. Nas atividades às quais participei, as especificidades de cada experiência foram usualmente lembradas para salientar os elementos comuns da condição negra francesa. Em segundo lugar, esse tipo de polêmica esteve circunscrito especialmente ao momento inicial de atuação do CRAN. Isso poderia ser explicado a partir da competição entre agentes sociais no espaço público na disputa para afirmação e reconhecimento¹¹⁹.

3.3 Os anos 2000 e o surgimento de novas identidades coletivas

O CRAN não foi a única novidade na cena associativa francesa do período posterior às *émeutes* de 2005. Na verdade, desde o fim dos anos 1990 já vinha se apresentando uma ampla ação de mobilização coletiva organizada em torno da memória da escravidão.

Em 1998, por ocasião do aniversário de 150 anos da abolição da escravatura¹²⁰, o governo do socialista Jospin lançou uma campanha com o slogan “Todos nasceram em

¹¹⁸ Entre os opositores do CRAN se destaca o *Collectif Dom*, que batalha para uma defesa da especificidade identitária antilhana contra todo tipo de tentativa de federalização das associações negras francesas, tal como operada pelo CRAN. Autoproclamando-se representantes das Antilhas na metrópole, o *Collectif Dom* argumenta que a problemática negra é um tema africano e que não existiria, nem seria possível, uma consciência comum de luta, devido aos problemas específicos e às diferenças que tocariam antilhanos e africanos. Não apenas haveria distâncias culturais intransponíveis entre esses grupos, mas a própria experiência da discriminação não seria a mesma. Assim, segundo um dos representantes da associação: “O CRAN é uma associação afrocentrista que pensou em instrumentalizar os problemas das discriminações. Surfam sobre isso, sobre os problemas das periferias e da memória. O CRAN tentou instrumentalizar esses problemas falando de uma questão negra. Eu digo que não! É muito grave porque, do ponto de vista do direito, não podemos favorecer uma pessoa porque é negra, é inaceitável!” (Entrevista concedida por Charles Dagnet, guadalupense negro, membro do comitê executivo do *Collectif Dom*, a Lopez, 2010, p. 77, tradução nossa).

¹¹⁹ Além disso, parece-me que a polêmica representou mais propriamente um conflito entre personalidades ligadas à carreira política, do que uma verdadeira divisão do movimento negro ao longo de linhas internas de características étnicas, geográficas e culturais.

¹²⁰ A escravidão foi abolida na França no dia 27 de abril de 1848, por meio de um decreto assinado pelo governo provisório da 2ª República recentemente instalado. Contudo, a abolição definitiva da escravidão ocorreu mais tarde nos territórios coloniais franceses: em Martinica, em 22 de maio; em Guadalupe, em 27 de maio; na Guiana, em 10 de junho; na Ilha de Reunião, em 20 de dezembro de 1848.

1848!” (*Tous nés en 1848!*). Contudo, o lema não foi recebido positivamente por parte da sociedade civil, que o interpretou como uma tentativa de instrumentalização das celebrações por parte do governo francês. Para muitas associações de antilhanos, com o intuito de glorificar o mito fundador da República, os eventos comemorativos constituíram um esforço do Estado francês de se apropriar da memória da escravidão. Assim, segundo seus críticos, o discurso oficial foi articulado com o objetivo de mostrar uma nação reconciliada em torno da abolição e, daí, com o próprio momento de fundação republicana:

Tudo é feito como se a República fosse antropofágica, ou seja, que ela vai comer os eventos históricos para se autoglorificar, para se enaltecer. Serve-se disso, mas não presta serviço. É isso, é uma República canibal. É canibal em relação a esse tipo de coisa. Sim, ela é canibal para poder crescer, na aparência das coisas. Ela é também egoísta, esta República é egoísta, ela é muito egoísta, eu penso que há muita desonestidade intelectual. (Entrevista concedida por Serge Romana, presidente do *Comité Marche 98*¹²¹, a LOPEZ, 2010, p. 45, tradução nossa).

Em resposta ao discurso oficial, no dia 23 de maio de 1998, numerosas associações de negros antilhanos e de outras ex-colônias francesas organizaram uma marcha que congregou cerca de 40 mil pessoas em desfile entre a Praça da República e a Praça da Nação, no coração da capital francesa¹²².

O início dos anos 2000 foi também marcado pelo debate público sobre a aprovação da lei contra o uso de símbolos religiosos nos espaços públicos¹²³. Se por um lado as associações antirracistas, de esquerda e as feministas tradicionais defenderam a medida como uma forma de libertar as jovens muçulmanas da influência patriarcal de seus pais e irmãos, por outro lado, as jovens árabes, em muitos casos, adotaram o véu como uma forma de distanciamento e rebeldia em relação às famílias¹²⁴.

¹²¹ O *Comité Marche du 23 Mai 1998* (CM98) foi criado em novembro de 1999 e se engajou ativamente na luta memorial e na defesa de uma identidade republicana antilhana de franceses descendente da escravidão. Entre suas principais atividades, destacam-se a organização de grupos de suporte mediados por psicólogos, para apoiarem na solução de traumas da herança escravocrata, e o fomento de trabalhos antropológicos e psicanalíticos para refletirem sobre a especificidade da configuração da família antilhana (DURPAIRE, 2006).

¹²² Esse processo de mobilização política levou à discussão e à aprovação, em maio de 2001, da Lei n. 2.001-434 sobre o reconhecimento do tráfico negreiro e da escravatura enquanto crime contra a humanidade. A lei passou a ser conhecida como Lei Taubira, para lembrar a autora da proposta, a deputada guianense negra, Christiane Taubira-Delannon, do Partido Socialista (PS) francês. A deputada se tornaria ministra da Justiça da França, sob a presidência de François Hollande, entre 2012 e janeiro de 2016, tendo um papel central na aprovação do casamento homoafetivo. A ministra posteriormente renunciou ao cargo, depois de discordar publicamente da proposta de reforma constitucional que retiraria a cidadania francesa de pessoas condenadas por terrorismo que tivessem uma segunda nacionalidade.

¹²³ A lei que proibiu o uso de símbolos religiosos ostensivos nas escolas públicas foi aprovada em fevereiro de 2004.

¹²⁴ Para um aprofundamento dessa questão, ver, por exemplo, Guénif-Souilamas (2014).

Nesse contexto de crescente mobilização, em janeiro de 2005, militantes e intelectuais de origem árabe encabeçaram o lançamento de um abaixo-assinado na internet, contra as “discriminações no emprego, na habitação, na saúde, na escola e no lazer” sofridas pelas pessoas de “origem colonial, antiga ou atual, e da imigração pós-colonial”. Esse manifesto¹²⁵ se chamava *Indigènes de la République*¹²⁶. O Apelo também condenava o “tratamento colonial” dispensado à população dos “bairros sensíveis” e a transformação das *banlieues* em “‘zonas do não-direito’ a serem ‘reconquistadas’ pela República” (APPEL, 2012, p. 19, tradução nossa).

Antes mesmo dos protestos de 2005, os signatários¹²⁷ do manifesto denunciavam as práticas de perfilamento racial [*contrôles au faciès*], as perseguições e a brutalidade da polícia como fonte de injustiça e de revolta nas periferias urbanas marginalizadas. A falta de representação política, as políticas migratórias repressivas, a falta de acesso ao voto para os imigrantes, a lei contra os símbolos religiosos, as tentativas de enquadramento da religião muçulmana foram apenas algumas das bandeiras de luta do movimento dos *Indigènes*.

Mas o que entender com esse termo? Em primeiro lugar, o vocábulo nativo “*indigène*” foi utilizado, a partir da metade do século XIX, para diferenciar as populações colonizadas dos franceses (ou mais em geral, dos europeus). Existia também uma aplicação jurídica, usada para indicar as populações colonizadas submetidas ao “Código do *indigénat*”. Aplicado no início na Argélia, e posteriormente estendido a todo o império colonial até a descolonização, o Código era um conjunto de leis do direito penal francês que previa crimes e penas especiais para as populações colonizadas (SAADA, 2006)¹²⁸.

O movimento *Indigènes de la République* se reapropriou daquele termo nativo para chamar a atenção da sociedade francesa para o fato de que, nos anos 2000, parte de sua população ainda era tratada segundo os mesmos princípios de dominação colonial.

Na opinião do filósofo Balibar, o uso do conceito de “*indigènes*” representaria um deslocamento no debate público francês do tema da “imigração” para uma dimensão racial. No Capítulo 4, os passos desse processo serão detalhados através da análise do tema

¹²⁵ Esse abaixo-assinado, posteriormente, seria chamado de Apelo: “Nós somos os *Indigènes de la République*!”.

¹²⁶ Decidi manter o termo original francês “*Indigènes de la République*” pela dificuldade em realizar uma boa tradução para a língua portuguesa que pudesse abarcar o significado original dado ao termo no contexto francês. Encontrei como possível tradução a expressão “Povos Indígenas da República” (GLOWCZEWSKI, 2011), ou pensei em usar “Colonizados da República”, mas ambas as expressões me pareceram não captar o sentido pleno do termo.

¹²⁷ Entre os iniciadores do Apelo, encontramos Houria Bouteldja e Youssef Boussoumah. A primeira vinha de uma militância contra a “lei do véu”, através do *Collectif une école pour toutes et tous* e o coletivo feminista *Les Blédardes contre Ni putes ni soumises*. Já Youssef Boussoumah, tunisiana, professora de história e geografia no ensino médio, militou anteriormente em coletivos da Tunísia e, em seguida, em grupos de apoio à luta palestina.

¹²⁸ Para mais informações sobre a história do sistema do *indigénat* francês, ver Saada (2006) e Weil (2002).

específico das “estatísticas étnicas”. Nesse momento, é importante salientar que se a partir dos anos 1980 a Frente Nacional tinha conseguido pautar o “problema da imigração” no discurso midiático e político francês, atores sociais como o CRAN e os *Indigènes* tentavam ressignificar o debate, destacando o papel das discriminações contra uma parcela da população considerada diferente por causa de suas “origens”.

Para Balibar (2006), a problemática da imigração já conteria em si todos os elementos do debate. Falar em “imigrante” seria uma forma de renovar o discurso racista e contornar a proibição moral do uso de categorias raciais no contexto francês. Ou dito de outra maneira, o “imigrante” teria se tornado um sinônimo da “raça”, transformando-se em um estigma hereditário intransponível. Assim, nos anos 1980, a Frente Nacional teria operado uma atualização do discurso racista, passando de um racismo de tipo biológico para um de tipo cultural ou religioso.

De acordo com o mesmo Balibar (2006), a reapropriação contemporânea do termo “*indigènes*” teria em si o mérito de questionar o papel do Estado republicano na reconstituição da “raça”, de sua reprodução para além das condições materiais e referências ideológicas de seu uso inicial. Dito em outras palavras, o movimento dos *Indigènes de la République*, recuperando a exceção das populações colonizadas dentro do sistema de direito e de cidadania francês, estaria colocando em discussão o próprio mito fundador da República, enquanto instituição universalista e igualitária. O questionamento da forma colonial não seria, porém, apenas, como no passado, numa dimensão externa à República. Mas teria sido trazido para dentro dela, através do questionamento da “colonização interna” exercida contra as populações imigrantes ou descendentes de imigrantes.

De qualquer maneira, após ser lançado, o Apelo teve pouca repercussão midiática. Foram os protestos violentos de novembro de 2005 que renovaram o interesse da opinião pública no movimento dos *Indigènes de la République*. Ao final, o manifesto divulgado no início daquele ano já continha todos os elementos de questionamento que seriam reverberados nas páginas dos jornais do mundo inteiro durante a cobertura dos protestos.

Por outro lado, por sua defesa de uma ideia de “dominação pós-colonial” na França, o movimento foi criticado e acusado não somente de ser comunitarista e antirrepublicano, mas, também, de anacronismo histórico (BOUAMAMA, 2007).

Apesar das condenações, o movimento dos *Indigènes de la République*¹²⁹ se afirmou como um interlocutor reconhecido no debate público sobre os temas do racismo, da discriminação, da islamofobia e da proibição do véu nas escolas.

Além dessa experiência, após os protestos de 2005, surgiram no panorama associativo francês várias iniciativas para lutar contra a discriminação vivida pelas “populações das *banlieues*”.

Por exemplo, em 2010, foi fundada a Brigada Antinegrofobia [*Brigade antinérophobie*]. Adotando uma estética inspirada nos panteras negros americanos (roupas pretas, gestos e cabelos *black power*), o coletivo de jovens negros utiliza um repertório de ação coletiva não violento, como o *happening*, para denunciar o racismo e a inferiorização dos negros. Em 2010, o grupo ocupou a perfumaria Guerlain, na elegante avenida *Champs-Élysées*, em resposta às declarações racistas de Jean-Paul Guerlain, descendente do fundador da prestigiosa marca¹³⁰. Em 2014, a Brigada propôs uma mobilização instantânea para pedir a anulação da instalação “Exhibit B”, do artista sul-africano branco, Brett Bailey. O trabalho¹³¹ polêmico foi acusado de espetacularização e exposição dos corpos negros como objetos de entretenimento.

Outra expressão do novo associativismo francês é o Coletivo Afrofeminista Mwasi [*Le Collectif afroaféministe Mwasi*], criado em 2014 para promover uma “luta interseccional contra o racismo, o capitalismo, o patriarcado e o sistema de opressão”.

Uma de suas integrantes, Fania Noël, jovem negra, com mestrado em ciências políticas, nascida no Haiti e criada na França, assim definiu seu processo de formação ativista:

Tinha 18 anos de idade, logo após as revoltas de 2005, quando começou a militar. Fania Noël começou ‘com as coisas clássicas, como as associações de estudantes’. Depois experimentou outros movimentos, como aquele de Arnaud Montebourg [deputado do PS], que lhe parecia um pouco mais à esquerda. Mas ‘não estava legal’. Ela tentou a Frente de Esquerda, mas isto também ‘não estava dando certo’. (HADNI, 2016, tradução nossa).

¹²⁹ Em 2010, o movimento se transformou em um partido político, *Parti des Indigènes de la République* (P.I.R.).

¹³⁰ Em outubro de 2010, entrevistado sobre o processo de criação do mais novo perfume da casa, Jean-Paul Guerlain teria afirmado: “Por uma vez, trabalhei como um negro. Não sei se os negros sempre trabalharam tanto, mas enfim...”. Em 2012, o tribunal de Paris o condenou ao pagamento de uma multa, no valor de 6 mil euros, por injúria racial. A ação tinha sido intentada pelo MRAP, SOS Racisme e pela associação *Noir et Fier* [Orgulho Negro] (LE MONDE, 29/03/2012).

¹³¹ Para chamar a atenção da responsabilidade histórica dos brancos nos processos de dominação, o artista defende a exposição de negros, em instalações que recriam situações de violência e escravidão. Por outro lado, seja na França, seja na Grã-Bretanha, o trabalho foi acusado de usar os negros como fonte de espetáculo, assim como acontecia nas exposições universais dos séculos XIX e XX. A previsão de montagem da mesma instalação no Brasil também levou à mobilização de coletivos negros brasileiros contrários à realização desta *performance*.

Ou seja, os protestos de 2005 representaram um momento de ruptura na vida da jovem ativista e serviram para explicar sua decisão de engajamento militante. Mas as primeiras experiências de militância, no movimento estudantil e em grupos de esquerda, assim como em associações feministas, não teriam funcionado porque Fania não teria conseguido “se encaixar”. Finalmente, a Mwasi representaria para a ativista uma oportunidade de se definir como “afrofeminista, anticapitalista, anticolonialista, anti-imperialista, antimiscegenização” e de se posicionar em oposição aos movimentos feministas tradicionais considerados como brancos e assimilacionistas.

Todos esses exemplos indicam o surgimento de um novo tipo de associativismo francês na luta contra o racismo. Muitas vezes, em aberta oposição com as organizações mais tradicionais consideradas obsoletas, esses coletivos se organizam por meio das redes sociais e das manifestações conjuntas para combater o racismo e defender novas pautas de lutas.

A maioria dos ativistas desses movimentos é formada por jovens com 30 anos ou menos, crescidos nas “periferias e bairros sensíveis” dos grandes centros urbanos franceses e descendentes de imigrantes.

Um primeiro elemento que se destaca no perfil desses militantes é a importância das revoltas de 2005 em seus processos formativos e de engajamento. Tal constatação já pôde ser observada no caso de Fania Noël, a ativista do grupo Mwasi. Igualmente para Sihame Assbague, porta-voz de grupos de luta contra as práticas racistas da polícia francesa¹³², os protestos de 2005 foram essenciais para seu envolvimento militante.

A jovem muçulmana, de origem árabe, formada em ciências políticas, estava frequentando o último ano do ensino médio, quando participou, em 2004, das mobilizações contra a aplicação da lei que vetou os símbolos religiosos nas escolas. Sihame lembrou em uma entrevista de ter ficado indignada com a obrigação imposta a uma colega de classe de retirar o véu em sala de aula. Igualmente, os protestos de 2005 marcaram sua passagem para a vida de ativista.

‘Esses dois jovens que morreram poderiam ter sido meus irmãos. Há uma identificação muito forte. E a reação da mídia, as intervenções de Nicolas Sarkozy, tudo isso aumentou minha raiva. Esse evento foi o ponto de ruptura’. Depois dos dias de tensão, as *banlieues* se acalmaram. Sihame Assbague começou a ler livros sobre a discriminação, criou um *blog* para compartilhar seus pensamentos, sua cólera e começou a participar das primeiras manifestações. (LAÏRECHE, 2016, tradução nossa).

¹³² Entre quais, o Coletivo contra o Perfilamento Racial [*Collectif contre le contrôle au faciès*], e o coletivo Emergência Nossa Polícia Assassina [*Collectif Urgence notre police assassine*].

Em segundo lugar, essas novas formas associativas utilizam abertamente um repertório de tipo racial em suas ações coletivas. Da escolha de uma estética afro ou *black*, à referência explícita à discriminação contra árabes e negros, esses grupos se apropriaram tanto das influências do mundo norte-americano, em termos de feminismo negro e da luta interseccional, quanto da discussão que surgiu na própria França em torno de uma “questão racial” francesa.

Assim, por exemplo, na Marcha da Dignidade contra o Racismo [*Marche de la dignité contre le Racisme*], organizada em 31 de outubro de 2015, por um conjunto de associações feministas e de mulheres para protestar contra a violência policial, podia-se ouvir: “Hoje na França, se não tem uma boa cor da pele, pode morrer pelas mãos da polícia’.

As palavras de ordem da manifestação, que contou inclusive com o apoio de Angela Davis, eram bem diferentes dos slogans da Marcha pela Igualdade e contra o Racismo, que em 1983 recitava: “Não somos carne de caça para os policiais, somos seres humanos”. Ou seja, a mensagem universalista dos militantes antirracistas dos anos 1980 foi substituída por uma aberta referência à cor da pele e à discriminação sofrida por um grupo minoritário específico dentro da sociedade francesa.

3.4 A invenção de uma *Black France* e o movimento negro francês

A “invenção de uma França Negra”, recuperando o título de um artigo escrito por Patrick Lozès (2012), foi saudada positivamente, como a renovação do movimento social francês e da luta contra o racismo e a discriminação.

A aparição do CRAN confirma a crescente importância das categorias etnicorraciais na leitura de um espaço social por indivíduos que aspiram a se sentir plenamente membros de uma sociedade em recomposição. O movimento iniciado, combinando um repertório de ação renovado em que o ‘happening’ e a ‘performance’, para retomar os termos de Lilian Mathieu, têm um lugar significativo, denuncia o déficit de reconhecimento e o desprezo experimentado pelos ‘Negros da França’ através de um sofrimento plurioriginal. (LOZÈS, 2012, p. 120-121, tradução nossa).

Especialmente entre os acadêmicos norte-americanos, o surgimento de novas formas de ação coletiva centradas no papel ativo dos negros franceses foi lido como a emergência de

uma visibilização de uma “questão negra” (*Blackness*) em meio a um quadro associativo e político francês pautado pela indivisibilidade *colorblind* da República. De acordo com essa linha interpretativa, essas associações significariam uma fratura em relação à narrativa republicana dominante que, por meio de suas representações simbólicas, teria pautado uma concepção de “branquitude intrínseca” proveniente da imaginação nacional francesa.

De acordo com os organizadores da conferência *France Noire – Black France: The History, Poetics, and Politics of Blackness*, realizada em Paris, em junho de 2008, teria se formado ao longo dos anos 2000 uma identidade política, social e cultural negra fundamentada na ideia de resistência à negação da especificidade de um racismo contra os negros.

A negritude [*Blackness*] existe enquanto formação social, cultural e política na França de alguns agrupamentos negros franceses. Especificamente, a existência de distintas e diferenciadas comunidades de descendentes de africanos e de afro-caribenhos significa que ser ‘negro’ política e autorreflexivamente ou ‘negro’ no discurso racializado na França não implica o mesmo tipo de homogeneidade cultural e histórica que tem tradicionalmente caracterizado a vida dos negros nos Estados Unidos. Ou mais, a identidade negra existe em diálogo com cada identidade outra e com o princípio universalista da República francesa. Como diversos autores deste livro acentuam, negritude [*Blackness*] na França é primeiramente uma resposta e uma rejeição ao racismo antinegro. Ser negro é, acima de tudo, ser alvo desse tipo de racismo e desenvolver uma estratégia para resistir a ele. (KEATON et al., 2012, p. 2-3, tradução nossa).

Recuperando o conceito de “condição negra”, elaborado por Pap Ndiaye, o pertencimento de uma pessoa a uma minoria negra daria sentido a esta ação social e política, a partir da ideia de experiência comum de discriminação, específica a esta população.

Na opinião do sociólogo negro, Abdoulaye Gueye, no momento em que se assistiu a uma polarização sobre o multiculturalismo e a discriminação racial no debate público francês, expandiu-se igualmente um “espaço negro”. Mas o CRAN não teria surgido em um contexto de vazio institucional. Em 2005, já existiria um espaço formado por várias entidades negras em disputa por reconhecimento e legitimidade.

Um levantamento realizado pelo autor, em fevereiro de 2012, mapeou uma rede associativa na França definida como bastante forte. A mesma era formada, no mínimo, por 19 organizações identificáveis como negras. Apesar de uma relativa concentração em Paris, essas entidades se distribuiriam entre diversas cidades francesas e atuariam especialmente no

campo da luta memorial sobre a escravidão¹³³. De acordo com Gueye (2013), o CRAN teria decidido romper com o discurso avesso à raça (*race-blindness*) dominante, para tentar competir com as outras associações que já atuavam em temáticas similares. Ou seja, a escolha de se identificar abertamente como organização negra (inclusive colocando este termo em seu nome) teria representado o fator de sucesso do CRAN.

O CRAN surgiu no espaço organizacional negro já saturado com ações, discursos e iniciativas destinados a beneficiar a população negra. Como consequência, por ser recém-chegado, ele precisava ser diferente para ter alguma esperança de sobreviver, reconfigurando a dinâmica do movimento e, eventualmente, exercitando sua própria liderança. Reivindicando a negritude [*blackness*] e a inscrevendo no coração de seu nome, passou a atuar pela geração de estatísticas oficiais, o que acabou comprovado ter sido um passo inovador, dado o elevado potencial para a controvérsia e a polarização desse tipo de informação na esfera pública francesa. (GUEYE, 2013, p. 28, tradução nossa).

Em um contexto de competitividade entre organizações por recursos escassos, na batalha para a visibilidade (medida em termos de cobertura midiática) e para a legitimização (medida em termos de interlocuções com as instituições públicas), o CRAN teria tido maior sucesso por causa de sua capacidade de reforçar categorias identitárias e pautar lutas inovadoras (como as “estatísticas étnicas”).

Mas por que as outras organizações negras não teriam mobilizado o mesmo tipo de discurso racial? Ou seja, por que não teriam se apropriado do uso político da categoria “negro”?

O fato de ter demorado cerca de 20 anos para as organizações negras terem se apropriado e, eventualmente, teorizado e promovido esta expressão é significativo. O reconhecimento desse fato deveria levar os estudiosos ao aprofundamento da reflexão sobre o tema, o que facilitaria nossa avaliação da diversidade que existe na população negra da França. Operando fora desse espaço no qual as delimitações do termo negro estariam definidos, a juventude negra na França vem crescentemente optando pelo uso deste

¹³³ Por Gueye (2013) seria possível tipificar aquelas organizações de acordo com seus objetivos (*target*) em *Ubiquitous*, que trabalhariam com os negros da França, sem separações de classe, gênero, origem étnica, ou status administrativo e *Segment-focused*, que defenderiam os interesses e as necessidades de um segmento específico da população negra. Igualmente poderiam ser divididas de acordo com o tipo de ação em *Polychrest* (com uma abordagem universalista, em todos os temas) e *Monocentric* (trabalhariam com um tema específico). A partir daí se formariam 4 tipos ideais de organizações negras: i) *ubiquitous/polychrest*, que considera toda a população negra e assuntos universais (como o CRAN); ii) *segment-focused/polychrest*, que trata de vários assuntos, mas apenas com alguns segmentos da população negra (como o *Collectif Dom*); iii) *ubiquitous/monocentric*, que lida com assuntos específicos, mas com todos os negros, tal como o *Collectif des Fils et Filles d'Africains Déportés* (COFFAD); e iv) *segment-focused/monocentric*, que trata de assuntos e com grupos negros de modo específico, tal como o *Collectif Égalité* e a *Association pour Favoriser l'Intégration Professionnelle* (AFIP).

termo. Quando tal opção chegar às organizações negras do século XXI, suas perspectivas serão provavelmente formatadas por suas atitudes diante dessa designação. (GUEYE, 2013, p. 206, tradução nossa).

Segundo Gueye, mesmo que o termo inglês “*black*” já fosse utilizado como categoria identitária entre os “jovens das *banlieues*” nos anos 1980 (MAR FALL (1986) apud GUEYE (2013)), as associações negras francesas, formadas majoritariamente por homens negros de maior escolaridade, teriam preferido usar um referencial neutro em termos raciais para conseguir acesso ao apoio do Estado. Ou seja, para conseguir amparo e legitimidade, os ativistas teriam escolhido um discurso centrado em elementos geográficos e antropológicos, adaptando-se à ideologia *colorblind* republicana. Para o autor, então, um consenso funcionalista na elite negra francesa, construído em torno dos valores republicanos, teria garantido o acesso aos recursos disponíveis na esfera social e política.

Mas será que o processo de competição entre representantes de uma elite negra francesa poderia explicar sozinho o surgimento de novas formas de identidades coletivas? Por que se assistiu em 2005 à criação de associações fundamentadas na ideia de uma ação coletiva alicerçada em uma identidade racial? Sejam elas inspiradas no conceito de “condição negra” como no caso do CRAN, ou na concepção de uma luta pós-colonial representada pelos *Indigènes de la République*. Tal realidade seria apenas uma reação interna ao próprio campo da mobilização negra francesa?

Antes de responder a essa pergunta e analisar as condições que propiciaram a criação dessas formas de representação coletiva, é necessário recuperar e pensar esses fenômenos sob a ótica de uma história longa das mobilizações negras na França¹³⁴. Ou dito de outra forma, nos anos 2000, estar-se-ia testemunhando apenas outra etapa de um ciclo mais amplo de mobilização negra? Ou estes movimentos contemporâneos seriam caracterizados por algum traço distintivo? Ou ainda, o movimento negro atual teria representado um momento de ruptura ou de continuidade em relação à ação coletiva negra do passado?

De acordo com Gueye (2013), as mobilizações contemporâneas se inseririam em uma longa história republicana de organizações negras, que poderia ser dividida em três momentos principais.

Em um primeiro período, entre os anos 1920 e a Segunda Guerra Mundial, um ciclo de representação coletiva negra teria mobilizado a agenda racial. Essa pauta teria sido possibilitada pela racialização operada pela própria sociedade francesa (GUEYE, 2013). De

¹³⁴ Aos interessados em aprofundar a leitura sobre a história do movimento negro francês, aconselho: Ndiaye (2008) e Blanchard e al. (2011).

acordo com uma análise realizada pelo autor sobre os nomes das organizações, a identificação em termos raciais poderia ser inferida a partir da referência à “raça negra” em seus títulos. Assim, por exemplo, poderiam ser incluídas nesse tipo de mobilização tanto organizações políticas reformistas, como a Liga Universal em Defesa da Raça Negra (LUDRN) [*Ligue universelle de défense de la race nègre*], criada em 1924 em Paris por René Maran, como o Comitê em Defesa da Raça Negra (CDRN) [*Comité de défense de la race nègre*], fundado em 1926 por Lamine Senghor e outros colegas para lutar contra a colonização. Organizações de trabalhadores, como a União de Trabalhadores Negros [*L'Union des travailleurs nègres*], ou grupos intelectuais organizados em torno de projetos culturais, como as revistas *La Revue du monde noir*, *Le Cri des Nègres*, *Le Monde Nègre*, seriam igualmente parte do mesmo tipo de ação coletiva.

Da mesma forma, nos anos 1930, o movimento da *Négritude*, formado inicialmente em torno da revista *L'étudiant noir*, teria caráter racial, porque teria unido sob a mesma bandeira estudantes negros provenientes de vários territórios ligados à história da colonização francesa. Em sua explicação, Gueye lembrou a conversa, em 1960, entre Léopold Sédar Senghor e a pesquisadora Lilyan Kesteloot: “*L'étudiant noir* (...) almejou colocar um fim ao sentimento tribal e clânico que era predominante no Bairro Latino [Paris]. Assim, deixávamos de ser estudantes da Martinica, Guadalupe, Guiana, África ou Madagascar e nos tornávamos meramente estudantes negros” (KESTELOOT, 1991¹³⁵, apud GUEYE, 2013, p. 202, tradução nossa).

Para o autor, após a Segunda Guerra Mundial até a criação do CRAN, nenhuma “organização em defesa dos negros” teria usado explicitamente o termo “negro”. Esse segundo momento da história das mobilizações negras francesas teria sido pautado pela mudança do discurso oficial francês e a adoção de um antirracismo sem raças após os horrores do Holocausto.

As organizações negras têm atuado sob este discurso hegemônico de uma república igualitarista e de negação da raça. Elas habilmente desenharam sua identidade a partir das fronteiras permitidas. O respeito às fronteiras tem sido muito previsível, dado que as organizações negras vincularam sua existência ao Estado francês ao qual não somente solicitaram reconhecimento, mas também recursos, tendo em vista a sustentabilidade de suas batalhas. (GUEYE, 2013, p. 203, tradução nossa).

¹³⁵ KESTELOOT, L. *Black writers in French*. Washington, DC: Howard University Press, 1991.

Assim, entre os anos 1950 e os anos 2000, as organizações negras, fortemente vinculadas economicamente e politicamente ao Estado, teriam adotado o discurso oficial do universalismo republicano. Nesse contexto, o grande número de associações criadas após a Segunda Guerra teria se organizado a partir do princípio da classe social ou da nacionalidade. Ou seja, a mobilização social teria sido regulada a partir das composições partidárias e sindicais ativas na vida política francesa ou segundo as linhas nacionais e étnicas das comunidades de imigrantes que viviam no território francês. Nesse caso, por exemplo, Gueye lembrou a criação, em 1961, da União Geral dos Trabalhadores Senegaleses na França (UGTSF) [*Union générale des travailleurs sénégalais en France*], e da União dos Mauritânicos na França (UMF) [*Union des Mauritanais de France*], em 1963.

Já, de acordo com Ndiaye (2008), seriam reconhecíveis dois momentos principais na história das reivindicações políticas negras. Antes da Segunda Guerra Mundial, elas seriam centradas na valorização da identidade negra e na contestação da ordem colonial. Posteriormente, essas demandas teriam sido progressivamente substituídas por novas questões consideradas mais urgentes. A partir dos anos 1950, a negritude e as questões culturais e políticas das elites intelectuais foram sendo progressivamente deixadas de lado. E questões mais materiais, relacionadas às condições de vida dos proletários africanos e antilhanos teriam se tornado prioritárias na ordem do dia do pós-guerra (NDIAYE, 2008, p. 390).

De acordo com Ndiaye (2008), a descolonização teria favorecido a invisibilização da população negra na sociedade e na história francesas. Ou seja, no momento em que a presença negra teria se tornado mais forte na França, por causa da imigração de um grande número de trabalhadores das ex-colônias, um processo de “invisibilidade colonial” teria sido operado na sociedade francesa. Assim, de um lado, entre os anos 1950 e os anos 1960, a França teria incentivado o afluxo de grandes contingentes de trabalhadores estrangeiros, em grande medida provenientes das ex-colônias, para suprir às demandas de mão de obra nos setores da indústria e dos serviços, durante os anos dourados do *boom* econômico. De outro lado, livres do “fardo colonial”, os franceses poderiam reconfigurar e repactuar a própria identidade nacional em torno de uma cor e de um continente. Ou seja, em torno de uma imagem nacional francesa branca e europeia.

Em síntese, pode-se reconhecer a existência de uma linha interpretativa que tende a considerar a Segunda Guerra Mundial e o Holocausto como divisores de água na história das mobilizações negras. Assim, antes as mobilizações reforçariam uma identidade racial negra. Depois, a dimensão racial seria inviabilizada pela adoção de uma ideologia *colorblind*.

Contudo, é necessário problematizar esse tipo de interpretação. Tentarei mostrar a seguir como todas as mobilizações negras, inclusive aquelas anteriores aos anos 1940, reconstruíram e reforçaram o pacto republicano. Isto é, mesmo querendo romper com a ordem dominante, a adesão a um repertório de ação republicano acabou reforçando-a.

Em sua maioria, as experiências das organizações políticas e anticoloniais foram absorvidas na criação da “Comunidade de países franceses” – ou combatidas brutalmente quando a ordem nacional francesa foi colocada em questão, como no caso da Argélia.

Assim, por exemplo, como mostrou Dewitte, as tentativas moderadas de organização política de Blaise Diagne¹³⁶ e de René Maran¹³⁷ foram ambas embebidas por um assimilacionismo republicano, que aspirou, no máximo, a um cauto reformismo. O objetivo desses políticos negros era garantir o acesso a uma plena cidadania para os *indigènes*.

A Liga Universal em Defesa da Raça Negra (LUDRN) [*Ligue universelle de défense de la race noire*], fundada por René Maran e Kojo Tovalov, em 1924, foi uma organização reformista, que lutou contra o autoritarismo colonial e o trabalho forçado. Em seu jornal, *Les Continents*, de um lado foi gestada timidamente a ideia de uma identidade negra comum. De outro, foi defendido o fim da condição de *indigénat* e a plena assimilação da população colonial.

Mesmo entre os mais revolucionários, as mobilizações negras foram canalizadas no discurso operário do Partido Comunista Francês (PCF) ou em um pan-africanismo cultural, baseado na exaltação dos valores e das tradições da terra dos ancestrais e de uma indefinita “nação negra”.

De acordo com Dewitte (1985), na primeira metade dos anos 1920, para o PCF a luta anticolonial seria considerada apenas um apêndice secundário da revolução proletária na Europa e na América do Norte. Da mesma forma, a “opressão de raça” e a “negrofobia até entre as classes trabalhadoras” teriam sido ocultadas dentro da Internacional Comunista. Por

¹³⁶ Blaise Diagne, senegalês, foi o primeiro candidato africano a ser eleito deputado na França, em 1914. Em 1918, Blaise se tornou Alto Comissário para as tropas negras [*Haut-commissaire aux troupes noires*] encarregado do recrutamento dos *indigènes*. Em 1919, com WEB. Du Bois organizou em Paris o primeiro Congresso Pan-Africano (DEWITTE, 1985).

¹³⁷ Dewitte descreveu a pequena elite negra antilhana, que vivia em Paris no início do século, do seguinte modo: “franceses, ‘metropolitanos de cor’, são europeus de alma inteira, por suas infâncias, sua educação, sua cultura e sua sensibilidade. Denunciam os abusos da colonização colocando-se ao lado do colonizador. Se reivindicam da ‘França dos Direitos do Homem’ e recusam o nacionalismo” (DEWITTE, 1985, p. 41, tradução nossa). René Maran é parte dessa elite antilhana. Originário de uma família de funcionários coloniais da Guiana Francesa, ele foi administrador colonial e também o primeiro escritor negro francês a ganhar o prêmio Goncourt, por seu livro *Batouala, véritable roman nègre* [Batouala, verdadeiro romance negro] (1921). Esse livro teve uma grande influência sobre Aimé Césaire, Léopold Sédar Senghor e os outros estudantes que fundaram o movimento da *Négritude*. Contudo, a obra de Maran não foi o trabalho de um revolucionário antifrancês, mas o retrato de um humanista chocado com a brutalidade do método colonial (DEWITTE, 1985).

outro lado, entre 1921 e 1925, a criação da União Intercolonial (UIC) [*Union intercoloniale*] dentro do PCF permitiu a formação de uma pequena “vanguarda” negra. Mas, as tentativas de criação de um movimento negro autônomo dentro da luta revolucionária não conseguiram ganhar força e acabaram sendo reconduzidas no seio da luta do partido comunista. Esse foi o caso, por exemplo, do Comité em Defesa da Raça Negra (CDRN) [*Comité de défense de la race nègre*], fundado por Lamine Senghor, em 1926.

Por seu lado, o movimento cultural e político da *Négritude* foi incorporado ao grande guarda-chuva da civilização francesa e à ideia de francofonia. A eleição de Léopold Sédar Senghor, em 1983, para a Academia francesa [*Académie française*], e a homenagem a Aimé Césaire no Panteão nacional [*Panthéon*], em 2011, são símbolos evocativos desse processo de inclusão da *Négritude* na tradição cultural nacional francesa.

Segundo Dewitte, o movimento dos “poetas militantes” pode ser entendido como uma síntese da “tomada de consciência racial” da “tradição humanista e antirracista da ‘pátria dos Direitos do Homem’” (DEWITTE, 1985, p. 390). Ou seja, as influências da *Negro-Renaissance* norte-americana e das correntes artísticas e literárias negras da Paris dos anos 1920 teriam sido reapropriadas pela *Négritude* para rejeitar a inferiorização do negro e reivindicar uma plena inclusão no ideário universal.

Contudo, a partir de um maior afluxo de imigrantes das ex-colônias na França nos anos 1950, as pautas intelectuais e culturais perderam força. Podemos sintetizar as mobilizações negras daquela época como mobilizações de trabalhadores ou de estudantes.

Ao pensar a história das relações sociais dos africanos e dos antilhanos na França¹³⁸, Bazenguissa-Gangap (2012) salientou que após a descolonização, a imigração das ex-colônias

¹³⁸ Em um primeiro momento, entre o fim da Primeira Guerra Mundial e o fim do ciclo da imigração de trabalho, em 1974, existiriam claras diferenças entre a classe trabalhadora africana e a antilhana. Contudo, em uma sociedade oficialmente *colorblind*, ambos os grupos compartilhariam uma identidade racializada negativa como “pessoas de cor”. Até os anos 1950, os antilhanos radicados na França constituiriam uma pequena elite altamente escolarizada. Os africanos não seriam também numerosos, mas se encontrariam em uma posição social inferior, sendo, na maioria, ex-combatentes, trabalhadores não especializados, marinheiros, estivadores e estudantes sem bolsas. Após a descolonização, a maioria dos africanos instalados na França, de etnia Soninké e Toucouleur, estava ocupada, como trabalhadores temporários na indústria, em particular a automotiva, e viveria em alojamentos coletivos precários (*foyers*). A chegada dos afro-antilhanos se daria a partir de um processo migratório totalmente diferente. A partir da criação da companhia de Estado, Bumidom, em 1961, os antilhanos foram progressivamente canalizados, através dos fluxos controlados pela agência, para empregos no setor privado e especialmente no público. De nacionalidade francesa, os antilhanos (e, especialmente, as antilhanas) puderam se beneficiar de postos de trabalhos públicos, mesmo que de baixa qualificação, nos hospitais, correios, companhias de transporte, agentes de segurança pública. A maioria desse grupo se instalou na área metropolitana de Paris, principalmente nos conjuntos habitacionais da periferia. Em um segundo momento, após o fim dos fluxos migratórios controlados pelo Estado, os processos de construção identitárias seriam alterados. De um lado, uma maior diversificação social, a partir de processos de mobilidade ascendente, levou a uma maior convivência entre africanos e antilhanos. De outro, influenciadas pela globalização e a cultura e música norte-

teria aumentado por motivos educacionais e econômicos. De um lado, os países africanos, que tinham recentemente conquistado a independência, precisavam formar suas elites para governar os países recém-criados. Assim, jovens africanos instalaram-se na França, por motivos de estudo, vivendo em residências universitárias e casas populares. De outro lado, como já visto, as necessidades de expansão econômica levaram à assinatura de acordos bilaterais¹³⁹ com as antigas colônias para a importação de grandes contingentes de força de trabalho.

No caso do movimento estudantil, a pauta de luta da Associação Geral dos Estudantes Africanos de Paris (AGEAP) [*Association Générale des Étudiants Africains de Paris*], fundada em 1946, centrada na luta anticolonial e anticapitalista, foi progressivamente substituída após a descolonização. Assim, a Federação dos Estudantes da África Negra na França (FEANF) [*Fédération des étudiants d'Afrique noire en France*], criada em 1950 para reagrupar todas as associações de estudantes africanos na França, apesar de manter um discurso teórico revolucionário, concentrou suas ações em atividades de tipo sindical. As bolsas de estudo e as condições de alojamento foram as principais pautas de luta desse movimento, que se estruturou em torno da necessidade de organizar o apoio dos estudantes africanos na França.

No plano da luta dos trabalhadores negros, as ações coletivas foram capturadas pelo movimento operário e sindical francês ou foram cooptadas por organizações nacionalistas africanas.

No caso do movimento sindical, de um lado o combate ao racismo e à discriminação, assim como as denúncias da superexploração dos trabalhadores imigrantes, estavam inseridas nas bandeiras de luta dos sindicatos franceses. Igualmente, todas as forças sindicais (CGT, CFDT e *Force Ouvrière* [FO]) tentaram integrar os imigrantes e os negros em suas organizações. Por outro lado, o princípio da união dos trabalhadores ofuscou as pautas de reivindicações mais próprias aos trabalhadores imigrantes (TRIPIER; DE RUDDER; VOURECH, 1995).

americanas, as gerações mais jovens passariam a se identificar a partir de identidade negra (*black*), e não mais etnocultural e geográfica. A esse respeito, ver Bazenguissa-Ganga (2012).

¹³⁹ Entre 1963 e 1964, a França assinou acordos bilaterais com a Mauritânia, o Mali e o Senegal. Em 1966, com a Costa de Marfim, Camarões, a República do Alto Volta (atual Burkina Faso) e a República de Daomé (atual Benin).

Já o PCF seguiu discurso e práticas ambíguas¹⁴⁰. Além de um certo paternalismo com os imigrantes, o antirracismo e a imigração nunca foram bandeiras de luta prioritárias dentro do partido. Para os comunistas, se a nação francesa era aberta aos imigrantes, eles deveriam ser assimilados.

Ao mesmo tempo, o controle dos fluxos migratórios pelos estados favoreceu o desenvolvimento de um associativismo sindical dos imigrantes com base no pertencimento nacional. Por exemplo, a União Geral dos Trabalhadores Senegaleses na França (UGTSF), criada em 1961, dedicou-se ao tema dos alojamentos e das condições de saúde de uma população particularmente frágil, muitas vezes analfabeta e com pouco domínio da língua francesa. Essas associações foram extremamente dependentes dos estados de origem, recebendo muitas vezes subvenções monetárias para garantir seu funcionamento (DIOP, 1990).

Contudo, no momento em que o pacto trabalhista começou a dar sinais de desmoronamento, nos anos 1970, começaram a surgir ações coletivas dos trabalhadores imigrantes externas aos sindicatos de classe ou às associações nacionais.

Esse foi o caso, por exemplo, das greves dos trabalhadores negros africanos por melhores condições de moradia. De acordo com Dedieu e Mbodj-Pouye (2016), o apoio das organizações da esquerda radical, como a organização maoísta Gauche Prolétarienne, à causa das condições de vida dos trabalhadores imigrantes após Maio de 1968 favoreceu o início de greves nos alojamentos dos trabalhadores imigrantes, já no início dos anos 1970. A greve mais longa mobilizou, entre 1975 e 1980, os trabalhadores residentes nos alojamentos (*foyers*) gerenciados pela Sociedade Nacional de Construção de Moradias para os Trabalhadores (SONACOTRA) [*Société nationale de construction de logements pour les travailleurs*], uma empresa estatal francesa criada para administrar o problema da moradia popular dos trabalhadores imigrantes.

No início, os grevistas reivindicavam melhores condições de habitação e condenavam o aumento nos valores dos aluguéis, mas não conseguiram abrir um canal de diálogo com a SONACOTRA. Como apoio de organizações da esquerda trotskista e maoísta, os manifestantes invadiram e ocuparam vários alojamentos. A expulsão do território francês de 18 ativistas envolvidos na ocupação acirrou a greve, que chegou a contar com mais de 30 mil participantes em 1978.

¹⁴⁰ Nas experiências concretas de governo, as administrações municipais do PCF colocaram cotas ao número de famílias de imigrantes que poderiam receber moradia nos conjuntos habitacionais. Do mesmo modo, essa agremiação foi o último partido da esquerda a aderir à campanha para o voto dos imigrantes.

Se por um lado o movimento contou com o suporte de organizações de estudantes africanos e franceses, bem como de associações, como o GISTI¹⁴¹ e a CIMADE¹⁴², criadas para defender os direitos dos imigrantes, além da extrema-esquerda francesa, por outro lado, os sindicatos e os partidos da esquerda tradicional francesa nunca se envolveram ou apoiaram efetivamente a luta dos grevistas. Mesmo quando a SONACOTRA expulsou mais de 500 residentes dos alojamentos, as vozes dos grevistas foram simplesmente silenciadas e invisibilizadas dentro das organizações de representação nacional.

Para sintetizar a história das mobilizações negras francesas, pode-se afirmar que esta foi caracterizada pelo processo de incorporação, ou de assimilação, por parte da sociedade circundante. Caso a caso, as ações coletivas foram canalizadas em movimentos às vezes culturais e intelectuais, às vezes operários ou nacionalistas. Em minha opinião, dificilmente aquelas mobilizações poderiam ser entendidas como uma agenda racial.

Por essa razão, adotando a definição elaborada por Guimarães (2016), considero que as mobilizações negras desde os anos 1920 até a década de 2000 não poderiam ser classificadas como experiências de “formação racial”, capazes de questionar a concepção *colorblind* da nação francesa.

Partindo das interpretações originariamente propostas por Banton (1977) sobre racialização, e por Omi e Winant (1994) sobre formação racial, Guimarães (2016, p. 165) definiu o conceito de “formação racial” como o “processo de construção de uma contraidentidade racial positiva, uma prática política contra-hegemônica de formação de coletivos raciais”.

Portanto, a formação racial seria um processo ativo de autoafirmação racial e de reivindicação política, distinto e em contraposição à racialização, enquanto atribuição da raça pelos outros. Esse segundo conceito se referiria à transformação de:

um conjunto de indivíduos em um *grupo racial* subalterno, ou simplesmente em *raça*, a partir de características físicas hereditárias, reguladas pela reprodução biológica, tomadas arbitrariamente, mas justificadas por uma ideologia relativamente consistente, às vezes em bases consideradas científicas. (GUIMARÃES, 2016, p. 164)

Sugiro aqui que a diferença entre os movimentos associativos negros contemporâneos e os do passado se daria justamente nesse plano. De um lado, ao longo deste capítulo foi visto como na década de 2000 surgiu uma série de experiências de ação coletiva que, em resposta à

¹⁴¹ *Groupe d'information et de soutien des immigrés.*

¹⁴² *Comité inter-mouvements auprès des évacués.*

racialização negativa da população negra, árabe, e “oriunda da imigração”, criou formas de resistência e de ação política em que a raça foi ativada positivamente. Do outro lado, dificilmente seria possível entender as experiências de mobilização negra anteriores aos anos 2000 como representações e ações coletivas contraidentitárias e contra-hegemônicas da população negra, capazes de questionar a concepção dominante da nação francesa. Em momento algum, aquelas mobilizações conseguiram, ou ansiaram, constituir-se como contraponto efetivo a uma imaginação nacional fundada na ideia de uma nação composta por indivíduos e não por grupos. Ao contrário, elas acabaram sendo sucessivamente cooptadas pelo discurso republicano e inseridas na tradição de ações coletivas culturais, nacionalistas e sindicais.

3.5 Continuidades e rupturas no movimento associativo antirracista contemporâneo

Na seção anterior, objetivou-se mostrar as razões pelas quais, à diferença dos ciclos anteriores do movimento negro francês, as mobilizações contemporâneas poderiam ser consideradas “formações raciais”, baseadas na construção de uma identidade racial positiva das populações negra, árabe e imigrante.

Mas por que o surgimento dessas manifestações, em termos raciais, teria se dado justamente no meio da década de 2000? Como seria possível explicar o contexto específico da criação dessas identidades coletivas?

Em primeiro lugar, já foi visto no Capítulo 2 que a crise econômica do fim dos anos 1970 e as mudanças na estrutura econômico-produtiva alteraram as condições de reprodução material, institucional e simbólica da classe trabalhadora. No plano estrutural, o novo momento se traduziu no enfraquecimento do projeto de integração nacional devido à incapacidade do sistema econômico de seguir operando o processo de incorporação dos trabalhadores imigrantes na classe operária. Em sua dimensão institucional, ao longo daquele período veio ocorrendo um forte desgaste na capacidade de representação dos sindicatos e dos partidos políticos de esquerda. No plano simbólico, a crise na capacidade de representação também se associou a uma imensa perda de referência e solidariedade dentro da própria classe trabalhadora (BEAUD; PIALOUX, 1999).

Assim, se de acordo com Abdelmalek Sayad, nos anos 1970, os termos “imigrante” e “operário” seriam sinônimos, por outro lado, o agravamento da crise econômica levou a um progressivo distanciamento entre as representações sindicais e os trabalhadores imigrantes. Nesse sentido, a greve da SONACOTRA mostrou o isolamento desses últimos em relação aos partidos de esquerda e aos sindicatos tradicionais.

Paralelamente a esse fenômeno, a partir dos anos 1980, o partido de extrema-direita, a Frente Nacional (FN), conseguiu aumentar sua base eleitoral¹⁴³, especialmente pelo descontentamento com as questões da imigração e da insegurança¹⁴⁴ experimentado por boa parte da população francesa, independentemente da classe social, da idade ou do lugar de residência (MAYER; PERRINEAU, 1990).

Em um contexto de crescimento da xenofobia e do racismo, a FN conseguiu pautar no debate nacional a associação entre os problemas de “segurança” e “imigração”. Nesse sentido, no imaginário coletivo a figura do imigrante se tornou uma fissura na comunidade nacional e um perigo para os cidadãos em um momento de desestruturação do mercado de trabalho.

3.5.1 As Marchas e os sentidos da construção de uma identidade *Beur*

O início dos anos 1980 representou também um momento de grande fervor associativo nas *banlieues* francesas. De um lado, como foi descrito no Capítulo 2, ocorreram vários protestos urbanos violentos, causados especialmente pela relação conflituosa entre os jovens e as forças policiais. De outro, as periferias francesas experimentaram uma pluralidade de ações coletivas, como concertos de *rock*¹⁴⁵, petições e greves de fome.

O surgimento dessas formas de mobilização, mais radicadas no território e com menor participação de organizações partidárias, seria parcialmente influenciada pelo contexto da crise socioeconômica e do crescimento da FN. Por outro lado, derivaria igualmente da desilusão com o PCF, mas também com a extrema-esquerda como um todo, que igualmente

¹⁴³ Se em 1981 a Frente Nacional (FN) alcançou apenas 0,4% dos votos nas eleições parlamentares (sem nem ter candidato a presidente), na eleição presidencial de 1988 obteve 14% dos votos no primeiro turno (MAYER; PERRINEAU, 1990).

¹⁴⁴ Assim, por exemplo, entre o eleitorado da FN, 75% opinaram que havia um número demasiado de imigrantes na França (contra 35%, da amostra total e 42%, do eleitorado de Chirac) (MAYER; PERRINEAU, 1990).

¹⁴⁵ Em 1981, inspirando-se na experiência inglesa, são organizados nas *cités* e nos bairros populares, mais de 20 concertos gratuitos do *Rock Against Police*. Essas experiências serão depois recuperadas por SOS Racisme. Igualmente, com o apoio de organizações católicas de base são organizados protestos pacíficos e greves da fome. Para uma detalhada análise do “movimento *beur*” nos anos 1980, ver Bouamama (1994).

considerou as reivindicações desses jovens como secundárias. Ademais, o governo do presidente Mitterand, que tinha conseguido grande apoio popular e da juventude nas eleições de 1981, por fim sinalizou que não respeitaria as promessas eleitorais em matéria de imigração (HAJJAT, 2013; BOUAMAMA, 1994).

Entre as iniciativas de mobilização antirracista dos anos 1980, se destaca a organização das três Marchas. A primeira, e mais famosa, a Marcha pela Igualdade e contra o Racismo [*La Marche pour l'Égalité et contre le Racisme*] ocorreu em 1983. É importante ressaltar que até aquele momento o repertório da Marcha não era muito utilizado na França. De acordo com um dos organizadores, em 1981, havia acontecido um conjunto de projeções de uma série televisiva sobre Martin Luther King, em bairros populares de Lion. Inspirando-se no movimento norte-americano dos direitos civis, após os protestos do verão quente dessa cidade, um grupo de jovens decidiu organizar uma marcha até Paris, para tentar sensibilizar a opinião pública francesa sobre a realidade dos “jovens das *banlieues*”.

Se de um lado, os jovens organizadores da Marcha tinham pouca ou nenhuma experiência militante, por outro, seus participantes receberam acolhida positiva por parte dos comitês de apoio nas várias cidades francesas em que passavam, contando com o apoio de associações antirracistas e de defesa dos direitos do homem e de organizações católicas de apoio aos imigrantes.

No dia 15 de outubro de 1983 a Marcha partiu de um conjunto habitacional ao sul de Marselha. Após duas semanas bastante difíceis, o evento conseguiu ganhar participação popular, visibilidade midiática e apoio político, culminado em Paris, em 3 de dezembro de 1983, com mais de 120 mil pessoas, e a recepção de uma delegação pelo presidente Mitterand.

Em clima de festa e esperança pós-Marcha, um de seus participantes disse:

No início dos anos 1980 tivemos a sensação de uma tomada de consciência por parte da sociedade francesa de seu lado árabe. Podíamos pensar que ela seria seguida pela implementação de uma maior justiça social, por um esforço de integrar verdadeiramente as famílias árabes para que pudessem encontrar um lugar na sociedade daqui. (DELORME, 1993, p. 53, tradução nossa).

Porém, se a “geração *Beur*” conseguiu uma visibilidade nunca vista anteriormente na sociedade francesa, ela assumiu também um significado genérico de representação de todos os filhos da imigração e de uma identidade urbana multicultural (BOUAMAMA, 1994).

Muitos autores interpretaram as Marchas como um movimento espontâneo surgido da emergência de uma nova geração de atores sociais: os “filhos da imigração”. Ou seja, nessa interpretação, a “geração *Beur*” teria rompido com as experiências e as tradições militantes anteriores (BACHMANN; LE GUENNEC, 2002; JOBARD, 2009). Porém, não há consenso nesse plano. Outra linha de trabalhos mostrou que os repertórios desses jovens teriam suas raízes na Guerra da Argélia, nas lutas dos trabalhadores imigrantes dos anos 1970, e na militância em organizações de esquerda e extrema-esquerda e associações de educação popular (HAJJAT, 2013; BOUAMAMA, 1994).

Os significados políticos da Marcha foram também múltiplos. Para os jovens dos bairros populares, representou a revolta contra a precarização das condições de vida nas periferias. Para as organizações antirracistas, significou uma barreira contra a FN. E para os partidos de esquerda, indicou um caminho de reconquista de uma base eleitoral (HAJJAT, 2013).

Essas diferentes leituras do movimento acabaram se traduzindo em uma disputa entre duas posições antagônicas sobre os futuros passos do movimento. De um lado, os insatisfeitos com a relegação em um segundo plano das reivindicações dos jovens das classes populares, como os temas da justiça e da relação com a polícia. E, de outro, os defensores de uma ação universalista, de toda a sociedade francesa, contra o racismo e a xenofobia¹⁴⁶.

Em 1985, duas organizações, *SOS Racisme*¹⁴⁷ e *France Plus*, foram criadas no seio da esquerda francesa para tentar contabilizar os ganhos políticos do processo da Marcha. A primeira foi fundada com o apoio de algumas correntes do Partido Socialista (PS) para tentar unificar o movimento da juventude contra a FN nas eleições de 1986. A segunda emergiu como porta-voz de um *lobby* político de origem árabe na esquerda francesa.

Como mostrou Bouamama (1994) em sua reconstrução da história das Marchas, naquele momento os partidos da direita e da esquerda francesa estavam se alinhando em uma posição comum de repressão à imigração ilegal. Paralelamente, o vivo tecido associativo nos bairros populares estaria se institucionalizando através de práticas clientelistas de subvenção.

¹⁴⁶ As tensões entre essas posições ficaram bem visíveis nos “Encontros nacionais dos jovens oriundos da imigração” [*Assises nationales des jeunes issus de l’immigration*], realizados em 1984 em Lion, para pensar os desdobramentos do movimento. Mas também na organização das duas marchas sucessivas: *Convergence 84*, em 1984, e *Divergence 85*, em 1985.

¹⁴⁷ A associação SOS Racisme apareceu pela primeira vez em 1/12/1984 quando a *Convergence 84* chegou a Paris. O lema *Touche pas à mon pote* foi um slogan publicitário de muito sucesso, com a adesão de personalidades do mundo político, artístico e midiático. O movimento também conseguiu diferentes apoios do Governo, especialmente do Ministério da Cultura, que subvencionou o primeiro concerto público deste movimento, no dia 15 de junho de 1984, na Praça da Concorde, em Paris. O evento agrupou mais de 300 mil pessoas, e Harlem Désir, seu representante, foi recebido pelo presidente francês François Mitterrand.

Parte da juventude ativista também iniciaria um processo de profissionalização política, que a levaria a cargos na gestão municipal e ao assalariamento pelas associações locais.

Nesse contexto, a associação *SOS Racisme* se apresentou como líder público e midiático, porta-voz da juventude e do mundo “*Beur*”, na luta contra o antirracismo. De acordo com Bouamama (1994), três razões teriam levado essa organização ao sucesso. A primeira seria associada à necessidade de recuperar o voto da juventude por parte do PS. Em segundo lugar, a associação serviria para desviar as atenções das denúncias de situações concretas de desigualdade e violência levantadas pelo movimento de “jovens das *banlieues*”, para uma genérica condenação moral do racismo e do antissemitismo. E, finalmente, uma terceira motivação diria respeito à necessidade de “trocar as mobilizações turbulentas contra o racismo antiárabe por um movimento genérico de contra o antissemitismo”:

As ações coletivas públicas contra o racismo antiárabe são perigosas. Em um contexto de crises identitária, econômica e social profundas, elas parecem beneficiar eleitoralmente a Frente Nacional. A luta contra o antissemitismo é consensual. A memória do Holocausto permanece muito viva. Ela pode ser usada para construir uma ampla frente de luta contra Le Pen [nota: presidente da FN]. Contudo ao preço de esconder as mortes de árabes franceses e as desigualdades reais. (BOUAMAMA, 1994, p. 120-121, tradução nossa).

Ou seja, nesse caso, a associação *SOS Racisme* poderia ser considerada uma tentativa de fornecer uma resposta à Frente Nacional, utilizando a identidade “*Beur*” como símbolo de integração da sociedade mestiça. Ao choque da cultura e ao princípio do direito à diferença com “preferência nacional”, a esquerda contrapunha a ideia do sucesso do modelo francês de integração.

Em resposta ao antiassimilacionismo da FN, a esquerda francesa reforçou seu discurso integracionista. Contudo essa estratégia da esquerda foi incapaz de responder às demandas surgidas nas *banlieues* ao longo dos anos 1980. As demandas por justiça e por melhorias sociais dos “filhos da imigração” foram tratadas como um problema de coabitação cultural ou de agravamento da “questão urbana”.

Esse distanciamento se agravou ao longo dos anos 1990 pela incapacidade de representação dessa organização. Tanto a pauta de condenação moral do racismo da *SOS Racisme* quanto as associações locais fortemente aparelhadas pelas gestões locais da esquerda perderam a capacidade de mobilizar a juventude marginalizada e empobrecida das periferias. As bandeiras de luta moral contra o racismo e o antissemitismo, mas também de “miscigenação social” e convivência festiva, não conseguiram mais canalizar a cólera dos

jovens das classes populares. Igualmente, as associações locais tinham se burocratizado e perdido a energia inicial que havia fomentado a ação nos anos 1980. É sintomático nesse sentido que, após as revoltas urbanas violentas dos anos 1990, não se originou nenhum grande movimento associativo nos bairros populares. Como vimos, sentimentos de raiva e de injustiça explodiram nos protestos de 2005.

No início da década de 1980 a ação coletiva dos jovens das periferias marginalizadas tinha conseguido chamar a atenção da opinião pública francesa para a existência de uma “segunda geração” de imigrantes. Todavia as energias e a vitalidade do movimento foram paulatinamente desaparecendo no seio de movimentos cada vez mais institucionalizados, burocratizados e controlados pelos partidos políticos de esquerda. Paralelamente, o modelo de integração francesa proposto pela esquerda não conseguia alcançar o almejado sucesso eleitoral. Na via oposta, o período posterior à década de 1990 foi marcado pela combinação entre a mediatização e a consolidação do partido de extrema direita, o aumento do racismo e do antissemitismo e a perda do apoio da “juventude das *banlieues*” ao sistema partidário e institucional tradicional (MAYER; MICHELAT; TIBERJ, 2012).

3.6 Consideração finais

Nos anos 2000, a emergência de associações fundamentadas na ideia de uma ação coletiva alicerçada em uma identidade racial instiga a indagação sobre as causas desta mudança.

Diferentemente das associações anteriores, algumas organizações passaram a adotar abertamente um repertório racial para questionar a invisibilidade das populações negra, árabe e “oriunda da imigração” na sociedade francesa, tanto para demandar uma inclusão dos “Negros da França” na República – como é o caso do CRAN – quanto para colocar em discussão a memória da colonização – como é o caso do movimento *Indigènes de la République* – ou para questionar mais radicalmente as relações sociais de gênero e raça – como é o caso dos novos coletivos de jovens, representados pela Brigada Antinegrofobia e pelo Coletivo Afrofeminista Mwasi.

Na seção anterior foram explorados alguns elementos internos à sociedade francesa que poderiam ajudar a entender essa alteração. Nesse sentido, as mudanças no contexto

socioeconômico e a perda de legitimidade por parte da esquerda política, associativa e sindical entre as classes populares fornecem algumas pistas de análise.

Mas, para além da dimensão nacional, há de se lembrar dos câmbios ocorridos no contexto internacional.

Em primeiro lugar, a Conferência de Durban contra o Racismo, em 2001, chamou a atenção para o controvertido tema das reparações¹⁴⁸. Se as delegações europeias impediram qualquer avanço nesse tema, a Cúpula das Nações Unidas despertou um interesse entre associações de negros, especialmente das Antilhas, sobre a questão da memória da escravidão.

Em segundo lugar, é importante lembrar que a Conferência de Durban testemunhou uma grande polêmica sobre a questão palestina, o que levou à retirada da delegação dos Estados Unidos e de Israel. Tanto a luta dos palestinos como a Guerra do Golfo de 1991 foram episódios fortemente repercutidos entre os jovens de origem árabe na França. Alguns estudos mostraram uma forte identificação dessa juventude com os eventos. O sentimento de indignação causado pela situação das populações árabes em zonas de ocupação militar motivou protestos e mobilizações coletivas. Ao mesmo tempo, os acontecimentos geraram forte empatia entre os jovens, que equipararam as condições de vida de palestinos e iraquianos às próprias experiências de marginalização e de exclusão nas *banlieues*.

Em terceiro, em 1993, a assinatura do Tratado de Maastricht, ato fundador da União Europeia, abriu um período de fortalecimento dos mecanismos de controles supranacionais para todos os países do Bloco. Nesse contexto, a França assistiu a um progressivo enfraquecimento do papel do Estado, que significou inclusive a imposição de uma agenda política de cima para baixo. Ou utilizando os termos de Balibar, a constituição da União Europeia representou uma “transnacionalização” do espaço político dos estados nacionais. No Capítulo 4 analiso mais detalhadamente o caso da recepção das diretivas comunitárias em matéria de discriminação sobre a produção dos dados estatísticos. Alguns estudos mostraram a existência de um certo grau de manobra por parte dos estados em relação aos processos de importação. Dito de outra maneira, os instrumentos e os mecanismos pelos quais o direito nacional de cada país operacionalizou a norma comunitária refletiu a cultura e a história nacionais. Contudo, apesar dessa relativa flexibilidade, a introdução da legislação antidiscriminatória influenciou a emergência de novas agendas políticas e sociais

¹⁴⁸ Na década de 2010, associações como o CRAN também estimularam uma retomada do debate sobre as reparações na França.

Nesse sentido, a incorporação do debate europeu em torno da luta contra a discriminação provocou a realização de estudos e pesquisas sobre o tema dentro da academia francesa. Creio também que a recepção nacional dessa temática sustentou a adoção por parte do CRAN de uma bandeira de luta direcionada ao combate das discriminações e à promoção das “estatísticas étnicas”.

Esse conjunto de fatores nos ajuda a pensar tanto os protestos violentos de 2005 quanto as mobilizações sucessivas. A visibilidade e a repercussão dos protestos, enquanto manifestação espaiada da raiva dos jovens das periferias desfavorecidas francesas, podem ser lidas na ótica da crise de legitimidade da esquerda. A incapacidade do movimento antirracista tradicional em canalizar as frustrações das *banlieues* abriu oportunidades para a emergência de novas bandeiras de luta social e política. A leitura racializada dos protestos oferecida pela imprensa norte-americana e pela britânica intensificou as críticas ao modelo de integração republicano.

Todos esses elementos criaram as condições oportunas para o amadurecimento de novos sujeitos políticos. Os *Indigènes de la République* recuperaram o referencial da luta anticolonial, enquanto o CRAN, a Brigada Antinegrofobia, o Coletivo Afrofeminista Mwasi buscaram na experiência da discriminação da população negra o elemento central da própria identidade.

Assim, em resposta à ideologia nacional francesa e às vezes em contraposição, ainda centrada na ideia de uma nação formada por indivíduos e não por grupos (GUIMARÃES, 2016), esses atores sociais apresentaram um novo referencial pautado na afirmação política e social de sujeitos e ações coletivos de tipo racial negro.

4 A RAÇA E AS ESTATÍSTICAS: UM DEBATE INACABADO

4.1 Introdução

As estatísticas demográficas acompanharam o processo de formação dos estados modernos. Os motivos que levaram à produção desse tipo de informação foram os mais diversos, englobando desde técnicas de controle populacional (crescimento vegetativo, base tributária, questões militares) até políticas públicas de bem-estar social. Por outro lado, quando se pensa na inclusão de categorias étnicas, raciais e religiosas, a problemática ganha uma dimensão ainda mais complexa. Isso porque, para além da dimensão do planejamento demográfico, a inclusão daquelas categorias abrange componentes que interagem com a própria construção da imaginação nacional (ANDERSON, 2008; APPADURAI, 1993; BAGHAT, 2006).

Segundo Morning (2008), na rodada de censos do ano 2000, um montante de 141 países (65% do total) incluíram perguntas sobre o pertencimento etnicorracial, nacional ou religioso em seus questionários censitários. Em 56% dos 87 levantamentos realizados pela autora apareceram questões especificamente reportadas à etnia ou à raça. Quando se leva em consideração o conjunto das três Américas, ainda que historicamente a aparição das estatísticas etnicorraciais esteja mais fortemente vinculada aos Estados Unidos, desde os anos 2000 ocorreu um vigoroso movimento de incremento da produção desse tipo de informação nos países latino-americanos (POPOLO, 2008).

De alguma maneira, o crescimento das estatísticas étnicas esteve relacionado às transformações recentes ocorridas na esfera social. Pensando no cenário latino-americano, foi salientada a relação existente entre o crescimento de movimentos sociais de povos indígenas e de afrodescendentes e o contexto de redemocratização do conjunto de países desta região (HOOKER, 2006). O caso brasileiro¹⁴⁹, em específico, serviu como inspiração para as lutas e

¹⁴⁹ O primeiro recenseamento da população brasileira, realizado no ano de 1872, já perguntava a “côr” (e a condição livre ou escrava) dos residentes no Brasil. Após a retirada do quesito no levantamento censitário de 1970, na época da ditadura militar, a pergunta sobre a cor ou raça da população voltou a ser incluída de forma durável nas estatísticas brasileiras a partir do Censo de 1980 por pressões do movimento negro e de setores da academia. Progressivamente o quesito foi incorporado em todo o sistema nacional, incluindo os registros administrativos. A promulgação da Lei nº 12.288/2010, que instituiu o Estatuto da Igualdade Racial, estimulou a adoção de medidas para tornar obrigatória a introdução da identificação de cor ou raça nos cadastros brasileiros,

demandas de reconhecimento dos movimentos sociais, especialmente do movimento negro, dos outros países do continente. Além disso, funcionou como referência para estatísticos, acadêmicos e funcionários governamentais e de organismos internacionais para desenhar a inclusão de perguntas sobre o pertencimento etnicorracial na rodada censitária de 2010, em todos os países do continente latino-americano.

Quando se estudam países como Canadá, Austrália e as nações da Europa Ocidental, vê-se que o recorte etnicorracial dialoga fortemente com os efeitos das imigrações internacionais e com as dificuldades relacionadas à integração social dessas populações (NOBLES, 2000; TRIBALAT, 1989; POTVIN, 2005; JACOBS; REA, 2005; BOOTH, 1985; WRENCH, 2011; SIMON, 2007).

Conforme foi mencionado no fecho do Capítulo 3, no ano de 2000, no quadro de combate à discriminação¹⁵⁰, a União Europeia (UE) aprovou duas diretivas comunitárias, alcunhadas de “Diretiva RACE”, que tiveram fortes impactos sobre a incorporação da dimensão etnicorracial nos contextos nacionais dos países do Bloco. A Diretiva 2000/43/CE do Conselho da UE, de 29 de junho de 2000, aplicou o princípio da igualdade de tratamento entre as pessoas, sem distinção de origem racial ou étnica e a Diretiva 2000/78/CE, mais uma vez do Conselho da UE, de 27 de novembro de 2000, estabeleceu um quadro geral de igualdade de tratamento no emprego e na atividade profissional¹⁵¹. No conjunto dos países pertencentes à União Europeia, o processo de recepção das normas comunitárias pelos ordenamentos jurídicos nacionais mostrou-se bastante matizado. Um estudo comparativo dos casos britânico, francês e espanhol verificou que os instrumentos propostos para a adaptação nacional da normativa comunitária variaram de acordo com um complexo arranjo entre sistemas culturais locais e influências supranacionais (FRANK; HAMMAN, 2014).

visando a subsidiar a coleta de informações para o monitoramento e a avaliação das políticas públicas em prol da igualdade racial.

¹⁵⁰ Em matéria de luta contra a discriminação, a Diretiva 76/207/CEE, de 9 de fevereiro de 1976, já estabelecia o princípio da igualdade de tratamento entre homens e mulheres no que se refere ao acesso ao emprego, à formação profissional e às condições de trabalho. Conforme apresentado por Frader em um seminário na *Science Po*, em novembro de 2015, a origem do debate poderia ser situada na discussão relativa à introdução de um artigo referente à igualdade de gênero no Tratado de Roma de 1957. Na palestra intitulada “As origens das políticas de igualdade de sexo na comunidade europeia: a igualdade posta em questão” [*Les origines des politiques d’égalité des sexes dans la communauté européenne : l’égalité mise en question*], a historiadora mostrou como, de um lado, a temática esteve no centro da mobilização de correntes feministas de esquerda de vários países europeus. Por outro lado, o debate foi caracterizado pela ambivalência da elite em relação ao papel da mulher na sociedade e pela apreensão das forças políticas com a ingerência da Comunidade Europeia em assuntos relacionados à organização das sociedades nacionais.

¹⁵¹ Como corolário da Diretiva 2000/43/CE, essa medida visa a lutar contra a discriminação por causa de pertencimento religioso, deficiência, idade ou orientação sexual.

De fato, as estatísticas etnicorraciais não costumam ser coletadas nos países da UE. Em 2007, um estudo do Conselho da Europa (CE), dirigido pelo pesquisador francês Patrick Simon – um ativo defensor das estatísticas raciais na França –, identificou que 13 dos 27 sistemas estatísticos oficiais dos países do Bloco coletariam informações sobre a dimensão da “nacionalidade - etnicidade”¹⁵² (SIMON, 2007, p. 36).

Nesse momento é ainda importante salientar algumas diferenças entre as percepções brasileiras e francesas sobre as categorias raciais. No Brasil, a “cor” remete a um conjunto de características físicas (a cor da pele, mas também a textura do cabelo, os traços do nariz e dos lábios etc.) e de atributos culturais (GUIMARÃES, 1999, 2008, 2011).

Já no caso da história europeia, de acordo com Guimarães (2008), o encontro com outros povos – e portanto a autodefinição enquanto brancos de sua população em comparação com negros, amarelos, e vermelhos – se deu a partir de um sistema classificatório baseado em cores. Dessa maneira, o uso nativo da “cor da pele” foi trazido para o centro do sistema de categorização racial europeu, no qual funcionaria como o atributo mais importante, se não o único, para o processo de classificação racial (GUIMARÃES, 2011). Ou seja, o sistema de identificação e hierarquização social operaria a partir de uma transposição de categorias nativas (“cor da pele”) para conceitos analíticos (“raça”).

Tomando Banton (2011) como representante de uma tradição europeia de estudos sociais sobre a raça, percebe-se a resistência em adotar esse tipo de conceito.

A tarefa dos cientistas sociais é explicar como as relações sociais entre pessoas de diferentes características físicas e culturais adquirem um carácter multidimensional e como as diferentes dimensões se relacionam entre si. Respostas a diferenças na aparência física não podem ser explicadas de maneira satisfatória sem considerar respostas a outros tipos de diferença. A cor da pele é uma primeira ordem de abstração. É visível e mensurável. A raça é uma segunda ordem de abstração. Não é nem visível nem mensurável. A menção a diferenças ‘raciais’ pode ter funções positivas no campo político, mas as tentativas de utilizar a raça como uma construção analítica nas explicações sociológicas só torna o problema intelectual mais difícil de ser resolvido. (BANTON, 2011, p. 20, tradução nossa).

Em primeiro lugar, o uso analítico da “raça” é rejeitado por não ser algo “visível ou mensurável”. Conceito polissêmico sujeito a mudanças interpretativas de acordo com a história e a cultura de cada país, a raça poderia ser mobilizada apenas no âmbito político. Pelas mesmas razões é explicável a resistência europeia à utilização de categorias étnicas. Ao

¹⁵² Na maioria dos casos levantados na investigação as perguntas se limitavam à cidadania e ao lugar de nascimento dos habitantes (SIMON, 2007).

remeter a um sistema de valores culturais ligados a comunidades específicas, esses atributos também estariam sujeitos a mudanças e alterações. Em seu lugar, a “cor da pele”, enquanto categoria mais objetiva, seria mais apropriada para explicar as relações sociais.

No caso francês, a controvérsia sobre a pertinência da produção de “estatísticas étnicas”, assim como são usualmente referidas naquele país, articulou-se tanto com o significado da ideologia republicana e com a tradição sociológica neopositivista de Durkheim, quanto com o processo de formação de um campo de estudos sobre as relações raciais na França.

Nesse sentido, ao analisar o debate sobre as “estatísticas étnicas”, o objetivo deste capítulo é observar a forma pela qual o reconhecimento e a legitimidade de uma questão racial na França foram pautados pelos agentes sociais através da discussão acerca dos instrumentos de classificação etnicorracial. Ou dito de outra maneira, após analisar as mudanças ocorridas na década de 2000, neste momento busco verificar o posicionamento dos atores no debate sobre as “estatísticas étnicas”, aqui tomado como campo de disputa e confronto sobre a própria existência de uma questão racial francesa.

Ao longo do presente capítulo são percorridas as etapas mais marcantes da controvérsia sobre a introdução das categorias etnicorraciais nas estatísticas demográficas na França. Procuro mostrar as origens da querela e as mudanças ao longo dos anos 1990-2000. Sugiro que a temática do levantamento estatístico dos “grupos minoritários” foi progressivamente se deslocando da dimensão “étnica” para a “racial”. Nesse sentido, busco entender a forma pela qual o conceito de raça foi agenciado no debate sobre a possível introdução de novos instrumentos classificatórios na sociedade francesa.

Ao analisar os avatares desse debate, vê-se que ele se iniciou com o tema das populações estrangeiras. Daí ele seguiu para o da população imigrante, até chegar às definições etnicorraciais propriamente ditas. Dessa maneira, tento identificar as posições dos principais agentes sociais envolvidos, os momentos seminais da controvérsia, bem como os argumentos utilizados pelos partidários e pelos oponentes das “estatísticas étnicas” na França.

Na próxima seção é apresentado o arcabouço que regula atualmente a produção das estatísticas sociais na França. Posteriormente, é analisado o primeiro momento do debate, na década de 1990, sobre o tema das estatísticas das populações “estrangeira” e “imigrante”. Finalmente, na última parte deste capítulo são apontados os efeitos das mudanças ocorridas nos anos 2000 no debate das “estatísticas étnicas” francesas.

4.2 As “estatísticas étnicas” na França

Na França, a origem etnicorracial, assim como as opiniões políticas, filosóficas e religiosas, a filiação sindical e as informações sobre saúde e sexualidade são consideradas “dados sensíveis”. Por essa razão, sua coleta é limitada e regulada pela “Lei de Informática e Liberdades” [*Loi informatique et libertés*], de 6 de agosto de 2004¹⁵³.

Seu princípio geral proíbe a coleta daquele conjunto de dados, salvo apresentar numerosas derrogações para a realização de estudos e pesquisas¹⁵⁴. A Comissão Nacional de Informática e Liberdades (CNIL) [*Commission Nationale de l'Informatique et des Libertés*] é o órgão encarregado de zelar pelo tratamento correto dos “dados sensíveis” e opinar sobre a possível coleta destas informações para fins de investigação.

O arcabouço jurídico francês deve ser entendido a partir do arranjo nacional daquele país. Como já visto, de acordo com a ideologia republicana francesa, conceitos etnicorraciais não deveriam ser utilizados para nomear ou classificar as relações sociais, já que isto poderia ser entendido como uma prática racista. Da mesma forma, as características etnicorraciais não deveriam ser incorporadas às estatísticas públicas porque poderiam se tornar prejudiciais aos indivíduos. Isso porque a coleta dessas informações poderia conduzir a práticas de controle, discriminação e exclusão. Ou dito de outra maneira, o uso de categorias etnicorraciais provocaria uma racialização da sociedade, que por sua vez fomentaria o racismo. Tal argumento, compartilhado por amplos setores da sociedade francesa, encontrou reforço em alguns episódios xenófobos ocorridos nos últimos anos na França.

Podem ser citados como exemplo o desmantelamento de acampamentos e a expulsão de ciganos romenos e húngaros por parte do governo Sarkozy¹⁵⁵. Igualmente, na imprensa

¹⁵³ Em substituição à lei de 6 de janeiro de 1978, essa norma foi introduzida para adequar a legislação francesa ao direito comunitário e à evolução tecnológica no campo da ciência da informação. Para um tratamento exaustivo do quadro legislativo francês sobre este tema, ver COMEDD (2010).

¹⁵⁴ Entre as derrogações da lei destacam-se: prévio consentimento do interessado, anonimato da fonte, interesse público e a realização de pesquisas por parte de órgãos estatísticos.

¹⁵⁵ Durante a fase agressiva da expulsão de ciganos, quatro associações francesas denunciaram a existência de um cadastro, ilegal e clandestino, sobre a população cigana na França. De acordo com a acusação, o registro seria mantido pelo Escritório Central de Luta contra a Delinquência Itinerante (OCLDI) [*Office central de lutte contre la délinquance itinerante*] da polícia militar francesa [*Gendarmerie nationale*]. A queixa foi originada a partir da localização, na internet, de uma apresentação de um oficial do alto escalão da OCLDI, na qual era mencionada a existência do referido cadastro. Após uma primeira negação, o comandante-geral da polícia reconheceu a existência de um “sistema de classificação”, apelidado de Minorias Estrangeiras Não Sedentárias (MENS) [*Minorités étrangères non sédentarisées*], mas avaliou que não se trataria de um registro ilegal (NOUVELOBS.COM, 13/10/2010; LE MONDE, 07/10/2010).

francesa são recorrentes as notícias sobre casos de expulsão de estudantes (ou de seus familiares) em situação migratória irregular, a partir do uso de registros escolares de crianças e jovens.

Da mesma maneira, ao refutar a inclusão de categorias etnicorraciais nas estatísticas francesas, os críticos a este sistema recordam os efeitos perversos dos registros da população judaica francesa durante a Segunda Guerra Mundial. A instauração de um registro policial dos judeus por parte do Governo de Vichy¹⁵⁶ e a implementação de um conjunto de medidas fortemente restritivas das liberdades individuais são constantemente mobilizadas para lembrar os riscos da produção de dados estatísticos sobre grupos étnicos e seu uso, ao longo da história, por ideologias repressoras e destruidoras.

Da mesma forma, outros exemplos do um uso discriminatório de sistemas de classificação racial pelo Estado francês remontam à história colonial. Apesar das variações regionais e territoriais das categorizações, em geral, a população colonial era classificada em “brancos” e “pessoas de cor”. Esses últimos eram separados em “selvagens”, “mulatos” e “negros”. A condição de “livre” ou “escravo” poderia também ser mencionada, dependendo do registro¹⁵⁷ (RALLU, 1998).

No caso da Argélia, entre 1830 e 1962, a administração colonial realizou 19 recenseamentos da população, composta em sua maioria por habitantes locais, computados e classificados de acordo com o pertencimento étnico¹⁵⁸. Mesmo após o fim da Segunda Guerra

¹⁵⁶ De acordo com Winock (2004), a política antissemita implementada durante a Segunda Guerra Mundial teria sido o resultado da combinação dos princípios do racismo alemão e do antissemitismo francês de setores próximos ao general Pétain. Mas, conforme salientou o autor, as primeiras medidas contra os judeus foram uma iniciativa francesa: em 22 de julho de 1940, o regime Pétain decidiu rever as naturalizações concedidas após a promulgação da lei de 1927, considerada demasiadamente liberal. Nesse processo de revisão, do total de habitantes que perderam a cidadania cerca de 40% eram judeus. Mais de ¼ dos judeus que tinham se naturalizado entre 1927 e 1940 perderam a cidadania durante a guerra (LAGUERRE, apud WINOCK, 2004, p. 218). Sucessivamente, outras medidas do regime de Vichy incluíram a revogação da proibição de expressões racistas e antissemitas na imprensa, a criação de um censo dos judeus nas zonas ocupadas e a obrigação de indicar as “empresas judias”. No mesmo sentido, foram publicadas numerosas leis que limitaram fortemente os direitos civis, políticos e sociais da população judaica: internação em campos de detenção, perda de cargos e funções públicas, interdição das profissões liberais, do sistema bancário e da bolsa de valores, proibição de edição de jornais e livros, e interdição de participação em peças cinematográficas e teatrais. Estima-se que cerca da metade dos judeus franceses perderam suas fontes de remuneração por causa das limitações criadas entre 1940 e 1941. Em 1941, o recenseamento da população judaica passou a incorporar todo o território francês, ao mesmo tempo em que se massificou o processo de expropriação e deportação para os campos de concentração (WINOCK, 2004).

¹⁵⁷ No caso da Ilha de Reunião, a população era dividida inicialmente em “branca” e “escrava”. A categoria “livre” foi introduzida após o aumento da população negra liberta. Após a abolição, passou a se utilizar o mesmo sistema censitário francês, com exceção dos trabalhadores *coolies* (trabalhadores braçais da Ásia), para os quais eram informadas a origem étnica e a condição de trabalho. Em outros territórios coloniais franceses eram encontrados sistemas classificatórios similares. No Oceano Pacífico, distinguia-se os polinésios dos europeus. Na Guiana Francesa, entre 1954 e 1961, eram ainda empregadas as categorias “indígena” e “negro”. Para aprofundar a categorização etnicorracial nas antigas colônias francesas, ver Rallu (1998).

¹⁵⁸ Para uma análise exaustiva das categorias coloniais na Argélia, ver Kateb (1998).

Mundial, nos Censos de 1954 e 1962, quando oficialmente a Argélia era um *département* francês e seus habitantes cidadãos daquele país, o sistema censitário apresentava a categoria “muçulmanos de origem argelina” (*musulmans originaires d’Algérie*)¹⁵⁹. Ou seja, para além do regime político e jurídico em vigor naquele momento, o sistema estatístico francês empregava categorias coloniais explicitamente racializadas (SIMON, 1998). Posteriormente, tal como Pap Ndiaye (2008) apontou para uma paulatina invisibilidade da população negra após a descolonização, igualmente a população nativa dos territórios coloniais foi progressivamente desaparecendo dos recenseamentos demográficos ao longo da segunda metade do século XX.

4.3 Os imigrantes: contar ou não contar?

Até os anos 1990, informações estatísticas sobre a população estrangeira na França eram computadas utilizando os recenseamentos demográficos, algumas pesquisas amostrais de tipo domiciliar como as Pesquisas Gerais Sobre a População [*Enquêtes générales sur la population*] e sondagens realizadas por institutos de opinião. Esses *surveys* não eram desenhados com o objetivo específico de investigar a população estrangeira. Desse modo, as fontes forneciam usualmente apenas dados sobre a nacionalidade e o local de nascimento dos entrevistados, não permitindo, por exemplo, a análise da situação socioeconômica dos filhos de estrangeiros.

Conforme já mencionado anteriormente, nos anos 1980 o tema imigratório adquiriu maior relevância no debate público francês. Em primeiro lugar, porque os novos fluxos migratórios, formados por indivíduos provenientes em sua maioria das ex-colônias do império francês, eram mais visíveis, diferenciando-se da sociedade nacional, por causa de seus fenótipos, hábitos e costumes. Em segundo lugar, a crise econômica do final dos anos 1970 teve efeitos profundos sobre o mercado de trabalho francês. Em resposta ao medo popular relacionado ao aumento do desemprego e à precarização dos postos de trabalho, o governo francês adotou várias medidas restritivas em matéria de imigração. Em terceiro lugar,

¹⁵⁹ Em 1947 a população argelina adquiriu a nacionalidade francesa. Todavia, na classificação estatística as pessoas nascidas na Argélia eram separadas em: “Muçulmanos Originários da Argélia” [*musulmans originaires d’Algérie*], no caso em que tivessem um nome ou sobrenome de origem árabe ou berbere, e “Franceses de nascimento originários da Argélia” [*français de naissance originaires d’Algérie*], se o nome fosse cristão ou judeu (KATEB, 1998).

explorando a piora das condições econômicas dos anos 1980, a Frente Nacional adotou como bandeira pública de luta “o perigo da imigração”, para alavancar seu crescimento eleitoral.

Nesse contexto se desenvolveu o primeiro momento do debate sobre as “estatísticas étnicas” contemporâneas ou a “querela dos demógrafos” [*querelle des démographes*], assim como é lembrada na literatura especializada francesa.

4.3.1 A pesquisa MGIS

No centro do debate havia a realização da pesquisa Mobilidade Geográfica e Inserção Social” (MGIS) [*Mobilité géographique et insertion sociale*]. Gestada desde o fim da década de 1980, essa investigação foi a campo entre julho de 1992 e maio de 1993, sob a direção do Instituto Nacional de Estudos Demográficos (INED) [*Institut national d'études démographiques*] ¹⁶⁰ e do Instituto Nacional de Estatística e dos Estudos Econômicos (INSEE) [*Institut national de la statistique et des études économiques*] ¹⁶¹, contando com o apoio de inúmeras instituições públicas francesas ¹⁶².

A MGIS era uma pesquisa de grande porte sobre as condições de vida da população estrangeira residente na França e de seus filhos ¹⁶³. O estudo tinha por objetivo estudar o

¹⁶⁰ O INED [*Institut national d'études démographiques*], fundado em 1945, é uma instituição científica e tecnológica independente do governo francês voltada para o desenvolvimento de estudos e pesquisas populacionais sobre vários temas demográficos e socioeconômicos (fecundidade, mortalidade, condições de vida), entre as quais se destacam: i) as migrações internacionais e as minorias, os mecanismos de integração e discriminação; e ii) a construção de categorias administrativas para a gestão das populações, as identidades nacionais e locais.

¹⁶¹ O INSEE [*Institut national de la statistique et des études économiques*], criado em 1946, é uma divisão [*direction générale*] do Ministério da Economia e das Finanças [*ministère de l'Économie et des Finances*] francês encarregado de coletar, produzir, analisar e divulgar as informações sobre a economia e a sociedade francesa. O INSEE é encarregado de realizar os levantamentos censitários e outras pesquisas estatísticas regulares sobre o emprego e o trabalho, as condições socioeconômicas, de moradia e de saúde etc.

¹⁶² A pesquisa foi financiada pelo Escritório de Migrações Internacionais (OMI) [*Office des Migrations internationales*] do Ministério do Trabalho [*ministère du Travail*], pelos Fundos de Ação Social (FAS) [*Fonds d'Action sociale*] do Ministério da Cooperação [*Ministère de la Coopération*] e do Ministério de Assuntos Sociais [*Ministère des Affaires sociales*] e pela Secretaria Geral para a Integração [*Secrétariat général à l'Intégration*].

¹⁶³ A amostra aleatória de 17 mil entrevistados foi subdividida em três grupos: imigrantes, filhos de imigrantes e grupo de controle. O primeiro conjunto foi composto por 12 mil pessoas nascidas no exterior e sem nacionalidade francesa. Nesse caso, para tentar cobrir a heterogeneidade dos grupos de imigrantes, e considerando as limitações orçamentárias, foram entrevistadas pessoas entre 20 e 59 anos provenientes da Argélia, Espanha, Marrocos, Portugal e Turquia, e entre 20 e 39 anos originários do sudeste asiático (Camboja, Laos, Vietnam) e da África Subsaariana. A diferença de coortes etárias foi estabelecida com base no tempo de imigração dos vários fluxos. A segunda subamostra foi de 2.700 indivíduos, entre 20 e 29 anos, nascidos na França e tendo pelo menos um genitor nascido na Argélia, na Espanha ou em Portugal. A terceira amostra de

processo de assimilação e as trajetórias desses indivíduos. Em outras palavras, o levantamento visava mensurar o “grau de imigração”, através da análise da duração do fenômeno migratório e das gerações familiares envolvidas no processo (TRIBALAT, 1996).

Ao estudar as condições de moradia, de arranjo familiar, de emprego e de rendimento, a investigação introduziu no mundo das ciências estatísticas francesas perguntas originais sobre a população de origem estrangeira: o ano de entrada na França, a língua materna, o país de nascimento dos pais e a afiliação religiosa (TRIBALAT, 1995).

Conforme já observado, a MGIS surgiu em um momento em que a sociedade francesa passava por importantes mudanças, produzindo uma renovada atenção para a “questão da imigração”. Diante do novo contexto, as análises sobre o bem-estar social e desigualdades socioeconômicas, fundadas unicamente em explicações centradas em torno da classe social, iniciavam a perder o antigo reconhecimento e o poder explicativo. Nesse sentido, a pesquisa MGIS foi concebida para preencher o vazio de informações estatísticas sobre os imigrantes e para permitir novas análises sobre sua integração na sociedade francesa.

Do ponto de vista metodológico, a grande inovação da pesquisa foi a inclusão do conceito de “imigrante”, definido como “aquela pessoa nascida estrangeira, no exterior, e que se mudou para França”. Além disso, o estudo introduziu o conceito de “pessoas de origem estrangeira” para indicar os filhos nascidos na França de pais imigrantes.

Apesar de aparentemente singela, essa alteração metodológica abrigou uma importante alteração em termos estatísticos e também simbólicos. Para muitos, seu significado último era colocar em questão o princípio da própria unidade nacional. Na tradição estatística francesa, costumava-se mensurar unicamente a nacionalidade dos entrevistados. Ou seja, a partir das declarações dos entrevistados, as informações estatísticas eram apresentadas agregadas em dois grandes grupos: franceses e estrangeiros. No caso do primeiro conjunto, ainda poderiam ser fornecidos dados organizados a partir da condição de aquisição da nacionalidade (se por nascimento ou por naturalização)¹⁶⁴.

Ao introduzir a categoria de “imigrante”, enquanto característica permanente e independente do princípio de nacionalidade, a MGIS transgrediu o binômio “francês - estrangeiro” que regulava, até aquele momento, o sistema classificatório nacional em termos

2.600 pessoas entre 20 e 59 anos foi escolhida a partir da amostra-mestra do INSEE para ser representativa da população francesa.

¹⁶⁴ Uma pergunta sobre a nacionalidade do entrevistado foi introduzida pela primeira vez no censo francês em 1851, mais de 60 anos após o primeiro levantamento censitário pós-Revolução. Abandonado em 1856, o quesito voltou a ser introduzido no questionário de 1871. Entre aquele ano e 1946, distinguia-se entre estrangeiro (indicando de qual nacionalidade), francês por nascimento e francês por naturalização (ou assimilação). Nesse último caso, até 1962 não era registrada a nacionalidade anterior (WEIL, 2005).

estatísticos. Em um caso hipotético, um indivíduo que adquirisse a cidadania francesa e passasse do estatuto de “estrangeiro” para o de “francês naturalizado”, assim como definido pelas categorias vigentes nos censos demográficos, para a pesquisa MGIS ainda continuaria a pertencer à população imigrante. Assim, o país de nascimento – e não a nacionalidade – seguiria definindo sua condição de imigrante.

A coordenadora da pesquisa¹⁶⁵, Michèle Tribalat, foi a grande responsável pela mudança no arcabouço conceitual da investigação e pela introdução da categoria “imigrante” (TRIBALAT, 1989, 1991, 1994). Demógrafa do INED, ela se ocupou desde sua entrada na instituição, em 1976, de questões migratórias, quando o tema era ainda tratado como um assunto relacionado aos “trabalhadores imigrantes” (JOURNET, 2010). Ou seja, quando a população imigrante era formada em prevalência por homens sozinhos que retornariam a seus países de origem após o término da vida laboral, sem se fixar no território francês com suas famílias.

No INSEE, por exemplo, até 1990, não era dada nenhuma visibilidade à imigração estrangeira. Foi a pedido do Alto Conselho para a Integração¹⁶⁶ que se criou o núcleo ‘Estatísticas e estudos sobre as populações estrangeiras’. De qualquer forma, esse grupo ficou vazio por mais de um ano no período de preparação da pesquisa, apesar de J. Boudoul, chefe do departamento de demografia, ter investido muitas energias na realização do projeto. (TRIBALAT, 1996, p. 216, tradução nossa).

Para justificar a introdução dos novos instrumentos de categorização, a demógrafa insistiu no fato de que as interações sociais da população francesa com os imigrantes não teriam como alicerce a nacionalidade destes últimos, mas se fundamentariam em percepções e preconceitos a partir de características fenotípicas ou culturais dos recém-chegados.

A percepção sobre os grupos populacionais oriundos do processo migratório depende de fatores altamente subjetivos, entre os quais a aparência física detém um grande peso e leva a exagerar a importância das populações mais visíveis. Os fenômenos de concentração [espacial] operam na mesma direção. A nacionalidade real dos indivíduos interfere pouco [neste processo]. (TRIBALAT, 1996, p. 218, tradução nossa).

Ou seja, de acordo com a autora, as relações sociais seriam influenciadas mais pela aparência dos imigrantes do que por seu suposto pertencimento nacional. Ademais, na opinião

¹⁶⁵ A pesquisa começou a ser preparada por Michèle Tribalat, ainda em 1987. Em 1992, o demógrafo recém-contratado, Patrick Simon, começou a acompanhar o processo de organização da investigação.

¹⁶⁶ O Alto Conselho para a Integração [*Haut conseil à l'intégration*], criado em 1989, é um órgão consultivo que visa assessorar o primeiro-ministro francês em matéria de integração da população de origem estrangeira.

de Tribalat, o conceito de nacionalidade apresentaria dificuldades metodológicas adicionais, por não consentir um estudo metódico das populações provenientes do antigo império colonial (por exemplo, o caso dos argelinos¹⁶⁷) ou das “segundas gerações” (cuja nacionalidade francesa não permitiria traçar sua ascendência imigrante) (TRIBALAT, 1996). Igualmente, de acordo com a demógrafa, as “categorias étnicas” não seriam apropriadas em sistemas classificatórios estatísticos:

O uso de categorias étnicas de tipo anglo-saxãs não pode ajudar a recortar o ângulo de observação. Essas sofrem, a princípio, os mesmos defeitos que o critério da nacionalidade: a reivindicação do pertencimento étnico varia ao longo do tempo e das gerações. Ao manter sob observação aqueles que se identificam com um grupo étnico, corremos o risco de introduzir um viés de observação enorme. Além disso, no contexto francês, dificilmente uma variável baseada na autoclassificação étnica seria exitosa. Em última instância, esse tipo de categoria poderá ser considerada apenas como uma variável secundária, tal qual a nacionalidade. (TRIBALAT, 1996, p. 219, tradução nossa).

No argumento de Tribalat observa-se mais uma vez a lógica subjacente à teorização europeia sobre os sistemas de classificação racial. Assim, para a autora, não seria possível utilizar a categoria “etnia” porque esta, assim como a “nacionalidade”, não seria imutável. Variaria ao longo do tempo de acordo com as experiências culturais. Ao contrário, a categoria “imigrante”, ao ser permanente, identificaria de forma mais correta e regular os fenômenos migratórios. Todos os indivíduos que respondessem a essas duas características: “ter nascido estrangeiro no exterior” e “ter ido se instalar na França”, passariam então a ser incluídos no estudo da imigração no território francês.

Para a demógrafa, assim como para os alinhados com sua perspectiva, a pesquisa MGIS operou tanto uma ruptura metodológica na tradição estatística e demográfica francesa – da “nacionalidade” para a “origem” – quanto no paradigma analítico, ao se deslocar do estudo dos estoques de fluxos migratórios para uma análise das condições de vida dos imigrantes e de suas famílias¹⁶⁸.

¹⁶⁷ No recenseamento de 1954 foram utilizadas as mesmas categorias censitárias de 1947 para a população argelina: “muçulmanos originários de Argélia” e “franceses de nascimento originários de Argélia” (ver nota 159, p. 144). Após a independência, em 1962, outras categorias étnicas passaram a descrever os imigrantes argelinos na França: “repatriados franceses de nascimento”, “franceses muçulmanos tendo escolhido conservar a nacionalidade francesa” e “franceses muçulmanos que se transformaram em argelinos” (KATEB, 1998).

¹⁶⁸ Na MGIS foi investigada a assimilação (uso da língua francesa e da língua materna, práticas religiosas, arranjos matrimoniais e poligamia) e a integração (desempenho escolar e inserção no mercado de trabalho) dos vários grupos de imigrantes, a partir do percurso migratório dos próprios entrevistados e de suas famílias (ano de entrada, tempo de permanência, motivo da viagem, condições de chegada etc.).

Nesse sentido, a produção de informações atualizadas e mais confiáveis sobre a questão migratória seria necessária para a elaboração de estudos e investigações capazes de mostrar um quadro mais realista sobre o fenômeno. Para Tribalat (1996), isso possibilitaria contrastar o uso ambíguo do tema da imigração na imprensa, como, por exemplo, no caso do jornal *Le Figaro Magazine*. A demógrafa referia-se à pesquisa de opinião encomendada pela revista, após a divulgação de uma nota sobre a estabilidade do número de estrangeiros residentes na França entre os levantamentos censitários de 1980 e 1991. Em setembro de 1991, ao serem perguntados: “Segundo as estatísticas oficiais, há hoje na França o mesmo número de imigrantes que 10 anos atrás. É verdadeiro?”, quase metade (49%) dos entrevistados do jornal de tendência conservadora discordaram completamente da informação, 26% discordaram parcialmente e apenas 17% concordaram¹⁶⁹.

Uma terceira ruptura da pesquisa MGIS, desta vez no plano institucional, diz respeito à legitimização institucional. Em um primeiro momento, o apoio do Alto Conselho para a Integração foi crucial para conseguir os recursos financeiros externos necessários para sua execução. Posteriormente, em 1993, ao sugerir a realização de estudos pontuais sobre a “origem dos imigrantes de segunda geração”, a instituição impulsionou o uso do conceito “imigrante” nas ciências estatísticas francesas, legitimando e divulgando as novas categorias criadas na pesquisa MGIS (SIMON, 1998).

4.3.2 A “querela dos demógrafos”

Se de um lado a MGIS contou com apoios institucionais, financeiros e acadêmicos importantes, por outro lado ela estimulou a oposição entre demógrafos franceses sobre as possíveis formas de mensuração da população imigrante nos estudos estatísticos.

A “querela dos demógrafos” [*querelle des démographes*], assim como foi chamada na literatura especializada francesa, contrapôs dois grupos de pesquisadores, de um lado, os perfilados com Michèle Tribalat e a posição do INED. De outro lado, um grupo alinhado ao redor do principal crítico à nova metodologia, o respeitado demógrafo Hervé Le Bras, naquele tempo diretor do laboratório de demografia histórica da EHESS.

¹⁶⁹ Em 8% dos casos o entrevistado informou não ter uma opinião sobre o tema.

Em seu livro *Le démon des origines. Démographie et extrême droite*, lançado em junho de 1998, Le Bras denunciou uma guinada à direita na história recente da demografia francesa, e a possibilidade desta “se tornar um meio de expressão do racismo” (BERNARD; WEILL, 1998). Naquele livro, além de abertas críticas ao INED¹⁷⁰, o autor condenou o apoio que a instituição estaria dando, através da introdução das categorias étnicas elaboradas por Michèle Tribalat, aos planos racistas da Frente Nacional. O uso desses conceitos seria política e moralmente injusto ao estratificar a população francesa a partir de ondas migratórias, diferenciando franceses “verdadeiros” e “falsos”.

Além disso, na opinião de Le Bras, categorias como “imigrante”, “pertencimento étnico” (construída a partir da língua materna falada pelo entrevistado e seus pais) ou “origem étnica” (definida utilizando o lugar de nascimento dos entrevistados e de seus pais) seriam metodologicamente falhas e criticáveis de um ponto de vista antropológico.

Para Le Bras, em resposta a uma entrevista, “a coleta de dados não é uma ameaça nela mesma. O que cria uma ameaça são as categorias utilizadas para classificar os dados” (BERNARD; WEILL, 1998). Nesse sentido, a categoria “*Français de souche*”, utilizada nas publicações de Tribalat para comparar o nível de integração dos descendentes de imigrantes com o dos “franceses nativos” seria especialmente perniciosa. Ao diferenciar as pessoas nascidas na França de pais também nascidos na França, Tribalat estaria lisonjeando o velho fundo étnico da direita, já que de “*Français de souche*” se deslizaria invariavelmente para o tema do “índo-europeu”, tão apreciado pela extrema direita (LE BRAS, 1998).

Quando perguntado sobre quais instrumentos de mensuração poderiam ser considerados aceitáveis, Le Bras respondeu:

Se pensarmos que a proporção de melanina é uma variável discriminante, então por que não a utilizar para estudar as dificuldades de integração em uma situação específica? Mas seria insensato incluir esta variável em um recenseamento nacional. (BERNARD; WEILL, 1998, s.p., tradução nossa).

Novamente encontra-se aqui explicitada a concepção das ciências sociais francesas sobre os instrumentos de classificação etnicorracial. De um lado, a categoria “cor da pele” não

¹⁷⁰ Em sua crítica, Le Bras (1998) traçou um paralelo entre o recrutamento em 1945 por parte do INED de alguns pesquisadores da então extinta Fundação Francesa pelo Estudo dos Problemas Humanos [*Fondation française pour l'étude des problèmes humains*] e a atual presença entre seus funcionários de personalidades ligadas à direita e à extrema-direita francesa. A Fundação Francesa foi uma instituição criada em 1941 pelo Governo Vichy e dirigida pelo médico eugenista, Alexis Carrel. Em resposta às críticas de Le Bras, no verão do mesmo ano de 1998, o INED entrou com uma ação judicial por difamação da administração pública contra o autor e seu editor, Jean Viard, diretor da editora Ed. De l'Aube. A queixa foi retirada na primavera de 1999, quando François Héran se tornou diretor do INED.

seria apta a entrar no sistema identitário nacional, por outro lado, ao apresentar características mais objetivas seria o melhor instrumento de mensuração das desigualdades e das dificuldades de integração da população imigrante.

Em resposta às críticas de Le Bras, em setembro de 1998, Michèle Tribalat lançou um livro com o filósofo Pierre-André Taguieff, *Face au Front national -Arguments pour une contre-offensive*, para justificar o uso de categorias étnicas na luta contra o racismo e a discriminação.

Para os autores, o problema levantado por Le Bras não seria ideológico, mas de vocabulário. Na interpretação da demógrafa e do filósofo, uma leitura excessivamente restritiva da ideologia republicana estaria impedindo a introdução de perguntas sobre a origem das pessoas nas pesquisas estatísticas e demográficas. Por essa razão, o interesse das ciências sociais francesas para os fenômenos da assimilação e da discriminação dos imigrantes seria ainda parco e insuficiente (TAGUIEFF; TRIBALAT, 1998).

O debate entre os dois demógrafos reacendeu-se na edição de maio de 1998 da revista *Population*, em um dossiê dedicado ao tema “A variável étnica como categoria estatística” [*La variable “ethnie” comme catégorie statistique*]. De um lado, Patrick Simon, demógrafo do INED e colega de Michèle Tribalat, de outro, Alain Blum, este alinhado com as posições de Le Bras em termos de crítica à pesquisa da MGIS.

Em seu texto, Simon percorreu a história francesa de classificação dos estrangeiros e dos imigrantes nas estatísticas sociais daquele país. Para o autor, apenas os primeiros seriam visibilizados nos levantamentos demográficos. Dessa maneira, a inclusão da dimensão imigratória operaria uma ruptura fundamental com a tradição nacional francesa ao mensurar e categorizar a etnicidade. Através do estudo da população de origem imigrante [*issue de l'immigration*], os esquemas interpretativos franceses estariam progressivamente reconhecendo a existência da dimensão étnica na realidade social daquele país (SIMON, 1998).

É importante apontar para o fato de que no artigo Patrick Simon estaria defendendo o uso do conceito de etnicidade em uma chave cultural. Naquele momento, o autor ainda não se apoiava em categorias raciais, como a cor da pele, como o faria na década de 2000.

As definições de etnicidade variam muito entre os autores. Contudo todas levam em consideração um conjunto de atributos como o idioma, a religião, as práticas culturais e, às vezes, o território. Esses traços podem aparecer de forma isolada ou em conjunto. Mas, todos são sistematicamente associados à percepção de pertencimento a um grupo, na maioria das vezes com raízes em

uma história comum, real ou imaginada. Em síntese, a dimensão subjetiva parece se impor sobre todos os outros critérios. (SIMON, 1998, p. 543, tradução nossa).

Por sua vez, Alain Blum questionou o uso das categorias étnicas da MGIS por causa dos problemas de rigor e falhas de fundamentação. De acordo com o autor, a introdução dessa metodologia estaria levando a ciência de volta para um determinismo de tipo geográfico e cultural. Assim, ao se tentar criar categorias imutáveis para analisar o processo migratório, tal como “lugar de nascimento” ou “língua materna”, apresentariam-se sérias dificuldades, pois não se levaria em consideração a dimensão transitória e relacional do fenômeno (BLUM, 1998).

Poucos dias após a saída do número de *Population*, em 4 de novembro de 1998, os sindicatos do INSEE¹⁷¹ organizaram o seminário “Estatística sem consciência é apenas ruim” [*Statistique sans conscience n'est que ruine*], para debater o tema com vários especialistas. Em um dia intenso de trabalhos, em que se destacou a presença de Pierre Bourdieu, um público numeroso de acadêmicos, técnicos do governo e representantes da sociedade civil se interrogaram sobre o tema das “estatísticas étnicas” na França. O evento foi a ocasião de uma nova contraposição entre as visões de Le Bras e Tribalat¹⁷². Ao apresentar os dois demógrafos, o pesquisador do INSEE e do INED, François Héran, resumiu o contexto da controvérsia com as seguintes palavras: “À minha esquerda, Hervé Le Bras, à minha esquerda, Michèle Tribalat: duas versões fortes da esquerda republicana se enfrentam. Seria mais fácil se o debate opusesse a direita à esquerda, mas não é o caso” (CGT; CFDT, 1998, s.p., tradução nossa).

Ou seja, ao apresentar os termos do debate, o futuro presidente do INED apontou para o fato de que não se trataria de uma contraposição entre as forças políticas de direita e de esquerda em torno da questão da identidade nacional, mas se trataria de duas percepções alternativas sobre a melhor forma de estudar a questão social francesa e a integração das populações imigrantes.

Contudo, no debate apareceu uma forte recusa por parte dos setores de esquerda e das associações antirracista à introdução da nova metodologia. Assim, o depoimento, ao fim do

¹⁷¹ A Confederação Geral do Trabalho (CGT) [*Confédération générale du travail*] e a Confederação Francesa Democrática do Trabalho (CFDT) [*Confédération française démocratique du travail*].

¹⁷² Esse não foi o primeiro debate público onde se enfrentaram Le Bras e Tribalat. De acordo com o depoimento do Prof. Roland Pfefferkon em um seminário internacional sobre estatísticas étnicas organizado em Cali (Colômbia), em novembro de 2014, a polêmica entre os dois autores já tinha prevalecido, em 1995, em um evento comemorativo dos 50 anos do INED.

seminário, de Alain Weber, advogado, membro da Liga dos Direitos do Homem¹⁷³ (LDH) [*Ligue des droits de l'Homme*] e presidente de uma comissão sobre o tema na própria organização, esclarece as posições desses grupos:

A posição da Liga é clara, direta e simples: não levantamos esta informação, não a coletamos. Os registros que contêm esse tipo de dados são vergonhosos. Para a Liga dos Direitos do Homem, mas não apenas para ela, a identificação de características que poderiam ser exploradas politicamente em detrimento dos próprios indivíduos é uma medida que não pode, em nenhum caso, ser mantida (CGT; CFDT, 1998, s.p., tradução nossa).

Ou seja, uma das mais prestigiosas associações francesas de luta contra o racismo e o antissemitismo foi categórica ao rejeitar qualquer forma de coleta das “estatísticas étnicas”. A objeção da comunidade judaica francesa, e mais em geral do movimento antirracista francês, às tentativas de introduzir categorias raciais na França aparece claramente nessa intervenção. A contestação desses conceitos é explicável a partir da memória das perseguições contra os judeus pelo Régime de Vichy e pelos horrores do Holocausto, sobre a qual se comentou acima. Igualmente, em um contexto de crescimento eleitoral da Frente Nacional, o perigo de uma instrumentalização política dessas categorias não parecia tão improvável às associações de luta contra o racismo e o antissemitismo.

Os sindicatos que organizaram o seminário também se manifestaram contrários às “estatísticas étnicas”. Em dezembro de 1998, um boletim intersindical assinado pelos secretários-gerais das duas confederações do INSEE, a CFDT e a CGT, respectivamente Christine Bonnays e Francis Judas, apontou para outra razão da rejeição das “estatísticas étnicas”. Nesse caso, a mensuração da dimensão etnicorracial foi recusada porque apenas a classe social poderia ser utilizada para medir as desigualdades sociais na França:

O conceito de etnia não se apoia na realidade institucional da sociedade francesa. Ela vem do mundo anglo-saxão, no qual há muito tempo – por causa da vulgarização de abordagens racialistas [das relações sociais] e por causa da segregação sistemática das pessoas de acordo com a cor da pele – um conceito de etnia foi utilizado nas políticas públicas. Na França não há nada parecido, nossa sociedade é moldada por políticas públicas baseadas em conceitos sociais. É por isso que os estatísticos não devem construir uma nomenclatura geral e oficial de etnia que não corresponde a nada. (BONNAYS; JUDAS, 1998, s.p., tradução nossa).

¹⁷³ A associação, fundada ainda em 1898 para defender o capitão Dreyfus, atua na França na luta contra o racismo e o antissemitismo.

A declaração dos dois sindicatos é nítida em indicar a refutação das categorias étnicas, consideradas uma simplista e errônea importação das categorias aplicadas às realidades norte-americana e britânica. Provavelmente preocupados com as fraturas apontadas por Beaud e Pialoux (1999) dentro da classe trabalhadora, a posição dos sindicatos sugere a apreensão com a perda da legitimidade e do poder de representação dessas instituições na vida política francesa.

Voltando à “querela dos demógrafos”, a mesma reapareceu durante a preparação do levantamento censitário de 1999. Naquela ocasião, alguns demógrafos, entre os quais Tribalat e Simon, solicitaram ao INSEE a inserção no questionário censitário de perguntas sobre a nacionalidade dos pais dos entrevistados. Nesse caso, talvez seja razoável afirmar que o INSEE chegou a um compromisso entre os defensores e os opositores às “estatísticas étnicas”. O órgão escolheu não coletar a informação sobre a origem dos pais na pesquisa censitária, inserindo em seu lugar uma pergunta sobre o ano de chegada do imigrante à França.

Em 1999 foi também realizado o Estudo da História Familiar (EHF) [*Étude de l'histoire familiale*], uma pesquisa por amostra dirigida por Michèle Tribalat em todo o território nacional em associação com o levantamento censitário¹⁷⁴. Ao permitir o cruzamento das informações dessa investigação com os dados do censo de 1999, a EHF forneceu pela primeira vez uma estimativa da “população de origem estrangeira” (imigrantes, primeira e segunda gerações nascidas em território francês) e das condições de integração no mercado de trabalho e no sistema escolar da “primeira geração de imigrantes” nascida na França (TRIBALAT, 2004).

Na década de 2000, o número de pesquisas que incorporaram o uso da categoria “imigrante” cresceu de forma exponencial no sistema estatístico francês. Por exemplo, em um levantamento realizado em 2006 para subsidiar o seminário “Estatísticas étnicas” [*Colloque Statistiques Ethniques*], organizado pelo Centro de Análise Estratégica (CAS) [*Centre d'analyse stratégique*], foram computadas mais de dez pesquisas nacionais nas quais era possível investigar as características da população imigrante e da “primeira e segunda gerações”. Ou seja, passada uma década, já nos anos 2000, as ciências sociais francesas, de

¹⁷⁴ Desde o ano de 1954, na época do recenseamento da população, a pesquisa Família [*Famille*] compõe o quadro de referência das informações demográficas francesas (juntamente com o próprio censo e o registro civil). Cada edição do estudo, dedicado à análise da história geracional das famílias, permite cruzamentos com os dados do levantamento censitário, a partir de uma chave de identificação das pessoas, formada pelo nome, a data de nascimento e o sexo. Na edição de 1999 da pesquisa, intitulada Análise da História Familiar [*Étude de l'histoire familiale*], 380 mil indivíduos com mais de 18 anos foram entrevistados para fornecer informações sobre suas origens, seus filhos, enteados, períodos de vida conjugal, trajetória social, transmissão e uso de idiomas e dialetos no ambiente familiar (INSEE, 2004).

fato, pareciam ter incorporado esse conceito e ter reconhecido a necessidade da adoção de novos instrumentos para mensurar e analisar as condições de vida e o nível de integração da população imigrante.

4.4 Da imigração à discriminação racial

Quase 10 anos após o dossiê da revista *Population* sobre as “estatísticas étnicas” e o colóquio organizado pelos sindicatos do INSEE, os parâmetros do debate tinham evoluído para um novo patamar. Dois manifestos, publicados nas páginas de dois entre os principais jornais franceses, *Libération* e *Le Monde*, indicavam o rumo da disputa.

Em 23 de fevereiro de 2007, uma petição intitulada “Compromisso republicano contra as discriminações” [*Engagement républicain contre les discriminations*] foi publicada no jornal *Libération*. A lista inicial de nomes que compunha o abaixo-assinado incluía diversos intelectuais, representantes sindicais e membros de associações antirracistas francesas, entre os quais se destacavam os presidentes das associações antirracistas *SOS racisme*, do Movimento contra o Racismo e para a Amizade entre os povos (MRAP) [*Mouvement contre le racisme et pour l'amitié entre les peuples*] e da Liga Internacional contra o Racismo e o Antissemitismo (LICRA) [*Ligue Internationale Contre le Racisme et l'Antisémitisme*].

Na petição se defendia o não emprego de estatísticas etnicorraciais para combater a discriminação, pois as perguntas sobre etnia, raça ou religião eram consideradas inúteis e perigosas. Inúteis, porque os dados já disponíveis sobre a nacionalidade (ou aquela dos pais) e a análise de nomes e sobrenomes seriam *proxies* suficientes para medir a discriminação de origem. Perigosas porque, ao inventar grupos e divisões inexistentes, forçariam uma classificação única e simplificadora da complexidade das representações sociais. Ademais, “apesar de todos reconhecerem a natureza não científica da ‘raça’, as estatísticas étnicas acabariam defendendo o conceito e seriam um perigo para o desenvolvimento de confrontos comunitários.” (AMADIEU et al., 2008, p. 65, tradução nossa).

De acordo com os signatários do manifesto, as pesquisas existentes para mensurar a discriminação seriam suficientes. Do mesmo modo, quando se quisesse investigar o problema poderiam ser utilizados métodos indiretos de mensuração, como os estudos de auditoria

(*testing*¹⁷⁵) e a análise de nomes¹⁷⁶. Finalmente, o manifesto afirmava que essas medidas fariam sentido apenas em um contexto de políticas de cotas e de ação afirmativa, rejeitadas pelos assinantes porque representariam um grande risco de tipo comunitarista na sociedade francesa.

Pouco tempo depois, em 12 de abril do mesmo ano, um grupo de acadêmicos, formado majoritariamente por sociólogos, replicou os termos do manifesto acima por meio das páginas do jornal *Le Monde*, denunciando o que seria uma tentativa de limitação da liberdade de pesquisa intelectual.

“Estatísticas contra as discriminações” [*Statistiques contre discriminations*], esse era o nome do documento assinado, entre outros, pelos sociólogos Stéphane Beaud, Saïd Bouamama, Nacira Guénif, Didier Fassin e Éric Fassin, o demógrafo Patrick Simon, o historiador Pap Ndiaye e a filósofa Elsa Dorlin. Nesse texto os signatários enfatizavam a relevância desse instrumento de pesquisa no combate às discriminações na sociedade francesa (STATISTIQUES CONTRE DISCRIMINATIONS, 2008). O texto também salientava a importância da adoção de novas ferramentas de análise e criticava as soluções de medição indireta, consideradas arbitrárias e de reduzido alcance explicativo.

Os abaixo-assinados¹⁷⁷ informam as alterações ocorridas na década de 2000 no debate sobre as “estatísticas étnicas” na França. De um lado, o tema continuava representando um assunto polêmico e contencioso na arena pública. De outro lado, contudo, os termos da discussão tinham se alterado em relação aos anos 1990.

Em primeiro lugar, verifica-se que a ideia de construção de algum mecanismo de mensuração das discriminações contra grupos específicos não estava mais em questão. Mesmo os opositores reconheciam a necessidade de instrumentos específicos para medir as características socioeconômicas da população a partir de categorias de tipo etnicorracial.

¹⁷⁵ De acordo com Pager (2006), os estudos de auditoria são experimentos para mensurar a discriminação diretamente em campo. Surgida nos anos 1970, a metodologia foi usada por órgãos governamentais, pesquisadores universitários e associações da sociedade civil para tentar medir a discriminação racial, étnica, de gênero etc. Estudos de auditoria já foram aplicados no mercado imobiliário, de crédito, de compra e venda e no mercado de trabalho. Nesse último caso, o objetivo era avaliar a discriminação na seleção de emprego. As técnicas aplicadas foram essencialmente duas. No teste por correspondência, currículos de indivíduos com os mesmos níveis de escolaridade e experiência profissional, mas de diferente pertencimento racial, são distribuídos entre os empregadores para medir as reações dos contratantes. No segundo caso, nas auditorias em pessoa, aplicando o mesmo princípio dos testes por correspondências, indivíduos realizam entrevistas fictícias de seleção de emprego.

¹⁷⁶ Lembramos nesse caso a pesquisa mencionada na Introdução, realizada por Felouzis (2003), sobre a segregação étnica nas escolas francesas, utilizando como *proxy* do pertencimento etnicorraciais os nomes dos estudantes matriculados nos estabelecimentos de ensino médio na cidade de Bordeaux.

¹⁷⁷ Para acessar a versão completa dos abaixo-assinados, ver a edição especial “*French Color-Blindness in Perspective: The Controversy over Statistiques Ethniques*” da revista *French Politics, Culture & Society*, v. 26, n. 1, Spring 2008.

Nesse sentido, pelo menos três elementos podem ser apontados para explicar essa modificação nos parâmetros da “querela”. O primeiro diz respeito às dificuldades encontradas pelas ciências sociais francesas em fundamentar suas explicações unicamente na classe social. Como tive a oportunidade de salientar no Capítulo 2, a partir da crise socioeconômica no fim dos anos 1970 e da perda de poder de representação dos sindicatos, as interpretações analíticas baseadas unicamente na classe social tiveram de abrir caminho para outras leituras.

Um segundo fator refere-se à recepção da “Diretiva RACE” na França. Já na introdução deste capítulo foi comentado que a União Europeia aprovou, em 2000, duas normas comunitárias voltadas ao combate da discriminação – inclusive de tipo racial. A necessidade de incorporação das diretivas e o longo debate sobre os mecanismos para operacionalizar este processo atraíram mais uma vez a reflexão política e intelectual francesa para este tema.

É também muito importante lembrar que aquelas duas petições foram assinadas em 2007. Ou seja, dois anos após os protestos violentos de 2005 e o surgimento de novos atores sociais, tal como já debatido nos capítulos anteriores deste estudo. O CRAN ou o Movimento dos *Indigènes* pautaram no debate público os temas das identidades raciais e das políticas públicas voltadas para a “diversidade”. E tal posicionamento levou estas organizações a uma defesa das ações afirmativas e da produção das estatísticas raciais.

O quarto elemento de alteração nos termos da polêmica sobre as “estatísticas étnicas” diz respeito às categorias em discussão. Se nos anos 1990 conceitos como língua falada, país de nascimento, origem dos pais, nomes e sobrenomes eram pensados para tentar se definir a categoria “imigrante”, nos anos 2000 mencionava-se abertamente a discriminação de “grupos minoritários”, de “populações de origem” e de “descendentes de imigrantes”, enquanto o tema da assimilação da população estrangeira era progressivamente abandonado.

Ou dito em outras palavras, nos anos 1990 a raça entrou no debate francês através do imigrante: a necessidade de investigar a integração dos recém-chegados e de seus descendentes levou à incorporação do tema racial nas estatísticas. Já nos anos 2000, as categorias de tipo étnico foram progressivamente abandonadas a favor de conceitos mais abertamente raciais. Assim, o vocabulário das ciências estatísticas francesas passou a englobar ativamente categorias como cor da pele, religião e raça.

Por último, é importante ressaltar que entre os principais assinantes da petição contrária às “estatísticas étnicas” encontramos representantes dos sindicatos de categoria e das mais destacadas associações antirracistas ativas na esfera nacional francesa. Nesse sentido,

assim como foi pontuado para a década anterior, também nos anos 2000 esses atores mostravam-se refratários à inclusão de estatísticas etnicorraciais e a políticas de ação afirmativa.

Mas qual seria a origem desses dois manifestos? Em primeiro lugar, as petições foram o resultado direto de uma controvérsia sobre as metodologias experimentais de coleta da variável etnicorracial em três pesquisas que foram a campo, ou estavam em elaboração, no biênio 2006-2007: Medir a diversidade [*Mesure de la diversité*] (INED), Observatório da Discriminação [*Observatoire de la Discrimination*] (CRAN-TNS Sofres) e Trajetórias e Origens [*Trajectoires et Origines*] (INES-INSEE).

Em segundo lugar, os documentos refletiam o crescente interesse, que se desenvolveu nos anos 2000-2003, nas discriminações ao acesso ao mundo do trabalho e para o tema da “diversidade” nas empresas. A seguir, são apontados os principais elementos dos eventos que levaram à assinatura dos dois abaixo-assinados.

4.4.1 Diversidade e discriminação nas empresas

Conforme visto, na primeira parte da década de 2000 a questão das estatísticas etnicorraciais voltou a ocupar um espaço central no debate da opinião pública francesa. Isso ocorreu por meio da confecção de relatórios governamentais, da realização de seminários e encontros e da introdução de perguntas voltadas à mensuração da população imigrante em pesquisas já existentes.

Em primeiro lugar, já mencionei que essa efervescência se originou a partir da recepção pelo sistema jurídico francês de duas normativas da União Europeia sobre discriminação etnicorracial e igualdade de oportunidades no mercado de trabalho. A lei de 16 de novembro de 2001 e a criação da Alta Autoridade contra a Discriminação e para a Igualdade (HALDE¹⁷⁸) foram os dois elementos centrais da recepção francesa do quadro jurídico europeu. A legislação aprovada expandia as categorias protegidas¹⁷⁹ contra a

¹⁷⁸ *Haute Autorité de Lutte contre les Discriminations et pour l'Égalité*. O órgão esteve em função até 2011.

¹⁷⁹ A lei menciona as seguintes categorias na ordem aqui apresentada: origem, sexo, hábitos, orientação sexual, idade, situação familiar, pertencimento ou não pertencimento - verdadeiro ou suposto - a uma etnia, uma nação, uma raça, opiniões políticas, atividades sindicais ou de mútuo socorro, crença religiosa, aparência física, patrônimo, estado de saúde e *handicap*. Para uma análise detalhada da recepção do sistema jurídico francês da “Diretiva RACE”, ver Frank e Hamman (2014).

discriminação e facilitava o processo de queixa por parte das vítimas. Já a HALDE, criada em 2004, tinha como principal objetivo realizar consultas, investigações, propostas de mudanças legislativas e transmitir ocorrências ao procurador da República em matéria de igualdade e discriminação. Em meados dos anos 2000, o organismo foi especialmente ativo na discussão de propostas de medidas antidiscriminatórias e de “estatísticas étnicas”.

Em segundo lugar, não podemos esquecer que a despeito das dificuldades causadas pelo polêmico tema do conflito entre Israel e Palestina¹⁸⁰, a Conferência Mundial Contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e a Intolerância Conexa, ocorrida em Durban em 2001, reforçou a necessidade de adoção de ações para eliminar a discriminação racial e para promover a diversidade. É de se supor que os objetivos pautados na declaração final do encontro também tenham impulsionado o debate sobre as “estatísticas étnicas” e sobre a adoção de políticas de ação afirmativa.

Nesse sentido, nos anos 2000, no âmbito empresarial francês, ganhou espaço a reflexão sobre a possível adoção de medidas a favor da “diversidade” e da luta contra a discriminação. Conforme apresentado por Bereni (2009), a palavra “diversidade” apareceu no debate público francês em 2004, em consequência da publicação de dois relatórios empresariais sobre o tema¹⁸¹. Financiados pelo Instituto Montaigne¹⁸² [*Institut Montaigne*], os dois textos foram assinados, respectivamente, por Yazid Sabeg¹⁸³ e Claude Bébéar¹⁸⁴. No mesmo ano, os dois empresários franceses promoveram o lançamento da Carta para a Diversidade Empresarial [*Charte de la diversité em entreprise*], que – assinada inicialmente por cerca de 30 empresas francesas de capital aberto – pretendia estimular a promoção da não discriminação e da diversidade junto ao mundo empresarial daquele país.

¹⁸⁰ É preciso lembrar que as delegações dos Estados Unidos e de Israel se retiraram da Conferência após as tentativas de comparação do sionismo com o racismo. A França e a representação da UE ameaçaram seguir o mesmo caminho, caso a proposta não fosse retirada.

¹⁸¹ Yazid Sabeg et Laurence Méhaignerie, *Les oubliés de l'égalité des chances*. Paris: Institut Montaigne, 2004. Claude Bébéar, *Des entreprises aux couleurs de la France*. Paris: Institut Montaigne, 2004.

¹⁸² O Instituto é um *think tank* francês fundado em 2000 pelo empresário Claude Bébéar e apoiado por diversas empresas. Dedicar-se à elaboração de estudos e recomendações em várias áreas da política econômica e social francesa.

¹⁸³ Em novembro de 2004, Azouz Begag enviou um relatório sobre o tema da igualdade de oportunidades ao ministro do Interior, defendendo a adoção de “estatísticas étnicas” e de ações afirmativas para jovens de periferias e “originários da imigração visível”. As ações seriam voltadas especialmente aos empregos no setor público, destacando-se os postos nas forças policiais. Entre junho de 2005 e abril de 2007, o empresário e político francês de origem argelina foi Secretário Especial para a Promoção da Igualdade de Oportunidades [*Ministre délégué à la promotion de l'égalité des chances*] durante a presidência de Jacques Chirac.

¹⁸⁴ Em novembro de 2004, o presidente do Instituto Montaigne, Claude Bébéar, enviou o relatório ao primeiro-ministro francês, Jean-Pierre Raffarin, sugerindo a realização de um censo estatístico anual das empresas incluindo um recorte específico para os “grupos minoritários” (BÉBÉAR, 2004).

Finalmente, pode ser lembrada a introdução de novas categorias de tipo etnicorracial nas estatísticas francesas relacionadas ao mundo do trabalho. Por exemplo, em 2003, o INSEE incluiu uma pergunta sobre a nacionalidade do pai e da mãe na pesquisa Formação e Qualificação Profissional (FQP) [*Formation et Qualification Professionnelle*]¹⁸⁵, considerada a principal investigação para medir mobilidade social, seja de tipo intrageracional que intergeracional, no território francês.

É possível perceber que, no início dos anos 2000, tanto por influências internacionais quanto pelo interesse de atores franceses, ao se colocar em pauta a diversidade empresarial e a discriminação nos processos de contratação e acesso ao mundo do trabalho, originou-se um debate público sobre as estáticas raciais em sentindo mais estrito.

4.4.2 A “batalha das estatísticas”

Éric Fassin (2012) chamou de “batalha das estatísticas” a discussão sobre as “estatísticas étnicas” na segunda metade da década de 2000. Assim, de acordo com este autor a “batalha” deveria ser lida como uma retomada da “querela dos demógrafos” da década anterior¹⁸⁶. Porém, na opinião do sociólogo francês, haveria uma diferença importante entre os dois períodos. Na década de 1990 estariam em jogo a imigração e a integração dos imigrantes; já em 2000 estaria no centro da disputa a discriminação de seus descendentes e, logo, a questão racial.

Na metade dos anos 1990, trata-se da imigração; dez anos mais tarde, da questão racial. Para entender esse deslocamento, é necessário lembrar que ‘a invenção francesa da discriminação’ se originou no fim dos anos 1990 (FASSIN, 2002). A retórica republicana tornava impensável até então qualquer lógica minoritária, reduzindo-a ao ‘comunitarismo americano’. Porém, na esteira das controvérsias do Pacs [união estável] e da paridade, emerge no debate público a figura das ‘minorias visíveis’ que desvenda a cegueira republicana à cor. A questão ‘minoritária’ (e não ‘comunitária’) trata de populações minoritárias (mais do que de grupos culturais). Portanto,

¹⁸⁵ Posteriormente, a pergunta foi também incluída em outras pesquisas sobre o mercado de trabalho francês: a Pesquisa Contínua de Emprego (EEC) [*Enquête emploi en continu*] do INSEE e as pesquisas Geração 1998 e Geração 2011 [*Génération 98; Génération 2011*] do Centro de Estudos e Pesquisas sobre as Qualificações (Céreq) [*Centre d'études et de recherches sur les qualifications*].

¹⁸⁶ De acordo com Fassin (2012), esses dois momentos teriam em comum o objeto da disputa (as grandes pesquisas públicas e a atuação do INED e do INSEE), o tom virulento da controvérsia, a incursão do debate científico no espaço público, bem como a continuação da participação de alguns atores (por exemplo, Le Bras, Alain Blum e Patrick Simon).

opera um deslocamento ‘do multiculturalismo para a discriminação’: é preciso repensar a experiência política dos Estados Unidos para ‘pensar a discriminação francesa’. Dessa maneira, esse tipo de nova problematização não se dava ainda na ‘querela dos demógrafos’. Naquele momento, a questão estatística discutia sobre a integração dos imigrantes, e não ainda sobre as discriminações vividas por seus filhos. Foi apenas quando se cruzou 2003 que pudemos falar dos primórdios da controvérsia das ‘estatísticas étnicas’. (FASSIN, 2012, p. 431-432, tradução nossa).

Na opinião do autor, a discussão dos anos 1990 teria sido um proto-debate, ou seja, uma antecipação do aparecimento da questão racial na década seguinte. Mas Fassin introduziu também outro elemento de análise. De acordo com o sociólogo, a reflexão em torno da introdução da união estável e do casamento homoafetivo teria sido a responsável por incorporar na cena pública francesa o tema das “minorias” étnicas. Como visto no Capítulo 2, Éric Fassin iniciou sua carreira acadêmica discutindo essa temática e se engajou publicamente em defesa de uma legislação favorável aos casais de gays e lésbicas. Mas, voltando ao seu argumento, seria a emergência do tema das “minorias visíveis” na imprensa francesa que teria influenciado o deslocamento para o tema da discriminação racial. Igualmente, as discussões norte-americanas sobre as “minorias” teriam favorecido a inclusão das discriminações raciais no debate público francês.

Em minha opinião, ambos os momentos da querela sobre as “estatísticas étnicas” deveriam ser considerados etapas distintas de uma mesma problemática. Procurei evidenciar anteriormente como o tema das relações raciais na França já estava colocado no antagonismo entre Tribalat e Le Bras, a respeito do discurso francês em torno da imigração de populações não europeias. Igualmente, como visto ao longo da tese, a “questão da imigração” já carregaria em si os elementos centrais para a emergência de uma “questão racial”.

Do mesmo modo, haveria um amplo conjunto de fatores que poderiam ser considerados quando se pensa no surgimento do tema das “estatísticas étnicas”. Certamente, a discussão sobre o casamento homoafetivo foi um dos elementos que influenciaram a emergência de uma nova agenda em torno das chamadas “minorias”. Paralelamente, outros aspectos históricos e conjunturais, internos e externos à realidade francesa, teriam direcionado o debate para aquela configuração.

No período entre 2000 e 2003 se diversificaram os atores que participaram da discussão sobre as “estatísticas étnicas”. Do mesmo modo, aumentou o número de pesquisas e cresceu o interesse da mídia e da opinião pública sobre o tema. Por outro lado, naquele momento o vocabulário utilizado referia-se à “origem” dos imigrantes ou de seus descendentes, às “minorias visíveis” e às “populações oriundas da imigração”.

Somente após 2005 o registro da “querela” se alterou, passando a englobar categorias abertamente raciais. Nesse sentido, gostaria de reforçar que, como vimos no Capítulo 1, a cobertura dos protestos violentos de novembro daquele ano realizada pela imprensa norte-americana e pela britânica dedicou amplo espaço à discussão das ações afirmativas e das estatísticas etnicorraciais. Igualmente, desde sua fundação, uma das bandeiras de luta do CRAN, talvez a mais importante, continua sendo justamente a de inclusão das estatísticas raciais com o intuito de medir as discriminações sofridas pela população negra francesa.

Assim, logo após as *émeutes*, os principais jornais franceses foram compelidos a responder aos colegas estrangeiros e passaram a cobrir os temas das discriminações raciais e das estatísticas étnicas. O interesse pelo assunto não se arrefeceu após o fim dos protestos e continuou ocupando as pautas francesas.

Em 2 de junho de 2006, por exemplo, o jornal *Le Figaro* dedicou um dossiê especial de quatro páginas ao assunto: “Origens, religião, sexualidade: o tabu das estatísticas” [*Origines, religion, sexualité : le tabou des statistiques*]. Nele, o jornal se posicionou favoravelmente às medidas, mesmo apresentando vozes de ambos os lados. Em maio do mesmo ano, quando da apresentação da nova lei de imigração, o ministro do Interior, Nicolas Sarkozy, expressou-se a favor da adoção das estatísticas.

Já, em outubro de 2006, no seminário “Estatísticas étnicas” [*Statistiques ethniques*], organizado pelo CAS para discutir o tema, as intervenções favoráveis e contrárias se concentraram na situação dos “imigrantes” e dos jovens de “primeira e segunda gerações”, bem como na temática da diversidade de origem nas empresas¹⁸⁷. Nas palavras de encerramento do evento, Sophie Boissard, diretora do centro de pesquisa, ao retomar uma intervenção de Patrick Lozès, presidente do CRAN, salientou a “questão racial” como um elemento de consenso no encontro:

Este debate não pode, no caso francês, pelo menos, ser reduzido apenas à questão da imigração. De fato, dada a diversidade da população francesa, composta seja por franceses metropolitanos ou provenientes das Antilhas, em sucessivas ondas imigratórias por mais de um século, as populações originárias da imigração recente não são as únicas potencialmente expostas a fenômenos discriminatórios *com base em sua aparência física ou na cor da pele*. O que está em jogo nesse debate é, portanto, de maneira mais geral, a capacidade de nosso sistema político garantir a coesão social, a promoção da

¹⁸⁷ Esses foram apenas alguns dos episódios em que as “estatísticas étnicas” foram discutidas no contexto pós-*émeutes*. Deveríamos lembrar também a promulgação da lei de 31 de março de 2006, em matéria de igualdade de oportunidades, e o lançamento do primeiro relatório detalhado, que utilizou estudos de auditoria, sobre a discriminação no acesso ao emprego: o Barômetro Adia – Observatório das Discriminações [*Barometre Adia-Observatoire des discriminations*].

igualdade de oportunidades e a luta eficaz contra as discriminações, quaisquer que sejam as vítimas. (CENTRE D'ANALYSE STRATÉGIQUE, 2006, p. 63, grifo nosso, tradução nossa).

De um lado, a intervenção da diretora reforçou a importância dada pelas ciências sociais francesas à cor da pele como principal categoria analítica. De outro lado, evidenciou o deslocamento progressivo, ao longo dos anos 2000, para o uso de conceitos como “negro”, “aparência física” e “cor da pele”. Nesse sentido, a análise de três pesquisas estatísticas realizadas entre 2006 e 2008 nos ajuda a aprofundar essa discussão.

4.4.3 Negro, cor da pele e origem

A pesquisa Medir a Diversidade [*Mesure de la diversité*] do INED, realizada entre novembro de 2005 e março de 2006, sob a direção de Patrick Simon, teve como objetivo investigar a aceitação, por parte da população francesa, de diferentes categorias para definir a “diversidade de origem étnica” da população. Um conjunto de 1.327 trabalhadores e estudantes foi chamado para se manifestar sobre três diferentes metodologias de captação da origem e sobre seu possível uso em cadastros administrativos, pesquisas por amostragem e censitárias.

O primeiro sistema de classificação investigava a nacionalidade do entrevistado e o país de nascimento dos pais e dos avós. A segunda metodologia testava categorizações de acordo com a “origem”: “Você se diria de origem...” [*Vous diriez que vous êtes d'origine...*]. Nesse caso havia duas tipologias de escolha: a) no primeiro caso, a classificação se dava de acordo com as áreas geográficas (africano, antilhano, asiático, europeu, francês etc.), e b) no outro, era disponibilizado um elenco de nacionalidades (francês, argelino, português, senegalês, turco etc.). A terceira forma de classificação era de tipo etnicorracial e perguntava: “O senhor se considera... branco, preto, árabe ou berbere, asiático ou do subcontinente indiano?” [*Vous considérez-vous comme... blanc, noir, arabe ou berbère, asiatique, du Souscontinent indien?*].

Igualmente, nessa pesquisa experimental estiveram presentes, pela primeira vez, o termo “negro”, as “características fenotípicas” e a “cor da pele”. Contudo, é necessário ressaltar que no *survey* a população entrevistada não foi chamada a se classificar segundo

essas categorias, mas apenas a oferecer a própria opinião sobre esses sistemas classificatórios¹⁸⁸.

Outra investigação foi encomendada, em janeiro de 2007, pelo CRAN ao instituto de pesquisa *TNS Sofres*: o Barômetro das Discriminações. Como já apontado no Capítulo 3, o objetivo da associação foi desenvolver uma pesquisa por amostragem para mensurar a percepção da discriminação por parte da população autodeclarada negra ou mestiça (ou seja, de descendentes de pais e/ou avós negros).

No Barômetro foram selecionados os entrevistados que se autotransclassificaram como pertencentes a uma minoria visível, ou seja, a um grupo de indivíduos discriminados por causa da cor da pele. A pergunta de autoidentificação foi formulada da seguinte maneira:

Fala-se às vezes, na França, de “minorias visíveis” para designar especialmente as pessoas que não têm a pele branca. Em geral, qualificam-se como “minorias visíveis”: os negros, os árabes - berberes, os asiáticos, os indo-paquistaneses e os mestiços. Pessoalmente, você se considera como fazendo parte de uma dessas minorias visíveis? Se sim, de qual?¹⁸⁹

Os entrevistados que se encaixavam no critério de identificação acima eram questionados sobre suas percepções sobre o tema da discriminação¹⁹⁰. No total de entrevistados, 581 pessoas (301 na França metropolitana e 280 nos territórios das antigas colônias) se autotransclassificaram como negros. De acordo com a pesquisa, considerando os respectivos pesos na população total, 9,5% dos residentes na França declararam pertencer a uma minoria visível (3,2% negros, 3,2% árabes, 1,4% mestiços, 0,5% asiáticos, 0,2% indo-paquistaneses, 1% outros). O somatório de autodeclarados negros e mestiços com familiares negros totalizou cerca de 1,9 milhão de habitantes, ou seja, 3,8% da população francesa acima de 18 anos (TNS SOFRES; CRAN, 2007; NDIAYE, 2008)¹⁹¹.

¹⁸⁸ No caso, a classificação etnicorracial foi a mais fortemente rejeitada pelos entrevistados, especialmente entre os árabes e berberes, para os quais a taxa de recusa foi de quase 50%.

¹⁸⁹ As categorias de resposta foram: negros; árabes; asiáticos, indo-paquistaneses, mestiços, nenhuma; outra minoria visível e não responde (não sendo lidas as duas últimas opções). No caso em que a resposta fosse “mestiço”, perguntava-se a qual dos grupos acima pertenciam os pais ou avós do respondente.

¹⁹⁰ A pesquisa entrevistou, entre 3 e 23 de janeiro de 2007, por telefone, 13 mil pessoas com 18 anos ou mais, residentes no território francês (12.500 no França continental ou metropolitana, assim como é por eles chamada, e 500 nos territórios ultramarinos – Guiana, Martinica, Guadalupe e Ilha da Reunião). Aos entrevistados que se autodeclaravam negros na pergunta-filtro inicial era aplicado um questionário contendo perguntas sobre o perfil socioeconômico e a percepção da discriminação.

¹⁹¹ Em comparação com a média nacional, a população negra apresentava-se um pouco mais masculinizada e mais jovem. Os desempregados, os ocupados no setor de serviços e os operários encontravam-se sobrerrepresentados enquanto os profissionais liberais e os dirigentes eram subrepresentados. Do total da população negra, 81% eram franceses e 19% estrangeiros. E 56% do total declarou ter sido vítima (muitas vezes, ocasionalmente ou raramente) de discriminação racial, sendo os espaços públicos (62%) o principal local de ocorrência de episódios de discriminação, seguidos pelo lugar de trabalho (42%) e o bairro de moradia (17%).

Quando da sua divulgação, a pesquisa teve um impacto relevante na sociedade francesa; afinal, era a primeira investigação estatística a retratar as condições de vida dos negros da França. Entretanto, em pouco tempo seu ineditismo também gerou fortes reações contrárias.

Destino similar experimentaria a investigação Trajetória e Origens (TeO) [*Trajectoires et Origines*], que estava sendo preparada em 2007 pelo INED e pelo INSEE. O levantamento, coordenado por Patrick Simon, era voltado à análise das questões da imigração, da integração e da discriminação e visava testar várias metodologias de identificação¹⁹².

Algumas das perguntas sobre cor da pele, religião e origem, que o *survey* pretendia testar, foram o centro de um acerbado debate¹⁹³. Em maio de 2007, no âmbito da preparação do trabalho de campo, a pesquisa foi apresentada ao Conselho Nacional de Informação Estatística (CNIS) [*Conseil national de l'information statistique*] para obter a autorização necessária para sua execução. O órgão não chegou a uma conclusão e demandou uma consulta específica sobre os “dados sensíveis”. Em outubro de 2007, cerca de 50 representantes dos sindicatos, das associações antirracistas, da HALDE, da CNIL, pesquisadores etc. se reuniram para analisar o questionário¹⁹⁴. Como resultado da sessão, a pergunta sobre a cor da pele e as opções de respostas fechadas baseadas em critérios raciais foram retiradas do questionário. Já uma pergunta sobre filiação religiosa foi mantida, passando a representar uma das raríssimas informações em pesquisas por amostragem sobre o tema.

Mas por que essa decisão? Certamente, a oposição de sindicatos e associações antirracista, tradicionalmente contrários a esse tipo de investigação, pesou de forma desfavorável. Por outro lado, o desfecho adverso a Patrick Simon e aos outros partidários da TeO foi influenciado pelo contexto político no qual a decisão foi tomada.

A revisão coincidiu com o debate político sobre a coleta de dados raciais e a polêmica em torno da nova lei de imigração: a Lei Hortefeux. No quadro de uma proposta fortemente restritiva em matéria de imigração, foram apresentadas separadamente duas emendas: a primeira propunha o recurso à análise do DNA como prova para decisões em matéria de

Sobre a percepção da evolução das discriminações contra a população negra na França, 37% responderam que se agravaram, 17% que se reduziram e 40% que se mantiveram iguais (TNS SOFRES; CRAN, 2007; NDIAYE, 2008).

¹⁹² A pesquisa foi realizada entre 2008 e 2009 e entrevistou 22 mil pessoas.

¹⁹³ Entre elas se destacam: “Na sua opinião, qual seria sua cor da pele?” [*De quelle couleur de peau vous diriez vous?*] e “Pensando em sua história familiar, na sua opinião, quais seriam suas origens?” [*En pensant à votre histoire familiale, de quelle(s) origine(s) vous diriez-vous ?*].

¹⁹⁴ A sessão tinha sido precedida por um intenso debate nos jornais franceses e por uma petição lançada pela associação *SOS Racisme* contra o uso de um referencial etnicorracial.

reunião familiar, e a segunda emenda previa a introdução de um sistema oficial da coleta de dados etnicorraciais nas estatísticas francesas.

As propostas, de autores distintos e não diretamente relacionadas entre si, acabaram sendo associadas e rejeitadas veementemente. A associação *SOS Racisme* e os jornais *Charlie Hebdo* e *Libération* lideraram uma mobilização na opinião pública contrária às alterações no texto legislativo, argumentando que ambas as emendas seriam uma tentativa de regresso a políticas racistas fortemente influenciadas pelo racismo científico. A maior parte das associações e dos organismos de luta contra o racismo e a discriminação (com exceção do CRAN) aderiu a essa campanha.

Em novembro a Corte Constitucional se manifestou, proibindo a criação de um sistema de classificação etnicorracial oficial. Em sua decisão reafirmou que a realização de pesquisas sobre a “origem” ou a “cor da pele” seria inconstitucional, porque a origem étnica e a raça não estariam entre as categorias “legítimas” para descrever a sociedade francesa. A decisão da mais alta esfera da justiça francesa encerrou, pelo menos temporariamente, as tentativas pioneiras de introdução de autoclassificações de tipo etnicorracial na França.

4.4.4 COMEDD versus CARSED

O último capítulo da saga das “estatísticas étnicas” na década 2000 foi protagonizado diretamente por dois comitês de avaliação das políticas de igualdade e diversidade. Sob a égide do comissário para a Diversidade e a Igualdade de Oportunidades [*commissaire à la Diversité et à l'Égalité des chances*], Yazid Sabeg, no dia 23 de março de 2009 instalou-se em Paris a Comissão para a Mensuração e a Avaliação da Diversidade e da Discriminação (COMEDD) [*Comité pour la mesure de la diversité et l'évaluation des discriminations*].

Presidida por François Héran, diretor do INED, a comissão¹⁹⁵ tinha como mandato identificar as “ferramentas estatísticas, objetivas e incontestáveis, para mensurar a diversidade, sem privilegiar uma leitura étnica da sociedade, em um espírito de diálogo, com o apoio das comunidades científica e estatística” (COMEDD, 2010, p. 3, tradução nossa). Tal formulação tinha sido avançada pelo presidente Sarkozy em dezembro do ano anterior.

¹⁹⁵ A COMEDD funcionou nas dependências do CAS e foi composta por 25 membros, entre representantes associativos, professores universitários, sindicalistas, membros de órgãos consultivos etc.

Alguns intelectuais críticos às “estatísticas étnicas” julgaram os membros da COMEDD demasiadamente partidários e pouco representativos da diversidade de áreas interessadas no assunto, não havendo nenhum antropólogo, historiador ou filósofo entre seus integrantes. Ao avaliar de antemão aquela comissão como um exemplo de “gesticulação cosmética cujo único efeito parece ser a racialização da França” (CARSED, 2009, p. 9, tradução nossa), logo a seguir, em abril de 2009, foi proposto um “comitê-sombra”: a Comissão Alternativa de Reflexão sobre as “Estatísticas Étnicas” e as Discriminações (CARSED) [*Commission alternative de réflexion sur les “statistiques ethniques” et les discriminations*]¹⁹⁶.

Em outubro, antes mesmo de uma manifestação da COMEDD, a comissão-sombra transmitiu sua réplica. A obra coletiva *Le Retour de la race - Contre les “statistiques ethniques”* (2009) se posicionou de forma contrária: a) à introdução de uma “questão racial” na esfera política e acadêmica; b) à discussão em torno do tema da diversidade; c) à adoção de perguntas sobre o “sentimento de pertencimento” étnico; e d) ao uso de categorias de tipo racial nas estatísticas francesas. Na opinião da CARSED, para realizar pesquisas sobre a discriminação na sociedade francesa os instrumentos mais apropriados seriam os estudos de auditoria (*testing*), os estudos etnográficos, o currículo anônimo e o recurso às pesquisas por amostragem já existentes.

Em fevereiro de 2010, a COMEDD, por sua vez, ofereceu seu relatório¹⁹⁷: *Inégalités et discriminations: Pour un usage critique et responsable de l’outil statistique*.

O documento apresentou um longo apanhado sobre o arcabouço jurídico que regulamentava o tema e sobre os instrumentos de mensuração já utilizados na França para medir a discriminação. Em tom conciliatório, a COMEDD analisou os pontos favoráveis e contrários a cada ferramenta:

Sessão após sessão, a comissão se convenceu de que ninguém poderia decidir de forma autoritária, unilateralmente, uma questão tão sensível como aquela das estatísticas sobre a discriminação de origem. Assim, a solução não está nem no *todo étnico* nem na *etnicidade zero*. A questão é definir, caso a caso, as metas, as circunstâncias e as garantias das quais dependem a utilidade e a legitimidade dos dados estatísticos (COMEDD, 2010, p. 4, grifo nosso, tradução nossa).

¹⁹⁶ Entre seus integrantes destacam-se especialmente professores universitários franceses, velhos e novos conhecidos do debate em questão. Para citar apenas alguns: Jean-Loup Amselle, Alain Blum, Hervé Le Bras.

¹⁹⁷ Os relatores foram Patrick Simon e Anne Debet, professora de direito da *Université Paris XII*.

Provavelmente em busca de consenso e talvez de um compromisso, as 43 recomendações do relatório repousaram na reflexão já consolidada sobre discriminação e diversidade, mas também sobre o quadro legislativo em vigor. As mesmas podem ser sintetizadas através das palavras de um de seus membros, o sociólogo Michel Wieviorka, que em um seminário internacional¹⁹⁸ afirmou a existência de um “acordo republicano” sobre o tema das “estatísticas étnicas”.

Esse consenso estaria fundado em três compromissos. Em primeiro lugar, a inaplicabilidade das categorias etnicorraciais no recenseamento demográfico, que poderia conter apenas perguntas sobre a nacionalidade do entrevistado e de seus pais. Em segundo lugar, o INED e o INSEE deveriam realizar pesquisas por amostragem quinquenais sobre a discriminação e as desigualdades. Finalmente, seria aceitável o uso limitado por parte de organismos privados e de atores sociais de instrumentos para coletar a “origem” dos indivíduos, com a finalidade de entender problemas específicos, desde que a legislação sobre os “dados sensíveis” fosse respeitada.

De alguma forma, parece que após a campanha das comissões realmente chegou-se a um acordo entre os atores. Entre 2010 e 2015 é difícil encontrar nas páginas dos jornais, mas também nos programas dos encontros ou nas revistas acadêmicas, menção a esse debate. Ocasionalmente, editoriais e matérias de jornais relançaram o tema, mas sem despertar renovado interesse na opinião pública ou na classe política. Não encontrei nenhum registro naquele período de grandes inquéritos visando introduzir instrumentos experimentais ou novas formas de captação da “origem”.

O consenso aclamado por Wieviorka parece realmente ter sido alcançado. Isso, pelo menos, até o atentado à redação da revista satírica *Charlie Hebdo*, em 7 de janeiro de 2015. No dia 20 do mesmo mês, o primeiro-ministro Manuel Valls se pronunciou publicamente a favor da adoção das “estatísticas étnicas”, afirmando que na França existiria um “*apartheid* territorial, social e étnico” e um sistema de “discriminações cotidianas, porque não temos uma boa cor de pele” (FAURE; VÉCRIN, 2015, s.p.). No pronunciamento do presidente François Hollande, no começo de fevereiro, havia uma expectativa de que, entre as medidas do pacote antiterrorismo, seria inserida alguma ação voltada a uma nova discussão do tema estatístico. Contudo, o presidente se distanciou abertamente da ideia das “estatísticas étnicas” e de “*apartheid*”, falando em “separação e sentimento de segregação que insultam a República”. Na opinião de Hollande essa temática seria um reflexo do “gosto francês por debates que não

¹⁹⁸ Conferência magistral na *Terceira Conferencia Etnicidad, Raza y Pueblos Indígenas en América Latina y el Caribe* (ERIP-LASA). Oaxaca (México), em novembro de 2013.

serviriam para nada”, enquanto problemas sérios, como o desemprego e a defasagem escolar, assolariam a população (BAUMARD, 2015).

4.5 Considerações finais

O objetivo deste capítulo foi analisar o debate sobre as “estatísticas étnicas”, assim como se desenvolveu na opinião pública francesa nos últimos 20 anos, buscando entender o papel dos agentes sociais para uma legitimização da “questão racial”.

Nos anos 1990, a partir da “querela dos demógrafos” emergiu o tema das relações raciais, ainda que de forma velada e incipiente, através da polêmica gerada por pesquisas e investigações mais detidamente interessadas na imigração e na assimilação desta população na sociedade francesa. Não sem restrições, consolidou-se no repertório de análise da realidade social francesa a categoria híbrida do “imigrante”, ou seja, de pessoa nascida estrangeira, no exterior, e residente no território nacional.

Ou seja, no caso francês, o aumento dos fluxos migratórios provenientes das ex-colônias e de outros países não europeus estimulou uma reflexão em torno da identidade racial nacional. O livro *Le creuset français*, do historiador Gérard Noiriel (1988), de forma otimista, previa a integração dos novos contingentes de forma análoga ao ocorrido com os imigrantes do início do século XIX. Segundo o autor, a despeito de uma suposta não admissibilidade e de manifestações expressas de xenofobia, italianos, poloneses, judeus e armênios teriam conseguido ser assimilados na comunidade nacional francesa.

Contudo, nos anos 1990, a integração das populações árabes e africanas parecia mais difícil. Conforme já foi discutido, a crise socioeconômica havia provocado uma ruptura no processo de integração dos imigrantes na classe operária. Além disto, os partidos de esquerda e os sindicatos não conseguiam mais incorporar plenamente as demandas dos trabalhadores imigrantes em suas pautas de reivindicações. Para tornar o cenário ainda mais turbulento, a Frente Nacional inflava o “problema da imigração” na imprensa, por meio de teses xenófobas como o “choque de civilizações” ou “a preferência nacional”.

Foi nesse contexto que surgiram novas pesquisas sociodemográficas voltadas à análise da assimilação dos imigrantes e das novas gerações de franceses, descendentes de estrangeiros radicados no país. Tais investigações encontraram reiterada resistência na

esquerda republicana, nos sindicatos de categoria e nas principais associações antirracistas nacionais.

De um lado, o movimento sindical demonstrou-se preocupado com a possível divisão da classe trabalhadora e com o enfraquecimento da luta de classe. As greves dos trabalhadores imigrantes nos anos 1970 e o surgimento do movimento de luta dos trabalhadores *sans papier* nos anos 1980 já preanunciavam possíveis ameaças à unidade do movimento.

Por outro lado, a esquerda republicana possivelmente vislumbrava nas “estatísticas étnicas” uma importação do americanismo, contrária à tradição francesa, bem como um perigo para a unidade da República. Dessa maneira, a modificação do sistema estatístico francês poderia ser lido como uma tentativa de comunitarismo e sectarismo. Por essas razões, tanto os políticos republicanos quanto os movimentos antirracista e de luta contra o antisemitismo, por receio de uma possível etnicização da sociedade francesa, abraçaram aquela posição contrária.

Finalmente, observamos que nos anos 1990 o debate era quase inteiramente fechado à esfera acadêmica/intelectual, envolvendo em sua maioria demógrafos, mas também, antropólogos, estatísticos e pesquisadores de instituições públicas francesas. O aparecimento da controvérsia nas páginas dos principais jornais franceses e no debate político nacional era ainda diminuto, ficando mais concentrado em livros, estudos e artigos de revistas especializadas.

Passada uma década, já no decênio de 2000, as ciências sociais francesas, de fato, pareciam reconhecer a necessidade de analisar as condições de vida e o nível de integração da população imigrante. Esse crescente interesse foi estimulado pela importação do tema da promoção da diversidade nas empresas e da luta contra a discriminação – especialmente no mercado de trabalho – no debate nacional. A recepção pelo sistema jurídico francês da “Diretiva RACE” estimulou a realização de numerosas iniciativas voltadas à discussão das ferramentas estatísticas, da promoção da igualdade e da diversidade no trabalho. Tanto em conferências e debates, como através de consultas legislativas e comissões de técnicos, estes temas foram pautados no debate público da França.

Os protestos violentos de 2005 tiveram também um papel central para entendermos o novo contexto. De um lado, os observadores internacionais questionaram as falhas do modelo de integração nacional e apresentaram as revoltas como um sintoma dos conflitos existentes entre os grupos sociais e raciais franceses. Por outro lado, após os eventos, surgiram novos atores coletivos organizados em torno das identidades racializada. Ao defender o

reconhecimento dos “Negros” franceses, o CRAN estimulou a introdução de novas categorias de análise (“cor da pele”, “raça”, “negro”) nas estatísticas francesas. Essa proposta foi também patrocinada por parte da comunidade intelectual/acadêmica e por funcionários do Estado. Paralelamente, perguntas mais subjetivas sobre a “origem” e o “sentimento de pertencimento” foram também inseridas em questionários experimentais.

Se por um lado a maioria da esquerda republicana, dos sindicatos e das associações antirracistas reconheceu a necessidade de se mensurar a dimensão etnicorracial, por outro lado rejeitou as novas categorias propostas. Em compensação, aquelas categorias criticadas nos anos 1990, como a “nacionalidade dos pais” e a “língua materna”, passaram a ser amplamente aceitas e adotadas nas principais pesquisas do sistema estatístico francês.

Ou seja, no fim da década de 2000, parece ter se chegado a um acordo nacional sobre o tema das “estatísticas étnicas”. Dessa maneira, termos com conotações explicitamente raciais não foram adotados, ao passo que foi aceito o uso de categorias nativas (como “oriundo da imigração”) ou de instrumentos de medida indireta (como os estudos de auditagem e a análise de nomes).

CONCLUSÃO

Nos anos 2000 consolidou-se na França uma questão racial entendida como um processo de formulação e de reconhecimento público do tema na agenda social contemporânea daquele país.

Novas formas de ação e mobilização coletiva se organizaram em torno de identidades raciais enquanto na academia se estabeleceu um campo de estudos sobre as relações raciais francesas. Nesse sentido, a década de 2000 foi um momento de ruptura com a tradição das ciências sociais e do movimento antirracista, até então marcada pela estrita adesão ao discurso republicano e universalista.

A queda dos regimes nazifascistas após o fim da Segunda Guerra Mundial havia conduzido a uma invalidação do racismo científico e das teorias racialistas de inferiorização de judeus, negros e asiáticos. Nesse contexto, ao adotar os princípios da Primeira Declaração sobre Raça da UNESCO, promulgada em 1950, as ciências sociais europeias aboliram o recurso ao conceito de raça, retirando-lhe qualquer validade explicativa. Em seu lugar, a explicação do funcionamento e da dinâmica das sociedades deveria ser entendida a partir de diferenças culturais ou étnicas. Assim, a simples referência à raça – inclusive em uma acepção sociológica de realidade social – seria enganosa e prejudicial. Isso porque ao se racializar as relações sociais, as ideologias racistas seriam legitimadas e justificadas. Ou seja, falar em raças seria por si só um comportamento racista.

Em alternativa, o conceito de raça poderia no máximo ser utilizado para explicar as especificidades das configurações das relações sociais de outros países, como no caso dos Estados Unidos. Nesse sentido, o uso de identidades ou explicações de tipo racial na França seria uma equivocada importação norte-americana. O fato é que, para os republicanos franceses, as tentativas de construção de identidades públicas baseadas em comunidades étnicas, raciais, religiosas e linguísticas seriam uma ameaça ao modelo de unidade nacional. Essas formas de diferenciação deveriam ser relegadas à esfera privada da vida. Caso contrário, seriam acusadas de comunitarismo e tachadas de uma adaptação simplista da realidade dos Estados Unidos.

Após a Segunda Guerra, as principais associações francesas de luta contra o racismo e o antissemitismo adotaram a linguagem republicana e censuraram qualquer tentativa de

racialização da sociedade. A tragédia do Holocausto marcou o discurso dominante da tradição antirracista francês e levou à adesão a um repertório de luta de tipo *colorblind*.

O ideário da principal associação francesa criada nos anos 1980, a associação *SOS Racisme*, tinha por fundamento a defesa dos valores da integração nacional e do universalismo dos seres humanos. Essa instituição, criada sob a influência do PS francês, visava canalizar e atrair a juventude ativa socialmente nos anos 1980. Naqueles idos, uma série de ações coletivas, entre as quais a mais famosa é a Marcha pela Igualdade e contra o Racismo, ocorrida em 1983, reivindicou um espaço para os *beurs* na sociedade francesa. A partir de uma corruptela em gíria local da palavra “árabe”, os jovens avocavam para si uma identidade própria como franceses, filhos de imigrantes árabes, da classe popular e moradores das *banlieues*.

Entre as demandas dos manifestantes reconhecia-se um desejo de visibilidade pública da realidade e dos problemas dos bairros desvantajados e periféricos das cidades francesas. As marchas, os concertos, as greves de fome chamavam a atenção para a relação hostil com a polícia e o crescimento de episódios racistas e xenófobos.

A organização *SOS Racisme* traduziu essas demandas em uma luta universal contra o racismo e em defesa do modelo de assimilação nacional. A identidade *beur* passou a representar o sucesso da mestiçagem francesa, através da união das novas gerações (jovens brancos e árabes) contra o avanço da extrema direita francesa.

Dessa maneira, a “geração *beur*” foi lida como uma ruptura com os movimentos de trabalhadores imigrantes do passado, a ascensão social de um novo grupo de franceses oriundos da imigração e a união da esquerda em torno de uma pauta de integração nacional em resposta à institucionalização do partido de extrema direita: a Frente Nacional.

Para alguns manifestantes daquela “geração *beur*”, decepcionados com os resultados do processo, a avaliação seria diferente: o movimento teria sido cooptado e teria perdido sua identidade original, abandonando a pauta mais progressista de luta contra a violência policial e os problemas dos *quartiers*.

O fato é que, segundo Noiriel ([1982] 2014), nos anos 1980, a polaridade entre direita e esquerda havia se estruturado em torno do binômio “nação e classe”. De um lado, a plataforma política da FN mobilizou o tema da identidade nacional em contestação à politização da identidade operária. De outro lado, em resposta à bandeira do “perigo da imigração” levantada pela direita, a esquerda estruturou uma defesa do “modelo francês de integração” dos imigrantes.

Esse cenário se alterou nos anos 1990. Naquele momento, uma ampla frente parlamentar, formada por forças de esquerda e de direita, alinhou suas posições em prol de uma política imigratória mais restritiva.

Paralelamente, as novas “gerações das *banlieues*” foram progressivamente se afastando da vida política e associativa, decepcionadas com a burocratização das associações de bairros e com as promessas infringidas pela esquerda.

Nesse contexto, o agravamento das condições sociais das áreas mais excluídas e periféricas, em decorrência da crise econômica e da desestruturação do mercado de trabalho, chamou a atenção da opinião pública para uma “questão urbana”. As políticas públicas implementadas para solucionar o problema foram consideradas por muitos como instrumentos de controle social centrados no papel repressor da polícia. Além disso, se as políticas tinham um recorte territorial e de classe, o estigma contra as populações daquelas áreas acabaria sendo muitas vezes de tipo etnicorracial. Por exemplo, um jornalista do periódico *Le Monde*, em entrevista com Depeyre (2008), considerou que a segregação étnica na França seria algo ordinário, banal e invisível. Analogamente, Sabbagh (2005) sublinhou como as categorias territoriais seriam “espontaneamente investidas” de um significado racial.

Ou dito de outra maneira, apesar de a ideologia republicana francesa ser oficialmente *colorblind*, nas interações cotidianas, na implementação das políticas e no debate acadêmico, estariam operando “substitutos da raça” para tratar da realidade social francesa.

Os protestos violentos de 2005 representaram um momento de ruptura no paradigma francês. Por um lado, inseriram-se no quadro desenhado acima de agravamento das tensões sociais e de perda de legitimidade e de representatividade do movimento sindical e das forças políticas de esquerda. Por outro lado, ao expor a existência de uma questão racial na França, as revoltas de novembro significaram uma fratura na realidade social francesa, especialmente em termos do questionamento de seu discurso republicano e universalista.

Conforme foi observado no Capítulo 1, a cobertura da imprensa estrangeira teve um papel central para dar visibilidade à dimensão racial dos protestos dentro das fronteiras francesas. Através da análise das matérias publicadas sobre as revoltas de 2005 nos principais jornais norte-americanos e britânicos, observamos que os meios de comunicação daqueles países articularam claramente uma relação entre as violências francesas e a discriminação racial vivida pelos jovens manifestantes das *banlieues*.

Tanto nos Estados Unidos quanto na Grã-Bretanha a imprensa enfatizou a contraposição entre o modelo multiculturalista e o modelo de assimilação dos imigrantes. Ao

mesmo tempo, as falhas do sistema francês foram recuperadas para explicar a erupção dos conflitos.

No caso norte-americano, um vocabulário usualmente adotado nas interpretações da realidade nacional, como *race riot*, *underclass* ou *ghetto*, foi empregado para descrever a sociedade francesa.

Já nas páginas da imprensa britânica, sobressaia a relação entre a questão racial e a questão da imigração. Acostumados a pensar as relações raciais naquele país a partir da imigração de habitantes do antigo império britânico, os jornalistas londrinos aplicaram o mesmo esquema interpretativo à realidade francesa. Ao final, ambos os países estariam lidando com as consequências do processo de descolonização e da sucessiva imigração de trabalhadores provenientes de suas antigas colônias.

Na França, a leitura de tipo racial da sociedade francesa, tal como proposta pela imprensa anglo-saxã na cobertura dos protestos de 2005, foi recebida de forma contrariada. Nesse sentido, o governo francês fez redobradas tentativas – sem alcançar grandes sucessos – de reverter a imagem de crise do sistema de integração tal como veiculado internacionalmente pela cobertura das revoltas.

No caso dos meios de comunicação franceses, foi encontrado na análise de quatro grandes jornais diários, certo desconforto com o tema. Em primeiro lugar, à confirmação de nossa hipótese inicial, em quase todos os diários (com exceção do *Libération*) a dimensão racial dos protestos entrou nas pautas jornalísticas francesas através das notícias provenientes do exterior. Ou dito de outra maneira, o tema foi mencionado pela primeira vez ao relatar a cobertura em uma chave etnicorracial dos jornais estrangeiros sobre as revoltas. Em seguida, a mídia francesa também passou a discutir as falhas do modelo de integração nacional, a discriminação no acesso ao emprego e aos serviços públicos, e as ações afirmativas introduzidas nos Estados Unidos para corrigir tais problemas.

Igualmente, na análise da imprensa francesa salientei que haviam inflexões diferentes, de acordo com a tendência político-editorial de cada jornal. O conservador *Le Figaro* destacou o tema da segurança pública e do fracasso do processo integrativo de imigrantes dificilmente assimiláveis. *L'Humanité*, próximo ao PCF, preferiu uma abordagem de classe, enquanto *Le Monde* e o *Libération* tentaram apresentar uma maior pluralidade de posições. No caso do último diário, destacou-se uma maior atenção à problemática social e à dimensão etnicorracial da sociedade francesa.

Sintetizando, apesar do incômodo manifestado pelos jornalistas entrevistados por Depeyre (2008) com a leitura em termos raciais da imprensa estrangeira, a intensidade dos protestos urbanos violentos de 2005 concedeu visibilidade internacional à realidade das *banlieues* francesas. Ao colocarem em destaque uma interpretação de tipo racial dos protestos, as opiniões oferecidas pelos comentaristas do mundo inteiro provocaram a reflexão da imprensa, dos políticos e dos intelectuais franceses sobre a existência de uma questão racial na França.

A exposição desse tema a partir dos protestos de novembro de 2005 teve, em minha opinião, duas consequências principais: uma favoreceu a formação de um campo de estudos sobre as relações raciais nas ciências sociais francesas e a outra proporcionou a consolidação de identidades e ações coletivas que agenciaram positivamente a raça.

No que tange à esfera acadêmica, analisei no Capítulo 2 as interpretações propostas sobre as revoltas de 2005 por intelectuais e pesquisadores. Dada a excepcionalidade dos eventos, as *émeutes* suscitaram a elaboração de investigações empíricas e reflexões teóricas. Como se teve a oportunidade de ver, os aportes teóricos e metodológicos para o estudo dos protestos foram múltiplos. Desde as considerações sobre a natureza política dos confrontos até as comparações com fenômenos parecidos ocorridos em outros países, a análise das causas dos eventos de novembro de 2005 foi certamente o tema que mais despertou o interesse dos pesquisadores.

Conforme mostrei, apesar de as explicações alicerçadas na classe social ou na dimensão territorial terem sido as mais numerosas, alguns analistas apontaram para a componente racial dos protestos. A introdução dessa temática no rol interpretativo das violências urbanas francesas, tradicionalmente tratadas enquanto um problema de controle social de zonas territoriais periféricas, representou uma mudança nos esquemas clássicos da teoria francesa.

Essa abertura poderia ser compreendida a partir de dois fatores. Em primeiro lugar, considero que a leitura em chave racial das revoltas de 2005, tal como realizada nos países anglo-saxões, também impeliu as ciências sociais francesas a refletirem sobre o assunto.

Em segundo lugar, o desemprego e a flexibilização do mercado de trabalho tinham impactado profundamente as condições de vida dos imigrantes e de seus descendentes. O processo de incorporação desses grupos na classe trabalhadora havia sido interrompido ao mesmo tempo em que a animosidade dentro da classe popular havia aumentado (BEAUD; PIALOUX, 1999). Em consequência, a especificidade dos “imigrantes” não poderia mais ser

integralmente aferida por meio da pura e exclusiva análise da questão social (FASSIN; FASSIN, 2006).

Na opinião de vários representantes da academia francesa, a comparação das *banlieues* com os *ghettos* norte-americanos seria uma importação esdrúxula de categorias norte-americanas não aplicáveis à realidade social da França. Por outro lado, alguns analistas avançaram as “discriminações étnicas” como motivação dos manifestantes, enquanto outros chamaram a atenção para a existência de identidades racializadas entre os “jovens das *banlieues*”.

Em síntese, tanto por mudanças de caráter estrutural na sociedade francesa quanto pelas influências da mídia e da academia anglo-saxã, após os protestos de 2005 se abriu uma linha de pesquisa voltada para a análise da questão racial. Para além das investigações sobre as *émeutes*, consolidou-se um campo de estudos que refletiu sobre as discriminações etnicorraciais, as relações sociais de classe, raça e gênero e a alteridade da condição pós-colonial na França contemporânea.

No Capítulo 2 sugeri que outros elementos devem também ser considerados para entender o surgimento de um campo de reflexão sobre as relações raciais no mundo acadêmico e intelectual francês. Primeiramente, o aparecimento no mundo associativo antirracista francês de novos atores que recusaram a abordagem *colorblind* estimulou a academia francesa a refletir sobre processos de identidade e ação coletiva, inéditos na sociedade nacional. Em segundo lugar, aportes teóricos considerados marginais na tradição acadêmica da França, como a teoria feminista interseccional ou os estudos pós-coloniais e culturais, afirmaram-se nas ciências sociais daquele país ao longo dos anos 2000. Em terceiro lugar, uma nova geração de pesquisadores, em sua maioria de origem imigrante, incorporou novos questionamentos e agendas de estudos nos quais a temática racial detinha um papel central.

A outra grande transformação ocorrida após os protestos de 2005 diz respeito ao surgimento de novos atores no movimento social francês. Conforme mencionado acima, esses atores renunciaram ao repertório *colorblind* típico do associativismo francês e preferiram o agenciamento de uma identidade racial. Ou, dito de outra maneira, construíram-se como sujeitos coletivos pautados na afirmação identitária positiva da raça.

Como foi apresentado no Capítulo 3, ao contestar o processo de racialização contra as populações árabe, negra e “filha da imigração” vigente na sociedade francesa, os *Indigènes de la République* recuperaram o referencial da luta anticolonial e se reivindicaram politicamente

como “sujeitos coloniais” da República. Já o CRAN, a Brigada Antinegrofobia e o Coletivo Afrofeminista Mwasi adotaram uma autoafirmação racial baseada na experiência compartilhada da “condição negra” francesa (NDIAYE, 2008).

Utilizando a definição avançada por Guimarães (2016) sobre racialização e formação racial, podemos, então, sustentar que as identidades e ações coletivas surgidas após os protestos de 2005 poderiam ser entendidas como experiências de formação racial. Ou seja, “uma contraidentidade racial positiva” contra-hegemônica em relação à ideologia republicana aracialista dominante na França.

Em relação às mobilizações negras anteriores, os ativistas contemporâneos representaram uma grande inovação pela capacidade de pautar na agenda pública francesa o reconhecimento de um contraponto identitário à imaginação nacional. Conforme foi visto no Capítulo 3, as experiências precedentes de ação coletiva de negros na França foram todas baseadas em formas de ativismo de tipo cultural, nacionalista, sindicalista e estudantil, porém, invariavelmente dentro do discurso republicano. Ou seja, não conseguiram desafiar a ideologia dominante universalista e *colorblind*.

A formação de novas identidades de tipo racial nos anos 2000 pode ser interpretada como uma consequência da deslegitimação da esquerda e do movimento associativo tradicional entre os “jovens dos *quartiers*” – sobre a qual mencionei acima. Assim, quando eclodiram os protestos violentos de 2005 as formas tradicionais de mobilização social e política não foram capazes de canalizar as demandas sociais daqueles grupos, abrindo a possibilidade para a emergência de novos atores coletivos.

Por outro lado, a visibilidade da questão racial na opinião pública francesa após os protestos de 2005 possibilitou a convergência de experiências embrionárias que buscavam novos repertórios identitários. Nesse sentido, lembro que o CRAN estava em gestação desde o início de 2005, assim como o manifesto dos *Indigènes* é de janeiro daquele mesmo ano. Ou seja, ao evidenciarem a existência de uma questão racial na França, ao mesmo tempo em que demandavam prontas repostas aos problemas apresentados, as revoltas de novembro facilitaram a construção das novas associações.

Finalmente, há de se lembrar as alterações no contexto internacional que favoreceram a ruptura no movimento associativo antirracista francês.

Em primeiro lugar, a Conferência de Durban, em 2001, chamou a atenção para o tema das reparações e da memória da escravidão. Essas bandeiras de luta já haviam sido incorporadas no repertório de associações antilhanas desde o fim dos anos 1990 tendo

suscitado um vivo debate na opinião pública sobre o passado colonial. A aprovação (e sucessiva revogação) de uma lei em defesa do legado positivo da colonização indica os termos dessa controvérsia.

Em segundo lugar, os conflitos palestino e iraquiano repercutiram entre os jovens árabes no momento em que o debate sobre a proibição dos símbolos religiosos nos espaços públicos também dividiu a opinião pública.

Em terceiro lugar, a construção da União Europeia representou um enfraquecimento dos estados nacionais europeus. Assim, a recepção do direito comunitário em matéria de discriminação etnicorracial pelo sistema jurídico francês sinalizou a necessidade de incorporação, por parte da sociedade francesa, de pautas externas a sua tradição. A “Diretiva RACE” estimulou o debate na França sobre o tema da diversidade nas empresas, a problemática da discriminação no acesso ao mercado de trabalho e os instrumentos de mensuração das desigualdades.

Dessa maneira, de um lado a norma europeia encorajou a discussão sobre as “estatísticas étnicas”, e de outro instrumentalizou o ativismo do CRAN com sua principal bandeira de luta: a mensuração estatística dos negros franceses.

No Capítulo 4, utilizando as categorias propostas por Lenoir (1996), analisei a forma pela qual a disputa acerca do “reconhecimento e da legitimação” da existência de uma questão racial francesa como “problema social” foi sendo gestada no debate público sobre as “estatísticas étnicas”.

O tema, desde os anos 1990, já vinha sendo o centro da “querela dos demógrafos”. Conforme mencionado, naquele período o surgimento da Frente Nacional tinha tensionado e politizado a discussão em torno da identidade nacional. Nesse sentido, as posições contrárias de sindicatos e associações antirracistas podem ser entendidas, respectivamente, como uma recusa à fragmentação da classe trabalhadora e da unidade nacional. A categoria híbrida do “imigrante” (pessoa nascida estrangeira, no exterior e residente no território francês) e as propostas de mensuração do nível de assimilação dos “oriundos da imigração” soavam como ameaças de racialização e de comunitarismo.

Apesar das resistências, os novos instrumentos de quantificação da população imigrante foram paulatinamente incorporados ao sistema estatístico francês. Nos anos 2000, a recepção da “Diretiva RACE” ampliou o debate para além da esfera acadêmica/intelectual passando a envolver juristas, agentes do Estado, empresários e ativistas do movimento negro, como o CRAN.

Nesse novo momento, parte da comunidade intelectual e acadêmica, funcionários do Estado e ativistas passaram a defender a introdução de novas categorias de análise mais explicitamente raciais (cor da pele, raça, negros, origem) nas estatísticas francesas. O reconhecimento do assunto como um problema social pode ser verificado pela realização de abaixo-assinados, conferências, debates e consultas legislativas. Ao mesmo tempo, ao chegar às páginas da imprensa diária francesa, o debate saiu das revistas acadêmicas para especialistas. A organização de uma comissão de técnicos por parte do governo e a constituição de uma “contra-comissão” formada por intelectuais avessos ao uso das estatísticas étnicas reforçam a hipótese sobre o reconhecimento da questão racial como problema social na França.

Em síntese, no final da década de 2000, experiências de formação racial vinham articulando sua presença no interior do movimento associativo francês. Do mesmo modo, o campo de estudo sobre as relações raciais estava em consolidação na academia daquele país. No que tange às estatísticas étnicas, segundo Wieviorka (2013), após a “campanha das comissões” teria se chegado a um acordo republicano sobre o tema. De fato, tal acordo previa a não utilização das categorias etnicorraciais nos levantamentos censitários. De qualquer modo, as pesquisas por amostragem sobre a discriminação e as desigualdades seriam realizadas pelos órgãos de estatística franceses de forma regular. Finalmente, respeitando a legislação francesa, atores privados e da sociedade civil poderiam eventualmente coletar a informação para finalidades específicas de pesquisa.

Contudo, malgrado esta conclusão, seria correto dizer que a questão racial na França é um problema social legitimado?

Em minha opinião, se é possível, por um lado, afirmar que a questão racial alcançou o reconhecimento no debate público francês ao longo dos anos 2000, por outro, acredito que seja mais difícil falar em “legitimação ou institucionalização” do problema.

É verdade que se assiste atualmente a uma crescente especialização intelectual sobre o tema das relações raciais na França ao passo que se multiplicam as experiências de mobilização em que a raça é agenciada positivamente. Igualmente, vislumbram-se os primeiros “acordos” e “soluções” sobre o assunto. De qualquer maneira, é inevitável reconhecer que a ideologia republicana *colorblind* ainda segue dominante naquele país.

Nesse sentido, a promessa eleitoral do então candidato François Hollande durante a campanha presidencial de 2012 é esclarecedora: “Não tem espaço na República para a raça. E é por essa razão que, após ser eleito, solicitarei ao Parlamento que suprima a palavra raça de

nossa Constituição.” (LE MONDE, 2012, s.p., tradução nossa). Essa proposta de lei, embora ainda esteja na fila de discussões no Senado, foi aprovada na Assembleia Nacional Francesa (*Assemblée Nationale*) em maio de 2013.

Dessa forma, se é possível identificar o reconhecimento de uma questão racial na França contemporânea, dificilmente pode-se afirmar que esta problemática já conseguiu se consolidar ou se institucionalizar. Em outras palavras, é inequívoco que o imaginário republicano e o universalismo francês seguem fortes junto ao Estado e aos principais atores sociais.

Ademais, os recentes acontecimentos do ano passado – os dois atentados terroristas na França em 2015, e seus desdobramentos – colocaram mais uma vez em cena o debate sobre a identidade nacional e a questão racial, levando a discussão para um novo e complexo patamar. No momento da conclusão deste estudo é impossível tentar prever a evolução desse debate no novo período.

REFERÊNCIAS¹⁹⁹

À PROPOS DES INDIGÈNES DE LA RÉPUBLIQUE. **Mouvements**, Paris, v. 4, n. 41, p. 112-126, 2005. doi:10.3917/mouv.041.0112.

ALONSO, A. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. **Lua Nova**, São Paulo, n. 76, p. 49-86, 2009. doi:10.1590/S0102-64452009000100003.

AMADIEU, J. F. et al. Discriminations: Engagement républicain contre les discriminations. Article paru dans le journal Libération du 23 février 2007. **French Politics, Culture & Society**, Oxford, New York, v. 26, n. 1, p. 64-66, 2008. doi:10.3167/fpcs.2008.260106.

AMSELLE, J.L. **L'ethnisation de la France**. Paris: Nouvelles Éditions Lignes, 2011.

ANDERSON, B. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. Tradução de Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, [1983] 2008.

APPADURAI, A. Number in the colonial imagination. In: VAN DER VEER P.; BRECKENRIDGE C. (Ed.). **Orientalism and the post-colonial predicament**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, p. 314-339, 1993.

ARENDT, H. **Origens do totalitarismo**. Tradução de Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

ATTAL, S. L' intox de Villepin sur CNN. **A part la télé** (Blog). 29 nov. 2005. Disponível em <<http://sylvainattal.blogspot.com.br/2005/11/lintox-de-villepin-sur-cnn.html>>. Acesso em: 3 mar. 2014.

BACHMANN, C.; LE GUENNEC, N. **Violences urbaines**: ascension et chute des classes moyennes à travers cinquante ans de politique de la ville. Paris: Hachette Littératures, [1996] 2002.

BACQUÉ, M. H.; DENJEAN, J. M. Les émeutes urbaines, signe d'échec de la politique de la ville? **Mouvements**, n. 44, p. 115-120, 2006. doi:10.3917/mouv.044.0115.

¹⁹⁹ De acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 6023.

BAGHAT, R. Census and caste enumeration: British legacy and contemporary practice in India. **GENUS**, Roma, v. 62, n. 2, p. 119-134, 2006. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/29789312>>. Acesso em: 21 jun. 2013.

BALAKRISHNAN, G. (Ed.). **Um mapa da questão nacional**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BALIBAR, É. Is There a 'Neo-Racism'? In: BALIBAR, É.; WALLERSTEIN, I. **Race, Nation, Class: ambiguous identities**. Londres, New York: Verso, 1991. p. 17-28.

_____. Uprisings in the banlieues. **Lignes**, n. 21, p. 50-101, 2006. doi:10.3917/lignes.021.0050.

BALIBAR, É.; WALLERSTEIN, I. **Race, Nation, Class: ambiguous identities**. Londres, New York: Verso, 1991. 232 p.

BANTON, M. **The idea of race**. Londres: Tavistock, 1977.

BANTON, M. The colour line and the colour scale in the twentieth century. **Ethnic and Racial Studies**, 2011. doi:10.1080/01419870.2011.605902.

BAUMAN, Z. Sociology after the Holocaust. **The British Journal of Sociology**, London, v. 39, n. 4, p. 469-497, Dec. 1988. doi:10.2307/590497.

BAUMARD, M. François Hollande estime inutiles les statistiques ethniques. **Le Monde**, Paris, 5 févr. 2015.

BAZENGUISSA-GANGA, R. Paint it "black": how Africans and Afro-Caribbeans became "Black" in France. In: KEATON, T. D.; SHARPLEY-WHITING, T. D.; STOVALL, T. (Ed.). **Black France/France noire: the history and politics of blackness**, Durham: Duke University Press, 2012. p. 145-172.

BEAMAN, J. From Ferguson to France. **Contexts**, n. 14, p. 65-67, Winter 2015. doi:10.1177/1536504214567852.

BEAUD, S.; MASCLET, O. Des "marcheurs" de 1983 aux "émeutiers" de 2005: deux générations sociales d'enfants d'immigrés. **Annales. Histoire, Sciences Sociales**, v. 61, n. 4, p. 809-843, 2006. Disponível em: <<http://www.cairn.info/revue-Annales-2006-4-page-809.htm>>. Acesso em: 24 abr. 2015.

BEAUD, S.; PIALOUX, M. **Retour sur la condition ouvrière**: enquête aux usines Peugeot de Sochaux-Montbéliard. Paris: Fayard, 1999. 468 p.

_____. Sur la genèse sociale des “émeutes urbaines”. **Sociétés contemporaines**, n. 45-46, p. 215-243, 2002. doi:10.3917/soco.045.0215.

_____. Remarques sur les rapports entre générations ouvrières: ouvriérisation et politisation. **Empan**, n. 50, p. 72-75, 2003. doi:10.3917/empa.050.0072.

BÉBÉAR, C. **Des entreprises aux couleurs de la France**: minorités visibles: relever le défi de l'accès à l'emploi et de l'intégration dans l'entreprise. Rapport pour Monsieur le Premier ministre. Paris: Institut Montaigne, 2004.

BERENI, L. Faire de la diversité une richesse pour l'entreprise: la transformation d'une contrainte juridique en catégorie managériale. **Raisons politiques**, Paris, n. 35, p. 87-105, 2009. doi:10.3917/rai.035.0087.

BERISS, D. **Black skins, French voices**: Caribbean ethnicity and activism in urban France. Oxford: Westview, 2004. 156 p.

BERTHO, A. **Le temps des émeutes**. Paris: Bayard, 2009. 271 p.

BLANC, M. La “politique de la ville”: une “exception française”? **Espaces et sociétés**, n. 128-129, p. 71-86, 2007. doi:10.3917/esp.128.0071.

BLANCHARD, P.; BANCEL, N.; LEMAIRE, S. (Ed.). **La fracture coloniale**: la société française au prisme de l'héritage colonial. Paris: La Découverte, 2006. (Poche).

BLANCHARD, P. et al. (Ed.). **La France noire**: trois siècles de présences des Afriques, des Caraïbes, de l'océan Indien et d'Océanie. Paris: La Découverte, 2011. 360 p.

BLUM, A. Comment décrire les immigrés?: à propos de quelques recherches sur l'immigration. **Population**, v. 53, n. 3, p. 569-587, 1998. Disponible en: <http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/pop_0032-4663_1998_num_53_3_6873>. Accès en: 24 jan. 2014.

BOLTANSKI, C. Noir sur le tard. Entretien avec Pap Ndiaye. **Libération**, Paris, 24 févr. 2007.

BOOTH, H. **Second generation migrants in Western Europe**: demographic data sources and needs. Coventry (UK): Centre for Research in Ethnic Relations, University of Warwick, 1985. (Statistical Paper in Ethnic Relations n. 1).

BONNAYS, C.; JUDAS, F. **Ethnique ta statistique? Ethnique ta société?** Tribune secrétaires généraux des syndicats CFDT et CGT de l'INSEE. Déc. 1998. Disponível em: <<http://www.cgтинsee.org/dossiers/stats%20ethniques/tribune%20ethnique%20ta%20statistique%209%20dec%201998.pdf>>. Acesso em: 21 jun. 2014.

BOUAMAMA, S. **Dix ans de marche des Beurs**: chronique d'un mouvement avorté. Prefácio de Mogniss H. Abdallah. Paris: Desclée de Brouwer, 1994. 232 p.

_____. La coloration tendancielle des classes sociales et sa traduction politique. **Empan**, n. 67, p. 36-40, 2007. doi:10.3917/empa.067.0036.

BOURDIEU, P. **Le sens pratique**. Paris: Minuit, 1980. (Le sens commun).

_____. Dois imperialismos do universal. In: LINS, D.; WACQUANT, L. (Ed.). **Repensar os Estados Unidos**: por uma sociologia do superpoder. Campinas, SP: Papirus, 2003. p. 13-19.

BOURDIEU, P.; WACQUANT, L. Sobre as artimanhas da razão imperialista. **Estudos Afro-Asiáticos**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 15-33, 2002.

BRINBAUM, Y.; KIEFFER, A. Les scolarités des enfants d'immigrés de la sixième au baccalauréat: différenciation et polarisation des parcours. **Population**, Paris, v. 64, n. 3, p. 561-610, 2009. doi:10.3917/popu.903.0561.

BURRELLESLUCE. **Top 100 Daily Newspapers in the U.S. by Circulation**. www.BurrellesLuce.com, s.d.

CARSED. **Le Retour de la race**: contre les “statistiques ethniques”. Paris: Ed. L'Aube, 2009. 240 p.

CASTEL, R. La discrimination négative: le déficit de citoyenneté des jeunes de banlieue. **Annales. Histoire, Sciences Sociales**. Paris, v. 61, n. 4, p. 777-808, 2006.

CAZELLES, C.; MOREL, B.; ROCHÉ, S. **Les “Violences Urbaines” de l'automne 2005**: événements, acteurs, dynamiques et interactions. Essai de synthèse. Paris: Centre d'analyse stratégique, 2007. 36 p.

CENTRE D'ANALYSE STRATÉGIQUE. **Actes du colloque statistiques "ethniques"** du 19 octobre 2006. Paris: CAS, 2006.

CGT - CFDT. **Actes du colloque intersyndical "statistique sans conscience n'est que ruine"**. Paris: CGT – CFDT, 1998. Disponible em: <http://www.cgtinsee.org/dossiers/stats%20ethniques/stats%20ethniques.htm>. Acesso em: 31 mar. 2014.

CHAPMAN, H.; FRADER, L. **Race in France**: interdisciplinary perspectives on the politics of difference. New York, Oxford: Berghahn Books, 2004. 276 p.

COMEDD. **Inégalités et discriminations**: pour un usage critique et responsable de l'outil statistique. Rapport du comité pour la mesure de la diversité et l'évaluation des discriminations. Paris: COMEDD, 2010.

CONSTANT, F. "Black France" and the national identity debate: how best to be Black and French? In: KEATON, T. D.; SHARPLEY-WHITING, T., D.; STOVALL, T. (Ed.). **Black France/France noire**: the history and politics of Blackness, Durham: Duke University Press, 2012. p.123-144.

CORTÉSÉRO, R.; MARLIÈRE, É. L'émeute est-elle une forme d'expression politique?: dix ans de sociologie des émeutes de 2005. **Agora débats/jeunesses**, Paris, n. 70, p. 57-77, 2015. doi:10.3917/agora.070.0057.

DE RUDDER, V. Désignation et origine: production sociale et production savante de "l'ethnique". **Cahiers de la Méditerranée**, Nice, n. 54, p. 69-80, 1997. (Mots et migrations. Actes du colloque de Grasse, nov. 1996). doi:10.3406/camed.1997.1177.

DEDIEUA, J.P.; MBODJ-POUYE, A. The first collective protest of black African migrants in postcolonial France (1960–1975): a struggle for housing and rights. **Ethnic and Racial Studies**, v. 39, n. 6, p. 958-975, 2016. doi:10.1080/01419870.2015.1081964.

DELORME, C. La longue marche du curé des Beurs. **Quo Vadis**, n. Spécial automne-hiver, p. 53, 1993.

DEPEYRE, M. **Les émeutes de l'automne 2005 dans les médias**: étude comparée du traitement de cinq quotidiens français. 2008. 208 f. Mémoire de recherche de Master 2 (Science politique) - Institut d'Études Politiques de Lyon, Lyon, 2008.

DEWITTE, P. **Les mouvements nègres en France, 1919-1939**. Paris: Ed. L'Harmattan, 1985. (Racines du présent). 416 p.

DIOP, A. M. Le mouvement associatif négro-africain en France. **Hommes & Migrations**, n. 1132, p. 15-20, mai 1990. (Les Africains noirs en France).

DUBET, F.; LAPEYRONNIE, D. **Les quartiers d'exil**. Paris: Le Seuil, 1992. (L'épreuve des faits).

DURPAIRE, F. **France blanche, colère noire**. Paris: Odile Jacob, 2006.

FALQUETET, J.; KIAN, A. Introduction: intersectionnalité et colonialité. **Les cahiers du CEDREF** [Enligne], n. 20, 2015. Disponible em: <<http://cedref.revues.org/731>>. Acesso em: 11 dez. 2015.

FASSIN, Didier. **Les nouvelles frontières de la société française**. 2ème ed. Paris: La Découverte, 2012.

FASSIN, D. L'invention française de la discrimination. **Revue française de science politique**, Paris, v. 52, n. 4, p. 403-423, 2002. doi:10.3917/rfsp.524.0403.

_____. **La Force de l'ordre: une anthropologie de la police des quartiers**. Paris: Éd. du Seuil, 2011. (La couleur des idées).

FASSIN, É. Résistance et réception: Judith Butler en France. **La revue lacanienne**, Paris, n. 4, p. 15-20, 2007. doi:10.3917/lrl.074.0015.

_____. Statistiques raciales ou racistes? Histoire et actualité d'une controverse française. In: FASSIN, Didier. **Les nouvelles frontières de la société française**. 2ème ed. Paris: La Découverte, 2012. p. 427-451.

FASSIN, D.; FASSIN, É. (Ed.). **De la question sociale à la question raciale?** Paris: La Découverte, 2006.

FAURE, S.; VÉCRIN, A. Le débat sans fin des statistiques ethniques. **Libération**, Paris, 4 févr. 2015.

FELOUZIS, G. La ségrégation ethnique au collège et ses conséquences. **Revue française de sociologie**, Paris, v. 44, p. 413-447, 2003. doi: 10.3917/rfs.443.0413.

FRANCE, **Rapport n. 447**: enregistré à la Présidence du Sénat le 9 mars 2016. Paris: Sénat, 2016. (Relator: Philippe BAS).

FRANK, C.; HAMMAN, P. **Quelle mise en œuvre de la directive européenne contre les discriminations raciales?**: une comparaison France, Espagne, Royaume-Uni. Bruxelles: De Boeck, 2014. (Ouvertures sociologiques).

GALLAND, O. (Ed.). **Enquêtes sur les violences urbaines**: comprendre les émeutes de novembre 2005. Les exemples d'Aulnay-sous-Bois et de Saint-Denis. Paris: La Documentation française, 2007.

GIRAUD, M. "Question noire" et mémoire de l'esclavage. **Cahiers d'études africaines**, v. 2-3-4, n. 198-199-200, p. 677-706, 2010. Disponível em: <<http://www.cairn.info/revue-cahiers-d-etudes-africaines-2010-2-page-677.htm>>. Acesso em: 24 abr. 2015.

GLOWCZEWSKI, B. **Entre o espetáculo e a política: singularidades indígenas**. Tradução de Davina Marques. Porto Alegre: UFRGS, 2011. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/ppgas/arquivos/eventos/barbara_glowczewski.pdf>. Acesso em: 2 fev. 2016.

GRIGNON, C.; PASSERON, J. C. **Le savant et le populaire**: misérabilisme et populisme en sociologie et en littérature. Paris: Le Seuil, 1989.

GROSS, M. Why do people riot? **Current Biology**, v. 21, n. 18, p. R673-R676, 2011. doi:10.1016/j.cub.2011.09.015.

GUÉNIF-SOUILAMAS, N. Contre l'antiféminisme, le féminisme prend des couleurs. **Travail, genre et sociétés**, n. 32, p. 157-162, 2014. doi:10.3917/tgs.032.015.

GUEYE, A. **Aux nègres de France, la patrie non reconnaissante**. Achères: Dagan, DL, 2010.

GUEYE, A. The labyrinth to blackness: on naming and leadership in the black associative space in France. **French Cultural Studies**, n. 24, p. 196-207, May 2013. doi:10.1177/0957155813477802.

GUILLAUMIN, C. **Racism, sexism, power and ideology**. London, New York: Routledge, 1995.

GUIMARÃES, A. S. A. **Racismo e antirracismo no Brasil**. São Paulo: Editora 34, 1999. 256 p.

_____. **Classes, raças e democracia**. São Paulo: FAPESP - Ed. 34, 2002. 231 p.

_____. Preconceito de cor e racismo no Brasil. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 47, n. 1, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-77012004000100001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 27 abr. 2012.

_____. **Preconceito racial: modos, temas e tempos**. São Paulo: Cortez Editora, 2008.

_____. Raça, cor, cor da pele e etnia. **Cadernos de campo**, São Paulo, v. 20, n. 20, p. 265-271, jan.-dez. 2011.

_____. Formações nacionais de classe e raça. **Tempo Social**, São Paulo, v. 28, n. 2, p. 161-182, 2016.

HADNI, D. Fania Noël: le combat entre soi. **Libération**, Paris, 3 avril 2016. (Entretien).

HAJJAT, A. **Le racisme a besoin d'une béquille que lui fournit le principe de séparation national/étranger**. Contretemps, 14 févr. 2012. (Entretien). Disponível em: <<http://www.contretemps.eu/interventions/%C2%AB-racisme-besoin-dune-b%C3%A9quille-que-lui-fournit-principe-s%C3%A9paration-national%C3%A9tranger-%C2%BB->>>. Acesso em: 24 jan. 2016.

_____. **La Marche pour l'égalité et contre le racisme**. Paris: Éd. Amsterdam, 2013.

HARGREAVES, A. G. **Multi-ethnic France: immigration, politics, culture and society**. New York; London: Routledge, 2007.

HARRIS, M. **Padrões raciais nas Américas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

HARVEY, D. **Le capitalisme contre le droit à la ville: néolibéralisme, urbanisation, résistances**. Paris: Éditions Amsterdam, 2011.

HIRATA, H. Mundialização, divisão sexual do trabalho e movimentos feministas transnacionais. **Cadernos de Crítica Feminista**, Recife, v. 3, n. 2, p. 80-105, dez. 2009.

HOBBSAWN, E. Etnia e nacionalismo na Europa de hoje. In: BALAKRISHNAN, Gopal (Ed.). **Um mapa da questão nacional**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. p. 271-282.

HOOKE, J. Inclusão indígena e exclusão dos afrodescendentes na América Latina. **Tempo Social: Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 89-111, 2006.

INITATIVES POUR UN AUTRE MONDE. **Le soulèvement populaire dans les banlieues françaises d'octobre - novembre 2005**. Paris: IPAM, 2005. 342 p. Disponível em: <http://www.reseau-ipam.org/IMG/pdf/Dossier_IPAM_Revoltas_urbaines.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2013.

INSTITUT NATIONAL DE LA STATISTIQUE ET DES ÉTUDES ÉCONOMIQUES (INSEE). L'enquête "Étude de l'histoire familiale" de 1999: Résultats détaillés. **Insee Résultats Société**, n.33, Paris, août 2004.

JACOBS, D.; REA, A. Construction et importation des classements ethniques. **Revue européenne des migrations internationales**, Poitiers, v. 21, n. 2, 2005. Disponível em: <http://remi.revues.org/2487>. doi: 10.4000/remi.2487. Acesso em: 5 maio 2013.

JAIME, P.; LIMA, A. Uma trajetória antropológica: entrevista com Didier Fassin. **Horiz. antropol.**, Porto Alegre, v. 17, n. 36, p. 257-279, dec. 2011. doi:10.1590/S0104-71832011000200011.

JOBARD, F. The 2005 French Urban Unrests: data-based interpretations. **Sociology Compass**, v. 2, n. 4, p. 1287-1302, 2008. doi:10.1111/j.1751-9020.2008.00125.x.

_____. Rioting as a Political Tool: the 2005 riots in France. **The Howard Journal**, v. 48, n. 3, p. 235-244, 2009a. doi:10.1111/j.1468-2311.2009.00564.x.

JOURNET, N. Michèle Tribalat: une démographe qui dérange. **Sciences Humaines**, Paris, 7 mai 2010.

_____. An Overview of French Riots, 1981-2004. In: WADDINGTON, D.; JOBARD, F.; KING, M. **Rioting in the UK and France: a comparative analysis**. Cullompton-Portland: Willan Publishing, 2009b, p. 27-38.

_____. La police en banlieue après les émeutes de 2005. **Mouvements**, Paris, n. 83, p. 75-86, 2015. Disponível em: <<http://www.cairn.info/revue-mouvements-2015-3-page-75.htm>>. Acesso em: 28 out. 2015.

KATEB, K. La gestion statistique des populations dans l'empire colonial français: le cas de l'Algérie, 1830-1960. **Histoire & Mesure**, v. 13, n. 1-2, p. 77-111, 1998. doi:10.3406/hism.1998.892.

KEATON, T. D.; SHARPLEY-WHITING, T., D.; STOVALL, T. (Ed.). **Black France/France noire: the history and politics of blackness**, Durham: Duke University Press, 2012. 322 p.

KELMAN, G. **Je suis noir et je n'aime pas le manioc**. Paris: Ed. 10/18, 2003.

KERGOAT, D. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. **Novos estudos - CEBRAP**, São Paulo, n. 86, p. 93-103, mar. 2010. doi:10.1590/S0101-33002010000100005.

KOFF, H. Une comparaison des mobilisations politiques en France et aux Etats-Unis em 2005-2006. **Déviance et Société**, v. 30, n. 4, p. 449-461, 2006. doi:10.3917/ds.304.0449.

_____. Understanding 'La Contagion': power, exclusion and urban violence in France and the United States. **Journal of Ethnic and Migration Studies**, v. 35, n. 5, p. 771-790, 2009.

_____. La police en banlieue après les émeutes de 2005. **Mouvements**, Paris, n. 83, p. 75-86, 2015. Disponível em: <<http://www.cairn.info/revue-mouvements-2015-3-page-75.htm>>. Acesso em: 28 out. 2015.

KOKOREFF, M. Comprendre le sens des émeutes de l'automne 2005. **Regard sur l'actualité**, n. 319, p. 15-25, 2006.

_____. **Sociologie des émeutes**. Paris: Payot, 2008.

_____. Ghettos et marginalité urbaine: lectures croisées de Didier Lapeyronnie et Loïc Wacquant. **Revue française de sociologie**, v. 50, n. 3, p. 553-572, 2009. doi:10.3917/rfs.503.0553.

_____. L'émeute urbaine. In: PIGENET, M.; TARTAKOWSKY, D. (Ed.). **Histoire des mouvements sociaux en France: de 1814 à nos jours**. 2ème ed. Paris: La Découverte, 2014. cap. 69, p. 733-743. (Poche).

KOKOREFF, M.; BARRON, P.; STEINAUER, O. L'exemple de Saint-Denis. In: FRANCE. Centre d'analyse stratégique. **Enquêtes sur les violences urbaines**: comprendre les émeutes de novembre 2005. Les exemples d'Aulnay-sous-bois et de Saint-Denis. Paris: La Documentation française, 2006. p. 71-140. (Rapports et documents).

KOKOREFF, M.; LAPEYRONNIE, D. **Refaire la cité**: l'avenir des banlieues. Paris: Le Seuil, 2013. (La République des idées).

LAGRANGE, H. Autopsie d'une vague d'émeutes. In: LAGRANGE, H.; OBERTI, M. (Ed.). **Émeutes urbaines et protestations**: une singularité française. Paris: Science Po, 2006. p. 37-58.

LAGRANGE, H.; OBERTI, M. (Ed.). **Émeutes urbaines et protestations**: une singularité française. Paris: Science Po, 2006. 225 p. (Nouveaux Débats).

LAÏRECHE, R. Sihame Assbague: la révolte tous azimuts. **Libération**, Paris, 3 avril 2016.

LAPEYRONNIE, D. De l'intégration à la ségrégation. **Cultures & Conflits**, Nanterre, n. 6, été 1992. Disponible en: <<http://conflits.revues.org/674>>. Accès en: 14 nov. 2015.

_____. Révolte primitive dans les banlieues françaises: essai sur les émeutes de l'automne 2005. **Déviance et Société**, v. 30, n. 4, p. 431-448, 2006a. doi:10.3917/ds.304.0431.

_____. Les émeutes urbaines, en France, en Grande-Bretagne et aux États-Unis. **Regard sur l'actualité**, n. 319, p. 5-14, 2006b.

_____. **Ghetto urbain**: ségrégation, violence, pauvreté en France aujourd'hui. Paris: Robert Laffont, 2008. (Le monde comme il va).

LE BRAS, H. **Le démon des origines**: démographie et extrême droite. Paris: Éd. de l'Aube, 1998.

LE GOAZIOU, V. La classe politique française et les émeutes: silence et déni. In: LE GOAZIOU, V.; MUCCHIELLI, L. (Ed.). **Quand les banlieues brûlent...**: retour sur les émeutes de novembre 2005. 2ème ed. Paris: La Découverte, 2007. p. 36-57. (Sur le vif).

LE MONDE, Hollande propose de supprimer le mot "race" dans la Constitution. **Le Monde**, Paris, 11 mars 2012. Disponible en: <<http://www.lemonde.fr/election-presidentielle->

2012/article/2012/03/11/hollande-propose-de-supprimer-le-mot-race-dans-la-constitution_1656110_1471069.html#0g6KqyWff8ylyxyF.99>. Acesso em: 10 abr. 2016.

LE NOUVEL OBSERVATEUR. Mais qui sont Didiet et Éric Fassin? **Le Nouvel Observateur**, Paris, 6 déc. 2011.

LE NOUVEL OBSERVATEUR. Roms: la gendarmerie nie tout fichier illégal, mais reconnaît un problème. Paris: **Le Nouvel Observateur**, 13 nov. 2010.

Disponível em: <<http://tempsreel.nouvelobs.com/politique/20101013.OBS1222/roms-la-gendarmerie-nie-tout-fichier-illegal-mais-reconnait-un-probleme.html>>. Acesso em: 07 jun. 2015.

LEIRIS, M. Raça e Civilização. In: COMAS, J. et al. **Raça e ciência**. Tradução de João Joel da Silva. Revisão de Dora Ruhman e Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: Perspectiva, v.1, 1970. p. 189-229.

LENOIR, R. Objeto sociológico e problema social. In: MERLLIÉ, D.; PINTO, L.; CHAMPAGNE, P.; LENOIR, R. **Iniciação à prática sociológica**. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 1996. p. 59-106.

LÉONARD, M. N. The effects of political rhetoric on the rise of legitimized racism in France: the case of the 2005 French riots. **Critical Sociology**, p.1-21, 16 Apr. 2015. doi:10.1177/0896920515580175.

LÉVI-STRAUSS, C. Raça e História. In: COMAS, J. et al. **Raça e ciência**. Tradução de João Joel da Silva. Revisão de Dora Ruhman e Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: Perspectiva, v.1, 1970. p. 231-270.

LIBÉRATION. Colonisation: Alain Rey contre «l'inculture économique». **Libération**, Paris, 6 sept. 2006.

LOCH, D. Immigrant youth and urban riots: a comparison of France and Germany. **Journal of Ethnic and Migration Studies**, v. 35, n. 5, p. 791-814, May 2009. doi:10.1080/13691830902826236.

LOPEZ, Y. **Les questions noires en France**: revendications collectives contre perceptions individuelles. 2010. 602 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Université de Bordeaux 2, Bordeaux, França, 2010.

_____. Retour sur la construction identitaire noire en France: la question raciale face à l'universalisme républicain. In: CORTÉSÉRO, R. (ed.). **La banlieue change!:** inégalités, justice sociale et action publique dans les quartiers populaires. Lormont: Ed. Le Bord de l'eau, 2012. (Encadré 2).

LOZÈS, P. **Nous, les noirs de France.** Paris: Danger Public, 2007.

LOZÈS, P. The invention of blacks in France. In: KEATON, T. D.; SHARPLEY-WHITING, T. D.; STOVALL, T. (Ed.). **Black France/France noire:** the history and politics of blackness, Durham: Duke University Press, 2012. p.103-109.

MAIO, M. **A história do projeto UNESCO:** estudos raciais e ciências sociais no Brasil, 1997. Tese (Doutorado em Ciência Política) – IUPERJ, Rio de Janeiro, 1997.

MANSOURI, M. **Révoltes postcoloniales au coeur de l'Hexagone:** voix d'adolescents. Paris, Presses universitaires de France, 2013. (Partage du savoir).

MAUGER, G. **L'émeute de novembre 2005:** une révolte protopolitique. Bellecombe-en-Bauges: Éd. du Croquant, 2006. (Savoir-agir).

MAYER, N.; PERRINEAU, P. Pourquoi votent-ils Front national? **Pouvoirs**, n. 55, p. 163-184, 1990.

MAYER, N.; MICHELAT, G.; TIBERJ, V. **Montée de l'intolérance et polarisation anti- islam.** Paris: CNCDH, 2012. (Rapport).

MBEMBE, A. **La République et sa Bête:** à propos des émeutes dans les banlieues de France. Paris: Africultures, 2005.

MELUCCI, A. Getting involved: identity and mobilization in social movements. **International Social Movement Research**, n. 1, p. 329–48, 1988.

MERKLEN, D. **Quartiers populaires, quartiers politiques.** Paris: La Dispute, 2009.

MOHAMMED, M.; MUCCHIELLI, L. La police dans les “quartiers sensibles”: un profond malaise. In: LE GOAZIOU, V.; MUCCHIELLI, L. (Ed.). **Quand les banlieues brûlent...:** retour sur les émeutes de novembre 2005. 2ème ed. Paris: La Découverte, 2007. cap. 6, p. 104-125. (Sur le vif).

MORAN, M. **The Republic and the riots**: exploring urban violence in French suburbs, 2005-2007. Oxford (GB): Peter Lang, 2012.

MORAN, M.; WADDINGTON, D. Comparaison des causes et significations sous-jacentes des émeutes françaises de 2005 et des émeutes anglaises de 2011. **Agora débats/jeunesses**, n. 70, p. 111-125, 2015. doi:10.3917/agora.070.0111.

MORNING, A. Ethnic classification in global perspective: a cross-national survey of 2000 Census Round. **Population Research and Policy Review**, v. 27, n. 2, p. 239-272, 2008. doi: 10.1007/s11113-007-9062-5.

MURRAY, G. France: the riots and the Republic. **Race & Class**, Londres, v. 47, n. 26, p. 26-45, Apr. 2006. doi:10.1177/0306396806063856.

MYTF1News. Sur CNN, Villepin réfute le terme 'd'émeutes'. **Portal de notícias MYTF1**. 29 nov. 2005. Disponível em: < <http://ici.tf1.fr/france/2005-11/sur-cnn-villepin-refute-terme-emeutes-4860844.html> >. Acesso em: 3 nov. 2014.

MUCCHIELLI, L.; AÏT-OMAR, A. Les émeutes de novembre 2005: les raisons de la colère In: LE GOAZIOU, V.; MUCCHIELLI, L. (Ed.). **Quand les banlieues brûlent...**: retour sur les émeutes de novembre 2005. 2ème ed. Paris: La Découverte, 2007. cap. 1, p. 11-35. (Sur le vif).

NDIAYE, P. **La condition noire**: essai sur une minorité française. Paris: Ed. Calmann-Lévy, 2008.

NOBLES, M. **Shades of Citizenship**: race and the census in modern politics. Stanford: Stanford University Press, 2000.

NOIRIEL, G. **Le Creuset Français** : histoire de l'immigration XIXe-XXe siècles. Paris: Éds. du Seuil, 1988.

_____. **État, nation et immigration**: vers une histoire du pouvoir. Paris: Gallimard, 2005.

_____. **À quoi sert l'identité nationale**. Marseille: Agone, 2007. 156 p. (Passé & présent).

_____. **Immigration, antisémitisme et racisme en France**: discours publics, humiliations privées (XIXe-XXe siècle). Paris: Fayard, [1982] 2014. 720 p.

NOGUEIRA, O. **Tanto branco quanto preto**: estudos de relações raciais. São Paulo: T. A. Queiroz Ed., 1985.

OMI, M.; WINANT, H. **Racial formation in the United States**: from the 1960s to the 1990s. Routledge, 1994.

OUARDI, S.; SIMON, P. Transmettre l’histoire de nos luttes. Entretien avec Saïd Bouamama. **Mouvements**, n. 83, p.153-165, 2015. Disponível em: <<http://www.cairn.info/revue-mouvements-2015-3-page-153.htm>>. Acesso em: 12 dez. 2015.

PAGER, D. Medir a discriminação. **Tempo Social**, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 65-88, nov. 2006. doi:10.1590/S0103-20702006000200004.

PAMBOU, L. **Conseil Représentatif des Associations Noires**: le CRAN, de l’espérance à l’utopie. Paris: L’Harmattan, 2011.

PEABODY, S.; STOVALL, T. Introduction: Race, France, Histories. In: _____. **The color of liberty**: histories of race in France. Durham: Duke University Press, 2003. p. 1-7.

PERALVA, A. Levantes urbanos na França. **Tempo Social**, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 81-104, 2006. doi:10.1590/S0103-20702006000100005.

POPOLO, F. **Los pueblos indígenas y afrodescendientes em las fuentes de datos**: experiencias en América Latina. Santiago, Chile: CEPAL, 2008.

POTVIN, M. Le rôle des statistiques sur l’origine ethnique et la “race” dans le dispositif de lutte contre les discriminations au Canada. **Revue internationale des sciences sociales**, Toulouse, v. 1, n. 183, p. 31-48, 2005. doi:3917/riss.183.0031.

RALLU, J. L. Les catégories statistiques utilisées dans les DOM-TOM depuis le début de la présence française. **Population**, v. 53, n. 3, p. 589-608, 1998. Disponível em: <http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/pop_0032-4663_1998_num_53_3_6874>. Acesso em: 14 jun. 2013.

RENAN, E. Que é uma nação? **Revista Plural**, São Paulo, n. 4, p. 154-175, [1882] 1997.

REYNAUD-PALIGOT, C. **La République raciale**: paradigme racial et idéologie républicaine 1860-1930. Préface de Christophe Charle. Paris: Presses universitaires de France, 2006.

ROCHÉ, S. **Le frisson de l'émeute**: violences urbaines et banlieues. Paris: Le Seuil, 2006. (La couleur des idées).

SAADA, E. La loi, le droit et l'indigène. **Droits**, n. 43, p.165-190, 2006.

SABBAGH, D. Affirmative Action at Sciences Po. **French Politics, Culture & Society**, Oxford, New York, v. 20, n. 3, p. 52-64, 2002. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/42843247>>. Acesso em: 21 jun. 2014.

_____. Facteur racial et facteur territorial dans les politiques d'intégration. In: KASTORYANO, R. (Ed.). **Les codes de la différence**. Paris: Presses de Sciences Po, 2005. cap. 5, p. 147-173. (Académique).

SABBAGH, D.; PEER, S. French color blindness in perspective: the controversy over 'Statistiques Ethniques'. **French Politics, Culture & Society**, Oxford, New York, v. 26, n. 1, p. 1-6, 2008. doi:10.3167/fpcs.2008.260101.

SABEG, Y.; MÉHAIGNERIE, L. **Les oubliés de l'égalité des chances**. Paris: Institut Montaigne, 2004.

SAFRAN, W. The French and their national identity: the quest for an elusive substance? **French Politics and Society**, Oxford, New York, v. 8, n. 1, p. 56-67, Winter 1990. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/42844146>>. Acesso em: 16 nov. 2015.

SAUVADET, T. À la recherche d'une révolte postcoloniale: socio-ethnographie d'une émeute de novembre 2005. **Mouvements**, n. 1, HS, p. 97-105, 2011. doi:10.3917/mouv.hs01.0097.

SCHNAPPER, D. La République face aux communautarismes. **Études**, [Paris], tome 400, n. 2, p. 177-188, févr. 2004. Disponível em: <<http://www.cairn.info/revue-etudes-2004-2-page-177.htm>>. Acesso em: 16 jul. 2013.

SCHNEIDER, C. L. Police power and race riots in Paris. **Politics & Society**, v. 36, n. 1, p. 133-159, Mar. 2008. doi:10.1177/0032329208314802.

_____. **Police power and race riots**: urban unrest in Paris and New York. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2014.

SHELBY, T. **We who are dark**: the philosophical foundations of Black Solidarity. Cambridge: Mass., Harvard University Press, 2005.

SILVERSTEIN, P. A.; TETREAULT, C. 2006 Postcolonial Urban Apartheid. **Social Science Research Council. Items and Issues**, v. 5, n. 4, p. 8-15, 2006. Disponível em: <http://riotsfrance.ssrc.org/Silverstein_Tetreault/>. Acesso em: 14 maio 2013.

SIMON, P. Nationalité et origine dans la statistique française: les catégories ambiguës. **Population**, v. 53, n. 3, p. 541-567, 1998. Disponível em: <http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/pop_0032-4663_1998_num_53_3_6872>. Acesso em: 14 jun. 2013.

_____. Discriminations négatives: pour une politique contre le délit de faciès. **Mouvements**, n. 44, p. 101-107, 2006. doi:10.3917/mouv.044.0101.

_____. “Ethnic” statistics and data protection in the Council of Europe countries. Estrasburgo, França: Conselho de Europa, 2007. (Relatório de pesquisa).

_____. La lutte contre les discriminations n’a pas eu lieu: la France multiculturelle et ses adversaires. **Mouvements**, n. 83, p. 87-96, 2015. Disponível em: <<http://www.cairn.info/revue-mouvements-2015-3-page-87.htm>>. Acesso em: 18 nov. 2015.

SKIDMORE, T. EUA bi-racial vs. Brasil multirracial: o contraste ainda é válido? **Novos Estudos**, São Paulo, n. 34, p. 49-62, nov. 1992.

STATISTIQUES CONTRE DISCRIMINATIONS pour combattre les inégalités ‘ethniques’: les chercheurs ont besoin d’instruments de mesure fiables. *Le Monde*, 13 mars 2007. **French Politics, Culture & Society**, Oxford, New York, v. 26, n. 1, p. 67-70, 2008. doi:10.3167/fpcs.2008.260107.

STOVALL, T. Universalisme, différence et invisibilité: essai sur la notion de race dans l’histoire de la France contemporaine. **Cahiers d’histoire. Revue d’histoire critique**, Paris, n. 96-97 [versão online], 2005. Disponível em: <<http://chrhc.revues.org/956>>. Acesso em: 24 jan. 2013.

THOMAS, D.; RICHARD, D. **Africa and France: postcolonial cultures, migration, and racism**. Bloomington: Indiana University Press, 2013.

TILLY, C. **The Politics of Collective Violence**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

TOURAINE, A. **Sociologie de l’action: pour une sociologie des mouvements sociaux**. Paris: Le Seuil, 1965.

TAGUIEFF, P. A.; TRIBALAT, M. **Face au Front national**: arguments pour une contre-offensive. Paris: La Découverte, 1998. 144 p. (Sur le vif).

TNS SOFRES; CRAN. **Les discriminations à l'encontre des populations noires de France**. França, Montrouge: TNS Sofres, 31 jan. 2007.

TRIBALAT, M. Immigrés, étrangers, Français: l'imbroglio statistique. **Population et Sociétés**, n. 241, 1989.

_____. Combien sont les Français d'origine étrangère? **Économie et Statistique**, n. 242, p. 17-29, 1991.

_____. Les immigrés au recensement de 1990 et les populations liées à leur installation en France. **Population**, n. 6, p. 1911-1946, 1993.

_____. Mise au point. In: **Populations et Sociétés**, n. 291, 1994.

_____. L'enquête mobilité géographique et insertion sociale: une remise en cause des habitudes statistiques françaises. In: **Espace, Populations, Sociétés**, n. 2-3, p. 215-225, 1996.

_____. Chronique de l'immigration: les populations d'origine étrangère en France métropolitaine. In: **Population**, a. 52, n. 1, p. 163-219, 1997.

_____. Une estimation des populations d'origine étrangère en France en 1999. **Population**, Paris, v. 59, n. 1, p. 51-81, 2004. doi:10.3917/popu.401.051.

TSHIMANGA, C.; GONDOLA, D.; BLOOM, P. J. (Ed.). **Frenchness and the African diaspora**: identity and uprising in contemporary France. Bloomington: Indiana University Press, 2009. 336 p.

UPTON, J. N. **A social history of 20th century urban riots**, Bristol, IN, U.S.A.: Wyndham Hall Press, 1984. 73 p.

VAN DER BERGHE, P. **Problemas raciales**. México: Fondo de Cultura Económica, 1971.

WACQUANT, L. L'Etat incendiaire face aux banlieues en feu. **Santé, Drogues, Société**, n. 42, p. 18-19, déc. 2005 – janv. 2006. (Entretien).

_____. **Parias urbains**: ghetto, banlieues, État. Paris: La Découverte, 2006a.

_____. Ghetto, banlieues, État: réaffirmer la primauté du politique. **Nouveaux Regards**, n. 33, p. 62-66, 2006b. (Entretien).

_____. Les banlieues populaires à l'heure de la marginalité avancée. **Les Grands Dossiers des Sciences Humaines**, n. 4, p. 30-33, 2006c.

_____. French working-class banlieues and black american ghetto: from conflation to comparison. **Qui Parle**, Berkeley, v. 16, n. 2, p. 5-38, 2007.

WADDINGTON, D. Émeutes en Grande-Bretagne et en France: une comparaison. **Cités**, n. 50, p. 29-37, 2012. doi:10.3917/cite.050.0029.

WADDINGTON, D.; JOBARD, F.; KING, M. **Rioting in the UK and France**: a comparative analysis. Cullompton-Portland: Willan Publishing, 2009, p. 27-38.

WALLERSTEIN, I. The French riots: rebellion of the underclass. Commentary n. 174, **The point is**. 1 Dec. 2005. (Blog). Disponível em: <<http://badmatthew.blogspot.com/2005/12/wallerstein-on-france-rebellion-of.html>>. Acesso em: 27 abr. 2015.

WEIL, P. **Qu'est-ce qu'un Français?**: histoire de la nationalité française de la Révolution à nos jours. Paris: Grasset, 2002. 480 p. (Broché).

_____. **La République et sa diversité**: immigration, intégration, discriminations. Paris: Éds. du Seuil, 2005.

WIEVIORKA, M. Approche comparée des violences urbaines. **Cultures & Conflits**, Paris, n. 6, p. 2-6, été 1992. (Editorial). Disponível em: <<http://conflits.revues.org/649>>. Acesso em: 8 nov. 2015.

_____. **A democracia à prova**: nacionalismo, populismo e etnicidade. Lisboa: Instituto Piaget, 1995. (Economia e Política).

WIEVIORKA, M. Ghettoïsation: un Cran d'arrêt. **Libération**, Paris, 19 déc. 2005. Disponível em: <http://www.liberation.fr/tribune/2005/12/19/ghettoisation-un-cran-d-arret_542298>. Acesso em: 1 nov. 2013.

WINOCK, M. **La France et les juifs**: de 1789 à nos jours. Paris: Éds. du Seuil, 2004.

WRENCH, J. Data on discrimination in EU countries: statistics, research and the drive for comparability. **Ethnic and Racial Studies**, v. 34, n. 10, p. 1715-1730, 2011.

ZANCARINI-FOURNEL, M. Généalogie des rebellions en temps de crise (1971-1981). **Vingtième siècle**, n. 84, p. 119-127, 2004. doi:10.3917/ving.084.0119.

APÊNDICE A – Síntese do tratamento dado às “émeutes” de 2005 por 5 diários franceses

Jornal	Cobertura dos protestos	Tipo de tratamento e elementos de destaque
Le Monde	201 matérias e 30 editoriais	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Atenção voltada para a cobertura das reações políticas e institucionais; ▪ Pouco espaço para os problemas educacionais e inserção profissional dos habitantes das áreas carentes; ▪ Pouca atenção aos incidentes que geraram os protestos; ▪ O caráter violento e a atuação das forças policiais são destacados; ▪ Imigração e modelo de integração nacional cobertos em contraposição a outros países
Le Figaro	200 artigos e 30 editoriais	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Destaque principal às reações políticas, especialmente aos atores institucionais e às respostas dadas pelo governo; ▪ Ampla cobertura dos episódios de violência, do tema da segurança pública e da ação policial; ▪ Grande atenção para a cobertura dos processos judiciais envolvendo os manifestantes; ▪ Debate sobre as condições de imigração e reagrupamento familiar, as questões sociais e a imigração abordadas a partir da cobertura das ações governamentais.
Libération	227 artigos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Cobertura das circunstâncias ambíguas da morte dos jovens; ▪ Amplo destaque aos relatos e histórias de vida do cotidiano nos bairros populares franceses; ▪ Grande atenção aos problemas sociais (especialmente de educação e emprego) e às motivações dos participantes nos protestos; ▪ Destaque para a discriminação etnicorracial nos bairros populares; ▪ Dimensão política presente, mas em menor intensidade em comparação com Le Monde e Le Figaro e com um maior espaço à oposição; ▪ Crítico em relação às ações de repressão do governo e a “Sarko”.

Jornal	Cobertura dos protestos	Tipo de tratamento e elementos de destaque
L'Humanité	129 artigos e cerca de 100 editoriais	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Grande atenção para as causas dos protestos e os incidentes iniciais; ▪ Destaque para as causas estruturais dos protestos e os problemas sociais nos bairros populares franceses; ▪ Críticas em relação à falta de financiamentos públicos para os territórios mais pobres e carentes; ▪ Dimensão política presente, mas com menor peso em relação aos problemas sociais; ▪ Denúncia das medidas governamentais em matéria repressiva.
Le Progrès.	130 artigos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Leitura factual das violências ▪ Dimensão local dos protestos; ▪ Atenção aos problemas sociais, especialmente educação e emprego; ▪ Sem cobertura das reações políticas.

Fonte: Depeyre (2008). Elaboração própria.

APÊNDICE B – Cobertura dos jornais norte-americanos sobre as “émeutes” de 2005

N.	Título	Jornal	Data	Seção	Pág.
1	March Over Deaths in Paris	NY Times	30/10/05	Foreign Desk	18
2	22 Held for Riots in France	NY Times	31/10/05	Foreign Desk	10
3	WORLD IN BRIEF	Wash. Post	01/11/05		A21
4	Anger Erupts In Paris Suburb After Deaths Of Muslim Boys	Wash. Post	02/11/05		A15
5	Rioting in Paris Suburbs Continues for 7th Night	LA Times	03/11/05	Foreign Desk	A.4
6	Chirac urges calm as suburban riots spread	Int. Her. Trib.	03/11/05	News	2
7	Chirac Appeals for Calm as Violent Protests Shake Paris's Suburbs	NY Times	03/11/05	Foreign Desk	11
8	French Minister, Sarkozy, Stumbles Over Paris Riots	WSJ	03/11/05		A10
9	Paris Is Burning	WSJ	03/11/05	Editorial	13
10	French Rioting Spreads as Government Seeks an Answer	Wash. Post	03/11/05		A12
11	Riots Put a Fear in the French	LA Times	04/11/05	Foreign Desk	A1
12	In Paris suburbs, an untamed anger	Int. Her. Trib.	04/11/05	News	1
13	Riots in Paris	Int. Her. Trib.	04/11/05	Opinion	6
14	In Paris, Tough Talk Isn't Enough	NY Times	04/11/05	Editorial Desk	26
15	Rioting Spreads in Paris Suburbs as Angry Youths Burn More Cars	NY Times	04/11/05	Foreign Desk	3
16	Revolt of the Interns	WSJ	04/11/05	Rev. & Outlook	A14
17	Rioters Attack Trains, Schools and Businesses in the Paris Suburbs	Wash. Post	04/11/05		A19
18	French Riots Rage for 9th Night	LA Times	05/11/05	Foreign Desk	A3
19	'We're French,' but not 'real' French	Int. Her. Trib.	05/11/05	News	1
20	More arson, but clashes recede in Paris suburbs	Int. Her. Trib.	05/11/05	News	4
21	3 paths to blended Europe all flawed	NY Times	05/11/05	News	1
22	Angry Immigrants Embroil France in Wider Riots	NY Times	05/11/05	Foreign Desk	1
23	World-Wide	WSJ	05/11/05	World-Wide Note	A1
24	Les Misérables	WSJ	05/11/05	Opinion	A8
25	As Youth Riots Spread Across France, Muslim Groups Attempt to Intervene	Wash. Post	05/11/05		A01
26	On the 10th Day, Violence Spills Across France	LA Times	06/11/05	Foreign Desk	A3
27	France Has an Underclass, But Its Roots Are Still Shallow	NY Times	06/11/05	The world	3
28	Riots and Violence Spread From Paris to Other French Cities	NY Times	06/11/05	Foreign Desk	3
29	Rage of French Youth Is a Fight for Recognition	Wash. Post	06/11/05		A01
30	Riots Spread Across France And Into Paris	Wash. Post	06/11/05		A20
31	Chirac Vows to Restore Order as Riots Grow Across France	LA Times	07/11/05	Foreign Desk	A1
32	The fires of disintegration	LA Times	07/11/05	Editorial	B13
33	As rioting spreads, France maps tactics	Int. Her. Trib.	07/11/05	News	1
34	France vows reply to spreading riots	Int. Her. Trib.	07/11/05	News	1
35	Chance encounter set off disturbances	Int. Her. Trib.	07/11/05	News	3
36	10 OFFICERS SHOT AS RIOTS WORSEN IN FRENCH CITIES	NY Times	07/11/05	Foreign Desk	1
37	Behind the Furor, the Last Moments of 2 Youths	NY Times	07/11/05	Foreign Desk	10
38	Culture Clash: Muslim Groups May Gain Strength From French Riots	WSJ	07/11/05		A1
39	Bonfire of the Vanities	WSJ	07/11/05		A20
40	World-Wide	WSJ	07/11/05	World-Wide Note	1
41	Chirac Speaks Out on Rioting	Wash. Post	07/11/05		A14
42	France's shattered image	USA Today	07/11/05	News	12A
43	Rioting Youths See 'No Future'	LA Times	08/11/05	Foreign Desk	A.1
44	For police on front line, a tough, and scary, task	Int. Her. Trib.	08/11/05	News	1
45	France to allow local curfews; First death is reported in rioting	Int. Her. Trib.	08/11/05	News	1
46	Rioters shoot at French police	Int. Her. Trib.	08/11/05	News	1
47	Encounter that led to the rioting	Int. Her. Trib.	08/11/05	News	4
48	In Germany, a cautious sense that 'we don't have to fear this'	Int. Her. Trib.	08/11/05	News	4
49	The sickness in France's heart	Int. Her. Trib.	08/11/05	Opinion	8
50	LETTERS TO THE EDITOR; Meltdown in France	Int. Her. Trib.	08/11/05	Opinion	9
51	FRENCH OFFICIALS TRY TO EASE FEAR AS CRISIS SWELLS	NY Times	08/11/05	Foreign Desk	1
52	While Paris Burns	NY Times	08/11/05	Editorial Desk	26
53	Suburban Officers Criticized As Insensitive to Racism	NY Times	08/11/05	Foreign Desk	6
54	Despite Minor Incidents, Chance of Large-Scale Riots Elsewhere in Europe Is Seen as Small	NY Times	08/11/05	Foreign Desk	7
55	France Authorizes Curfews as Riots Cast Doubt on Its Policing System	WSJ	08/11/05		A1
56	Our Immigrants, Their Immigrants	WSJ	08/11/05		A16
57	French Suburbia, Circa 2005	WSJ	08/11/05		15
58	France Beefs Up Response to Riots	Wash. Post	08/11/05		A01
59	Fires in France	Wash. Post	08/11/05	Editorial	A18
60	France Imposes a State of Emergency to Quell Riots	LA Times	09/11/05	Foreign Desk	A3
61	The rage burning through France	LA Times	09/11/05	Editorial	B12
62	The roots of the riots	LA Times	09/11/05	Editorial	B13
63	French state of emergency	Int. Her. Trib.	09/11/05	News	1
64	Why Singapore hums as riots sweep France	Int. Her. Trib.	09/11/05	News	2

N.	Título	Jornal	Data	Seção	Pág.
65	France's team flies far in pursuit of harmony	Int. Her. Trib.	09/11/05	Sport	20
66	France, in disorder, declares emergency	Int. Her. Trib.	09/11/05	News	4
67	Other Europeans play down risk of violence	Int. Her. Trib.	09/11/05	News	4
68	Suburban police called 'unprepared and afraid'	Int. Her. Trib.	09/11/05	News	4
69	FRANCE IN TURMOIL: A blow to the country's image	Int. Her. Trib.	09/11/05	News	6
70	Inside French Housing Project, Feelings of Being the Outsiders	NY Times	09/11/05	Foreign Desk	1
71	France Declares Emergency	NY Times	09/11/05	Foreign Desk	12
72	The Rioting That Roils France	NY Times	09/11/05	Editorial Desk	26
73	Get French or Die Trying	NY Times	09/11/05	Editorial Desk	27
74	The Revolt of Ennui	NY Times	09/11/05	Editorial Desk	27
75	World-Wide	WSJ	09/11/05		A1
76	French Labor Model Fuels Riots	WSJ	09/11/05	International	A14
77	When Suburbs Burn	WSJ	09/11/05		A16
78	Eyes Wide Shut	WSJ	09/11/05		15
79	The Birth of Organized Islam	WSJ	09/11/05		16
80	Violence Erupts As Its Roots Are Debated in Plaza	Wash. Post	09/11/05		A22
81	A Crisis for France, and Sarkozy	Wash. Post	09/11/05		A22
82	French Lessons	Wash. Post	09/11/05	Editorial	A31
83	But, What Country Is This?'	Wash. Post	09/11/05	Editorial	A31
84	Why France Is Burning	Wash. Post	09/11/05	Editorial	A31
85	In French riots, a lesson for Europe	USA Today	09/11/05	News	15A
86	France Plans to Deport Rioters	LA Times	10/11/05	Foreign Desk	A.3
87	France to deport foreigners in riots	Int. Her. Trib.	10/11/05	News	1
88	Frenchness: One size doesn't fit all	Int. Her. Trib.	10/11/05	News	1
89	Emergency decree published in Paris	Int. Her. Trib.	10/11/05	News	5
90	As nation simmers, Sarkozy softens message on the rioters	Int. Her. Trib.	10/11/05	News	6
91	FRANCE IN TURMOIL / Where is the president?	Int. Her. Trib.	10/11/05	News	6
92	Some television stations choose to tone down coverage	Int. Her. Trib.	10/11/05	News	6
93	LETTERS TO THE EDITOR: The Paris riots continue	Int. Her. Trib.	10/11/05	Opinion	9
94	Inside	NY Times	10/11/05	Metrop. Desk	1
95	Chirac, Lover of Spotlight, Avoids Glare of France's Fires	NY Times	10/11/05	Foreign Desk	12
96	France Prepares to Deport Foreigners Guilty of Rioting	NY Times	10/11/05	Foreign Desk	12
97	French Police Fear That Blogs Have Helped Incite Rioting	NY Times	10/11/05	Foreign Desk	12
98	Gangsta, in French	NY Times	10/11/05	Editorial Desk	29
99	World-Wide	WSJ	10/11/05		A1
100	Europe's Arab Muslims Don't Want To Integrate	WSJ	10/11/05		A17
101	Racism Is the Fuel Lighting Up Gallic Skies	WSJ	10/11/05	Letters to Editor	A17
102	Reporter's Notebook: To get a world away from riots takes 15 minutes	WSJ	10/11/05	Economy & Pol.	9
103	Why Is France in Flames?	WSJ	10/11/05		14
104	France's Youth Battles Also Waged on the Web	Wash. Post	10/11/05		A18
105	Few in Europe Fear French Riots Will Spread	Wash. Post	10/11/05		A22
106	Chirac Says France Must Assist Poor	LA Times	11/11/05	Foreign Desk	A.5
107	Success stories offer advice for France	Int. Her. Trib.	11/11/05	News	1
108	Silent night in wartime	Int. Her. Trib.	11/11/05	Feature	11
109	Chirac admits France slow to see problems	Int. Her. Trib.	11/11/05	News	4
110	A curfew with party still going	Int. Her. Trib.	11/11/05	News	4
111	FRANCE IN TURMOIL: Looking for solutions	Int. Her. Trib.	11/11/05	News	5
112	LETTERS TO THE EDITOR: France's social strife	Int. Her. Trib.	11/11/05	Opinion	9
113	What does 'assimilation' mean?	Int. Her. Trib.	11/11/05	Opinion	9
114	France Faces a Colonial Legacy: What Makes Someone French?	NY Times	11/11/05	Foreign Desk	1
115	Target of Critics, Chirac Says He'll Discuss French Unrest After Order Prevails	NY Times	11/11/05	Foreign Desk	6
116	Burning Down The House In Franceland	WSJ	11/11/05		A10
117	French Lessons	WSJ	11/11/05	Rev. & Outlook	A10
118	French Crackdown Sparks Criticism	WSJ	11/11/05	International	A8
119	In France, a Call for Inclusion	WSJ	11/11/05	International	A8
120	Violence In Paris Has Little Impact On Tourist Economy	WSJ	11/11/05		B1
121	Taste de gustibus: While the Burbs Are Burning, Paris Is Steaming	WSJ	11/11/05	Weekend Journal	W11
122	Leading the News: France's moves against rioters draw praise and concern	WSJ	11/11/05		2
123	Leading the News: French minority senator walks alone	WSJ	11/11/05		2
124	Parents' Tears Calm Youth Rage	Wash. Post	11/11/05		A18
125	Accepting Diversity Is Hard but Necessary	Wash. Post	11/11/05	Editorial	A25
126	French rioting spurs British haughtiness, introspection	USA Today	11/11/05	News	13A
127	Plan to visit France? No need to panic yet	USA Today	11/11/05	Life	1D
128	On French immigrants, the words left unsaid	Int. Her. Trib.	12/11/05	News	2
129	The French evolution: From stones to cars	Int. Her. Trib.	12/11/05	News	6
130	Thousands of police are deployed in Paris	Int. Her. Trib.	12/11/05	News	6
131	Gangsta Gottabes	NY Times	12/11/05	Editorial Desk	14
132	Police Brace for Violence in Paris, Citing Web Messages	NY Times	12/11/05	Foreign Desk	3
133	The Week in Review	WSJ	12/11/05		A2

N.	Título	Jornal	Data	Seção	Pág.
134	Paris Spared Riots on Holiday	Wash. Post	12/11/05		A19
135	Mother of All Misspellings	Wash. Post	12/11/05	Editorial	A23
136	In France, Alienation Is a Two-Way Street	LA Times	13/11/05	Foreign Desk	A.1
137	Riots Spread to Second-Largest French City	LA Times	13/11/05	Foreign Desk	A.22
138	Rioting in France prompts alerts	LA Times	13/11/05	Feature	L.3
139	Five questions non-Muslims would like answered	LA Times	13/11/05	Editorial	M.2
140	FIVE JOKES	LA Times	13/11/05	Editorial	M.2
141	Stop when it hurts	LA Times	13/11/05	Editorial	M.2
142	It won't happen here	LA Times	13/11/05	Editorial	M.5
143	A Very French Message From the Disaffected	NY Times	13/11/05	Foreign Desk	14
144	Paris Police Are on Guard As Fear Rises Over Threats	NY Times	13/11/05	Foreign Desk	14
145	David Letterman	NY Times	13/11/05	Week in Review	2
146	The French Riots: A Political Scorecard	NY Times	13/11/05	The world	4
147	Riots? What Riots? A Nostalgic Look at the City of Light	NY Times	13/11/05	Arts and Leisure	42
148	Police, Rioting Youths Clash in Central Lyon	Wash. Post	13/11/05		A18
149	A French City and Its Underclass Drift Apart	Wash. Post	13/11/05		A18
150	The Other France, Separate and Unhappy	Wash. Post	13/11/05	Outlook	B01
151	When in Paris . . . ; What Should the Algerians and Moroccans Do?	Wash. Post	13/11/05	Outlook	B05
152	Trade Talks Founder Talks a ...	Wash. Post	13/11/05	Financial	F02
153	Coming and Going	Wash. Post	13/11/05	Travel	P01
154	Quote of the Week	Wash. Post	13/11/05	Travel	P02
155	French Riots Nearing End, Official Says	LA Times	14/11/05	Foreign Desk	A.4
156	Boot's observations on unrest in France	LA Times	14/11/05	Editorial	B.10
157	French police confront youths in center of Lyon	Int. Her. Trib.	14/11/05	News	3
158	Immigrant parents pressured in France	Int. Her. Trib.	14/11/05	News	3
159	French Unrest Subsides, but Violence Persists in Lyon	NY Times	14/11/05	Foreign Desk	8
160	The Shame of the Cites: French Unrest Finds A Home in Projects	WSJ	14/11/05		A1
161	Youth Violence Persists in Southern France	Wash. Post	14/11/05		A13
162	Unrest in France is not 'civil' disobedience	USA Today	14/11/05	News	20A
163	Chirac to Fight Civil Unrest on Two Fronts	LA Times	15/11/05	Foreign Desk	A.3
164	Chirac addresses 'malaise' in France	Int. Her. Trib.	15/11/05	News	1
165	With wobbly landing, Sarkozy survives riots	Int. Her. Trib.	15/11/05	News	2
166	Marseille's recipe for composure	Int. Her. Trib.	15/11/05	News	8
167	Chirac to Ask For Extension Of Crisis Rules To Combat Riots	NY Times	15/11/05	Foreign Desk	14
168	Nobody Wants a European Crackup	WSJ	15/11/05	Global View	A23
169	Leading the News: Immigrant group injects secularism into French projects	WSJ	15/11/05		3
170	French riots underscore Europe's dilemma	WSJ	15/11/05	Economy & Pol.	9
171	Assessing Europe's Woes	WSJ	15/11/05	Global View	14
172	Chirac Says Riots Rooted in 'Deep Malaise'	Wash. Post	15/11/05		A15
173	Elite French school tries to adapt as nation changes	USA Today	15/11/05	News	11A
174	Lower House Votes to Extend Special Powers	LA Times	16/11/05	Foreign Desk	A.15
175	Chirac says France must strive for diversity	Int. Her. Trib.	16/11/05	News	2
176	A black TV anchor makes news in France	Int. Her. Trib.	16/11/05	News	3
177	A loud 'non' to quotas based on race	Int. Her. Trib.	16/11/05	News	3
178	LETTERS TO THE EDITOR; A closer look at France	Int. Her. Trib.	16/11/05	Opinion	9
179	France Is Trying, Discreetly, to Integrate Television a Bit	NY Times	16/11/05	Foreign Desk	1
180	The Islamist Battleground	WSJ	16/11/05		13
181	Long Integrated, Marseille Is Spared	Wash. Post	16/11/05		A12
182	French Premier Visits Suburb Hit by Violence	Wash. Post	16/11/05		A12
183	At home in Italy, but still apart; Islam in Europe	Int. Her. Trib.	17/11/05	News	1
184	What France can learn from 1960s New York; Letter from America	Int. Her. Trib.	17/11/05	News	2
185	French TV begins to display face of diversity	Int. Her. Trib.	17/11/05	News	4
186	LETTERS TO THE EDITOR; After the riots in France	Int. Her. Trib.	17/11/05	Opinion	7
187	WORLD IN BRIEF	Wash. Post	17/11/05		A28
188	What's French for Lost?	Wash. Post	17/11/05	Editorial	A31
189	A 'defining moment' for French Socialists	Int. Her. Trib.	18/11/05	News	3
190	A new reason for riots: Polygamy	Int. Her. Trib.	18/11/05	News	3
191	LETTERS TO THE EDITOR; France's woes	Int. Her. Trib.	18/11/05	Opinion	7
192	World Watch -- Europe: France Back To 'Normal', But Still On Guard	WSJ	18/11/05		A14
193	Preempting the Violence That Comes of Intolerance	Wash. Post	18/11/05		A18
194	WORLD IN BRIEF	Wash. Post	18/11/05		A20
195	Britain's multicultural experiment goes on	Int. Her. Trib.	19/11/05	News	2
196	Did Sarkozy lean on publisher to keep book off shelf?	Int. Her. Trib.	19/11/05	News	3
197	LETTERS TO THE EDITOR; Defending the French model	Int. Her. Trib.	19/11/05	Opinion	7
198	The Weekend Interview with Jean-Marie Le Pen: Back in Business	WSJ	19/11/05		A6
199	Kiss the Melting Pot Goodbye	WSJ	19/11/05	Rule of Law	A7
200	Uniquely French	Wash. Post	19/11/05	Editorial	A24
201	'We're here because you were there'	LA Times	20/11/05	Editorial	M.5
202	Continental Drift	NY Times	20/11/05	Magazine	22

N.	Título	Jornal	Data	Seção	Pág.
203	What Britain Can Tell France About Rioters	NY Times	20/11/05	The world	4
204	French Justice on the Fast Track	LA Times	21/11/05	Foreign Desk	A1
205	Can it happen in Britain too?	LA Times	21/11/05	Editorial	B11
206	L'Equipe looking beyond France	Int. Her. Trib.	21/11/05	Finance	13
207	Marseille Seeks Clam By Blurring Church-State Line	WSJ	21/11/05		A1
208	Separation Anxiety: Marseille Seeks Calm by Blurring Church-State Line	WSJ	21/11/05		A1
209	A Mixed Family Struggles On France's Urban Fringe	Wash. Post	21/11/05		A01
210	LETTERS TO THE EDITOR; A French problem	Int. Her. Trib.	22/11/05	Opinion	9
211	A higher calling for the courts; The French riots	Int. Her. Trib.	23/11/05	Opinion	6
212	If only French leaders listened to pop culture	Int. Her. Trib.	24/11/05	News	2
213	French police seize dozens in sweeps of suburbs	Int. Her. Trib.	24/11/05	News	3
214	French lawmakers debate antiterror bill	Int. Her. Trib.	24/11/05	News	4
215	In France, Artists Have Sounded the Warning Bells for Years	NY Times	24/11/05	News	1
216	In France, Anthems of Alienation	Wash. Post	24/11/05		A29
217	Fundamentalism in French Workplace	LA Times	26/11/05	Foreign Desk	A3
218	World Briefing Europe: France: More Arrests In Civil Unrest	NY Times	26/11/05	Foreign Desk	7
219	A palette where the colors don't mix	LA Times	27/11/05	Culture	E.1
220	The monsters who eat escargot	LA Times	27/11/05	Editorial	M.5
221	Revolting High Rises	NY Times	27/11/05	Magazine	28
222	In French Islamist Tide, Secular Option Struggles	WSJ	28/11/05	International	A15
223	Don't Suppress His Voice	WSJ	29/11/05	Letters to Editor	14
224	World Briefing Europe: France: Immigration Rules Tightened	NY Times	30/11/05	Foreign Desk	14
225	France Weighs Immigration Controls After Riots	Wash. Post	30/11/05		A14
226	French Fantasy World Masks Welfare Realities	WSJ	01/12/05		A17
227	France to address conflict	USA Today	01/12/05	News	4A
228	Racial Split Seen in Russian Politics	LA Times	02/12/05	Foreign Desk	A1
229	Muslim women take charge of their faith	Int. Her. Trib.	02/12/05	News	1
230	Abuse case thrown out in France	Int. Her. Trib.	02/12/05	News	3
231	The French tackle discrimination	Int. Her. Trib.	02/12/05	News	3
232	Film on French riots is turning point for game technology	WSJ	02/12/05		32
233	TV can boost image of Muslims	USA Today	02/12/05	News	13
234	In Germany, Muslims grow apart; Islam in Europe	Int. Her. Trib.	03/12/05	News	1
235	Belgium says France endangered terror raid	Int. Her. Trib.	03/12/05	News	3
236	France to combat bias on a broad front in '06	Int. Her. Trib.	03/12/05	News	3
237	Expulsion doesn't help	Int. Her. Trib.	03/12/05	Opinion	5
238	The New Berlin Wall	NY Times	04/12/05	Magazine	66
239	U.S. model for Europe: Immigrant work ethic	Int. Her. Trib.	06/12/05	News	2
240	Put migration on the public agenda	Int. Her. Trib.	06/12/05	Opinion	8
241	Riots in France hurt November retail sales	Int. Her. Trib.	07/12/05	Finance	15
242	Constitution's Citizenship Clause Misread	WSJ	07/12/05	Letters to Editor	A19
243	Europe's Immigrant Divide	WSJ	08/12/05	International	A14
244	After France	WSJ	08/12/05		15
245	France: Move To Improve Tourist Image After Riots	NY Times	09/12/05	Foreign Desk	10
246	Europe: Trendy Paris's New 'Hood	WSJ	10/12/05	Travel	P10
247	The French: Married to the Past, And Thinking of Divorce	NY Times	11/12/05	Week in Review	7
248	Just outside Paris, no jobs, 'no sun'	Int. Her. Trib.	12/12/05	News	1
249	Immigrants' Dreams Mix With Fury in a Gray Place Near Paris	NY Times	12/12/05	Foreign Desk	1
250	Remaking the French Ghettos	NY Times	12/12/05	Editorial Desk	26
251	In the suburbs of Paris, 'the sun never shines'	Int. Her. Trib.	13/12/05	News	6
252	France's rift: culture, not color	Int. Her. Trib.	13/12/05	Opinion	9
253	French, Seeing Terror Plot, Arrest 20 During Raids in Paris Region	NY Times	13/12/05	Foreign Desk	5
254	Islam and Europe: A Volatile Mix	WSJ	14/12/05		A1
255	Count minorities, French aide urges	Int. Her. Trib.	16/12/05	News	3
256	Law on Teaching Rosy View of Past Is Dividing France	Wash. Post	17/12/05		A14
257	In the Heart of Paris, an African Beat	NY Times	18/12/05	Travel Desk	1
258	Elite French Schools Block The Poor's Path to Power	NY Times	18/12/05	Foreign Desk	8
259	France's Urban Renewal	NY Times	19/12/05	Editorial Desk	32
260	After 100 years, France questions its secularity	Int. Her. Trib.	20/12/05	News	3
261	France wrestles with its past	WSJ	20/12/05	Economy & Pol.	8
262	A tough job for France: Learn about apprentices	Int. Her. Trib.	21/12/05	Finance	18
263	Spook Stories	WSJ	22/12/05		11
264	In Germany, immigrants face a tough road	Int. Her. Trib.	26/12/05	News	1
265	In French suburbs, rage 'is only asleep';	Int. Her. Trib.	27/12/05	News	1
266	No real answer to riots in political wrangling	Int. Her. Trib.	27/12/05	News	2
267	In France, a fragile calm masks a rage that still simmers	Int. Her. Trib.	28/12/05	News	1
268	Muslim Women in Europe Claim Rights and Keep Faith	NY Times	29/12/05	Foreign Desk	3
269	How Islamic Group's Ties Reveal Europe's Challenge	WSJ	29/12/05		A1
270	LETTERS TO THE EDITOR; France's troubles	Int. Her. Trib.	30/12/05	Opinion	7
271	Embattled Europe	LA Times	31/12/05	Editorial	B16
272	France acts to head off New Year's car burning	Int. Her. Trib.	31/12/05	News	3

N.	Título	Jornal	Data	Seção	Pág.
273	Wary France Adding Police For New Year's	NY Times	31/12/05	Foreign Desk	8
274	2006: A Pivot for History?	Wash. Post	01/01/06	Editorial	B07
275	LETTERS TO THE EDITOR; Rioting for jobs	Int. Her. Trib.	02/01/06	Opinion	7
276	France to End State of Emergency	Wash. Post	04/01/06		A13
277	World Briefing Europe: France: Chirac Wants New History Law	NY Times	05/01/06	Foreign Desk	8
278	World Watch -Europe: Chirac Encourages Joie De Vivre In Glum France	WSJ	05/01/06		A12
279	Rioters on a Train	WSJ	05/01/06		9
280	The French Disconnection	NY Times	08/01/06	Editorial Desk	15
281	France's New Race Relations	WSJ	09/01/06	International	A11

Nota 1: Os nomes dos seguintes jornais foram abreviados: *The International Herald Tribune* (Int. Her. Trib), *The New York Times* (NY Times), *The Wall Street Journal* (WSJ), *The Washington Post* (Wash. Post) e *Los Angeles Times* (LA Times).

Nota 2: O período coberto na pesquisa foi de 25/10/2005 a 10/01/2006.

Fontes: Bancos de dados Factiva; LexisNexis e ProQuest. Elaboração própria.

APÊNDICE C – Cobertura dos jornais britânicos sobre as “émeutes” de 2005

N.	Título	Jornal	Data	Seção	Pág.
1	Youths riot over electrocutions	Indepen.	29/10/2005	News	26
2	Youths riot after Paris deaths	The Times	29/10/2005	Overseas News	47
3	Fires of 'civil war' break out in Paris	Observ.	30/10/2005	News	21
4	Sarkozy supports giving immigrants a vote in city polls	FT	31/10/2005	Europe	6
5	Weekend of rioting in Paris	Indepen.	31/10/2005	Foreign News	17
6	Deaths provoke youth riots on suburban estates	The Times	31/10/2005	Overseas News	33
7	Sarkozy pledges police crackdown after riots in Paris	Guard.	01/11/2005	International	24
8	'Misleading' ministers blamed over Paris riots	Indepen.	01/11/2005	Foreign News	18
9	Sarkozy gets tough with suburban hooligans	The Times	01/11/2005	Overseas News	34
10	Clichy youths riot for a fifth night	Indepen.	02/11/2005	Foreign News	23
11	Government split over Paris riots crisis	FT	03/11/2005	Europe	12
12	Paris riots: Chirac calls for calm as violence spreads through capital's suburbs	Guard.	03/11/2005	International	20
13	Paris riots: FAQ: How did it start	Guard.	03/11/2005	International	21
14	Paris: City of fights	Guard.	03/11/2005	Leader	34
15	Ministers quarrel after further night of rioting in Paris	Indepen.	03/11/2005	Foreign News	25
16	Chirac's appeal for calm ignored as riots flare up again	Indepen.	03/11/2005	Foreign News	25
17	Suburbs are ablaze with anger	The Times	03/11/2005	Overseas News	37
18	Sarkozy and de Villepin blamed over Paris rioting	FT	04/11/2005	Europe	10
19	Today on the web: Paris riots	Guard.	04/11/2005	Home	2
20	France: Police station ransacked in latest round of rioting	Guard.	04/11/2005	International	24
21	John Lichfield the government's clumsy response has only encouraged the copycats	Indepen.	04/11/2005	Foreign News	33
22	France unable to stop rioting for an eighth night	Indepen.	04/11/2005	Foreign News	33
23	France: an explosion of anger	Indepen.	04/11/2005	Leader	48
24	Paris autumn	The Times	04/11/2005	Features	23
25	Police pour in to halt suburban violence	The Times	04/11/2005	Overseas News	48
26	Sarkozy touches nerve over 'un-French' future	The Times	04/11/2005	Overseas News	48
27	Residents point to anger behind riots	FT	05/11/2005	Europe	6
28	Disabled woman set on fire as Paris riots spread	Guard.	05/11/2005	International	19
29	French riots: 'rioting has spread because people are ignored'	Indepen.	05/11/2005	News	2
30	Quote of the day	Indepen.	05/11/2005	Comment	37
31	Stop being so beastly to the barbarians	Indepen.	05/11/2005	Features	43
32	French riots: Paris on fire	Indepen.	05/11/2005	Title Page	1;2
33	Paris on fire: poverty and exclusion blamed for gang-related rioting	Indepen.	05/11/2005	Foreign News	26;27
34	Youths give up playstations for guerrilla game on streets	The Times	05/11/2005	Overseas News	50
35	France hit by a burning rage	S. Times	06/11/2005	Overseas News	20
36	France's style of rioting is a very suburban affair	S. Times	06/11/2005	Features; News	28
37	Opinion: 'this is blind rage against injustice and inequality'	Indepen.	06/11/2005	Foreign News	47
38	La haine: schools, synagogues and hundreds of cars burn. It's Paris 2005	Indepen.	06/11/2005	Foreign News	46;47
39	Violence sweeps France in 10th night of riots	Observ.	06/11/2005	News	1
40	French cabinet in crisis as riots erupt nationwide	Observ.	06/11/2005	News	2
41	Focus: French riots: The week Paris burned	Observ.	06/11/2005	News	18
42	A rioter's story: We're not louts. Sarkozy should've said sorry	Observ.	06/11/2005	News	19
43	An outcast generation: Analyst Hugues Lagrange says that young men have been driven to violence because they have no hope	Observ.	06/11/2005	News	19
44	Integration has to be voluntary: Good societies grow from strong roots	Observ.	06/11/2005	News	28
45	A burning issue for us all:	Observ.	06/11/2005	News	29
46	Paris crisis meeting as riots sweep the country	FT	07/11/2005	Front Page	1
47	Liberte, egalite et fraternite - but only for some	FT	07/11/2005	Europe	6
48	Riots fire up blogs	FT	07/11/2005	Ft Back	18
49	International: Chirac summons ministers over riots	Guard.	07/11/2005	Home	1
50	France in crisis: Chirac calls emergency meeting of top ministers	Guard.	07/11/2005	International	20
51	France in crisis: Worlds apart - Paris suburb on the divide between hope and despair	Guard.	07/11/2005	International	20

N.	Título	Jornal	Data	Seção	Pág.
52	Explosion in the suburbs: The riots now sweeping France are the product of years of racism, poverty and police brutality	Guard.	07/11/2005	Comment & Debate	33
53	French riots: liberte? Egalite? Fraternite? Realite	Indepen.	07/11/2005	Title Page	1
54	French riots: the troubling questions behind France's descent into chaos	Indepen.	07/11/2005	News	2
55	Violence born of social division	Indepen.	07/11/2005	Leader	32
56	France is burning because politicians ignored the problems of its immigrants	Indepen.	07/11/2005	Comment	33
57	Riots show folly of importing labour	Indepen.	07/11/2005	Comment	34
58	Outrage as Paris burns and French riots spread	The Times	07/11/2005	Overseas News	1
59	Flames spread to all corners as Chirac tries to keep control	The Times	07/11/2005	Overseas News	6
60	Colour-blind policy has fed Muslim radicalism	The Times	07/11/2005	Overseas News	7
61	The man whose fate rests on a solution to the revolt	The Times	07/11/2005	Overseas News	7
62	France's riot-hit areas face curfews	FT	08/11/2005	Front Page	1
63	Anti-terror laws risk inflaming tensions, warns Muslim group	FT	08/11/2005	National News	2
64	Ministerial rivalry clouded early response to French riots	FT	08/11/2005	Europe	9
65	Business defends efforts to employ minorities	FT	08/11/2005	Europe	9
66	Ex-minister attacks 'clumsiness' at the top	FT	08/11/2005	Europe	9
67	Berlin immigrants see warning signs from Paris violence	FT	08/11/2005	Europe	9
68	Burning issue	FT	08/11/2005	Companies Europe	16
69	Integration and work French riots expose marginalisation by labour policy	FT	08/11/2005	Leader	18
70	Paris violence undermines euro	FT	08/11/2005	Stock Mar. & Curren.	44
71	Investor confidence inspires equities	FT	08/11/2005	Ft Markets	46
72	Anelka deserves chance to rise above troubles with France	Guard.	08/11/2005	Sport	7
73	France in crisis: De Villepin orders security crackdown	Guard.	08/11/2005	International	19
74	France in crisis: Republican model: Founding principle called into question	Guard.	08/11/2005	International	19
75	Riots in France: Learning from each other	Guard.	08/11/2005	Leader	34
76	Reply: Letters and emails: France must face the consequences of its actions	Guard.	08/11/2005	Leader	35
77	Forty years of progress, but no room for complacency	Indepen.	08/11/2005	Leader	32
78	What the French could learn from moss side	Indepen.	08/11/2005	Comment	33
79	Letter: roots of violence in French cities	Indepen.	08/11/2005	Comment	34
80	French riots: French mayor declares curfew as rioting spreads	Indepen.	08/11/2005	Foreign News	6;7
81	French riot: early sign of alienation was booing of 'la marseillaise'	Indepen.	08/11/2005	Foreign News	6;7
82	France to fight back with more police and curfews	The Times	08/11/2005	Overseas News	6
83	School burning gets arsonists a bad name	The Times	08/11/2005	Overseas News	6
84	Fatwa tells the rioters to go home in the name of Allah	The Times	08/11/2005	Overseas News	7
85	Go home in the name of Allah, order imams with megaphones	The Times	08/11/2005	Overseas News	7
86	C'est l'economie, stupide -the real reason why the cars of Paris burn	The Times	08/11/2005	Features	19
87	De Villepin accused over reaction to riots	FT	09/11/2005	Front Page	1
88	ECB targets its problem nations	FT	09/11/2005	Front Page	1
89	A revolt of youth without religious motivation	FT	09/11/2005	Europe	6
90	To the barricades: street riots are plunging France into a 'crisis of the political class'	FT	09/11/2005	Comment & Analysis	17
91	Racism and poor housing fuel ire	FT	09/11/2005	Comment & Analysis	17
92	Urban renovation scheme enjoys an early success	FT	09/11/2005	Comment & Analysis	17
93	N Africans waiting for a policy change	FT	09/11/2005	Letters To The Editor	18
94	Why liberal Islam is not the solution	FT	09/11/2005	Comment	19
95	Greenback has the edge on euro	FT	09/11/2005	Stock Mar. & Curren	42
96	French violence undermines euro	FT	09/11/2005	Ft Markets	44
97	International: Youths defiant amid French curfews	Guard.	09/11/2005	Home	1
98	All politicians want to be popular with voters. But rule by opinion poll is not what democracy is about	Guard.	09/11/2005	Features	7
99	World briefing: Europe faces 'fear of all things foreign'	Guard.	09/11/2005	International	17
100	We hate France and France hates us'	Guard.	09/11/2005	International	17
101	France is clinging to an ideal that's been pickled into dogma:	Guard.	09/11/2005	Comment & Debate	31
102	More liberty and equality	Guard.	09/11/2005	Comment & Debate	32
103	French riots: embattled French government declares state of emergency	Indepen.	09/11/2005	Foreign News	24

N.	Título	Jornal	Data	Seção	Pág.
104	French riots: death, grief and rage in a 'banlieue chaude'	Indepen.	09/11/2005	Foreign News	25
105	France's challenge: create more bad jobs	Indepen.	09/11/2005	Comment	39
106	Britain and French riots	The Times	09/11/2005	Features	18
107	Dousing the Flames	The Times	09/11/2005	Features	19
108	We have our own riotous assembly	The Times	09/11/2005	Features	21
109	Riot emergency brings back curfew laws of the colonial age	The Times	09/11/2005	Overseas News	35
110	Social divide and unrest: an epitaph for Chirac's presidency	The Times	09/11/2005	Overseas News	36
111	No mercy in conveyor-belt justice	The Times	09/11/2005	Overseas News	36
112	Resurgent dollar hits two-year high	The Times	09/11/2005	Business	52
113	Muslim press gives vent to feelings of anxiety and scorn	FT	10/11/2005	Europe	9
114	French curfew helps curb riots	FT	10/11/2005	Europe	9
115	The alienated must be drawn in from the margins	FT	10/11/2005	Comment	19
116	G2: Shortcuts: It's hard not to cheer on the rioters	Guard.	10/11/2005	Features	2
117	France targets aid at areas hit by riots	Guard.	10/11/2005	International	19
118	This is not only a French crisis - all of Europe must heed the flames:	Guard.	10/11/2005	Comment & Debate	31
119	In praise of... The Race Relations Acts	Guard.	10/11/2005	Leader	34
120	Reply Letters and emails: Fight for egalit takes to the barricades	Guard.	10/11/2005	Leader	35
121	A tram journey through France's heart of darkness	Indepen.	10/11/2005	Foreign News	24
122	Sarkozy orders deportation of foreign rioters	Indepen.	10/11/2005	Foreign News	24
123	De villepin claims victory as riots start to ease	Indepen.	10/11/2005	Foreign News	24
124	Letter: economic lessons of the French riots	Indepen.	10/11/2005	Comment	38
125	Dashing Dominique	The Times	10/11/2005	Features	2
126	French riots: ID card checks and ethnic integration	The Times	10/11/2005	Features	18
127	As the suburbs burn, airy-fairy Chirac should think back to the Iron Lady	The Times	10/11/2005	Features	21
128	Cameras capture racist taunts of anti-riot officers	The Times	10/11/2005	Overseas News	40
129	Soccer heroes blame social injustice	The Times	10/11/2005	Overseas News	41
130	Riot-torn community left searching for answers	FT	11/11/2005	Europe	8
131	Paris may ease job curbs to aid suburbs	FT	11/11/2005	Europe	8
132	Nicolas Sarkozy: It's a risk.	Guard.	11/11/2005	Home	17
133	Chirac admits riots had 'exposed inequality'	Guard.	11/11/2005	International	24
134	Cult classics: 'la haine' (1995)	Indepen.	11/11/2005	Features	5
135	With curfews in force and riots waning, has France finally turned the corner?	Indepen.	11/11/2005	Foreign News	32
136	A better class of scum in France	Indepen.	11/11/2005	Comment	48
137	French riots	The Times	11/11/2005	Features	23
138	Paris police poised to repel attackers on Armistice Day	The Times	11/11/2005	Overseas News	52
139	Currencies	The Times	11/11/2005	Business	59
140	Boost for France in new data	The Times	11/11/2005	Business	60
141	Al-jazeera international	The Times	11/11/2005	Business	70
142	Huddleston under spotlight	The Times	11/11/2005	Sport	108
143	Geography that helped Marseilles escape the riots	FT	12/11/2005	International News	6
144	Racism lives on in France as World Cup win fades	FT	12/11/2005	International News	6
145	Ft.com answers on French riots	FT	12/11/2005	International News	6
146	Paris police act amid fears riots will reignite	FT	12/11/2005	International News	6
147	Illusions dangereuses France should align its integration philosophy with reality	FT	12/11/2005	Leader	10
148	France must not abandon its ideals	FT	12/11/2005	Comment & Analysis	11
149	The impetuous gambler	FT	12/11/2005	Comment & Analysis	11
150	Neither seen nor heard: 'I am ambitious, but i've realised there's no more ladder to climb.'	Guard.	12/11/2005	Work	5
151	This week: Seven days of riots, bombs - and drunken Sewdish elks	Guard.	12/11/2005	International	17
152	France: Police ban Paris rallies amid fears of violence	Guard.	12/11/2005	International	20
153	Saturday review: news matrix	Guard.	12/11/2005	Saturday Comment	30
154	Fear will only fuel the riots: Britain and France must confront their own racism instead of trying to score political points	Guard.	12/11/2005	Comment And Debate	32
155	Guardian.co.uk: Top stories	Guard.	12/11/2005	Saturday Comment	36
156	How the 'rabble' gave Sarkozy a lesson on the power of language	Guard.	12/11/2005	Saturday Comment	36
157	Suburbs march on central Paris to call for end to rioting	Indepen.	12/11/2005	Foreign News	25
158	New demands for team that united a nation: the burning issue	Indepen.	12/11/2005	Sport	68;69

N.	Título	Jornal	Data	Seção	Pág.
159	What is...	The Times	12/11/2005	Features	25
160	My week	The Times	12/11/2005	Home News	30
161	Most-read stories at Times Online	The Times	12/11/2005	Home News	38
162	The pressure had been building for 30 years. It had to blow'	The Times	12/11/2005	Overseas News	52
163	What next for France? Social commentators air their views	The Times	12/11/2005	Overseas News	53
164	We are in danger of forgetting that waiting comes before wanting	The Times	12/11/2005	Features	75
165	The fire next door	S. Times	13/11/2005	Features	1
166	Muslim apartheid burns bright in France	S. Times	13/11/2005	Features	16
167	Travel warning on French riots	S. Times	13/11/2005	Features	18
168	Wounded Chirac 'losing grip' of riot-hit France	S. Times	13/11/2005	Overseas News	23
169	Vox pop: why the explosion in the suburbs came as no surprise	Indepen.	13/11/2005	Foreign News	47
170	Fortress Paris: the capital is in lockdown after 16 nights of violence	Indepen.	13/11/2005	Foreign News	46;47
171	The new misérables of France	Observ.	13/11/2005	Bussiness	6
172	Media: AS NOT SEEN ON (FRENCH) TV	Observ.	13/11/2005	Bussiness	10
173	The World: Lyon burns as riots hit city centre	Observ.	13/11/2005	News	20
174	The World: What France thinks ...	Observ.	13/11/2005	News	20
175	The World: Role models tell youths: You can succeed in France if you work hard	Observ.	13/11/2005	News	20
176	Comment: France and the Muslim myth: The French riots have been a godsend for those who oppose integration and progress	Observ.	13/11/2005	News	29
177	Why a sick France needs a true cultural revolution	FT	14/11/2005	Comment	19
178	Chaos spreads from the web to the streets	Guard.	14/11/2005	Media	3
179	Inflammatory material	Guard.	14/11/2005	Media	3
180	Riots are a class act - and often they're the only alternative	Guard.	14/11/2005	Comment Debate	31
181	Support for sarkozy as French rioting subsides	Indepen.	14/11/2005	Foreign News	18
182	Pascal lamy: 'a global trade deal? It's not mission impossible'	Indepen.	14/11/2005	Features	29
183	At last, some cheering news to celebrate	Indepen.	14/11/2005	Comment	33
184	Front-page news: selected cover-lines from today's news-stands...	Indepen.	14/11/2005	Sport	84
185	France left to sing les bleus	The Times	14/11/2005	Sport	14
186	Car arson 'just isolated acts'	The Times	14/11/2005	Overseas News	35
187	French parliament to vote on extension of state of emergency	FT	15/11/2005	Europe	2
188	Chirac offers hope to 50,000 youths	FT	15/11/2005	Europe	8
189	French and German blue chips stay in the lead	FT	15/11/2005	Companies Europe	16
190	A way to win young Muslim minds	FT	15/11/2005	Comment	19
191	International: Riots reveal French malaise, says Chirac	Guard.	15/11/2005	Home	1
192	Chirac admits riots reveal French malaise	Guard.	15/11/2005	International	17
193	Chirac calls for integration to end 'profound malaise'	Indepen.	15/11/2005	Foreign News	23
194	France extends emergency powers for three months	Indepen.	15/11/2005	Foreign News	23
195	The opening skirmishes in a prize fight	Indepen.	15/11/2005	Features	33
196	Panic attack	The Times	15/11/2005	Features	6
197	It's the latest disease: sensible people saying ridiculous things about Islam	The Times	15/11/2005	Features	19
198	France tries to restore its image after ethnic revolt	The Times	15/11/2005	Overseas News	34
199	Polygamy 'played part in French riots'	FT	16/11/2005	Europe	8
200	Mandy offers a bit of sympathy	FT	16/11/2005	Observer	12
201	Met chief tells politicians: you are putting us in an impossible position	Guard.	16/11/2005	Home	1
202	Wagers: Wider world	Guard.	16/11/2005	Sport	12
203	A dubious leap of faith: The Muslim working groups are too trusting of a government that wants to pass the buck	Guard.	16/11/2005	Comment And Debate	32
204	Reply: Letters and emails: Nonviolence and the struggle for equality	Guard.	16/11/2005	Leader	35
205	Sarkozy blames French 'model' for riots	Indepen.	16/11/2005	Foreign News	26
206	Sarkozy to urge migration shake-up	FT	17/11/2005	Europe	7
207	Opinion: Letters: Put skills of 419 scammers to positive use	Guard.	17/11/2005	Technology	4
208	Sarkozy challenges Chirac over race policy	Guard.	17/11/2005	International	23
209	Riots blamed on 'polygamous Africans'	Indepen.	17/11/2005	Foreign News	22
210	LETTER: French resistance to admitting racism	Indepen.	17/11/2005	Comment	34
211	Why the French blame riots on polygamy	Indepen.	17/11/2005	Features	35
212	Infighting distracts French Socialist party	FT	18/11/2005	Europe	10
213	Sarkozy gets biography shelved	Guard.	18/11/2005	International	18

N.	Título	Jornal	Data	Seção	Pág.
214	Reply: Letters and emails: Pushing the boundaries of justice	Guard.	18/11/2005	Leader	35
215	Bickering left struggles to capitalise on Chirac's woe	Indepen.	18/11/2005	Foreign News	29
216	How France's suburbs became dormitory ghettos	FT	19/11/2005	Europe	8
217	Thousands of burning cars have sensitised France and pushed its government to greater accountability	FT	19/11/2005	Letters To The Editor	10
218	Blaming 'white racists' merely hides a growing problem	FT	19/11/2005	Letters To The Editor	10
219	Indigenous and alien share in this national failure	FT	19/11/2005	Letters To The Editor	10
220	The final round for party politics	FT	19/11/2005	Comment	11
221	Europe: Factions battle for control of defeated French Socialists	Guard.	19/11/2005	International	19
222	Saturday: What we've learned	Guard.	19/11/2005	Comment	28
223	Op art	Guard.	19/11/2005	Comment & Debate	33
224	Beaujolais fuels fire of French revolution	Indepen.	19/11/2005	Foreign News	24
225	Do we need to be as worried as the French?	S. Times	20/11/2005	Features	8
226	Muslim segregation	S. Times	20/11/2005	Features; News	20
227	Napoleon' Sarkozy bars wife's biography	S. Times	20/11/2005	Overseas News	21
228	Audrey breaks French TV's race barrier	S. Times	20/11/2005	Overseas News	23
229	The diary	Indepen.	20/11/2005	Comment	41
230	France asks: why aren't there more women like audrey?	Indepen.	20/11/2005	Foreign News	45
231	Notes & theories: France is burning and architecture lit the match	Indepen.	20/11/2005	Features	46
232	This just in ...	Indepen.	20/11/2005	News	66
233	The world: world in brief	Observ.	20/11/2005	News	23
234	French Socialist party takes a turn to the left	FT	21/11/2005	Europe	7
235	Top 10 most read stories on ft.com	FT	21/11/2005	Back Page	18
236	Bad faith	FT	21/11/2005	Back Page	18
237	G2: Q: What can be done to improve the suburbs of Paris?	Guard.	21/11/2005	Features	8
238	Muslim Youth Forum: Islamic voice of reason speaks out, but the anger rema- ins	Guard.	21/11/2005	Home	9
239	Poll suggests shift to right as voters back Chirac's crackdown	Guard.	21/11/2005	International	16
240	Victory for moderates as French socialists end feuding	Indepen.	21/11/2005	Foreign News	20
241	What France needs is affirmative action	Indepen.	21/11/2005	Comment	35
242	French urban experiment offers a solution	FT	22/11/2005	Europe	13
243	Work in progress: One professor was not surprised to see Paris suburbs aflame	Guard.	22/11/2005	Education	12
244	Letter: Why it is better to be young and black in Britain than in France	Indepen.	22/11/2005	Comment	34
245	Trade unions? They're just so last century	The Times	22/11/2005	Features	3
246	After all the sneering, at last someone is sticking up for the middle classes	The Times	23/11/2005	Features	21
247	Rapper may be jailed for calling France a slut	Guard.	24/11/2005	International	18
248	Rap lyrics fuelled riots in the suburbs, say mps	The Times	24/11/2005	Overseas News	40
249	Fall in German business confidence	FT	25/11/2005	Inter.Economy	10
250	Le cid	FT	25/11/2005	Arts & Ideas	13
251	Strategy to help French minorities into work rebuffed	Guard.	25/11/2005	International	18
252	Comet owner offers cold comfort for Christmas	Guard.	25/11/2005	Financial	27
253	Notebook Battle looms over Capital depreciation: Un chien	Guard.	25/11/2005	Financial	27
254	Rap blamed for French riots	Indepen.	25/11/2005	Foreign News	31
255	Help tower block dwellers to jobs and home ownership	FT	26/11/2005	Letters To The Editor	6
256	Bridge the divide with true liberte, egalite, fraternite	FT	26/11/2005	Letters To The Editor	10
257	Riots and wrongs	FT	26/11/2005	Ft Weekend	10
258	Teaching the world to sing in perfect symphonia	The Times	26/11/2005	Features	82
259	G2: Culture: Angsty young man	Guard.	28/11/2005	Features	22
260	Now blacks rally to end colour-blind race model	The Times	28/11/2005	Overseas News	31
261	Sarkozy counts cost and unveils plans to stop urban unrest	FT	29/11/2005	International News	6
262	France responds to riots with tough visa plans	FT	30/11/2005	Europe	10
263	National gloom casts shadow over Chirac presidency	FT	30/11/2005	Europe	10
264	France toughens immigration controls after riots	Indepen.	30/11/2005	Foreign News	22
265	France strives to recast its role in Africa as the past comes	FT	02/12/2005	Middle East & Africa	11
266	Was rap music to blame for the French riots?	Guard.	02/12/2005	Film And Music	4
267	EU budget: Chirac aims to put troubles behind him as Britain backs down in rebate wrangle	Guard.	02/12/2005	Home	25
268	France unveils race-bias fines	Indepen.	02/12/2005	Foreign News	31

N.	Título	Jornal	Data	Seção	Pág.
269	Napoleon's finest hour marked with a half Nelson	The Times	02/12/2005	Overseas News	51
270	Democratic society	FT	03/12/2005	Ft Weekend	8
271	Misplaced faith?	FT	03/12/2005	Letters To The Editor	10
272	The reactionary revolutionary	FT	03/12/2005	Feature	14
273	Multichannel choice	The Times	03/12/2005	Features	66
274	Books: PAPERBACK OF THE WEEK	Observ.	04/12/2005	Review	19
275	New York venture capitalist Rodney Schwartz is the new chair of homelessness charity Shelter	Guard.	07/12/2005	Society	10
276	What does it mean to be a second-generation Muslim in Britain today?	Guard.	07/12/2005	International	18
277	Protest forces Sarkozy to cancel trip	FT	08/12/2005	Europe	7
278	Gamesblog: With the public in charge, reality rules	Guard.	08/12/2005	Technology	3
279	Frontline reshuffle: Hague and Clarke recruited but Rifkind walks out	Guard.	08/12/2005	Home	5
280	France warned of more flare-ups rooted in urban insecurity	Guard.	08/12/2005	International	19
281	Choice	The Times	08/12/2005	Features	29
282	Rioters felt excluded, say police	The Times	08/12/2005	Overseas News	44
283	France picks up the bill as Chirac puts up the barriers	FT	09/12/2005	Comment	19
284	Resurgent dollar hits two-year high	The Times	09/12/2005	Business	52
285	Riffraff go into battle over French history	FT	10/12/2005	International News	6
286	The politically correct intolerance	FT	10/12/2005	Comment & Analysis	11
287	Chirac: France must face past	Indepen.	10/12/2005	Foreign News	28
288	Hip-hop: from public enemy to public spirited	Indepen.	10/12/2005	Foreign News	36;37
289	What this cultural debate needs is more dirt, less pure stupidity	The Times	10/12/2005	Features	25
290	Compulsory spin on dark side of history splits mps	The Times	10/12/2005	Overseas News	52
291	Confront our colonial past, urges Sarkozy	FT	12/12/2005	World News	6
292	Chirac backs moves to counter bias in jobs and housing	FT	14/12/2005	Europe	7
293	Expansion is the only way to cut Europe's dole queues	Guard.	14/12/2005	Comment & Debate	28
294	Situation returns to burning normality	FT	15/12/2005	Letters To The Editor	14
295	Pictures of the year 2005: protest: stopped in its tracks	Observ.	18/12/2005	Magazine	37
296	G2: I'm perfectly comfortable being a dual-national - until England and France actually come into conflict	Guard.	21/12/2005	Features	7
297	Asterix and the national treasure	FT	23/12/2005	Ft Weekend	3
298	International: Sarkozy abandoned by famous friends	Guard.	23/12/2005	Home	1
299	French celebrities desert Sarkozy in wake of attack on urban poor	Guard.	23/12/2005	International	13
300	Saturday review: diary	Guard.	24/12/2005	Review	13
301	The best and worst of times: investors look beyond Europe's political malaise	FT	28/12/2005	Comment & Analysis	11
302	Petrol sales ban to avoid violence	Indepen.	28/12/2005	Foreign News	21
303	Heavy blowspout Chiracon the ropes	FT	29/12/2005	World News	8
304	France is not herself But a vigorous debate is developing over the country's ills	FT	30/12/2005	Leader	14
305	A year of untimely ends, unforeseen beginnings and unfinished business	Indepen.	30/12/2005	Comment	2
306	France toughens immigration controls after riots	Indepen.	30/12/2005	Foreign News	22
307	Fraternal myth goes up in smoke	Indepen.	30/12/2005	Features	32
308	The code Napoleon?	The Times	30/12/2005	Features	2
309	Police alert for new year's eve unrest	FT	31/12/2005	Europe	5
310	Chirac aims to inspire new life with upbeat message ComParisons with Mitterrand could create even more difficulties	FT	31/12/2005	World News	5
311	Et cetera: Steven Pooles non-fiction choice	Guard.	31/12/2005	Review	8
312	France on New Year alert for renewed bout of riots	Indepen.	31/12/2005	Foreign News	19
313	Police on alert to prevent riots	The Times	31/12/2005	Overseas News	39
314	World's skies light up to greet the new year	Observ.	01/01/2006	News	7
315	Regenerate our grassroots	Observ.	01/01/2006	News	24
316	The big bangs by numbers	Indepen.	02/01/2006	News	12;13
317	Chirac calls for rethink over social welfare	FT	03/01/2006	Europe	7
318	Chirac to lift state of emergency lifted in France	Indepen.	03/01/2006	Foreign News	21
319	Letter: 'Zero tolerance' will not work for France	Indepen.	03/01/2006	Comment	30
320	France lifts state of emergency	Indepen.	04/01/2006	Foreign News	18
321	Chirac attempts to boost morale with call to address inequalities	FT	05/01/2006	Europe	6
322	France accused of covering up train gang attack	Indepen.	05/01/2006	Foreign News	20

N.	Título	Jornal	Data	Seção	Pág.
323	Colonial past to be rewritten	Indepen.	05/01/2006	Foreign News	21
324	A story that has no moral	FT	06/01/2006	Arts	11
325	Concrete evidence of a humane residence	FT	07/01/2006	Ft Weekend	11
326	Conflicting views about religion threaten to divide Europe from US	Guard.	07/01/2006	Saturday Comment	25
327	The tsunami, Katrina, Cameron, 9/11: great forecasts of our time	The Times	07/01/2006	Features	23
328	ART: Quelle dommage: Pity suburban Paris	Observ.	08/01/2006	Review Arts	21
329	A new mood is what Europe needs most Germany and France hold the keys to economic recovery	FT	09/01/2006	Leader	16
330	How others in Europe deal with antisocial behaviour	Indepen.	10/01/2006	News	2

Nota 1: Os nomes dos seguintes jornais foram abreviados: *Financial Times* (FT), *The Guardian* (Guard.), *The Independent* (Indepen.), *The Observer* (Observ.) e *Sunday Times* (S. Times).

Nota 2: O período coberto na pesquisa foi de 25/10/2005 a 10/01/2006.

Fonte: Banco de dados LexisNexis. Elaboração própria.